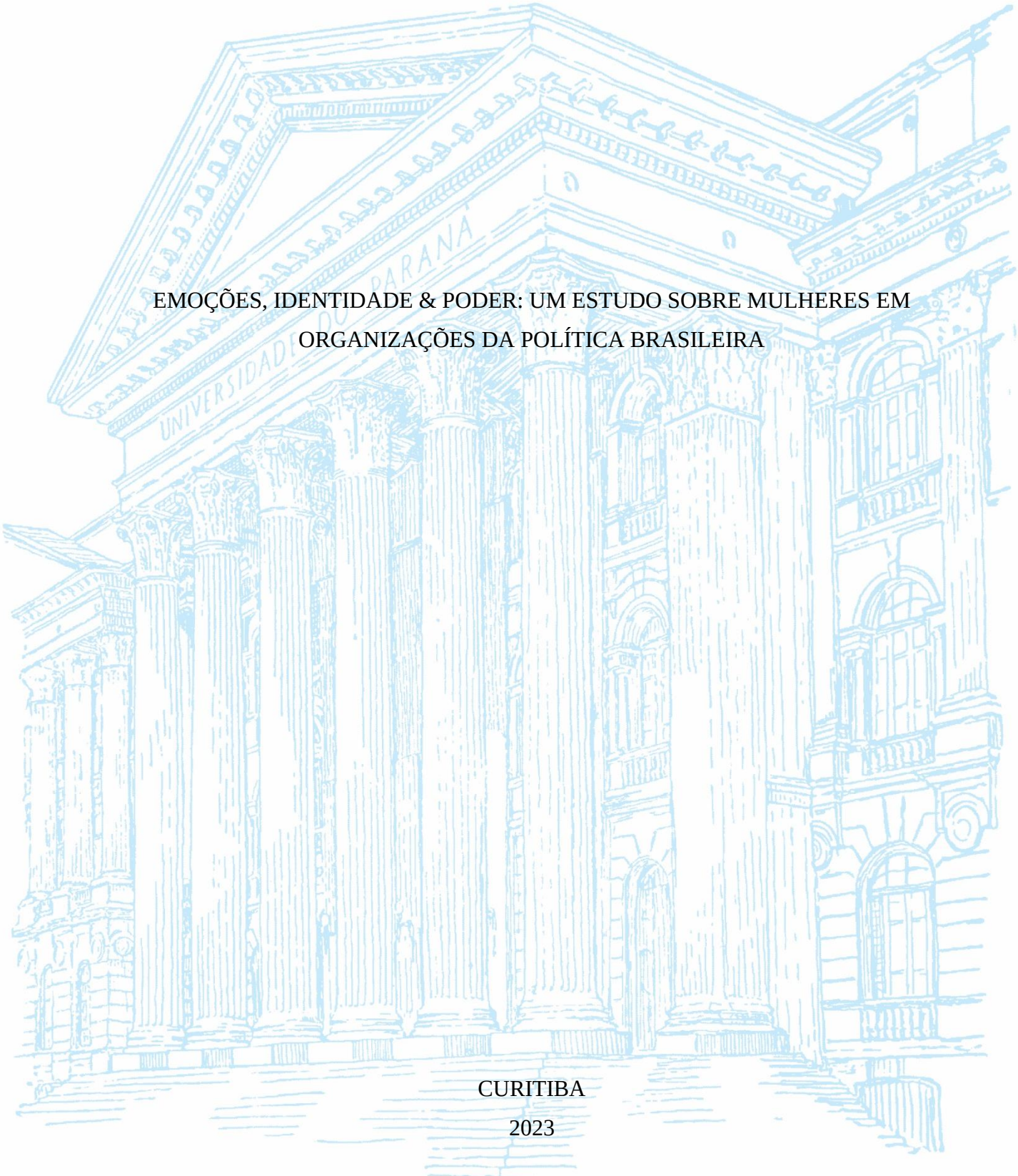
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILLA FERNANDES



EMOÇÕES, IDENTIDADE & PODER: UM ESTUDO SOBRE MULHERES EM ORGANIZAÇÕES DA POLÍTICA BRASILEIRA

CURITIBA

2023

CAMILLA FERNANDES

EMOÇÕES, IDENTIDADE & PODER: UM ESTUDO SOBRE MULHERES EM ORGANIZAÇÕES DA POLÍTICA BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Mariane Lemos Lourenço
Coorientadora: Profa. Dra. Annalisa Sentuti

CURITIBA
2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Fernandes, Camilla
Emoções, identidade & poder : um estudo sobre mulheres em organizações da política brasileira / Camilla Fernandes. – Curitiba, 2023.
1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração.
Orientadora: Profa. Dra. Mariane Lemos Lourenço.
Coorientadora: Profa. Dra. Annalisa Sentuti.

1. Mulheres na política. 2. Emoções. 3. Identidade. 4. Poder. I. Lourenço, Mariane Lemos. II. Sentuti, Annalisa. III. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração. IV. Título.

Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa CRB-9/2008

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO - 40001016025P6

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ADMINISTRAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **CAMILLA FERNANDES** intitulada: **EMOÇÕES, IDENTIDADE & PODER: UM ESTUDO SOBRE MULHERES EM ORGANIZAÇÕES DA POLÍTICA BRASILEIRA**, sob orientação da Profa, Dra, MARIANE LEMOS LOURENÇO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 19 de Maio de 2023,

Assinatura Eletrônica
31/05/2023 16:05:53,0
MARIANE LEMOS LOURENÇO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
02/06/2023 10:50:10,0
ANA CLAUDIA NUNES DE SOUZA WANDERBROOCKE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
02/06/2023 15:34:56,0
JOSUE ALEXANDRE SANDER
Avaliador Externo (INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA DO MERCOSUL (ISAE/FGV))

Assinatura Eletrônica
31/05/2023 16:35:50,0
ADRIANA ROSELI WUNSCH TAKAHASHI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Aos meus queridos, amados e dedicados pais, Edena e Arnôldo,

À minha irmã, melhor amiga e confidente, Naylla,

À minha fiel cia de estudos e amada cachorrinha que agora me acompanha do céu, Cindy.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, antes de tudo, por estar me permitindo realizar mais um sonho e por no meio dele, ter me proporcionado visualizar sua grandiosidade por intermédio de seres abençoados que atravessaram meu caminho. Por ter direcionado meus dias, respondido minhas orações e me dado sabedoria para lidar com aqueles dias complicados em que a vontade carnal era realmente jogar tudo fora e vender minha arte na praia (é brincadeira, gente).

O processo de doutoramento foi um processo extremamente transformador e nestes agradecimentos eu gostaria de destacar algumas pessoas que o tornaram mais leve, mais divertido e mais memorável. Mais pessoas se fizeram presentes nessa jornada e todas possuem minha eterna gratidão, porém as que aqui menciono estiveram pertinho de mim, me acompanhando, incentivando, me dando forças nos momentos mais difíceis e me mostrando que os momentos de felicidade – ainda que imersos em períodos de loucuras acadêmicas – também merecem ser comemorados.

Inicio assim, os agradecimentos destacando meus queridos pais que desde o início de minha vida foram meu porto seguro e nessa trajetória acadêmica não está sendo e não foi diferente. À minha mãe por todas as conversas, conselhos, ombros para meus choros, idas a cafés para espairecer, frases sem tanto sentido, mas que nos faziam chorar de rir em dias complicados, pelo carro emprestado para eu ir à UFPR todos esses anos (hahahah), por ter me botado nesse mundo e ser meu maior exemplo sobre uma mulher trabalhadora, batalhadora e que vai atrás de seus objetivos. Ao meu pai, por todos os discursos motivacionais sobre o "cavalinho que vai passar", por enxugar as tantas lágrimas que caíram nesse processo, por me acalmar nos dias em que eu achava que não daria conta, pelas piadas, pelas risadas, pelos abraços e por sempre ter me mostrado que o conhecimento é algo que ninguém te tira!

À minha irmã Naylla por me escutar, me acalmar, comemorar comigo as pequenas conquistas da vida, ser sempre a pessoa "racional" da família, saber sempre o que falar, ser minha melhor amiga e ser um dos melhores presentes que Deus poderia ter me dado. Eu te amo e sou tão grata pela sua existência que é até difícil colocar em palavras.

Ao Lucas, pelo carinho, compreensão, paciência, conselhos, risadas, piadas, me forçar a fazer pausas, compartilhar as angústias acadêmicas comigo, entender minhas ausências nesse processo, por tornar esse processo mais leve, pelos abraços, pelas dicas de engenharia que por incrível que pareça, acabavam realmente resolvendo alguns *gaps* da minha cabeça, por ter vivido essa tese comigo, por ser sempre tão parceiro, tão positivo e por sempre tornar cada momento memorável. Eu te amo muito!

Ao Marcelo e Verônica por me acolherem na família, por serem sempre tão incríveis comigo, por compreenderem os períodos intensos e ausentes, pelos churrascos, pelos almoços, pelas saidinhas, por serem meus segundos pais, pelo exemplo, pelo carinho, pelo apoio e por me inspirarem tanto. Eu amo vocês!

À Fernanda Damiani, por mesmo à distância se fazer sempre presente, por ser minha melhor amiga desde a infância, estar comigo em todas as etapas, ser quem eu sei que posso compartilhar absolutamente tudo, ser minha revisora de inglês oficial, me lembrar sempre quem sou e por ser a "minha pessoa".

À Larissa Otto Brito, Guilherme Brito, Rayme Arenhart Datsch e Matheus Colpo Spricigo por serem incríveis amigos e me incentivarem a tagarelar sobre doutorado, tese e vida acadêmica nos últimos anos. O assunto não mudará tanto assim, mas que honra é ter vocês junto comigo em tantas fases!

À Samantha Frohlich por ter sido a minha metade acadêmica desde o mestrado. Por todas as aventuras que vivemos juntas nesses últimos anos, pelos chimarrões na salinha, pelas risadas, pelos rolês conceituais, por compartilhar comigo as angústias, mas também as felicidades desse processo, pelo crescimento conjunto ao longo desses anos e por ser uma profissional incrível, mas uma pessoa mais incrível ainda. Te admiro demais.

Ao André Contani pelas conversas conceituais, rolês conceituais, conselhos ainda mais conceituais. Por sempre estar disposto a ajudar, por compartilhar as dúvidas e respostas dessa trajetória, pelas piadas de tiozão, pelas risadas, pelas mensagens no quadro da salinha, por transmitir paz e calmaria quando estava tudo um caos e por ser um amigo tão maravilhoso.

Aos meus colegas de doutoramento Rafael Budach, Beatriz Zanoni e Weber Henrique Radael pela companhia, suporte, inúmeras trocas e discussões existenciais que tivemos nos últimos anos. À Lady Day Pereira de Souza, Mara Rosalia Riberio Silva e Simone Kunde por além de serem irmãs de orientação, serem confidentes, amigas, suporte e coautoras magníficas.

Ao professor Bernardo Meyer por ser o responsável pela minha entrada no mundo acadêmico e por me incentivar a continuar nessa trajetória. Professor Bernardo é exemplo de pesquisador, gestor, docente, orientador e todos os sinônimos positivos que associo ao termo "professor". Os ensinamentos que aprendi com o senhor extrapolam os limites da administração e demonstram o quanto alguém, ao ocupar propriamente e dignamente um papel, pode fazer a diferença na vida de um aluno.

Agradeço ainda ao professor Bernardo pelo convite em retornar ao Observatório de Mobilidade Urbana da UFSC como pesquisadora e a toda a equipe do projeto *"Estudos para a Consolidação do Projeto do Sistema Integrado de Transporte Público Coletivo da Porção*

Continental da Região Metropolitana de Florianópolis" pelos novos aprendizados nessa jornada. Agradeço em especial ao colega Eduardo Pizolati por, em meio às nossas discussões e conversas, ter me apresentado a mulheres que posteriormente se tornaram entrevistadas desta pesquisa.

Um mais do que especial agradecimento à minha orientadora professora Mariane Lemos Lourenço por todo suporte, ajuda, apoio e amizade. Por compartilhar as angústias e soluções de nossas pesquisas, pelos temas maravilhosos que trabalhamos, por todas as conversas e por ter sido fundamental ao meu crescimento profissional. Por ter acreditado que aquela Camilla da entrevista de mestrado seria um "*fit*" à linha de pesquisa, por ter me orientado desde então, por ter me dado liberdade para discussão dos trabalhos e sempre se preocupado com a forma que esse processo estava se dando. Agradeço por me apresentar ao mundo dos estudos organizacionais e me permitir vivenciar tantas coisas incríveis nesses últimos anos. Por me incentivar e várias vezes ter dito um "vai dar certo" quando o desespero batia à minha porta. Só tenho a agradecer por tamanha dedicação, por ter sido tão compreensiva com a necessidade de antecipar a defesa, pelo empenho em ajudar a desenvolver essa tese e todos os outros trabalhos elaborados. A senhora é um exemplo para mim!

Agradeço aos professores das disciplinas que participei durante o processo de doutoramento: José Henrique de Faria, Queila Matitz, Adriana Takahashi, Natália Rese, José Roberto Frega, Gustavo Abib, Karina Roglio, Yara Bulgacov, José Carlos Korelo e Bárbara Galeli. Os ensinamentos obtidos em cada uma delas além de terem sido fundamentais ao meu processo de aprendizagem, me permitiram enxergar a luz nos períodos sombrios da pandemia.

Agradeço o Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGADM/UFPR, em especial ao secretário Gustavo por todo o suporte dado nos últimos anos. Também aos demais servidores da UFPR que permitem que, mesmo diante de inúmeros obstáculos, ainda seja possível ter uma universidade pública de qualidade.

Também agradeço aos professores Josué A. Sander, Adriana W. Takahashi e Ana Claudia Wanderbroocke pelo aceite em participar da banca de defesa e por, desde o início da elaboração deste trabalho, estarem dispostos a contribuir e ajudar a aperfeiçoar ainda mais esta pesquisa.

Por fim, agradeço as mulheres que aceitaram participar deste estudo e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pela bolsa de estudos que me auxiliou financeiramente desde o período de mestrado.

As pessoas podem não lembrar exatamente o que você fez, ou o que você disse, mas elas sempre lembrarão como você as fez sentir.
(Maya Angelou)

RESUMO

Esta tese teve por objetivo analisar a forma como as emoções, a identidade e o poder se entrelaçam à atuação de mulheres em organizações da política brasileira. Assim, de maneira a alicerçar as discussões propostas, no referencial teórico trouxe-se à reflexão o conceito de emoções adotado, a ambivalência emocional, a empatia e prosocialidade. Entrelaçando-se a tal conceito, discutiu-se a teoria de identidade, destacando-se seus níveis e delineamentos, o nível adotado ao estudo e como a identidade se constitui em meio a relações de poder. Por fim, salientou-se a teoria de poder abordando-se a evolução dos conceitos de poder no campo de estudos organizacionais e o entendimento de poder aqui utilizado. Em relação aos procedimentos metodológicos, adotou-se a abordagem qualitativa utilizando-se da estratégia de estudo qualitativo básico em que se pontuou cada participante do estudo como um caso específico a ser analisado. Esta tese teve por contexto organizações componentes do sistema político brasileiro, em especial os partidos políticos, Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas. Os sujeitos da pesquisa consistiram em 21 mulheres inseridas e atuantes na política em cargos de deputadas e vereadoras em diferentes casas legislativas. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas, observações não participantes e dados secundários. As entrevistas foram amparadas por roteiro previamente delineado com base na literatura utilizada. As observações foram realizadas em sessões plenárias nas Casas Legislativas pesquisadas e, por fim, os dados secundários foram provenientes de fontes de acesso público. Todos esses dados foram analisados com base na técnica de análise narrativa. Os principais resultados encontrados permitiram a verificação de que as emoções permeiam toda a trajetória de mulheres na política e são o fator responsável por conectá-las às organizações deste ambiente. Pontua-se que, na construção dessa conexão, algumas emoções específicas podem se destacar e, nos casos em análise essa emoção foi a empatia. A empatia com seus aspectos afetivos, cognitivos e a prosocialidade, inicia-se no desejo de atuação em movimentos pró-sociais e é fator de incentivo à inserção e permanência nas organizações da política. Pontua-se aqui as emoções como responsáveis pela identificação que um indivíduo possui com suas atividades, sobressaindo-se desde o período do processo de sua constituição até a consolidação dessa identidade. No entanto, ressalta-se que ainda nesse processo tem-se como fator relevante o poder. Discute-se que o poder enquanto algo relacional, não se atrela necessariamente às estruturas organizacionais, se faz presente em todas as relações de uma organização, com diferentes graus de influência, aceitação e questionamentos. Assim, interfere nas identidades constituídas, nas emoções sentidas, traz consigo questionamentos sobre as relações vivenciadas e do próprio poder conquistado. Conclui-se que o entrelaçamento entre as emoções, identidade e poder ocorre de maneira não linear no processo da busca por mudanças e transformações nas organizações pesquisadas, mas também do contexto social que as envolvem. Diante do exposto, este estudo contribui ao discutir o entrelaçamento existente entre as teorias de identidade e poder com o conceito de emoções e também traz luz às discussões a respeito do papel que a sociedade e organizações possuem em relação à atuação de mulheres em organizações predominantemente masculinas, como é o caso das organizações componentes do sistema político.

Palavras-chave: Mulheres na política; Emoções; Identidade; Poder.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how emotions, identity, and power are intertwined with the performance of women in Brazilian political organizations. In order to support the proposed discussions, the concept of emotions, emotional ambivalence, empathy, and prosociality were considered in the theoretical framework. Intertwined with this concept, identity theory was discussed, highlighting its levels and delineations, the adopted level for the study and how identity is constituted amidst power relations. Finally, the power theory was highlighted, addressing the evolution of power concepts in the field of organizational studies and the understanding of power used in this context. A qualitative approach was adopted using basic qualitative study strategy in relation to the methodological procedures, in which each participant of the study was rated as a specific case to be analyzed. This thesis was developed in the context of organizations that are components of the Brazilian political system, especially political parties, City Councils, and Legislative Assemblies. The research subjects consisted of 21 women who are inserted and active in politics, in various positions, such as deputies and councilwomen in different legislative houses. The data was collected through semi-structured interviews, non-participant observations, and secondary data. The interviews were supported by a previously outlined script based on the literature used. The observations were made in plenary sessions in the researched legislative houses and, finally, the secondary data were retrieved from public access sources. All of the data information was analyzed based on the narrative analysis technique. The main results allowed the verification that emotions permeate the entire trajectory of women in politics and are the factor responsible for connecting them to organizations in this environment. It is pointed out that, in the construction of this connection, some specific emotions may stand out, and in the analyzed cases, the emotion was empathy. Empathy, with its affective, cognitive, and prosocial aspects, begins with the desire to act in pro-social movements and it is a factor that encourages the insertion and permanence in political organizations. It is here pointed out that emotions are responsible for the identification that an individual has with their activities, standing out since the period of the process of its constitution until the consolidation of this identity. However, it is emphasized that power is also a relevant factor in this process. It is discussed that power, as something relational, is not necessarily linked to organizational structures, but it is present in all relationship levels of an organization, with different degrees of influence, acceptance, and questioning. Thus, it interferes in the formed identities, in the emotions felt, it uncovers questions about the relationships experienced and the power itself. It is concluded that the intertwining between emotions, identity, and power occurs in a non-linear way in the process of the search for change and transformations in the researched organizations, but also in the social context that surrounds them. Taking the above into consideration, this study contributes by discussing the intertwining of theories of identity and power with the concept of emotions and also sheds light to the discussions about the roles that society and organizations have in relation to the performance of women in predominantly male organizations, as it is the case of organizations that are components of the political system.

Keywords: Women in politics; Emotions; Identity; Power.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ARTICULAÇÃO TEÓRICA: EMOÇÕES, IDENTIDADE E PODER NA ATUAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA 49
FIGURA 2: INSTITUIÇÕES E SEUS QUANTITATIVOS DE PRODUÇÃO 57
FIGURA 3: NUVEM DE PALAVRAS COM CONTEÚDO DOS ARTIGOS 70
FIGURA 4: MAPA COM ANO DE APROVAÇÃO DO VOTO FEMININO NO MUNDO 94
FIGURA 5: ENTRELAÇAMENTO ENTRE EMPATIA E ATUAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA 121
FIGURA 6: COMENTÁRIOS EM REDES SOCIAIS DA ENTREVISTADA 134
FIGURA 7: O ENTRELAÇAMENTO ENTRE EMOÇÕES, IDENTIDADE E PODER 162
FIGURA 8: FIGURA-SÍNTESE 167

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR ANO 56
GRÁFICO 2: QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES VINCULADAS AOS PAÍSES 58
GRÁFICO 3: ÁREA DE ATUAÇÃO DOS PESQUISADORES 59
GRÁFICO 4: QUANTIDADE DE ARTIGOS POR PERIÓDICOS 59

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: FASES DA REVISÃO DE LITERATURA 52
QUADRO 2: INFORMAÇÕES GERAIS DOS ARTIGOS SELECIONADOS 54
QUADRO 3: GRUPOS DE CÓDIGOS E CÓDIGOS DA PESQUISA 55
QUADRO 4: CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES DO ESTUDO 81
QUADRO 5: GRUPOS DE CÓDIGOS E CÓDIGOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE CODIFICAÇÃO 86
QUADRO 6: PROPRIEDADES UTILIZADAS NA ANÁLISE NARRATIVA 87
QUADRO 7: MATRIZ DE AMARRAÇÃO DA PESQUISA 91
QUADRO 8: SÍNTESE DAS EMOÇÕES EVIDENCIADAS 138
QUADRO 9: SÍNTESE DAS DISCUSSÕES SOBRE AMBIVALÊNCIA E PODER 161

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAQDAS - Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ONMP – Observatório Nacional da Mulher na Política

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA 19
1.1.1 Objetivo geral 19
1.1.2 Objetivos específicos 19
1.2 JUSTIFICATIVA TEÓRICA 19
1.3 JUSTIFICATIVA PRÁTICA 20
1.4 ESTRUTURA DA TESE 22
2 REFERENCIAL TEÓRICO 24
2.1 EMOÇÕES 24
2.1.1 Empatia 29
2.1.2 Prosocialidade 32
2.2 IDENTIDADE 34
2.2.1 A origem da identidade e seus delineamentos 34
2.2.2 Os níveis de identidade & o nível adotado 37
2.3 PODER 40
2.3.1 Teorias sobre poder 40
2.3.2 O entendimento de poder utilizado neste estudo 42
2.4 SÍNTESE TEÓRICA & DISCUSSÃO 44
2.4.1 Delineamento da articulação dos conceitos teórico-empíricos da pesquisa 49
2.5 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE EMOÇÕES, IDENTIDADE E PODER 51
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 73
3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA 73
3.1.1 Perguntas de pesquisa 73
3.2 DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS E PERCURSO EMPÍRICO 73
3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA 76
3.3.1 Delineamento da pesquisa 77
3.3.2 Critérios e seleção de participantes da pesquisa 78
3.3.3 Fontes e técnica de coleta de dados 80
3.3.4 Tratamento e análise de dados 84
3.4 CUIDADOS ÉTICOS 88
3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA 89
3.6 MATRIZ DE AMARRAÇÃO 91

4 CONTEXTO DA PESQUISA: MULHERES NA POLÍTICA.....92
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 97
5.1 O INÍCIO.....97
5.2 APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES: OS CAMINHOS ANTERIORMENTE TRILHADOS E A ENTRADA NA POLÍTICA 97
5.2.1 A Empatia & As Causas Defendidas.....111
5.3 A CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA EM MEIO ÀS EMOÇÕES E O PODER 121
5.3.1 O caminho à constituição identitária como mulher na política 123
5.3.2 A constituição identitária, o poder e a sub-representação 129
5.3.3 A identidade, o poder e as emoções 132
5.4 A AMBIVALÊNCIA & O PODER 140
5.4.1 Ambivalência, o poder e a vida pessoal 148
5.4.2 Ambivalência, o poder & o ser mulher.....153
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....163
6.1 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E TEÓRICO-EMPÍRICAS 168
6.2 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS 172
REFERÊNCIAS 173
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....186
APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....187
APÊNDICE 3 – DESCRIÇÃO ESTRUTURAL DAS NARRATIVAS 188
APÊNDICE 4 – RELAÇÃO DE DADOS SECUNDÁRIOS.....224

1 INTRODUÇÃO

"*Quem pensaria, amigas e amigos? Quem pensaria há 20, dez ou cinco anos que uma mulher seria eleita presidente?"* Essas palavras foram proferidas por Michelle Bachelet, no ano de 2006, em seu discurso de vitória nas eleições presidenciais chilenas. O Chile é um dos poucos países da América Latina a ter eleito uma mulher para este cargo político, somando-se ao Brasil, Argentina, Equador, Bolívia, Costa Rica e Nicarágua (AGUILAR; CUNOW; DESPOSATO, 2015; REYES-HOUSHOLDER, 2018).

Por muito tempo, organizações componentes do sistema político não possuíram a participação ativa de mulheres e, no Brasil, esse cenário começou a ser alterado pouco antes à Proclamação da República. Contudo, foi apenas no início do Século XX que a mobilização feminina na política ganhou impulso com a fundação do primeiro partido político formado por mulheres no ano de 1910 no Rio de Janeiro, na época capital do país (TRE, 2020; KARAWEJCZYK, 2022). Apesar disso, atualmente apenas 15% dos cargos políticos são ocupados por mulheres no país (UII, 2023).

Falar sobre mulheres atuantes na política no âmbito da Administração traz consigo um olhar diferenciado em que, além da igualdade de direitos e necessidade de maior representação, procura-se debater outros elementos da problemática, reflexo de uma sociedade construída sob determinadas ideologias e culturas que exprimem algumas dificuldades em relação à inserção feminina no mercado de trabalho em qualquer esfera. A atuação de mulheres no contexto organizacional é permeada por uma série de obstáculos não enfrentados por homens, principalmente em cargos de poder, onde elas ainda podem ter de lidar com reveses distintos ao lutarem pela emancipação e reafirmação de seus direitos, especialmente os políticos (RAGINS; WINKEL, 2011; CHIKAIPA, 2019).

Nessa dinamicidade, destacam-se as emoções que, por possuírem um papel singular no contexto, vêm sendo colocadas cada vez mais em evidência nas diversas vertentes da Administração e dos Estudos Organizacionais (PRATT; DOUCET, 2000; VALLERAND, 2008; VORONOV; VINCE, 2012; TOUBIANA; ZIETSMA, 2017; ZIETSMA *et al*., 2019; GILL, 2019). As emoções possuem relevante influência ao ambiente organizacional e defini-las apenas como positivas ou negativas torna-se um tanto quanto restritivo, portanto, também é relevante discutir-se sobre a existência da ambivalência nesse cenário, quando se tem tanto emoções positivas, quanto negativas em relação a algo (PRATT; DOUCET, 2000; ASHFORTH *et al*., 2014; ROTHMAN *et al.*, 2017).

Destaca-se que as emoções como um todo, incluindo-se as ambivalentes, relacionam-se diretamente aos resultados obtidos dentro das organizações, como, por exemplo, a performance, o processo de tomada de decisão, os trabalhos realizados em equipe, as negociações a serem feitas (FINEMAN, 2001; BARSADE; GIBSON, 2007), as relações de poder e, também, as iniciativas depreendidas, tais como a prosocialidade.

A prosocialidade consiste em um conjunto de ações, motivações e comportamentos que resultam em impactos positivos em prol da sociedade (BOLINO; GRANT, 2016). Nesta tese, parte-se da premissa de que a prosocialidade, traduzida em iniciativas pró-sociais, seja o resultado de uma emoção específica: a empatia.

A empatia é compreendida como o processo de saber ou conhecer a maneira como o outro se sente (DERKSEN; BENSING; LAGRO-JANSSEN, 2013; BURCH *et al*., 2016; VAN DER GRAAF *et al.*, 2016; CLARK; ROBERTSON; YOUNG, 2018). Nessas circunstâncias, o termo encontra guarida no campo dos Estudos Organizacionais ao se vincular às práticas organizacionais e desencadear outros sentimentos e atitudes (BURCH *et al.*, 2016; THEXTON; PRASAD; MILLS, 2019), inclusive a decisão de mulheres em se inserirem e permanecerem na política.

Nessa trajetória, percebe-se a relevância das emoções ao conectarem, ou não, a uma pessoa à uma organização (VORONOV; VINCE, 2012; ZIETSMA *et al*., 2019), bem como o seu entrelaçamento com a identidade. Ressalta-se que a identidade se dá de forma evolutiva e reflexiva e, corresponde a um processo de construção de significados que levam em consideração atributos culturais juntamente a outras fontes de significado (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010; CASTELLS, 2018).

A atuação de mulheres na política pode ser considerada fator crucial de interferência nas suas constituições identitárias, principalmente por assumirem posições de poder. O poder é compreendido, aqui, como uma capacidade relacional e, mesmo sendo considerado uma relação e não um atributo, em um contexto de relações de poder, há sempre um grau maior de influência por parte de um ator sobre outro (CASTELLS, 2019).

É importante salientar que a atuação de mulheres na política não se restringe apenas a uma organização específica, uma vez que o sistema político é formada por várias organizações, como por exemplo: Partidos políticos, organizações sociais, câmaras de vereadores e assembleias legislativas, cada uma delas com suas especificidades e dinâmicas, traduzidas em um cenário de múltiplas organizações. Sabendo-se de tal especificidade e, partindo-se do pressuposto de que as emoções podem interferir tanto na identidade e identificação de um indivíduo como na sua forma de agir em virtude de relações de poder e da sua própria percepção

a respeito, delineou-se o problema de pesquisa desta tese: ***Como as emoções, a identidade e o poder se entrelaçam com a atuação de mulheres em organizações da política brasileira?***

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

A seguir, apresenta-se os objetivos geral e específicos que nortearam esta pesquisa.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a forma como as emoções, a identidade e o poder se entrelaçam à atuação de mulheres em organizações da política brasileira.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar se a empatia (aspectos afetivos, cognitivos, e a prosocialidade) pode pautar a atuação política de mulheres em organizações da política brasileira, interligando-se às causas que defendem;
- Analisar como as emoções presentes na constituição identitária das mulheres atuantes em organizações da política brasileira se entrelaçam às suas lutas por espaços de poder em um ambiente predominantemente masculino;
- Analisar como a ambivalência de emoções, diante dos desafios e dos incentivos vivenciados, pode afastar ou aproximar as mulheres atuantes em organizações do sistema político do poder.

1.2 JUSTIFICATIVA TEÓRICA

A justificativa teórica para essa investigação parte da lacuna de pesquisa percebida entre o conceito de *emoções* e as teorias de *identidade* e *poder*. Em seus estudos, Barsade e Gibson (2007) apontam a necessidade de um aprofundamento a respeito da forma como as emoções operam e influenciam os resultados organizacionais, a fim de que seja possível compreender a sua relevância acerca da melhor forma de realização do trabalho. Os autores indicam essa lacuna ao apontar que, em estudos organizacionais, não se deve considerar os indivíduos como "ilhas emocionais isoladas". Outro ponto de destaque volta-se ao exposto por Ragins e Winkel (2011) em que, em suas sugestões de pesquisas futuras ressaltam a carência de estudos que debatam a relevância do gênero e das emoções em diferentes relações de trabalho, a exemplo do caso de mulheres em posições de liderança. No mesmo estudo, os autores ainda salientam a

incipiência de estudos que discutam as expectativas de gênero em determinados papéis, bem como a percepção de poder a eles atrelada, não somente por seus ocupantes, mas também pelos "subordinados".

Dessa maneira, com as discussões elencadas nesse estudo, contribui-se com a literatura existente ao colocar em pauta o papel das emoções no tocante à identidade e ao poder na atuação das mulheres em organizações que compõem o sistema político de um país, como por exemplo Partidos Políticos, Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas.

Outra justificativa teórica parte dos resultados de pesquisas bibliográficas realizadas em bases de dados nacionais (Scielo e Spell) em relação aos últimos dez anos que indicam que o conceito de emoções se interliga à teoria de poder em dez resultados e à teoria da *identidade* em outros cinco resultados. Já ao pesquisar-se as teorias de poder e de identidade, um artigo foi encontrado. Quando, porém, inseridos os três termos conjuntamente, não foram encontrados resultados nesse período. Ao efetuar a mesma pesquisa em uma base de dados internacional (*Web of Science*) verificou-se que emoções e poder constituíram 34 trabalhos nos últimos dez anos, enquanto emoções e identidade totalizaram 49 artigos no mesmo intervalo de tempo. Já no que tange à poder e identidade, foram encontrados 60 artigos. Por conseguinte, ao se inserir os três termos em conjunto, foram encontrados 184 resultados, indicando a possibilidade de exploração desse campo teórico para que pesquisas sobre a temática também sejam desenvolvidas no Brasil. Os resultados aprofundados de tal revisão estão dispostos em seção específica no capítulo referente à fundamentação teórica do presente estudo.

Espera-se, diante das lacunas verificadas, que esta pesquisa contribua substancialmente com a literatura existente ao colocar em pauta o papel que as emoções possuem em relação à identidade e ao poder na atuação das mulheres em organizações que fazem parte do sistema político, em especial aos partidos políticos, às Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, contextos foco desta tese.

1.3 JUSTIFICATIVA PRÁTICA

A justificativa prática parte do questionamento: "*Por que, enquanto administradores, devemos nos preocupar com a falta de mulheres nas organizações políticas?*" Paxton e Hughes (2014) destacam que a política é uma importante arena para a tomada de decisões que afetam não somente um setor específico, uma vez que os indivíduos ali atuantes podem decidir quanto à forma de alocar recursos e tomar uma série de decisões que afetam as escolhas individuais, encorajando determinados comportamentos e desencorajando outros. É, também, o reflexo de

um país e, enquanto sistema composto por diferentes organizações, permite a visualização de uma série de problemáticas enfrentadas por mulheres nos mais diversos contextos organizacionais.

Espera-se, dessa forma, contribuir de forma prática em três aspectos delineados por Sandes-Guimarães e Hourneaux (2020): o social, que visa à mudança de comportamento da sociedade em relação à presença de mulheres em cargos de poder e, também, à ênfase de que apesar de homens e mulheres ocuparem papéis, por vezes, diferentes no contexto social (VERAS, 2018), as mudanças se fazem cada vez mais necessárias em todos os aspectos, especialmente quanto à sua aceitação e discussão por parte da sociedade. Destaca-se, nesse contexto, que o presente estudo também contribui com o que alguns pesquisadores apontam a respeito da relevância que a sensibilização da sociedade possui em relação ao tema *empatia*, propondo ao campo acadêmico, mas também, ao social, a sensibilização e incentivo às pessoas a serem mais empáticas e, desse modo, sensibilizarem-se mais com o social (CANÇADO; MOURA; PEIXOTO, 2021).

Um segundo ponto volta-se às *políticas públicas*, em que se espera contribuir com mudanças no debate público voltadas à participação e atuação de mulheres na política, e que, assim, sejam incentivadas políticas públicas que proporcionem maior impulso a esse aspecto. Além disso, dentro de tal contribuição, também se ressalta que o presente estudo pode contribuir com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 (ODS 10), delineados pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). O ODS-5 tem o propósito da busca pela igualdade de gênero, colocando à discussão a necessidade de se acabar com todas as formas de discriminação de mulheres e meninas como algo crucial para a aceleração do desenvolvimento sustentável. Esse mesmo objetivo tem também como uma de suas frentes, garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para liderança em todos os níveis de tomada de decisão, seja na vida política, econômica ou pública. Já o ODS-10 visa a redução de desigualdades e, em seu escopo ressalta a necessidade de empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outros fatores.

Por fim, como contribuição prática ressalta-se também o *impacto organizacional* que, ao considerar que o sistema político é composto por diferentes organizações, espera-se que esse trabalho possa incentivar melhorias nas práticas e processos organizacionais das organizações em questão, pois, apesar de envolverem a participação das mulheres, ainda são pensados por maioria masculina. Nesse escopo, coloca-se à discussão alguns desafios enfrentados pelas

mulheres em ambientes organizacionais predominantemente masculinos; enfatizando-se a relevância da participação de mulheres em qualquer tipo de organização e por fim, ressaltando-se o papel das emoções na identificação e desempenho dos indivíduos em ambientes organizacionais, especialmente àqueles formados por disputas de poder. Assim, após a contextualização aqui evidenciada, passa-se a apresentar a estrutura da tese.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese está estruturada em seis principais seções: i) A introdução; o ii) O referencial teórico; iii) Os procedimentos metodológicos adotados para o presente estudo; iv) Análise e discussão dos resultados; v) Considerações finais e por fim, vi) Referências. Na introdução são apresentados a contextualização e os argumentos que sustentam o desenvolvimento desta tese. No referencial teórico constam os conceitos e o estado da arte referentes ao conceito de emoções e as teorias de identidade e de poder.

Ao iniciar as reflexões pelo conceito de emoções, aponta-se a sua relevância no campo de Estudos Organizacionais, a definição aqui utilizada, algumas especificidades do tema, como é o caso da ambivalência de emoções, o conceito e o motivo da escolha para tratar dos temas empatia e prosocialidade em conexão com o contexto a ser trabalhado. Em seguida, aborda-se a teoria de identidade, destacando a sua origem, seus níveis e especificamente aquele a ser trabalhado nesta tese. Após isso, aponta-se as teorias de poder e suas respectivas vertentes, bem como o entendimento de poder aqui adotado. Como subtópico traz-se, ainda, uma seção de articulação teórica juntamente a discussões teóricas iniciais sobre a articulação das três teorias ora utilizadas. Por fim, encerra-se a seção com os resultados de um estudo bibliométrico feito em bases de dados nacionais e em uma base internacional sobre emoções, identidade e poder.

Na seção referente aos procedimentos metodológicos, são demonstrados o contexto do trabalho, a especificação do problema e perguntas de pesquisa, as definições constitutivas e o percurso empírico utilizados como ponto de partida às reflexões a serem tratadas na análise, bem como as delimitações pertinentes à pesquisa e as limitações enfrentadas ao longo de sua consecução.

Após isso, apresenta-se a análise e discussão de resultados pautadas em três tópicos principais, elaborados de acordo com os objetivos específicos. No primeiro tópico são apresentadas as participantes da pesquisa e discute-se sobre o início de suas trajetórias nas organizações pesquisadas, abordando-se questões sobre empatia e prosocialidade conectadas a tal atuação. Em seguida, discute-se como as emoções podem estar presentes na constituição

identitária de tais mulheres e à luta por espaços de poder. Por fim, o último tópico da análise refere-se à análise sobre a ambivalência e como esta pode aproximar ou afastar as mulheres atuantes em organizações da política brasileira do poder.

Na seção seguinte, são expostas as considerações finais dessa tese, seguidas pelas referências utilizadas.

Diante dessa contextualização, os conceitos pertinentes são tratados a seguir.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os principais conceitos que orientaram o desenvolvimento desta tese em relação às teorias de identidade e poder e ao conceito de emoções.

O referencial teórico é iniciado com a definição de emoções, especificando-se a empatia e prosocialidade. Em seguida, discute-se sobre identidade, a origem do conceito e seus delineamentos, seus níveis e qual o nível adotado para o trabalho. Após isso, parte-se para uma visão geral das teorias de poder e também à teoria de poder adotada neste estudo. Nesta mesma seção também se apresenta a articulação teórica entre as teorias e o conceito citados, encerrando-se o capítulo com os resultados de um estudo bibliométrico sobre emoções, identidade e poder em estudos organizacionais.

2.1 EMOÇÕES

As emoções fazem parte da vida humana, permeiam o cotidiano da sociedade e possuem papel singular nas relações existentes no ambiente de trabalho (FOTAKI; KENNY; VACHHANI, 2017). O interesse em estudá-las, no entanto, desenvolveu-se especificamente nas últimas décadas quando a sua relevância e sua influência superaram a vida pessoal dos indivíduos e passaram a ser reconhecidas, também, em questões relacionadas às organizações (FINEMAN, 2000; LIVELY; WEED, 2014). Desde então, as emoções têm sido tratadas como uma espécie de subdisciplina no estudo de trabalho e organizações e, apesar das pesquisas iniciais sobre o tema serem imbuídas de determinismos biológicos e psicológicos, tornou-se importante aos pesquisadores organizacionais o foco e atenção ao contexto social e relacional das emoções (FINEMAN, 2000).

As emoções são componentes necessários à vida social, infundindo, inspirando e moldando ações e experiências dos indivíduos (VORONOV; VINCE, 2012; ZIETSMA *et al*., 2019), destacando-se em contextos institucionais (TOUBIANA; ZIETSMA, 2017), sendo tratadas de forma ampla ou tendo por foco emoções específicas como paixão (VALLERAND, 2008), compaixão (GEORGE, 2014), amor (TASSELI, 2019), simpatia (HOUAISS, 2023) ou sofrimento nas organizações (GILL, 2019). É importante salientar que, de acordo com o exposto por Fineman (2000), as emoções possuem caráter mutável que se sujeita à influência interpessoal, grupal e política e, mesmo que frequentemente sejam atreladas a pontos "positivos" ou "negativos", também podem ser consideradas ambivalentes em sua conjuntura (PRATT; DOUCET, 2000).

Por tratar-se de um tema incipiente na área de Estudos Organizacionais, ainda há falta de consenso a respeito de sua definição, principalmente pelas emoções interligarem-se a uma gama de conceitos experienciados pelos indivíduos, como é o caso de sentimentos, humores e afetos. Conforme destaca Fineman (2001, p. 162), "o campo é minado e termos diferentes são usados de forma intercambiável." Assim, nesta tese adotou-se a perspectiva desenvolvida por Barsade e Gibson (2007) a respeito de afetos e emoções. Na visão dos autores, os processos afetivos, comumente conhecidos por emoções, são considerados termos "guarda-chuva" devido à sua amplitude, por abrangerem "emoções", "humores" e o que delimitam como "traços emocionais disposicionais" (*dispositional traits*). Os sentimentos, desta maneira, estariam interligados ao chamado "*feeling states*" – que compreendem aqui, as emoções e humores – e os *"feeling traits"* – que se relacionam aos "afetos disposicionais".

Nesta seara, Barsade e Gibson (2007) salientam que as emoções são resultantes de um "alvo" ou de causas particulares, podem incluir reações fisiológicas e comportamentais, serem intensas e de curta duração, podendo, também, passar a estados de humor que, por sua vez, costumam ter maior duração. Fineman (2001) discute que as emoções são as manifestações dos "sentimentos afetados" por determinadas situações, enquanto os humores são considerados mais difusos e, geralmente, são expressos por sensações positivas e agradáveis ou, então, negativas e desagradáveis, não dispondo de causas específicas.

Cada tipo de emoção possui alguma influência, seja ela interpessoal, situacional, motivacional, cognitiva ou voltada a questões culturais (BRODY; HALL; STOKES, 2016). Entende-se, dessa forma, que as emoções são construídas socialmente, influenciadas por grupos, pela sociedade e pela cultura, marcando aspectos psicológicos, antropológicos e sociológicos. As emoções são as responsáveis por conectar as pessoas a uma organização (VORONOV; VINCE, 2012; FRIEDLAND, 2018; ZIETSMA *et al*., 2019).

Em sua obra, Fineman (2000) caracteriza as organizações como "arenas emocionais" com o propósito de capturar a atividade intensa resultante das emoções vividas em tal conjuntura. Segundo o autor, ao serem vistas como arenas emocionais, as organizações unem e dividem seus membros, as frustrações e também as satisfações presentes no dia-a-dia de trabalho como o tédio, inveja, medo, amor, raiva, culpa, paixão, embaraço, nostalgia, empatia e ansiedade, ligam-se profundamente à forma como os papéis são distribuídos e aprendidos, a como o poder é exercido, a confiança é mantida, o compromisso formado e as decisões tomadas (FINEMAN, 2000).

Deve-se considerar, portanto, que diante de contextos organizacionais, a complexidade e a mudança são elementos constantes que interferem diretamente no retrato emocional dos

trabalhadores. Como consequência, delinear as emoções presentes nesse cenário apenas como positivas ou negativas é algo simplificado perante as questões enfrentadas pelos indivíduos na estrutura social organizacional. Dessa maneira, tem-se como resultado algo de maior complexidade: a ambivalência de emoções (PRATT; DOUCET, 2000; ASHFORTH *et al*., 2014).

Alguns autores definem ambivalência emocional como "a associação tanto de fortes emoções positivas quanto negativas com algum alvo (como, por exemplo, uma pessoa ou objeto/símbolo)." (PRATT; DOUCET, 2000, p. 205, tradução nossa), enquanto outros a pontuam como uma orientação simultaneamente positiva e negativa em relação a um objeto, incluindo a cognição (pensar) e/ou emoção (sentir) (ASHFORTH *et al.,* 2014). Na visão de Pratt e Doucet (2000) e também de Rothman *et al.* (2017) a ambivalência emocional pode englobar combinações de sentimentos positivos e negativos, todavia, é sempre relacional. Ashforth *et al*. (2014) ressaltam que a ambivalência, por tratar-se de uma orientação, refere-se ao alinhamento ou posição que um ator terá em relação a um objeto no sentido de que a orientação positiva será uma espécie de "atração" e a negativa "afastamento" do que seja o causador de tal ambivalência.

Rothman *et al.* (2017) ressaltam que a ambivalência possui antecedentes e, estes constituem fontes para que ela ocorra. O primeiro antecedente destacado pelos autores, refere-se a fatores individuais nos quais algumas pessoas possuem maiores propensões a sentirem ambivalência em virtude de suas características pessoais, ou seus contextos. Esse fator também é discutido por Wang e Pratt (2008) em que os autores pontuam que a existência de ambivalência em organizações, justifica-se em partes, por fatores pessoais. Já a segunda fonte de ambivalência ressaltada por Rothman *et al.* (2017) refere-se aos relacionamentos, especialmente à qualidade destes. Os autores ressaltam que fatores como o período de tempo despendido em um relacionamento, a frequência de interação e a interação em múltiplos domínios do trabalho e da vida podem gerar ambivalência. A terceira fonte, por sua vez, deve-se aos eventos organizacionais em que diante da dinamicidade e das mudanças organizacionais provenientes destas, tem-se ambivalência emocional (ROTHMAN *et al.,* 2017). Por fim, a última fonte de ambivalência descrita por Rothman *et al*. (2017) pauta-se nas estruturas organizacionais. Nessa fonte, os processos da organização, as normas e papeis podem influenciar e ressaltar a ambivalência nesse cenário (WANG; PRATT, 2008; ROTHMAN *et al.,* 2017).

Um ponto de acordo entre os autores é o de que, por mais que a experienciem, os indivíduos podem não estar conscientes de suas ambivalências (PRATT; DOUCET, 2000;

ASHFORTH *et al.*,2014; ROTHMAN *et al.*, 2017). Nesse sentido, Pratt e Doucet (2000) pontuam duas respostas às emoções ambivalentes que consistem em se aproximar ou se afastar contra a causa da ambivalência de forma consciente ou inconsciente (PRATT; DOUCET, 2000; RADU-LEFEBVRE; RANDERSON, 2020). Na resposta de aproximação, Pratt e Doucet (2000) detalham dois espectros: O primeiro é a aproximação positiva que é aquele no qual os indivíduos, ainda que experienciem ambivalência, aproximam-se da fonte de tal emoção e reforçam os pontos positivos da relação. Já o segundo é a aproximação negativa que ocorre quando os indivíduos, ainda que deem ênfase aos aspectos negativos da relação, escolhem se aproximar do que lhes causa a ambivalência.

Por outro lado, tem-se a resposta de afastamento que, de acordo com Pratt e Doucet (2000), volta-se ao desprendimento do indivíduo sobre o que lhe causa ambivalência. Nessa relação, as emoções negativas da ambivalência se tornam mais evidentes e como resultado, a pessoa opta por se distanciar daquilo que lhe aflige. Esse distanciamento pode se dar de maneira física ou então psicológica (PRATT; DOUCET, 2000).

A existência de ambivalência é generalizada nas organizações dado que seus integrantes têm de constantemente lidar e equilibrar demandas contraditórias em suas relações de trabalho, nos grupos ali formados e também em ambientes organizacionais mais amplos que, por sua vez, acabam sendo os principais responsáveis por originar experiências ambivalentes (ROTHMAN *et al*., 2017). As emoções ambivalentes aumentam os níveis de estresse e confusão de uma pessoa (ROTHMAN; WIESENFELD, 2007) mas, também desempenham um papel utilitário ao ajudar os indivíduos a considerarem perspectivas alternativas, aumentando suas capacidades de lidar com situações complexas (GIFFORD, 2002; HUI; FOK; BOND, 2009; RADU-LEFEBVRE; RANDERSON, 2020).

Taylor *et al.* (2022) pontuam que a maneira a qual as pessoas sentem suas emoções interliga-se à forma que se comportam e atuam em seus ambientes de trabalho. De acordo com os autores, experienciar emoções mais positivas e menos negativas no contexto de trabalho frequentemente associa-se a um maior *status* e poder. Contudo, há a percepção de que existem contrastes no modo que homens e mulheres se sentem ao lidarem com as dinâmicas organizacionais (RAGINS; WINKEL, 2011; CEMBRANEL; FLORIANO; RODRIGUES, 2021; TAYLOR *et al.*, 2022) e, por conta de tais condições, as emoções representam um fator crítico que explica o porquê existem diferenças de gênero no poder, especialmente o voltado às relações de trabalho e como tais diferenças acabam sendo mantidas ao longo do tempo (RAGINS; WINKEL, 2011).

Alguns estudos comprovam que em comparação a homens, as mulheres são consideradas emocionalmente mais expressivas e que, as emoções esperadas de mulheres são conflitantes às emoções esperadas de líderes (RAGINS; WINKEL, 2011; FISCHBACH; LICHTENTHALER; HORSTMANN, 2015; SILVA; RODRIGUES, 2022; TAYLOR *et al.*, 2022). Por exemplo, espera-se que mulheres demonstrem mais compaixão e menos orgulho. Quando as emoções demonstradas são inconsistentes a esse estereótipo, as mulheres são julgadas de maneira mais dura do que homens que expressem exatamente as mesmas emoções (SHIELDS, 2010; REZENDE; COELHO, 2010; RAGINS; WINKEL, 2011; TAYLOR *et al.*, 2022). Nesse contexto, as mulheres relatam se sentirem tristes, ansiosas e irritadas com mais frequência do que homens que, ao serem questionados sobre as emoções vividas em um contexto organizacional destacam felicidade, entusiasmo e calma (STEVENSON; WOLFERS, 2009; SIMON; LIVELY, 2010). Um ponto importante a se ressaltar é que as diferenças de gênero voltadas às emoções também são dependentes do contexto a ser analisado (BRODY; HALL, 2008).

Percebe-se que mesmo que se discuta sua importância ao campo de estudos organizacionais, o uso do termo *emoções* ainda é recente (FINEMAN, 2001; BARSADE; GIBSON, 2007; JOST; BULGACOV; CAMARGO, 2018; ZIETSMA *et al.*, 2019). Diante disso, considera-se relevante salientar a influência que as emoções possuem dentro desse cenário, onde integram expressões pessoais do trabalho e, consequentemente, da vida organizacional (FINEMAN, 2001). A emoção está vinculada aos significados e às necessidades de um indivíduo, conforme esse traça a sua trajetória, sendo os recursos subjetivos que a abrangem, os frutos de processos afetivos disponíveis no desenvolvimento de cada atividade (BARSADE; GIBSON, 2007). Entende-se, dessa maneira, que as emoções são centrais aos processos organizacionais e aos comportamentos sociais (ZIETSMA *et al.*, 2019).

Conscientes da relevância que as emoções possuem em um contexto organizacional e por serem o fator que molda as experiências dos indivíduos diante dos caminhos por eles traçados, entende-se nesta tese que as emoções se interligam às decisões despendidas no cenário organizacional e, que a própria inserção de uma pessoa em determinado tipo de organização é fruto de alguma emoção específica. Sem desconsiderar as demais emoções que possam estar presentes no processo de atuação de mulheres na política, pontua-se a seguir a empatia e a prosocialidade. Nesta tese, tem-se como um dos objetivos específicos identificar se a empatia pode pautar a atuação política de mulheres em organizações da política brasileira, interligando-se às causas que defendem. Neste sentido, como um dos meios que pautam tal atuação, destaca-se a possibilidade de a empatia ser, ou não, uma das emoções responsáveis pela inserção de

mulheres em organizações políticas brasileiras e que, por consequência teria o desenvolvimento da prosocialidade, traduzida em iniciativas pró-sociais. Entende-se que, caso a empatia exista, essas iniciativas possam ser ações elaboradas em prol da sociedade, por conta da sensibilização empática com as causas defendidas. É importante mencionar que se entende que nem todas as mulheres são pessoas empáticas e que esta emoção também pode ser experienciada por homens, contudo, o foco em mulheres no presente estudo dá-se em função do recorte escolhido. Portanto, a seguir discute-se sobre empatia.

2.1.1 Empatia

No contexto da literatura acadêmica, foi em 1873 que pela primeira vez se falou em empatia. O filósofo alemão Robert Vischer foi o responsável por criar o termo "*Einfühlung*", que significa empatia, com a finalidade de descrever como uma pessoa se sente em relação às emoções de outra pessoa (BURCH *et al*., 2016).

A empatia em si é visualizada como a habilidade ou tendência de compartilhar e entender os estados internos de alguém que não a si mesmo, fato esse que destaca uma de suas principais características: ser um conceito multifacetado (ZAKI; OCHSNER, 2016; EDLINS; DOLAMORE, 2018).

Nesta tese, compreende-se a empatia como um processo que envolve o saber, o conhecer e o sentir emoções alheias, cujos fatores são responsáveis por motivar ações e comportamentos em prol de outras pessoas (DERKSEN; BENSING; LAGRO-JANSSEN, 2013; BURCH *et al*., 2016; VAN DER GRAAF *et al.*, 2016; CLARK; ROBERTSON; YOUNG, 2018). O conceito adotado é o trazido por Burch *et al*. (2016) no qual os autores detalham a empatia como um processo mental, de caráter afetivo e cognitivo, que envolve o sentir ou o conhecer as emoções dos outros, motiva ações prosociais e baseia-se no contexto social e organizacional no qual o indivíduo se insira.

Nos primórdios dos estudos a respeito da temática questionou-se se a empatia era essencialmente necessária ao bom desenvolvimento do trabalho ou se, por outro lado, ela o atrapalhava (BASCH, 1983). Contudo, comumente, a empatia é reconhecida como um aspecto fundamental ao bom funcionamento de uma organização no que tange à abertura ao ambiente que a cerca e aos indivíduos que têm suas vidas transformadas pelas organizações, sejam como trabalhadores ou como pessoas que sentem o impacto de sua existência (THEXTON; PRASAD; MILLS, 2019).

Por conta da empatia afetar aspectos organizacionais que partem do nível individual, perpassam o nível grupal e, posteriormente, encontram-se no nível organizacional (BURCH *et al*., 2016), ela tem encontrado o seu caminho no campo de Estudos Organizacionais, especialmente quanto às práticas organizacionais que podem envolver a concepção de serviços e produtos, estar relacionada a aspectos voltados à liderança, no serviço com clientes, nas relações com *stakeholders*, dentre outros fatores (THEXTON; PRASAD; MILLS, 2019). No entanto, de acordo com a pesquisa de Edlins e Dolamores (2018), ao debater-se a empatia dentro das organizações, ainda há falta de compreensão a seu respeito, em relação a seus atributos individuais e também sobre formas apropriadas de cultivá-la nesse cenário. Além do exposto, existem críticas voltadas ao fato de os conceitos existentes na literatura não refletirem a multidimensionalidade do conceito (CLARK; ROBERTSON; YOUNG, 2018). Como consequência e reflexão sobre tal lacuna, a ênfase na empatia no presente trabalho dá-se nas relações entre empatia e as três vertentes da prosocialidade (motivação pró-social, comportamento pró-social e impacto pró-social), as quais são delineadas a seguir, com foco na empatia e nos comportamentos pró-sociais.

Independentemente do contexto, seja organizacional ou pessoal, a empatia é uma habilidade importante. É graças a ela que os seres humanos são capazes de se sintonizar com o que outra pessoa sente ou pensa. A empatia é responsável por permitir a compreensão de intenções alheias, prever comportamentos e experimentar uma emoção desencadeada por emoções que não as próprias (BARON-COHEN; WHEELWRIGHT, 2004).

Heaphy, Lilius e Feldman (2021) caracterizam a empatia como uma emoção prosocial que pode dividir-se em três momentos, nos quais o resultado tem por propósito o desejo de proteger ou promover o bem-estar dos outros, mesmo que esse seja às custas do seu próprio bem-estar. O primeiro momento delineado pelos autores é chamado de preocupação empática e refere-se ao desejo de amenizar o sofrimento do outro, fazendo parte de uma "família de emoções" (Ekman, 1992) que inclui compaixão, pena e simpatia. É importante destacar que conforme exposto por Ekman (1992), uma família de emoções refere-se a um grupo de sentimentos distintos, mas com características em comum. A preocupação empática existente na empatia, fazendo parte de uma família de emoção, compartilha antecedentes similares (o sofrimento de outro), a avaliação de componentes-chave (o sofrimento de outros importa ao indivíduo), tendências centrais de ações (que visam diminuir o sofrimento do outro) e respostas fisiológicas e comportamentais (GOETZ; KELTNER; SIMON-THOMAS, 2010). Assim, compreende-se que as pessoas que sentem preocupação empática possuem a percepção de que outras pessoas não têm controle a respeito de seus sofrimentos e, creem poder reverter a situação

por acreditarem que possuem recursos e habilidades para lidar com a circunstância que gere essa emoção (GOETZ, 2010; ATKINS; PARKER, 2012; HEAPHY; LILIUS; FELDMAN, 2021).

Já o segundo momento é o que os autores delimitam como “raiva empática”. A raiva empática precede a preocupação empática e refere-se ao que é pontuado como “ultraje moral”, em que a raiva é provocada diante da percepção de que um padrão moral é violado (THOMAS *et al.*, 2009). A raiva empática existe quando se tem a percepção de um dano moral causado a outra pessoa por existirem descumprimentos às normais morais e sociais (HEAPHY; LILIUS; FELDMAN, 2021).

Por fim, o último momento que pode englobar a empatia na visão de Heaphy, Lilius e Feldman (2021) é a culpa empática. A culpa, dentro do escopo da empatia, é uma emoção reativa e aversiva que surge quando indivíduos causam danos a outro indivíduo. Essa culpa ocorre quando um terceiro indivíduo imagina como se sentiria se não tomasse determinada medida que aliviasse tal dano, podendo ocorrer mesmo quando as pessoas não se sentem responsáveis pelo sofrimento de outro. Não obstante, os autores afirmam que independente da sua forma, a culpa empática também pode preceder uma preocupação empática e, muitas vezes, essas duas formas de empatia ocorrem simultaneamente, sendo a motivação para a ação de reparo a respeito dos danos causados.

Diante do delineado, nesta tese percebe-se que a empatia e o desenvolvimento de iniciativas pró-sociais são possíveis sentimentos (empatia) e ações (iniciativas pró-sociais geradas pela empatia) que motivam o delineamento de estratégias das mulheres que atuam em organizações da política brasileira.

Entende-se que possa haver uma luta por posições de poder, em que a atuação de mulheres na política, além de perpassar pela sensibilização empática decorrente das causas e pautas defendidas, pode interferir nas suas constituições identitárias e nas próprias relações de poder existentes em um contexto organizacional. Características como sensibilidade, propensão ao cuidado e até mesmo a própria empatia são atribuídas às mulheres para associá-las a profissões voltadas a educação, artes e cuidado (CEMBRANEL; FLORIANO; CARDOSO, 2021; SOUZA; FERRAZ; FERRAZ, 2021) contudo, neste estudo, investiga-se como tais características podem ser propulsoras a atuação em cargos de liderança e gestão, como é o caso de mulheres atuantes em organizações políticas.

Dessa maneira, a seguir destaca-se a conexão existente entre empatia e prosocialidade.

2.1.2 Prosocialidade

Entende-se a empatia como um processo afetivo e cognitivo que envolve o saber, o conhecer e o sentir emoções alheias e, que tais fatores são os responsáveis por motivarem ações e comportamentos pró-sociais, baseados no contexto social e organizacional (DERKSEN; BENSING; LAGRO-JANSSEN, 2013; BURCH *et al*. 2016). Nesse contexto, a empatia é passível de ser expressa como um processo que reflete a capacidade que um indivíduo tem de perceber e ser sensível aos estados emocionais de outros (DECETY *et al.*, 2016), uma vez que a prosocialidade é despertada pela consciência das condições de outra pessoa (HEAPHY; LILIUS; FELDMAN, 2021).

Em decorrência da empatia, compreende-se nesta tese que a prosocialidade é um conjunto de ações, motivações e comportamentos que resultam em impactos positivos em prol da sociedade e, embora essas três vertentes estejam interligadas, tratam-se de fenômenos distintos (BOLINO; GRANT, 2016). A motivação pró-social diz respeito ao desejo de beneficiar outros ou despender esforços ao próximo (GRANT, 2008), conexo, desse modo, com o fato de motivar comportamentos e ações pró-sociais (DERKSEN; BENSING; LAGRO-JANSSEN, 2013), originados na empatia. Tal ligação é perceptível devido aos comportamentos pró-sociais referirem-se a ações que promovem ou protegem o bem-estar de indivíduos, grupos ou organizações (BRIEF; MOTOWIDLO, 1986). Comportamentos pró-sociais referem-se a procedimentos voluntários, dos quais o objetivo é beneficiar outros indivíduos, promovendo relações harmoniosas, as quais representam uma ampla categoria de atos que são definidos pela sociedade e/ou grupo social como benéficos para outras pessoas (PENNER *et al.*, 2005). Por fim, o impacto pró-social é definido como a experiência de fazer a diferença positiva na vida de outra pessoa por meio do seu próprio trabalho (BOLINO; GRANT, 2016).

Apesar da existência das referidas vertentes, o comportamento pró-social parte da premissa de que pode ser o responsável por concretizar as motivações e impactos pró-sociais. A atenção a comportamentos pró-sociais é derivada da área da psicologia que, conforme especificado por Penner *et al.* (2005), tem origem nos estudos de McDougall (1908), cujo principal argumento se voltava ao fato de que o comportamento pró-social seria originado por "emoções ternas" desenvolvidas a partir de um instinto parental. Desde o início das discussões relacionadas ao seu conceito entende-se que diante de um contexto organizacional, um indivíduo pode desempenhar comportamentos pró-sociais em virtude dos processos sociais ali existentes. Em seu estudo, Heaphy, Lilius e Feldman (2021) apontam que quando uma pessoa

experiencia prosocialidade em detrimento a aspectos que considera prejudiciais ao outro, é mais provável que essa pessoa se manifeste a respeito das questões que considera nocivas.

Diante de tal contexto, Penner *et al.* (2005) destacam a possibilidade de se examinar o comportamento pró-social a partir de uma perspectiva multinível que permita reconhecer as diversas influências que promovem as ações em benefício de outros. Além disso, de acordo com os autores, o modelo permite verificar outras ações que sejam manifestas consoante a aspectos derivados do comportamento pró-social, justificando, assim, tanto os processos comuns quanto os individuais que se encontrem subjacentes aos diferentes níveis de análise.

O modelo multinível apresentado por Penner *et al.* (2005) examina o comportamento pró-social a partir de três níveis de análise: *micro*, *meso* e *macro*. Sob uma perspectiva *micro*, tem-se como preocupação a análise da etiologia das tendências e diferenças pró-sociais dos indivíduos, buscando respostas a respeito da razão envolvida por trás de tais fatores, sejam essas voltadas a aspectos biológicos, genéticos, processos de desenvolvimento ou fatores de personalidade. No nível *meso*, a análise se refere ao estudo dos comportamentos "díades" – ajudar ou não – dentro do contexto de uma situação específica. Os estudos, nesse nível, foram em grande parte estimulados pelo questionamento quanto à motivação de pessoas ajudarem as demais, o que tem por foco três mecanismos: (a) aprendizagem; (b) padrões sociais e pessoais; e (c) afetos. Por fim, o nível *macro* de análise concentra-se em ações pró-sociais que ocorrem dentro do contexto de grupos e grandes organizações como, por exemplo, voluntariado e cooperação.

É importante mencionar que, apesar dos níveis de análise, o comportamento pró-social possui natureza multidimensional, cuja delineação ocorre desde a infância dos indivíduos (PAULUS, 2018) e se entrelaça aos seus valores, à formação de sua identidade, às emoções, às vivências e até mesmo às relações de poder existentes no contexto organizacional (PENNER *et al.*, 2005; PAULUS, 2018). Assim, sabendo-se das especificidades existentes no contexto organizacional, cabe destacar a importância que as interações sociais possuem em tal dinâmica, pois, é por meio delas que as pessoas, ao se identificarem, inserem elementos externos às suas próprias identidades (CALDAS; WOOD JR., 1997; BERGER; LUCKMANN, 2003; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010) e desenvolvem ações nesse cenário. Toda e qualquer identidade é construída, e o questionamento que se deve fazer é "como?", "a partir de que?", "por quem?" e "para que?" essa construção ocorre (CASTELLS, 2018). Dessa maneira, a seguir, traz-se à discussão a identidade.

2.2 IDENTIDADE

A identidade consiste em um conceito autorreflexivo, ligado às possíveis respostas ao questionamento “Quem sou eu?”, conectado a um “conjunto de traços, de imagens e de sentimentos que o indivíduo reconhece como fazendo parte dele próprio” (JAQUES, 2013, p. 138).

Nesta tese, a teoria de identidade torna-se relevante pois, dentro da dinamicidade existente no sistema político e em suas organizações, a identidade de mulheres ali inseridas, atrela-se às suas atuações quando estas as internalizam e tem como resposta à pergunta “quem sou eu?”, o “eu sou uma mulher atuante na política brasileira”.

Contudo, considerando-se a existência de emoções e das relações de poder ali perpetuadas, essa resposta nem sempre será direta, podendo tornar-se um questionamento como, por exemplo: “eu serei uma mulher atuante na política brasileira?” em que, perante as especificidades de tal ambiente, as emoções negativas que surgem em suas trajetórias e diante das relações de poder assimétricas, possa existir o afastamento da constituição identitária voltada a como realmente ser uma mulher na política.

Por outro lado, quando o oposto ocorre, em um contexto no qual se torna possível verificar relações de poder mais igualitárias e a predominância de emoções positivas no processo, a identidade dessas mulheres pode se firmar como um elemento de apoio às suas decisões e atuações mesmo que em um conjunto de circunstâncias marcado por sub-representação e patriarcalismo (FERNANDES *et al.*, 2020; FERNANDES; LOURENÇO, 2021).

Em virtude de tal problemática, discute-se nesta seção o entendimento acerca de identidade, seu conceito, os níveis existentes bem como o nível escolhido para a pesquisa.

2.2.1 A origem da identidade e seus delineamentos

A palavra *identidade* é provinda de estudos sobre lógica, álgebra e filosofia clássica e, estendeu-se a diferentes campos científicos, o que a fez ganhar distintos significados (CALDAS; WOOD JR., 1997; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010, BROWN, 2020). Levando em consideração sua etimologia, o termo identidade é derivado do latim *idem* ou então *identitas* que significa “o mesmo” e de *entitas* que se traduz como “a mesma entidade” (CALDAS; WOOD JR., 1997).

Quando se adotou o conceito de identidade além das fronteiras do campo da lógica, sua concepção era de algo que descrevesse ou se limitasse ao indivíduo (CALDAS; WOOD JR., 1997). Desde os primórdios de seu estudo, entende-se que a identidade é considerada fundamental para a concepção da humanidade, preenchendo uma espécie de vazio com aspectos referentes à cultura e aos grupos dos quais o indivíduo faz parte, constituindo-se, majoritariamente, pela atividade humana, principalmente por meio da linguagem e símbolos compartilhados (CALDAS; WOOD JR., 1997).

A formação de uma identidade se dá de forma evolutiva e reflexiva mediante observações, muitas vezes inconscientes por parte do indivíduo, em que este compara o seu próprio julgamento a respeito de si em relação às percepções que possui sobre os demais (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010). Nesse sentido, salienta-se que a constituição identitária dá-se conforme a maneira que o indivíduo se percebe dentro de um ou vários grupos, direcionando suas ações e reflexões de acordo com tal grupo (MACHADO, 2003; BROWN, 2020).

Isso ocorre devido à identidade ser definida como a localização do indivíduo em um lugar no mundo e, diante disso, essa identidade será subjetivamente apropriada e somente fará sentido quando inserida nesse mundo (BERGER; LUCKMANN, 2003). Deste modo, a constituição de uma identidade resulta do processo de interação com diferentes realidades e outros aspectos significativos voltados à socialização na qual o sujeito possa dispor de possibilidades distintas de viver e compartilhar experiências (BERGER; LUCKMANN, 2003).

As noções de identidade utilizadas no campo de estudos organizacionais se baseiam em diversas vertentes, dando-se ênfase a três específicas: a vertente filosófica cujas raízes se deram com pensadores como Locke e Descartes, as psicológicas que são provindas de estudos de James e Freud e, por fim, a vertente sociológica que possui figuras-chave que variam de Marx, Marcuse, Mead, Giddens, Heidegger, dentre outros (BROWN, 2019). Nesse contexto, percebe-se que expressões distintas são empregadas para tratar da identidade na área de Estudos Organizacionais e, diante dos conceitos existentes, optou-se por empregar, dentro da vertente sociológica, a definição de Castells (2018, p. 58), que entende a identidade como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.”

Dentro da lógica sociológica, a identidade é tratada como uma “ponte conceitual” entre o indivíduo e a sociedade (SNOW; ANDERSON, 1987; WEBB, 2006; BROWN, 2015). Entende-se, por meio dessa visão, que a identidade seja resultado da construção subjetiva de

quem se foi, se é e, de quem o indivíduo tenha o desejo de se tornar. A identidade está implicada e é um elemento de extrema relevância para se entender e explicar praticamente tudo que acontece dentro e ao redor das organizações (BROWN, 2015, BROWN, 2020).

Em tal conjuntura, a identidade também pode ser vista como uma forma de autoconhecimento que torna possível aos indivíduos despertarem a consciência de seus repertórios sociais, cognitivos e emocionais (SIMPSON; CARROLL, 2008). Entretanto, ao mesmo tempo que os estudos sobre identidade são cruciais, também trazem consigo diversas problemáticas ao campo, o que destaca a necessidade contínua de compreensão sobre sua dinâmica no contexto organizacional (ALVESSON; WILLMOTT, 2002). Brown (2019) afirma que este é apenas um dos motivos pelos quais o campo de administração e estudos organizacionais têm dado ênfase ao tema. De acordo com o autor, tanto a identidade quanto sua construção vêm sendo tratados como algo nunca finalizado e sim, em constante progresso (BROWN, 2019).

Em seu trabalho seminal, Caldas e Wood Jr. (1997) identificaram seis agrupamentos a respeito da evolução do conceito de identidade no campo da teoria organizacional que indicam ligações entre os conceitos, mas também tendências de estudo. Para a elaboração dos agrupamentos, os autores propuseram a combinação de duas dimensões: a do objeto focal (identidade de quem) e a dimensão da observação (interna ou externa) que, de acordo com Fernandes, Marques e Carrieri (2010) denotam a trajetória no sentido individual para o coletivo. O primeiro agrupamento refere-se aos estudos pioneiros da identidade, sua origem psicanalítica, abrangendo a identidade individual expressa e o comportamento. No segundo agrupamento, tem-se a identidade como autoconceito, delimitando o conceito que uma pessoa faz de si. Aqui a identidade é compreendida como um fenômeno social que deriva dos significados que um indivíduo atribui à sua interação com outros grupos no decorrer de sua vida (CALDAS; WOOD JR., 1997).

O terceiro agrupamento concerne à identidade organizacional, porém, tem-se nele uma metáfora que deriva do conceito de identidade individual no qual, partindo-se deste, sugere-se que por meio da cultura e simbolismos, as organizações também tenham identidades. O quarto agrupamento, por sua vez, tange à identidade individual, grupal e organizacional que engloba estudos organizacionais tendo como foco a maneira que a organização percebe a si mesma. No quinto agrupamento tem-se a identidade organizacional sob uma ótica mais instrumental que se concentra no modo que as organizações administram e são impactadas por sua imagem. Por fim, no sexto agrupamento discute-se a identidade em nível macro, abrangendo o nível de nações e a própria humanidade (CALDAS; WOOD JR., 1997).

Sabe-se que para um determinado indivíduo ou ator social, podem existir múltiplas identidades e tal pluralidade acaba sendo fonte de tensão a depender do contexto em que o indivíduo se insira (CASTELLS, 2018), assim, a seguir sintetiza-se os níveis de análise da identidade e qual o nível utilizado nesta tese.

2.2.2 Os níveis de identidade & o nível adotado

Os estudos sobre identidade abrangem múltiplos níveis de análise que caracterizam o olhar que o pesquisador terá a respeito de suas especificidades, permitindo a discussão sobre a subjetividade existente no âmbito da identidade bem como das práticas que ela desencadeia não somente no que diz respeito ao indivíduo, mas também à sociedade, especialmente no contexto das organizações (MACHADO; KOPITKE, 2002; MACHADO, 2003; BROWN, 2022).

Assim, no campo de estudos organizacionais, os níveis de identidade consistem em: identidade individual, identidade social, identidade de trabalho, identidade organizacional e identidade em nível macro (CALDAS; WOOD JR., 1997; MACHADO; KOPITKE, 2002; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010; BROWN, 2020). A identidade individual é aquela processada ao longo da vida do indivíduo, de caráter autorreflexivo, que se faz presente em suas interações sociais, tanto em seu domínio pessoal, quanto profissional (MACHADO; KOPITKE, 2002). A identidade social, por sua vez, consiste no conceito referente à vinculação de uma pessoa a determinados grupos sociais (CALDAS; WOOD JR., 1997; MACHADO; KOPITKE, 2002; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010). Já a identidade de trabalho atrela-se ao trabalho efetivamente realizado, à organização que o indivíduo se insere, bem como à trajetória delineada em tal contexto, tendo como aspecto central o que o indivíduo imagina para si mesmo e à sua possível identidade (MACHADO; KOPITKE, 2002). Por outro lado, quando se coloca em pauta a identidade organizacional, essa é definida como algo próprio, essencial e constante à organização e é por meio dela que atributos que distinguem uma organização de outra são verificados (ALBERT; WHETTEN, 1985; NOGUEIRA, 2010). Por fim, a identidade em nível macro é àquela compartilhada entre nações e sociedades, formada com elementos da cultura, costumes e outros significativos partilhados pelos indivíduos que com ela possuem contato, representando-se simbolicamente na concepção de “povo” (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010; CASTELLS, 2018).

Brown (2019) ressalta que dentro do campo de estudos organizacionais tem-se a necessidade de pesquisas que concentrem seus esforços em como as identidades e os processos pelos quais elas são construídas podem desencadear consequências importantes ao contexto

organizacional e aos indivíduos. Tendo-se ciência de tal lacuna, dos diferentes agrupamentos e níveis aos quais uma identidade possa se encaixar, o nível de identidade adotado na presente tese é a identidade individual, uma vez que os outros temas utilizados no trabalho (emoções e poder) repercutem em nível específico do indivíduo e, posteriormente em nível coletivo conforme destacado por Castells (2018).

Compreende-se na presente pesquisa que uma identidade individual é àquela construída no decorrer da vida de um indivíduo e de acordo com as experiências que este vai adquirindo no desenrolar de sua trajetória (STRAUSS, 1999). Fernandes, Marques e Carrieri (2010, p.37) pontuam a identidade individual como "a história que o sujeito contaria de si" e, é relevante salientar que uma identidade individual é constituída com elementos psicológicos do que uma pessoa possa ter para si e também fruto da identidade que gera a outras pessoas, sendo um processo que conecta as identidades que ela possa assumir e também as identidades que visa possuir (MACHADO; KOPITTKE, 2002).

Apesar de tratar-se de um conceito focado no indivíduo, percebe-se que a construção de uma identidade individual também possui influências externas, como por exemplo, as interações sociais, a cultura na qual o sujeito se insere, os grupos dos quais faz parte, a linguagem e símbolos compartilhados em seu contexto, bem como as próprias organizações em que este desenvolve suas atividades laborais (ALBERT; WHETTEN, 1985; CALDAS; WOOD JR., 1999; STRAUSS, 1999; BERGER; LUCKMANN, 2003; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010).

Conforme destacado no estudo de Correa e Lourenço (2016) a identidade individual pode ser associada aos valores e experiências vivenciadas pelos indivíduos não somente em aspectos pessoais, mas também profissionais. Essa formação da identidade dá-se de forma evolutiva e reflexiva conforme o que o indivíduo percebe consciente e inconscientemente tanto sobre si mesmo quanto em relação aos outros com quem convive (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010). Entende-se que os "outros" possam ser tanto indivíduos quanto organizações e que a identidade individual é uma espécie de autoconhecimento que o ser humano possua (SIMPSON; CARROLL, 2008).

Diante de tal perspectiva, é importante salientar que conforme pontuado por Castells (2018), um determinado indivíduo ou ator coletivo pode possuir identidades múltiplas, contudo, a construção de significados por parte deste organiza-se em torno de uma identidade primária, autossustentável ao longo do tempo e espaço e que estrutura as demais identidades. Essa multiplicidade e consequente pluralidade acaba sendo fonte de tensão ao indivíduo em relação

à sua autorrepresentação, por isso, é relevante estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente aponta-se como papéis em um contexto organizacional.

Castells (2018, p. 62) salienta que "identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções." Os papéis, aqui, podem ser considerados as diretrizes e normas formuladas por instituições e organizações que desenvolvem crenças sobre as atitudes que podem ou não serem ali desempenhadas e, assim, cada ator passa a agir de acordo com as expectativas alheias (BERGER; LUCKMANN, 2003; CASTELLS, 2018).

Conforme os atores utilizam estratégias na escolha e adaptação de seus papéis, esses passam a exercer influência na dinâmica relacional voltada à construção da identidade por levantarem questões de poder. O papel, juntamente com o nível de poder que uma pessoa ocupa no contexto organizacional, além de afetar diretamente a sua construção identitária, atinge também as identidades de todo o resto da organização. Isso ocorre pois os mundos de papéis mapeiam os padrões de poder, mas também, de controle ali exercidos, tornando-se um intermediário de valor para a manutenção das identidades construídas (SIMPSON; CARROLL, 2008).

Uma identidade pode constituir-se em meio às relações de poder (BROWN, 2022) e, nesse contexto, Castells (2018) aponta três formas de construção de identidades. A primeira é a identidade legitimadora, que é o tipo de identidade introduzida por instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação em relação aos atores sociais. A segunda é a identidade de resistência referente à identidade criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e, desse modo, constroem uma espécie de resistência com base em princípios diferentes dos que são difundidos pela maioria da sociedade. Por fim, o último tipo de identidade é a de projeto, constituída quando os atores sociais constroem uma nova identidade, capaz de redefinir as suas posições na sociedade e de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Em seu estudo, Brown (2019) indica que no campo de estudos organizacionais considerável atenção tem sido dada a trabalhos que debatam a identidade de forma empírica e sob diferentes óticas. O autor pontua que questões conceituais a respeito de como as identidades são construídas, quais os tipos de identidade prevalecem no contexto organizacional, como as identidades interferem nos processos e resultados organizacionais, como as identidades são envolvidas em relações de poder e qual o papel das emoções na construção de uma identidade são tópicos em ascensão, que demandam maior aprofundamento por parte dos pesquisadores, estão cada vez mais em foco e necessitam de cada vez mais problematização a fim de gerar maior debate na administração.

Por consequência de tal lacuna, na articulação teórica deste estudo, argumenta-se que as emoções e o poder possuem interferência na identidade de um indivíduo tendo em vista que a construção social da identidade ocorre em um contexto marcado por relações de poder, conforme salientado por Castells (2018). Essas interferências, que variam conforme o ambiente em que o indivíduo se insere, fazem-se presentes, principalmente, quando as relações de poder são latentes e a exposição de emoções é interpretada como algo negativo, em especial para as mulheres em cargos de liderança (RAGINS; WINKEL, 2011; SILVA; RODRIGUES, 2022).

Nesse processo podem surgir micro e macroagressões às identidades (FERNANDES; LOURENÇO, 2023) como consequência da própria violência de gênero que, como destacado por Bandeira (2014) ocorrem motivadas por manifestações de desigualdade pautadas na condição do sexo de uma pessoa, iniciando-se muitas vezes em seu próprio universo familiar em que as relações de gênero se fundamentam em relações hierárquicas. Essa temática, por arraigar-se culturalmente, muitas vezes é naturalizada até mesmo na academia como pontuado por Souza, Ferraz e Ferraz (2021) ao discutir que no campo da administração, os próprios trabalhos acadêmicos naturalizam estereótipos de mulheres nas organizações sem problematizá-los.

Em contextos como o da política, o poder, muitas vezes, é considerado algo masculino (ARAÚJO, 2010). Todavia, o poder juntamente às relações dele provenientes podem interferir nas emoções e na identidade de um indivíduo dentro de um contexto organizacional. Dessa forma, na próxima seção apresenta-se o tema poder, suas especificidades, relevância e qual o entendimento utilizado nesta tese.

2.3 PODER

2.3.1 Teorias sobre poder

Historicamente, o que se compreendia como poder no contexto organizacional era algo intangível, derivado de questões voltadas à propriedade e ao conhecimento. No escopo de propriedade, quem possuía poder eram os detentores do controle dos meios de produção que dispunham do “poder de vigilância” das estruturas organizacionais. Por outro lado, em relação ao conhecimento, o poder se atrelava à maestria no exercício das atividades (HARDY; CLEGG, 2001).

No entanto, desde os primórdios de seu estudo, há uma linha histórica que conecta o poder à influência, ao controle e à autoridade. Um conceito mais geral o caracteriza como uma espécie de relação entre pessoas. De forma simplificada, pontua-se que “A” teria poder sobre

"B" na medida em que "A" poderia levar "B" a fazer algo que não faria de outra forma. Por consequência, a base do poder de um ator consistiria em todos os recursos, oportunidades, atos, objetos, dentre outros aspectos, passíveis de exploração a fim de "efetuar" o comportamento de outro (DAHL, 1957).

Em um contexto organizacional moderno, marcado pelo crescimento das organizações, o conceito de poder se alterou conforme as organizações se tornavam mais fragmentadas e, em virtude disso, passou a estar estruturado dentro do *design* organizacional (HARDY; CLEGG, 2001). Nesse novo cenário, o poder se atrelou à obediência organizacional, uma vez que, conforme destacado por Weber (2015), poder significa toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo diante de resistências. Entrelaçado ao conceito de dominação, o autor destaca que a aplicação do poder seria bem sucedida caso houvesse obediência às ordens, correspondendo à autoridade e coerção. O poder, então, seria visto como a habilidade de fazer outras pessoas fazerem o que é preciso, mesmo contra a própria vontade, podendo ser legítimo ou baseado na ameaça de violência.

Conforme salientado por Hardy e Clegg (2001), a definição de Weber trouxe consigo mais aspectos negativos do que positivos, sendo contestada por diversos campos da literatura. Por conta de tal conflito, existe uma variedade de conceituações contraditórias sobre poder (HARDY; CLEGG, 2001; HAAUGARD; CLEGG, 2009), grande parte delas decorrentes, principalmente, das duas vertentes mais estudadas sobre o tema: a funcionalista e a crítica. A vertente funcionalista adota uma orientação gerencialista em que, por meio de um conceito pragmático, o poder é legitimado na forma de estruturas organizacionais. Já a vertente crítica confronta temas como dominação e exploração (HARDY; CLEGG, 2001).

Dentro de tais vertentes, compreende-se que a teoria de poder se desenvolveu por meio da representação de um conjunto de conceitos (HAAUGARD; CLEGG, 2009), perpassando por autores como Maquiavel (2018), Hobbes (1968), Nietzsche (1968), Bourdieu (1989), Foucault (2014) e Marx (2013). Contudo, na área da Administração, a literatura dominante sobre poder volta-se quase que exclusivamente ao seu uso para vencer conflitos (HARDY; CLEGG, 2001). Tem-se a ideia de que existe uma "briga justa" dentro desse cenário, em que um grupo se utiliza do poder para ultrapassar a oposição de outro e, aí, entra a concepção de que quando se fala sobre poder também se fala sobre política (HARDY; CLEGG, 2001).

O poder em um contexto organizacional não está, necessariamente, atrelado à estrutura hierárquica dos cargos ou às suas relações recíprocas (HARDY; CLEGG, 2001). As correntes tradicionais dividem o poder entre legítimo, que seria o poder atrelado à estrutura formal da

organização, e ilegítimo, que seria o exercido fora das estruturas hierárquicas formais e dos canais sancionados por tais estruturas.

Os aspectos das muitas faces do poder que moldaram as percepções contemporâneas de poder nas Ciências Sociais são justamente os pormenores do poder legítimo *versus* poder ilegítimo; da coerção *versus* autoridade; do poder sistêmico coletivo *versus* poder específico do agente individual; do poder constitutivo *versus* poder do qual há escape; e de poder como autonomia (HAAUGARD; CLEGG, 2009).

Sabendo-se das possibilidades de abordagem acerca do poder dentro do contexto organizacional, a seguir explicita-se a visão de poder adotada a esta tese.

2.3.2 O entendimento de poder utilizado neste estudo

O poder representa um conjunto de conceitos, considerado um meio necessário para promover a ação coletiva (HARDY; CLEGG, 2001; HAAUGARD; CLEGG, 2009). Nesta tese utiliza-se e discute-se o conceito proposto por Castells (2019, p. 57), para quem o poder é visto como a "capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de formas que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder". Optou-se por tal definição pois, de acordo com o exposto, o poder é um processo fundamental à vida em sociedade por conta de esta ser definida em torno de valores e instituições, bem como do que é valorizado e institucionalizado por meio dessas relações de poder. Castells (2019) salienta que o poder é exercido por meio de coerção ou possibilidade de coerção e/ou pela construção de significados e, por meio dessas, os atores sociais passam a guiar e orientar as suas ações. Nesse contexto, as relações de poder estruturam-se pela dominação, que "é o poder entranhado nas instituições da sociedade." (CASTELLS, 2019, p. 57).

Um ponto a salientar nesta definição é que o poder é analisado por meio da capacidade relacional que um indivíduo possui e, por sua vez, corresponde a uma relação e não a um atributo. Em vista disso, pode-se afirmar a existência de uma dinamicidade ao se colocar o poder em pauta, já que este não se refere a um fato social e, sim, a um processo social (EDELMAN, 2013; CASTELLS, 2019). Importante destacar que quando Castells (2019) faz os seus apontamentos em relação a atores sociais, ele se refere a uma variedade de sujeitos que podem agir em determinados contextos, dentre eles estão os atores individuais, coletivos, organizações, instituições e redes.

Castells (2019) aponta que uma relação de poder se constrói sob duas perspectivas: a de dominação e a de processos de resistência. No entanto, o autor fornece a compreensão de que não existe um poder absoluto ou um "grau zero" de influência dos que são submetidos ao poder em relação aos que estão em posições de poder. O que se tem são diferentes graus de influência entre um ator e outro, contudo, mesmo em tais circunstâncias, há a possibilidade de resistência que questiona este tipo de relação.

Diante da assimetria em relações de poder, tem-se também graus de consentimento e aceitação do poder por parte dos sujeitos envolvidos. No entanto, quando a resistência e a rejeição ganham força, as relações se transformam, os termos são alterados e quem detinha o poder, o perde. Em um contexto organizacional, tal movimento pode inclusive resultar em mudanças institucionais ou estruturais (CASTELLS, 2019).

Cabe então, um último destaque, que se refere à relação existente entre poder e gênero, e que nesta tese tem conexão específica com as mulheres atuantes em organizações do sistema político. Hardy e Clegg (2001) destacam que os primeiros estudos voltados às mulheres no contexto organizacional estão pautados na década de 70 e, conforme Ragins e Winkel (2011), por mais que as mulheres já estejam inseridas nas organizações há um bom tempo, ainda existe um *gap* voltado a gênero e poder nesse ambiente. Hardy e Clegg (2001) salientam que, nesse sentido, pode-se caracterizar as organizações como arenas dentro das quais surge a política a respeito do gênero, entretanto, mesmo com a sua existência, essas "soluções encontradas" tratam apenas dos sintomas voltados à ausência de poder das mulheres dentro da organização e não das possíveis causas que se encontram profundamente enraizadas.

Ao analisarem como o poder opera dentro de relações de liderança, Ladkin e Probert (2021) demonstraram que o poder pode diferir das teorizações tradicionais em termos de posição e características pessoais de um líder, a exemplificar-se o próprio gênero deste, indicando que o poder possui uma natureza contingente e efêmera. Em consonância a isso, Ragins e Winkel (2011) e Evans e Kenny (2019) destacam que mesmo quando em posições de liderança, as mulheres são menos propensas do que seus colegas homens a realizarem o poder associado às suas posições. No entanto, em determinados tipos de contexto, como é o caso de organizações predominantemente masculinas, quando esse poder é percebido e mulheres tentam utilizá-lo, existe uma série de barreiras culturais e até mesmo institucionais que as impedem de exercê-lo (KNOPPERS *et al.*,2022). No estudo de Knoppers *et al. (*2022) os autores exemplificam tal fato ao entrevistarem mulheres atuantes em organizações predominantemente masculinas e verificarem que mesmo que tais mulheres cheguem a posições de liderança, tenham o conhecimento e experiência necessário às suas funções, muitas

vezes são questionadas a respeito de suas decisões. As entrevistadas pelos autores da pesquisa relataram perceber inclusive a preferência do mercado na contratação de homens para os cargos que elas ocupavam.

Um fator crítico que interfere tanto na percepção quanto no exercício do poder por parte das mulheres é justamente aquele voltado às emoções. Heany (2011) afirma que as emoções e o poder são "gêmeos conceituais", ambos essenciais ao entendimento da vida social e política, contudo, ao colocar os dois fenômenos em discussão conjunta, tem-se um relacionamento complexo e recíproco, resultante, principalmente, da forma como as emoções são demonstradas. A demonstração de emoções afeta as percepções de poder, pois as pessoas conferem maior *status* de poder àqueles que expressam, por exemplo, raiva do que àqueles que expressam tristeza, o que depende também do gênero de quem a demonstra (RAGINS; WINKEL, 2011). Melo e Faria (2021) apontam que embora seja possível perceber que existem mudanças nas esferas sociais, políticas e históricas que representem evidentes avanços da presença feminina na ocupação de cargos de liderança e de prestígio nas organizações, os desafios ainda permanecem. Segundo as autoras, tais desafios se fazem evidentes especialmente ao se colocar em pauta as barreiras e preconceitos que possam permear um contexto cultural como é o caso do contexto brasileiro que, conforme destacado no estudo, trata-se de um contexto imbuído de valores e crenças patriarcais.

Tem-se como intenção trazer o debate de que dentro do rol de atuações de mulheres na política, ao considerar-se as duas formas de poder destacadas por Castells (2019) – o poder de coerção e de construção de significados – as relações de poder podem surgir como um elemento relacional e podem trazer consigo resistências que existam não somente em razão à forma pela qual o poder é exercido, mas também devido às especificidades culturais, ideológicas e estruturais de cada sociedade.

Por muito tempo as ideologias patriarcais foram dominantes em muitas organizações (HARDY; CLEGG, 2001) e a própria inserção de mulheres na força do mercado de trabalho influencia outros pontos que não apenas os relacionados a elas mesmas (CASTELLS, 2019). Dessa maneira, debate-se, a seguir, a articulação teórica da presente tese, discutindo-se a ligação existente entre emoções, identidade e poder ao contexto empírico escolhido.

2.4 SÍNTESE TEÓRICA & DISCUSSÃO

A articulação teórica a ser discutida nesta tese parte do conceito das emoções, em um primeiro momento perpassando pela empatia e prosocialidade em sua conexão com a identidade

e o poder na atuação de mulheres em organizações do sistema político brasileiro, em especial partidos políticos, câmaras de vereadores e assembleias legislativas, mas, também dando-se foco aos movimentos sociais dos quais faziam parte antes de suas entradas à política ocorrer.

Ao discutir-se a influência das emoções em um contexto organizacional, onde essas constituem um conceito conexo aos processos afetivos e de caráter relacional (FINEMAN, 2001; BARSADE; GIBSON, 2007), argumenta-se que dentro da condição de uma vida em sociedade e em organizações, emoções específicas podem aflorar, conforme as mulheres atuantes na política traçam as suas trajetórias e desenvolvem as suas atividades cotidianas, interferindo diretamente no curso de suas ações e nas escolhas a serem empreendidas (BARSADE; GIBSON, 2007).

No escopo das emoções específicas, destacou-se discussões acerca da empatia. Tal escolha foi feita por essa ser considerada uma emoção que tem como particularidade trazer consigo outros tipos de emoções decorrentes de sua experienciação. Ao explorar o significado de empatia, enquanto processo afetivo e cognitivo presente no cotidiano das organizações, nota-se que o termo corresponde ao saber, conhecer e sentir emoções que não as despertadas por si mesmo e que a empatia é a principal emoção responsável por motivar ações e comportamentos em prol de outras pessoas (DERKSEN; BENSING; LAGRO-JANSSEN, 2013; BURCH *et al*., 2016). No caso de mulheres em organizações do sistema político, a empatia pode ser considerada a emoção que desencadeia o desenvolvimento de iniciativas pró-sociais e, também, motiva a inserção e a permanência de mulheres nesse ambiente, uma vez que reflete o fato de um indivíduo perceber e sensibilizar-se aos estados emocionais de outros, aliados à uma motivação para cuidar de seu bem-estar (DECETY *et al.*, 2016).

Decety *et al.* (2016) ressaltam que a literatura de empatia ainda a indica como a responsável por moldar a estrutura de vida social dos indivíduos, motivando comportamentos pró-sociais e de cuidado, de forma que atitudes de agressão sejam inibidas e a cooperação entre membros de um grupo social seja facilitada. Contudo, os autores salientam considerar que a empatia pode ser tratada como um processo que reflete a capacidade inata de se perceber e ser sensível aos estados de outros, mas, não necessariamente está aliada a uma motivação para cuidar do bem-estar alheio.

Considera-se relevante argumentar que, conforme revelado na presente pesquisa, acredita-se que o "outro" que desperte a empatia em mulheres na política sejam atores externos às organizações do sistema político em si, como por exemplo, pessoas envolvidas nos contextos sociais dessas mulheres, a própria população ou então, possíveis eleitores, além de causas, pautas e questões com as quais se identificam por vivências pessoais. A empatia desenvolvida

em prol de tais pessoas ou circunstâncias atrela-se às causas que são por elas defendidas, incentivando-as a entrarem e posteriormente permanecerem na arena política.

Em concordância com as evidências teóricas e empíricas aqui destacadas, parte-se então do pressuposto de que a empatia, além de permitir tal sensibilização, é o incentivo à elaboração de iniciativas pró-sociais, aqui compreendidas como uma das particularidades da prosocialidade. Conforme indicado nesta tese, por estar diretamente conectada à empatia, a prosocialidade traz consigo três vertentes principais: a *motivação*, que se relaciona ao desejo de despender esforços, visando benefícios ao próximo; o *comportamento pró-social*, que ultrapassa o contexto do desejo e se transforma em ações e comportamentos para, por fim, obter-se os *impactos pró-sociais*, vistos como resultado dessas experiências (BOLINO; GRANT, 2016).

Entende-se que no âmbito da atuação de mulheres na política, a prosocialidade pode estar atrelada às iniciativas despendidas pelas mulheres na política – inclusive as que foram elaboradas antes de sua inserção nesse ambiente – visto que a política não tem como propósito o benefício pessoal e, sim, da sociedade como um todo. Quando se discute iniciativas pró-sociais, a intenção é colocar em pauta todos os movimentos sociais nos quais essas mulheres estiveram envolvidas que, de alguma forma, trazem um retorno positivo à sociedade e que conectem-se às suas motivações e à permanência nas organizações a serem pesquisadas.

Justifica-se o exposto por encontrar-se indícios de que as mulheres quando inseridas na política tem como maior prioridade a defesa de pautas pró-sociais. A defesa de tais questões, inclusive, podem ser iniciadas por meio de militâncias individuais (SETO,2018). Um exemplo a ser salientado é o trabalho de Bhalotra e Clots-Figueras (2013) que ao estudarem os efeitos de eleições distritais na Índia, tiveram por foco lugares onde homens e mulheres obtiveram o número total de votos muito próximos e os vencedores assim o foram por poucos votos de vantagem. Nestas circunstâncias, em regiões onde houve um percentual maior de mulheres eleitas, percebeu-se a redução na taxa de mortalidade infantil e um aumento no número de crianças na escola. Já no estudo de Ng e Muntaner (2018), os autores ao terem como objetivo avaliar o efeito das mulheres no governo sobre as taxas de mortalidade, avaliar o papel mediador potencial dos gastos do governo e, por fim, determinar o papel desempenhado pelo partidarismo político, descobriram que o aumento de mulheres em partidos de todas as vertentes (centro, esquerda e direita) estaria significativamente associado à diminuição de taxas de mortalidade. Fora isso, os autores pontuaram que a existência de mulheres no governo pode provocar mudanças desejáveis e positivas no que concerne à saúde da população. Outro trabalho que pontua tais questões é o de Ennser-Jedenastik (2017) em que a autora ressalta que durante

períodos de campanha eleitoral, as mulheres falam e dão ênfase a questões relacionadas à política social em uma proporção maior do que homens.

A ênfase à empatia e prosocialidade deu-se por se perceber que esses fenômenos, dentre os demais existentes, podem servir de incentivo à inserção e à permanência de mulheres na política, no entanto, as demais emoções envolvidas no processo bem como os demais motivos que possam estar envolvidos em tal participação não são desconsiderados. Salienta-se que não se credita apenas ao fenômeno da empatia e da prosocialidade a entrada e permanência de mulheres no cenário político mas, ao colocar-se tais temas em discussão, endossa-se o que já é trabalhado na literatura estrangeira de que as mulheres colocam como prioridade de suas atuações as políticas que visam o bem social (BHALOTRA; CLOTS-FIGUERAS, 2013; ENNSER-JEDENASTIK, 2017; NG; MUNTANER, 2018), todavia, não excluiu-se o fato de que outros tipos de emoções poderiam emergir do campo.

Como será apresentado nos procedimentos metodológicos, teve-se como intenção no período de coleta de dados dividir-se o roteiro de entrevista em uma espécie de "trajetória", utilizando-se de recorte transversal com aproximação longitudinal, de maneira que relatos sobre a motivação para inserção na política, o início dessa jornada, as emoções vivenciadas em cada processo – vivências no partido, candidaturas, eleições, experiências cotidianas, dentre outros aspectos que poderiam emergir no campo – fossem abrangidos e, assim, fosse possível trazer à pesquisa emoções mais específicas e que estivessem conectadas à identidade e ao poder nesse contexto.

O trabalho de Paxton e Kunovich (2003) aponta que há uma baixa participação de mulheres na política e que se trata de um problema duradouro voltado à própria estratificação de gênero nesse setor, destacando-se a existência de questões mais profundas do que somente a ausência de mulheres e a sua falta de interesse em participar de tal contexto (PAXTON; KUNOVICH, 2003; PINTO; SILVEIRA, 2018; SACCHET, 2018). Conforme expresso por estudos anteriores, a mulher é desencorajada a chegar em um espaço político (PINTO; SILVEIRA, 2018) e, quando nele se insere, acaba sendo vista como se tivesse "ultrapassado os limites ou se apossado de algo a que não tem direito" (BEARD, 2018, p. 47) uma vez que, mesmo de forma velada, ainda existe a percepção de que o poder é algo masculino (ARAÚJO, 2010). Essas discussões exigem que se traga ao debate a relevância do poder no ambiente organizacional, bem como a sua interferência na identidade individual.

Adota-se na presente tese, como já mencionado, a perspectiva crítica de Castells (2019) em que o poder é delineado como uma capacidade relacional que, ao contrário do que muitas vertentes explicitam, não é um atributo, mas, sim, uma relação. Nesse sentido e levando em

consideração as duas formas de poder explicitadas pelo autor – a de coerção e de construção de significados – busca-se, aqui, debater o fato de que no escopo da atuação de mulheres no ambiente político, as relações de poder possuem determinado destaque, fazendo com que encontrem resistências condicionadas não somente pelo próprio poder, mas, também, pelas características da sociedade, sejam ideológicas ou culturais.

A pretensão do debate a partir desta tese é de que as emoções, ao fazerem-se presentes durante a trajetória de atuação de um indivíduo em um contexto organizacional, podem ser tratadas como um fator motivador à inserção em uma organização, conectando-se também às ações ali depreendidas não somente voltadas a questões individuais, mas, também coletivas.

Diante de tal relevância, aponta-se também que as emoções, conectadas às relações de poder, vinculam-se à constituição identitária de uma pessoa. Salienta-se que essa constituição influencia a própria identificação com as atividades desenvolvidas, decorrentes das trajetórias dos indivíduos, desde as iniciativas pró-sociais até as identidades consolidadas com as atividades desenvolvidas. Esse argumento se pauta na visão de que a identidade é tratada como um processo de construção de significados com base em atributos culturais inter-relacionados, ocorrendo de forma evolutiva e reflexiva, conforme o indivíduo se percebe dentro de um grupo específico (MACHADO, 2003; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010, CASTELLS, 2018) – neste caso, as mulheres em organizações da política brasileira.

Dentro de tal discussão, é importante ressaltar o exposto por Castells (2019) acerca do poder enquanto uma capacidade relacional, em que se entende que as fronteiras que as relações de poder operam – no presente caso, analisando-se a atuação de mulheres em movimentos sociais, partidos políticos e Casas Legislativas – são apenas uma das dimensões em que ele possa ocorrer. Ao levar em consideração o referido contexto, entende-se que as relações de poder não se restringem apenas às organizações mencionadas, mas que podem fazer-se presentes em toda a trajetória organizacional de mulheres em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo.

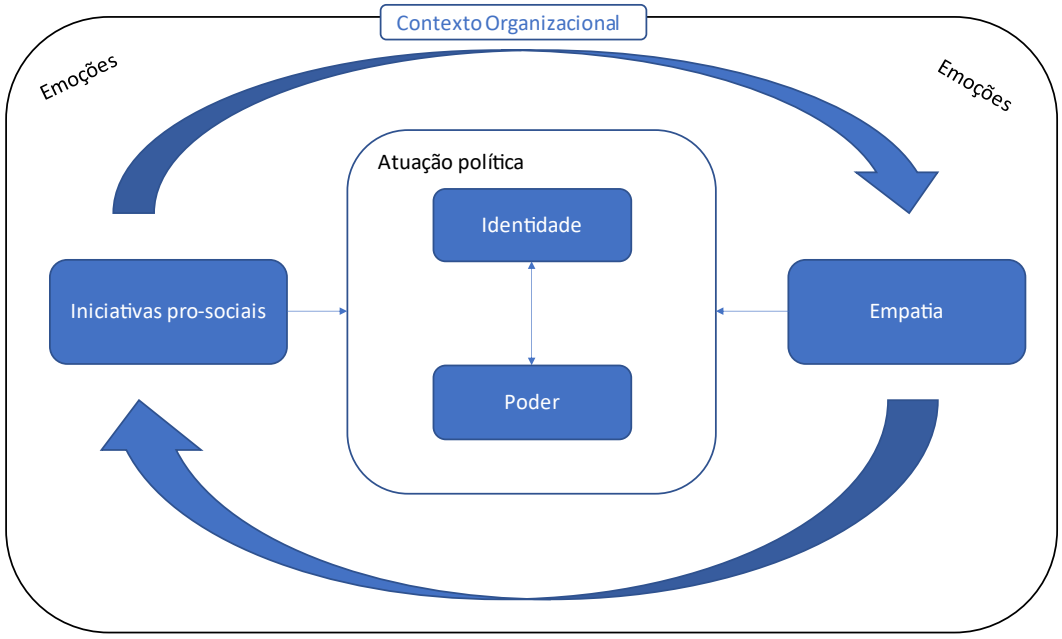
Compreende-se aqui que as relações de poder podem existir de maneira contextual quando se analisa emoções e identidade, contudo, pontua-se que sua relevância em tal cenário vai além, estando relacionado a um processo de mudança e de transformação de relacionamentos dado que o poder se trata do processo mais fundamental na sociedade, tanto que a própria sociedade acaba sendo definida e valorizada em torno do que é definido por relações de poder (CASTELLS, 2019).

Conforme as discussões aqui apresentadas, a seguir apresenta-se o delineamento da articulação dos conceitos teórico-empíricos da pesquisa que serviu como guia ao desenvolvimento da análise.

2.4.1 Delineamento da articulação dos conceitos teórico-empíricos da pesquisa

O delineamento da articulação dos conceitos teórico-empíricos da pesquisa, conforme exposto na figura a seguir, representa as reflexões iniciais a respeito da articulação entre emoções, identidade e poder diante do contexto empírico escolhido:

FIGURA 1: ARTICULAÇÃO TEÓRICA: EMOÇÕES, IDENTIDADE E PODER NA ATUAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A figura acima visa explicitar que as emoções podem ser fatores responsáveis pela inserção e atuação de mulheres na política (aqui representado como contexto de atuação), recorrentes durante esse processo. Ao delinear-se a sua existência em dois momentos da figura, tem-se como intenção representar e clarificar que, além de ser fator de incentivo à participação, as emoções também se fazem presentes em todos os momentos de atuação no contexto organizacional e sofrem influência do contexto organizacional nos quais as mulheres se inserem.

Ao ter-se ciência da relevância das emoções, também se aponta a identidade constituída em relações de poder e o próprio poder como fatores de influência à essa atuação. Ressalta-se que um dos pontos a serem considerados no presente trabalho é justamente voltado à forma que as emoções podem se vincular à identidade e ao poder diante da atuação em múltiplas organizações.

O contexto organizacional aqui utilizado volta-se à atuação política de mulheres e, apesar de ter-se como foco as mulheres em organizações que compõem o sistema político, não se desconsidera que tais conexões possam estar presentes em outros tipos de organização e demais arranjos coletivos. Neste sentido, também é importante mencionar que apesar do foco principal do trabalho orientar-se por um contexto que envolve múltiplas organizações pertencentes a um sistema, entende-se que as relações descritas na figura podem ocorrer não somente nas delimitações de uma única organização, envolvendo outras relações presentes neste cenário.

Considera-se relevante destacar que conforme exposto por Paxton e Hughes (2014), a política acaba sendo uma importante arena para a tomada de decisões que não afetam apenas um setor específico devido ao fato de que os indivíduos ali atuantes podem decidir como alocar recursos e tomar uma série de decisões em prol da sociedade. No entanto, é importante reforçar que não se credita apenas ao fenômeno da empatia e da prosocialidade a entrada e permanência de mulheres no cenário político. Ao salientar-se esses termos, endossa-se o que já é trabalhado na literatura estrangeira de que as mulheres colocam como prioridade de suas atuações as políticas que visam o bem social (BHALOTRA; CLOTS-FIGUERAS, 2013; ENNSER-JEDENASTIK, 2017; NG; MUNTANER, 2018). Contudo, entende-se que dentre as motivações, essa inserção também se interligue a lutas voltadas à conquista por espaços de decisão e poder que permitam a participação nestes cenários, antes negados às mulheres. Acredita-se que, além dos elementos citados, a entrada em organizações do sistema político volte-se ao desenvolvimento de identidades de resistência e de projeto, conforme delineado por Castells (2018).

No caso de mulheres atuantes em organizações do sistema político, entende-se que tais relações possam ocorrer em movimentos sociais, em partidos políticos, em Casas Legislativas, dentre outras. Mas também, tem-se o entendimento de que essa articulação teórico-empírica possa ser aplicada em outros tipos de organizações que possuam pessoas lutando por seus direitos, como por exemplo, quando discute-se cargos executivos, em empresas privadas, universidades, dentre outros.

Tendo em vista a articulação teórica pretendida com a presente tese, na próxima seção, demonstra-se como o conceito de emoções e as teorias de identidade e poder têm sido trabalhados em conjunto no campo de estudos organizacionais. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática da literatura em bases de dados nacionais e internacionais.

2.5 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE EMOÇÕES, IDENTIDADE E PODER

Revisões de literatura são essenciais ao desenvolvimento de um campo científico, uma vez que por meio delas o pesquisador identifica, mapeia e avalia o estado da arte sobre um tema ou fenômeno de interesse e, a partir disso, elabora uma síntese das publicações que permita um maior entendimento sobre o que já se discute, mas também, a respeito de direcionamentos futuros (TRANFIELD; DEBYER; SMART, 2003; KITCHENHAM, 2004; SNYDER, 2019).

Considerando a articulação presente entre as emoções, identidade e poder bem como sua relevância no campo de Estudos Organizacionais e ao próprio contexto das organizações, decidiu-se elaborar uma revisão de literatura cujo objetivo foi analisar como as teorias de identidade e poder são trabalhadas em conjunto ao conceito de emoções no campo de Estudos Organizacionais. Isto posto, partindo-se do questionamento "como as teorias de identidade e poder são trabalhadas em conjunto ao conceito de emoções nos estudos organizacionais?", elaborou-se a revisão de literatura em duas bases de dados nacionais (SCIELO e SPELL) e em uma base de dados internacional (WEB OF SCIENCE).

A literatura de estudos organizacionais abriga exemplos de revisões sobre identidade (BROWN, 2019), emoções (FERNANDES; LOURENÇO; TAKAHASHI, 2020) mas, não foram encontrados resultados no que tange a revisões sobre poder ou então à articulação teórica entre as três vertentes destacadas. Dessa maneira, considerando a relevância em discutir-se o entrelaçamento desse conceito e das teorias à presente tese, optou-se por focar em estudos que estivessem inseridos no campo de estudos organizacionais e que utilizassem identidade, emoções e poder em conjunto. Para além de tal contribuição, nesta revisão demonstra-se como as pesquisas tem evoluído, trazendo as particularidades a respeito de como suas definições são utilizadas. Com isso, espera-se contribuir para uma pesquisa sobre emoções, identidade e poder alinhada às necessidades do campo de Estudos Organizacionais, mas também, alinhada ao contexto de pesquisas nacionais. Destarte, diante do objetivo apresentado, delineia-se uma agenda de pesquisa sobre o tema, direcionando os esforços para pesquisas futuras, configurando assim, a principal contribuição desta revisão.

A seguir, expõe-se os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração da presente revisão.

2.6.1 Procedimentos metodológicos da revisão

Para atingir o objetivo delineado para esta revisão de literatura, recorreu-se à estratégia metodológica de revisão sistemática utilizando-se o guia desenvolvido por Snyder (2019). Ressalta-se que uma revisão de literatura com abordagem sistemática é projetada para identificar evidências empíricas que se encaixam em determinados critérios de inclusão pré-especificados que visam responder uma pergunta de pesquisa em particular, sendo desenvolvidas para sintetizar os resultados de tal pesquisa de forma sistemática, transparente e reproduzível. É importante salientar que uma revisão sistemática também auxilia um pesquisador a fornecer uma visão geral das áreas em que a pesquisa é distinta e interdisciplinar (SNYDER, 2019).

Além de ter-se uma visão geral acerca de um tópico, a revisão sistemática permite ao pesquisador observar como a pesquisa dentro de um campo progrediu ao longo do tempo e como tem sido desenvolvida. De maneira mais ampla, a revisão permite identificar e compreender como o tema é abordado em diferentes áreas de um grande campo e quais as implicações para pesquisas futuras (WONG *et al.*, 2013; SNYDER, 2019). Dessa forma, para elaborar-se a presente revisão, seguiu-se as fases delineadas por Snyder (2019) que estão ilustradas no quadro a seguir:

QUADRO 1: FASES DA REVISÃO DE LITERATURA

FASE	**ETAPAS DE CADA FASE**
Fase 1: *Design* da revisão	- Definir propósito e questão de pesquisa da revisão; - Delinear um protocolo para a revisão (Estratégias de busca, termos a serem pesquisados, bases de dados a serem utilizadas, critérios de inclusão, exclusão, recorte temporal, área do conhecimento e demais informações que forem pertinentes à busca).
Fase 2: Condução da revisão	- Verificar se o protocolo delineado é apropriado ou requer ajustes; - Efetuar buscas; - Selecionar trabalhos; - Extrair dados; - Documentar cada etapa.
Fase 3: Análise	- Definir quais informações serão utilizadas; - Codificar dados extraídos; - Verificar se os dados codificados são suficientes para responder à pergunta de pesquisa.
Fase 4: Escrever a revisão	- Elaborar um relatório com os achados; - Sintetizar achados; - Delinear possíveis direcionamentos futuros ao campo.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Snyder (2019).

Conforme indicado por Tranfield *et al*. (2003), Kitchenham (2004) e Snyder (2019), um dos primeiros passos para iniciar-se uma revisão de literatura consiste na busca por estudos primários. Assim, utilizando-se os guias delineados por Snyder (2019) referentes à primeira fase de uma revisão, decidiu-se analisar os últimos dez anos de pesquisas no campo de estudos organizacionais, abrangendo-se o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2021. As bases selecionadas foram as bases nacionais *Scientific Eletronic Library Online* – Brasil (Scielo Brasil) e *Scientific Periodicals Electronic Library* **(**SPELL) e a base internacional *Web of Science.* Ressalta-se que as buscas foram realizadas no mês de junho de 2022.

Justifica-se que a escolha pela base *Scielo* deu-se em virtude de sua amplitude e importância para o campo, uma vez que esta consiste em uma base cuja avaliação de periódicos são definidos nos objetivos, funções e princípios da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, sendo apoiado também pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) (SCIELO, 2022). Já a escolha da base *SPELL* foi feita tendo-se ciência de que esta base foi criada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), levou-se também em consideração que a *SPELL* disponibiliza, de modo organizado, informações a respeito dos principais periódicos das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo, aglomerando artigos científicos, resenhas, editoriais, notas bibliográficas, casos de ensino, debates, entre outros trabalhos, todos em livre acesso e disponíveis para *download* (SPELL, 2022).

Por fim, a escolha da base de dados *Web of Science* (WOS) foi feita considerando-se que em termos de indexação, Fingerman (2006) e Chadegani (2013) apontam tratar-se de uma fonte mais acadêmica do que outras bases disponíveis como por exemplo a *Scopus*. Mesmo que em termos quantitativas a WOS não seja considerada a maior base de dados, ela apresenta maior abrangência temporal e prioriza periódicos de alto impacto, trazendo maior qualidade aos trabalhos selecionados (CHADEGANI, 2013; WOS; 2022).

Seguindo-se para a segunda fase da revisão, delineou-se como termos de busca os descritores “emoção”, “identidade” e “poder”, bem como a variação no termo “emoção” para “emoções” em bases de dados nacionais e, em inglês “emotion” – com a variação “emotions”, “identity” e “power”. Com a intenção de empregar-se campos de busca em comum a todas as bases, os descritores foram utilizados nos campos “título”, “resumo” e “palavra-chave”. Foram considerados apenas artigos completos já publicados que estivessem englobados no campo de estudos organizacionais.

Como resultado da busca, as duas bases de dados nacionais não retornaram trabalhos. Já a base internacional retornou um total de 184 artigos para o período citado. Destes, após a leitura de seus títulos, resumos e principais resultados, excluiu-se 155 por não abordarem efetivamente as teorias e conceito pesquisados ou por apenas conter um dos termos pesquisados. Depois de tal etapa, restaram 29 artigos que passaram para a etapa de leitura completa. Com essa leitura integral dos trabalhos, nove artigos foram excluídos por não abordarem emoções, identidade e poder em conjunto. Por fim, restaram 20 artigos que compuseram a quantidade total de artigos analisados. Os artigos estão dispostos no quadro a seguir conforme ano, autoria, título e periódico:

QUADRO 2: INFORMAÇÕES GERAIS DOS ARTIGOS SELECIONADOS

ANO	AUTORIA	TÍTULO	PERIÓDICO
2012	Andrew D. Brown; Susan Ainsworth e David Grant	The Rhetoric of Institutional Change	Organization Studies
2013	Diane M. Hoffman	Power Struggles: The Paradoxes of Emotion and Control among Child- centered Mothers in the Privileged United States	Ethos
2014	Abigail Rowe	Situating the Self in Prison Research: Power, Identity, and Epistemology	Qualitative Inquiry
2016	Katerina Zabrodskaa *et al*.	Workplace bullying as sensemaking: An analysis of target and actor perspectives on initial hostile interactions	Culture and Organization
2017	Karolina Hübner	The Trouble with Feelings, or Spinoza on the Identity of Power and Essence	Journal of the History of Philosophy
2017	Kari Marie Norgaard; Ron Reed	Emotional impacts of environmental decline: What can Native cosmologies teach sociology about emotions and environmental justice?	Theory and Society
2018	Elizabeth Hordge-Freeman	"Bringing Your Whole Self to Research": The Power of the Researcher's Body, Emotions, and Identities in Ethnography	International Journal of Qualitative Methods
2018	R. C. Tripathi *et al.*	Emotional Reactions to Intergroup Norm Violations	Psychology and Developing Societies
2019	Elizabeth Long Lingo; Michael B. Elmes;	Institutional Preservation Work at a Family Business in Crisis: Microprocesses, Emotions, and Nonfamily Members	Organization Studies
2019	Anna Lund	'I feel sorry for them and I should do something, but I don't.' Spatial imaginaries and resistance to feminist change in the dramatic arts	Emotion, Space and Society
2019	R. C. Tripathi; R. Kumar; V. N. Tripathi	When the Advantaged Feel Victimised: The Case of Hindus in India	Psychology and Developing Societies
2020	Alwin C. Aguirre	Guilt trip: emotion, identity, and power in migrant online discourse	Social Semiotics
2020	Lars Speckemeier; Dimitrios Tsivrikos	Power on environmental emotions and behavior	Social Responsibility Journal
2021	Maria Adams	Intersectionality and Reflexivity: Narratives from a BME Female Researcher Inside the Hidden Social World of Prison Visits	International Journal of

ANO	AUTORIA	TÍTULO	PERIÓDICO
			Qualitative Methods
2021	Anna Dziuba; Janne Tienari; Liisa Välikangas	Idea work online: shelters and crutches in remote collaborative autoethnography	Journal of Organizational Ethnography
2021	Linus Hagström	Disciplinary power: Text and body in the Swedish NATO debate	Cooperation and Conflict
2021	Susie Scott	Surprise: a micro-sociological analysis	Emotions and Society
2021	Anoosh Soltani; Lynda Johnston; Robyn Longhurst	Fashioning hybrid Muslim women's veiled embodied geographies in Hamilton, Aotearoa New Zealand: #hijabi spaces	Gender, Place & Culture
2021	Ina Toegel; Orly Levy; Karsten Jonsen	Secrecy in Practice: How Middle Managers Promote Strategic Initiatives behind the Scenes	Organization Studies
2021	Defne Över	Democratic backsliding and the media: the convergence of news narratives in Turkey	Media, Culture & Society

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Partindo-se à terceira fase da revisão, sistematizou-se os pontos que permitiriam ter-se à disposição um banco de dados que discutisse os interesses pertinentes à pesquisa e que permitissem responder à pergunta delineada para o estudo. Para realizar tal etapa, elaborou-se codificações que refletissem os pressupostos da pesquisa e que possibilitassem a reflexão sobre a temática em discussão. A codificação foi feita com auxílio do software *Atlas t.i* e os códigos utilizados estão dispostos a seguir:

QUADRO 3: GRUPOS DE CÓDIGOS E CÓDIGOS DA PESQUISA

GRUPO DE CÓDIGO	CÓDIGOS
Detalhes gerais do estudo	Autor(es) Título Periódico Ano da publicação
O que será debatido?	Objetivo do trabalho
Enquadramento teórico	Como o estudo aborda emoções, identidade e poder?
Contexto do trabalho	País Universidades nas quais os autores estão vinculados
Perspectivas e conclusões	Principais conclusões evidenciadas no resumo, introdução e conclusões
Contribuição	Principais resultados e contribuição para o estudo das emoções, identidade e poder em estudos organizacionais Outras contribuições
Outros aspectos	Comentários adicionais

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

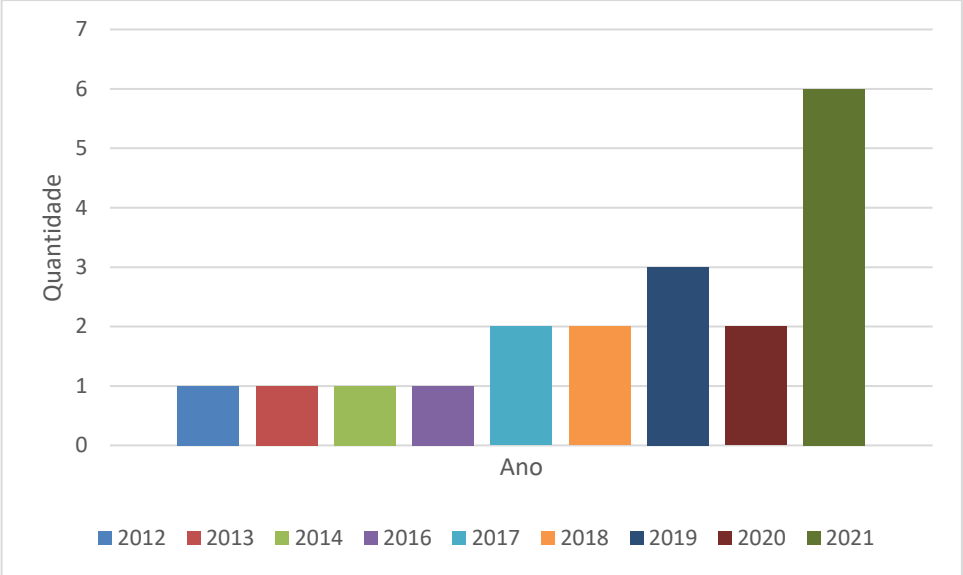
Prosseguindo-se à quarta fase da revisão, a seguir apresenta-se a síntese dos resultados.

2.6.2 Resultados & Discussão da revisão

De forma a compreender o perfil da literatura sobre emoções, identidade e poder bem como atingir o objetivo delineado para a revisão, as discussões são iniciadas com a evolução cronológica em termos quantitativos da literatura. A quantidade de artigos voltados ao tema

possui um período que pode ser considerado “pico” de publicações que foi o ano de 2021, com seis artigos publicados, representando 30% das publicações dos últimos 10 anos. Com a pesquisa, referindo-se aos últimos 10 anos (2011 – 2021), constatou-se que nos anos de 2011 e 2015 não houveram artigos que relacionassem emoções, identidade e poder. O quantitativo de publicações indica um período de produção tímida com no máximo duas publicações por ano, no entanto, em 2019 o cenário mudou e indicava um crescimento que caiu no período de 2020, contudo, analisando-se o ano 2021 é possível afirmar-se que esse cenário estava sendo alterado. O gráfico a seguir apresenta os dados referentes à quantidade de publicações por ano.

GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR ANO

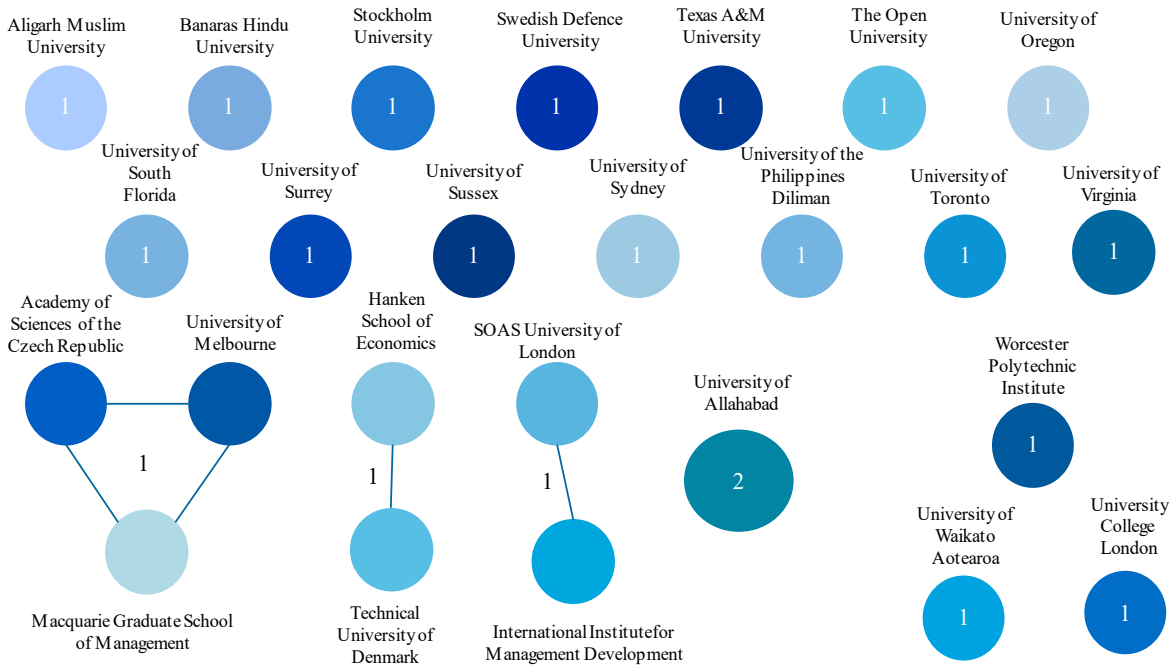


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na análise referente às instituições de origem das pesquisas selecionadas, verificou-se que não há homogeneidade de publicações. Apenas uma instituição teve mais de uma pesquisa sobre a temática publicada que foi a Universidade de Allahabad, na Índia, sendo uma destas em conjunto com a Universidade Muçulmana Aligarh e a Universidade Hindu Banaras. Dentre os casos de colaborações interinstitucionais que permitiram a publicação de pesquisas em conjunto por algumas universidades, foram verificados ainda outros dois casos: o da Academia de Ciências da República Checa, com a Universidade de Melbourne e com a Escola de Administração Macquarie e, o caso da Escola de Economia Hanken em conjunto com a Universidade Técnica da Dinamarca. Ao total, 25 instituições participaram de publicações sobre a temática estudada. A figura apresentada a seguir demonstra as produções realizadas individualmente e em conjunto. A quantidade delineada dentro do círculo de cada instituição

indica a quantidade que esta produziu e a quantidade impressa nas ligações entre as instituições, expressa produções em conjunto.

FIGURA 2: INSTITUIÇÕES E SEUS QUANTITATIVOS DE PRODUÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O que é possível inferir-se com as informações coletadas é que as pesquisas são realizadas de maneira isolada no campo de estudos organizacionais, não havendo uma rede – tanto nacional quanto internacional – para elaboração de estudos em conjunto, o que seria benéfico não somente para as instituições e grupos de pesquisa, mas, para o desenvolvimento do campo como um todo.

Dentre os 20 artigos analisados, apenas dois autores tiveram mais de um artigo publicado, são eles: Rama Charan Tripathi e Rashmi Kumar. Coincidentemente, ambos os trabalhos foram em conjunto entre os dois e outros pesquisadores. Ressalta-se que estes autores são filiados à Universidade de Allahabad, citada anteriormente. Das 20 publicações analisadas, 10 foram feitas apenas por um autor, enquanto a outra metade foi feita por meio de parcerias entre pesquisadores e, com exceção dos três artigos feitos em parcerias interinstitucionais, os outros sete trabalhos foram feitos por pesquisadores de uma mesma instituição.

Outra análise realizada refere-se aos países de atuação dos pesquisadores que publicaram sobre a temática pesquisada. Em 20 publicações, verificou-se 12 diferentes países e, destes, seis trabalhos contêm pesquisadores do Reino Unido, enquanto cinco estão vinculados a pesquisadores dos Estados Unidos. Pesquisadores vinculados a universidades da Austrália,

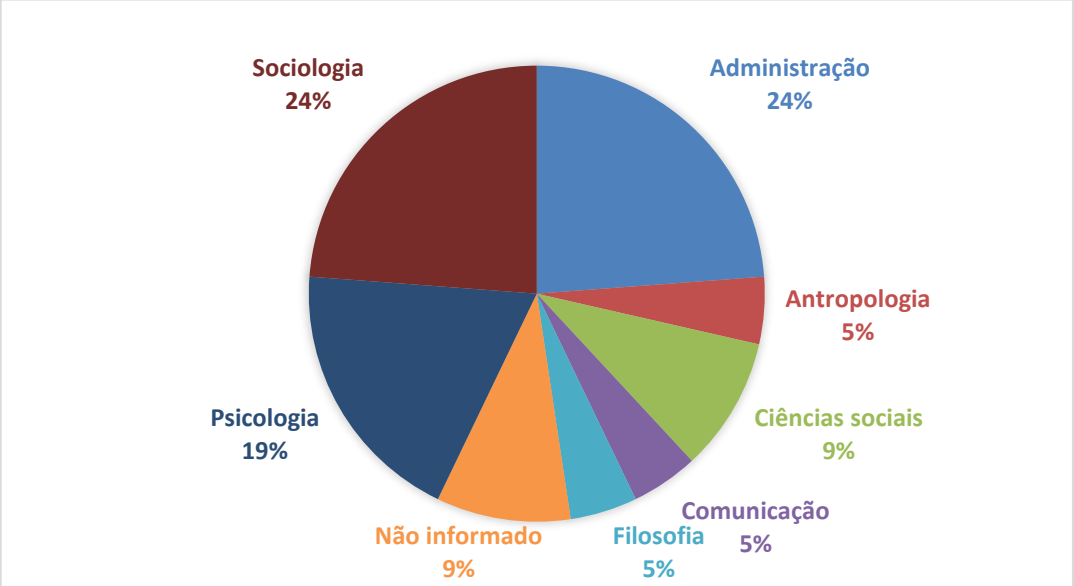
Canadá, Índia, Nova Zelândia e Suécia, aparecem em dois artigos cada. Enquanto pesquisadores vinculados à Universidades da Finlândia, Dinamarca, França, República Checa e Suíça tem 1 publicação cada, conforme disposto no gráfico a seguir:

GRÁFICO 2: QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES VINCULADAS AOS PAÍSES

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Considerando-se o país de atuação de cada pesquisador, também se torna relevante discutir as áreas, dentro do campo de estudos organizacionais, nas quais estes atuam. Verificou-se que 24% dos autores atuam no campo da administração, empatando também com 24% de pesquisadores da área de sociologia. A terceira área é a de psicologia com 19% das publicações, enquanto as ciências sociais compõem o percentual de 9%. Filosofia, antropologia e comunicação possuem 5% das publicações cada e, 9% dos trabalhos não informaram a área de atuação de seus autores. Os dados estão dispostos a seguir:

GRÁFICO 3: ÁREA DE ATUAÇÃO DOS PESQUISADORES



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quanto aos periódicos que publicaram pesquisas que entrelaçassem emoções, identidade e poder, o *Organization Studies* se destaca com a maior quantidade: três artigos para o período pesquisado, seguido pelo *Psychology and Developing Societies* e *International Journal of Qualitative Methods*, ambos com duas publicações cada. Estes e os demais periódicos encontram-se dispostos no gráfico a seguir:

GRÁFICO 4: QUANTIDADE DE ARTIGOS POR PERIÓDICOS

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Por fim, dentre os artigos analisados, dá-se destaque aos artigos conforme ano de publicação. O primeiro artigo a destacar-se é o "*The Rhetoric of Institutional Change"* de Andrew D. Brown, Susan Ainsworth e David Grant publicado no ano de 2012. O presente trabalho tem como objetivo analisar como um caso de mudança institucional é feito através da retórica em um texto individual. Como resultado, discute-se que os repertórios de argumentação racional que sustentam cada lógica existem em tensão, e são propensos a se contradizerem, tornando difícil para um texto apoiar convincentemente uma lógica em vez de outra com base em apelos de símbolos. Nesses casos, os autores pontuam que autores de um texto podem favorecer uma lógica sobre outra através do uso estratégico da retórica do *ethos* (moralizante) e *pathos* (evocação emocional). Demonstra-se também como *ethos* e o *pathos* funcionam para construir categorias sociais (identidades) e se baseiam em mitos culturais dominantes. Por fim, teoriza-se sobre as estratégias textuais como atos destinados a reconfigurar as relações de poder/conhecimento. Neste estudo, os autores tem como teoria principal a teoria institucional e, utilizam-se da identidade como algo inserido dentro de questões institucionais, trabalhando as emoções como fator proveniente do contexto organizacional. Dentro da articulação entre institucionalismo e identidade, os autores pontuam que pode haver interferência em como o poder (trabalhado como relacional) é mantido e gerenciado diante de aspectos institucionais.

O próximo artigo é de Diane M. Hoffman, foi publicado em 2013 e é intitulado "*Power Struggles: The Paradoxes of Emotion and Control among Child-centered Mothers in the Privileged United States*". O objetivo delineado para o artigo foi analisar a luta pelo poder como trunfo cultural. Neste trabalho a articulação das três teorias foi feita utilizando-se o poder como relacional, a identidade em nível individual e social e, as emoções entraram como aspectos contextuais. Os principais resultados apontaram que apesar da recusa e total negação de da parentalidade *"mainstream",* o discurso das mães participantes da pesquisa revelou entendimentos culturais sobre poder e sua relação com o *self* que refletiram temas mais amplos de controle emocional, escolha, racionalidade e individualismo, que na visão dos autores, são característicos de visões "*mainstream"* sobre o desenvolvimento infantil. Além disso, embora as mães valorizassem explicitamente a conexão emocional e a liberdade de expressão com seus filhos, as estratégias reais defendidas para lidar com as emoções durante a luta de poder estavam centradas no controle e na restrição de discurso e expressão emocional. O artigo explora este tema à luz das tensões que cercam o discurso e a expressão de identidades em comunidades privilegiadas nos Estados Unidos.

O terceiro artigo foi publicado em 2014 e tem autoria de Abigail Rowe. Intitulado *"Situating the Self in Prison Research: Power, Identity, and Epistemology*", o trabalho tem

como objetivo ampliar o argumento de Jewkes (2002) de que admitir a emoção é a chave para compreender o processo de pesquisa, explorando os ganhos substanciais na compreensão que pode surgir do reconhecimento das dimensões (inter)subjetivas e corporativas do trabalho de campo em prisões. Em seus principais resultados discute-se que a reflexividade na tradição da etnografia realista serve como uma forma de administrar e neutralizar o "problema" da subjetividade do pesquisador. Sugere-se que tornar o *self* visível no texto oferece tanto uma percepção substantiva, como uma resposta a alguns dos dilemas gerados pela participação do pesquisador, mesmo marginal, em um complexo campo como uma prisão. Neste estudo, a autora põe foco no método utilizado (etnografia) e destaca que tornar a emoção e o *self* do pesquisador visíveis nos relatos de pesquisa pode oferecer uma solução parcial para os problemas que as questões de gestão de identidade e poder apresentam para a condução e escrita da etnografia.

O quarto artigo a destacar-se tem como título *"Workplace bullying as sensemaking: An analysis of target and actor perspectives on initial hostile interactions"* de Katerina Zabrodskaa, Constance Ellwood, Sara Zaeemdar e Jiri Mudrak, tendo sido publicado em 2016. Como objetivo, este trabalho visou explorar os processos de nível micro que sustentam comportamentos hostis no local de trabalho, no nível das interações entre os alvos e os atores. No que se refere aos principais resultados, os autores discutem que a análise das histórias biográficas coletivas de hostilidade na academia mostrou que os alvos de *bullying* experimentavam desestabilização de suas identidades. As histórias de tais atores revelaram não apenas a condenação moral dos alvos, mas o não reconhecimento dos danos causados e também emoções precárias, que poderiam ter subvertido comportamentos prejudiciais. Neste artigo, utilizando a teoria de *sensemaking*, os autores destacam como situações de *bullying* podem interferir em outros fatores como identidade, as relações de poder existentes no contexto organizacional e nas emoções decorrentes de tais situações.

Publicado em 2017, o quinto artigo a ser destacado é de Karolina Hübner e chama-se *"The Trouble with Feelings, or Spinoza on the Identity of Power and Essence".* O objetivo delineado para o trabalho foi oferecer uma nova interpretação do relato sobre os afetos de Spinoza e sua doutrina sobre a identidade de poder e essência. No artigo argumenta-se que não se pode simplesmente identificar o poder e essência, mas deve-se, em vez disso, pegar os afetos para modificar ou determinar essências como exercícios de poder (desejos particulares, apetites e volições). Ou seja, de acordo com a autora, a essência de Spinoza deve ser vista como intrinsecamente determinável, com os afetos fornecendo as determinações, e consistindo não em conjuntos rígidos de propriedades determinadas, mas em conjuntos de propriedades

variáveis. A autora traz reflexões a respeito do conceito de poder de Spinoza e o papel que esse conceito traz à teoria de emoções. Discute-se também a respeito da relação que o poder pode ter sob a identidade.

O sexto artigo a ser discutido é "*Emotional impacts of environmental decline: What can Native Cosmologies teach sociology about emotions and environmental justice*?" de autoria de Kari Marie Norgaard e Ron Reed, publicado em 2017. Neste artigo, o objetivo delineado foi ampliar a análise das influências ambientais na ação social, examinando as emoções vividas pelos membros da Tribo *Karuk* diante do declínio ambiental. Como principais resultados, descobriu-se que, para o povo *Karuk*, o ambiente natural faz parte do estágio das interações sociais e é uma influência central nas experiências emocionais, incluindo a internalização da identidade, dos papéis sociais, das estruturas de poder dos indivíduos, de suas resistências ao racismo e ao colonialismo em curso. É importante salientar que neste artigo tem-se a teoria das emoções como foco. Discute-se como as emoções entrelaçam-se a aspectos de identidade, de poder e de especificidades das relações sociais.

O próximo trabalho é escrito por Elizabeth Hordge-Freeman e publicado no ano de 2018. Chamado *"Bringing Your Whole Self to Research": The Power of the Researcher's Body, Emotions, and Identities in Ethnography"*, o trabalho objetiva explorar os fatores que moldam os significados que os participantes de pesquisas conectam ao corpo e emoções dos pesquisadores e, da mesma forma, como as emoções dos pesquisadores estão implicadas em suas pesquisas. Como resultados, baseando-se na *grounded theory* e em metodologias feministas críticas, exemplos específicos da pesquisa etnográfica da autora no Brasil, destacam as formas complexas e contraditórias que os corpos e as emoções dos pesquisadores são percebidos por potenciais participantes da pesquisa e podem ser gerenciados a fim de melhorar a pesquisa etnográfica. Este trabalho, por ser um artigo metodológico, não aprofunda os conceitos das teorias e conceito em questão, mas, destaca a relevância que identidade, emoções e as relações de poder – dentre outras variáveis – podem ter no desenvolvimento de uma pesquisa.

O oitavo trabalho a ser apresentado é de autoria de R. C. Tripathi, Rashmi Kumar, Roomana N. Siddiqui e Shabana Bano, foi publicado no ano de 2018 e é intitulado "*Emotional Reactions to Intergroup Norm Violations*". O objetivo deste estudo foi investigar as reações emocionais que seguem as violações das normas envolvendo hindus e muçulmanos na Índia. Também se estuda como a reação emocional dentro do grupo é prevista pela emoção que o grupo experimenta em conjunto com certos fatores contextuais, tais como, privação relativa fraternal (FRD), identidade social, poder de prejudicar e poder dos recursos. Nele, foram

apresentados três tipos diferentes de situações de violência à normas e foi solicitado aos participantes que classificassem a medida em que eles e seus grupos experimentariam raiva, medo ou ansiedade em tais situações. Os respondentes foram convidados a escolher entre conciliação, retaliação e retribuição como uma de suas reações emocionais preferidas. Embora, a conciliação tenha sido a reação mais escolhida para a resolução de conflitos para ambos, Hindus e Muçulmanos, essa preferência mudou de uma situação para outra. Em três situações, a raiva foi a emoção mais intensamente experimentada, seguida das emoções de ansiedade e medo. A raiva provocou reações de retaliação entre os Hindus, enquanto os Muçulmanos preferiram uma reação retributiva em situações que envolvessem fortes violações das normas. Aqui, a emoção foi usada como teoria principal, a identidade grupal foi trazida como elemento que interfere nas emoções e o poder foi trabalhado como contextual.

Seguindo-se, o próximo artigo a salientar-se é o *"Institutional Preservation Work at a Family Business in Crisis: Microprocesses, Emotions, and Nonfamily Members"* de autoria de Elizabeth Long Lingo e Michael B. Elmes, publicado em 2019. O objetivo do artigo era demonstrar como atores não familiares – funcionários, clientes e fornecedores – engajam-se no trabalho de preservação institucional para salvar uma empresa familiar. Aqui desenvolve-se um modelo teórico de como uma constelação difusa de indivíduos com pouco poder pode vir a identificar e atuar como agentes de preservação institucional. No artigo também se identifica três subprocessos que compreenderam o trabalho de preservação institucional da empresa estudada: intensificação e aproveitamento das emoções, construção de uma identidade coletiva e, por fim, a articulação dos interesses. O modelo elaborado pela autoria oferece uma visão de como os não membros da família podem exercer controle sobre os negócios familiares. No artigo também se discute sobre o papel da escalada emocional e das mídias sociais em pesquisas sobre institucionalismo e empresas familiares. Ressalta-se que neste estudo o institucionalismo é utilizado como teoria central e aqui discute-se sobre como outras variáveis podem interferir nos resultados de uma organização, especificamente, as relações de poder ali existentes, a identidade organizacional, as emoções e o próprio contexto que compreende as especificidades de empresas familiares.

Também publicado em 2019, o próximo artigo é de Anna Lund e chama-se"*'I feel sorry for them and I should do something, but I don't.' Spatial imaginaries and resistance to feminist change in the dramatic arts*". O objetivo deste trabalho foi analisar a resistência às mudanças feministas ao considerar os papéis críticos das emoções e do espaço, como em contato com as explicações culturais dominantes que são utilizadas e às consequências subsequentes para a forma como o gênero é representado em um sentido amplo. Os resultados mostraram que

mudanças no espaço provocam um distúrbio de poder e relações de *status* que requerem um "remonitoramento" de quem somos aos olhos dos outros. O artigo ilustra como o medo pode revelar onde se encontram os interesses individuais e de grupos e orientá-los para o que deve ser feito para preservar ou desenvolver esses interesses em uma direção desejável. A razão pela qual os sentimentos de medo, raiva e vergonha emergem em reação à mudança de poder e *status* dá-se por acreditar-se que um declínio no *status* e no poder implicaria em uma perda de agência, bem como de segurança emocional e econômica, e, em um sentido mais profundo, no significado existencial e na própria identidade. Neste artigo, a autora argumenta que as emoções podem relacionar-se diretamente com a geografia de nossas vidas e sentir-se confortável em um espaço estaria ligado à distribuição de poder e *status*. O conceito de poder utilizado vem de Weber (1978), no qual o poder é visto como a capacidade de satisfazer os desejos de alguém, embora outros possam resistir a ele. Aqui o poder é analisado a partir de posições organizacionais formais, bem como de posições históricas e culturais informais de privilégio. A autoria aponta também que as emoções são encenadas profissionalmente, mas no teatro (contexto empírico do trabalho), as emoções são paixão e identidade para os atores.

Também com publicação em 2019, o próximo artigo é de autoria de R. C. Tripathi, R. Kumar e V. N. Tripathi. Chamado "*When the Advantaged Feel Victimised: The Case of Hindus in India*", este trabalho teve como objetivo entender quais fatores explicam a vitimização coletiva de um grupo privilegiado e as reações de seus membros a situações de conflito que envolviam aqueles que uma vez já foram seus perpetuadores. Os resultados deste estudo mostraram que os hindus, maioria e também um grupo privilegiado na Índia, relataram sofrer de maior vitimização coletiva do que o grupo minoritário muçulmano. Os muçulmanos foram vistos pelos hindus como perpetuadores de sua vitimização coletiva, a qual tinham sofrido no passado. Neste trabalho, os autores apontam as emoções como "invocadas" por avaliações cognitivas dos eventos que um indivíduo ou grupo vivencia. Nesse sentido, também apontam a influência que as emoções possuem em conexão ao poder, ressaltando que o que determina as relações intergrupais tem a ver com o poder relativo que os grupos desfrutam. Discute-se, por fim, que todas as sociedades são hierárquicas e que nestas, as relações entre grupos são baseadas em *status* e no poder que os membros do grupo possuam, juntamente à identidade grupal construída.

Já no ano de 2020, tem-se o artigo *"Guilt trip: emotion, identity, and power in migrant online discourse"* de autoria de Alwin C. Aguirre. O objetivo delimitado para este trabalho foi discutir os complexos enredos da migração e da emoção, na construção identitária de imigrantes filipinos na Nova Zelândia. Os principais resultados destacam que o enfoque na emoção e na

identidade deriva da prevalência incontestável de emoções ou estados emocionais que tendem a caracterizar a vida imigrante. O autor considerou que “expressar emoção torna público um compromisso de identidade” e, diante disso, verificaram que se esperava que certos grupos de pessoas imigrantes sentissem certas emoções e exibissem certos comportamentos afetivos quando colocados perante determinadas situações. O autor tem como caso empírico o blog online de um imigrante filipino e, ao analisar os posts de tal blog bem como as discussões levantadas por seus leitores, verificou que as táticas discursivas de deferimento, reenquadramento e redirecionamento presentes no cotidiano dos imigrantes são capazes de reavaliar o papel de uma “culpa” inicialmente internalizada e desempenhada pelo imigrante do blog, em que este dramatiza seu dilema sobre sua falta de desejo de retornar às Filipinas. Neste trabalho, utilizando-se da escrita narrativa, o autor pontua especificidades sobre imigração, apontando estudos anteriores sobre o tema e destaca a incipiência de estudos que ressaltem as emoções vividas nesse processo. O entrelaçamento entre emoções, identidade e poder é feito de forma contextual em que o autor ressalta como o poder pode influenciar as emoções de uma pessoa fora de seu país e como isso interfere em sua identidade individual, mas, em nível macro (como ser pertencente a uma nação).

Também com publicação no ano de 2020, o trabalho de Lars Speckemeier e Dimitrios Tsivrikos (2020) chamado *“Power on environmental emotions and behavior”* é o próximo a ser discutido. O objetivo deste estudo foi examinar como as pessoas percebem campanhas emocionais sobre a mudança climática e até que ponto realizam ações para obter respostas adequadas aos riscos e à proteção ambiental. Em suma, concluiu-se que o poder é de fato eficaz na mobilização das pessoas para ações pró-ambientais tanto entre os participantes de alta como de baixa identificação (aqueles que se identificam mais ou menos com as causas em debate). O estudo ilustra o valor do uso do poder em campanhas ambientais e identifica formas de atrair as pessoas que geralmente são menos movidas a se comportar de forma sustentável. Encontrar este resultado em ambas as emoções de culpa e orgulho, bem como o comportamento ambiental real traz à discussão a importância de estudar e aplicar o poder emocional em contextos ambientais. No entanto, ressalta-se que o poder também tem suas limitações. Enquanto o poder prevê culpa elevada entre todos os participantes, não foram demonstrados nenhum efeito a respeito do aumento do orgulho entre os participantes de baixa identificação. Aponta-se, dessa maneira, que a comunicação *top-down*, não é a mais eficaz estratégia de comunicação para todos os casos que se deseje incentivar a mobilização de pessoas. Verifica-se que esse tipo de comunicação é mais forte quando a identidade é alta ou quando as campanhas são enquadradas negativamente. Neste artigo, os autores pontuam o poder como relacional e indicam que

existem suposições sobre o fato de que pessoas em posições de poder são mais efetivas ao transferirem emoções a outros (contágio emocional). No contexto analisado, a identidade discutida é a identidade de trabalho, na qual os autores destacam a relevância do contexto, o cargo, mas também do papel ocupado pelo indivíduo.

O próximo artigo a destacar-se é o artigo de Maria Adams, publicado em 2021 e intitulado *"Intersectionality and Reflexivity: Narratives from a BME Female Researcher Inside the Hidden Social World of Prison Visits"*. O objetivo deste trabalho foi examinar a importância da interseccionalidade e como isso tem sido influente na análise da pesquisa (da autora) como uma pesquisadora de origem étnica (africana e asiática) de minoria negra, utilizando abordagens etnográficas para recolher dados em três prisões escocesas. Os principais resultados indicam que a adoção de uma abordagem interseccional pode ocorrer como uma ferramenta analítica para conceituar o poder, as emoções e a dicotomia de "dentro para fora" de um pesquisador ao explorar a jornada de condução de pesquisas com famílias de prisioneiros. O principal debate no artigo é a interseccionalidade. A autora discute as nuances e complexidades do tema em articulação com a teoria de identidade social diante de um contexto em que possam existir relações de poder, permeados por emoções dos indivíduos nele atuantes.

O próximo trabalho a ressaltar-se é de Anna Dziuba, Janne Tienari e Liisa Välikangas, publicado em 2021. O artigo intitulado *"Idea work online: shelters and crutches in remote collaborative autoethnography"* teve por objetivo explorar a criação de ideias e trabalho por meio de autoetnografia colaborativa remota. Como resultado, os autores desenvolveram as noções de "abrigo" e "muleta" (tradução nossa) para dar sentido à complexidade da criação de ideias em conjunto; teorizar como as emoções e identidades estão enredadas no trabalho das ideias; e discutir como o tempo, o espaço e as relações de poder o condicionam. A identidade de trabalho é o guia para as discussões. Os autores discutem a conexão da identidade de trabalho com as relações de poder que podem se fazer presentes dentro do desenvolvimento de um estudo bem como à maneira que as emoções podem influenciar tanto a identidade quanto o poder, que é visto como relacional.

Publicado em 2021, o próximo artigo é de autoria de Linus Hagström e tem como título "*Disciplinary power: Text and body in the Swedish NATO debate*". Este estudo se baseia na construção da identidade, emoções e na noção de poder produtivo para abordar a questão de porquê os formuladores de políticas e a opinião pública sueca estavam cada vez mais apoiando a adesão do país à OTAN. Como resultados, o artigo conclui que os defensores suecos da OTAN produzem e negociam discursos emocionais de forma que atinjam outros influenciadores e potenciais influenciadores, expondo-os, ridicularizando-os e trazendo alegações de traição.

Embora as tendências sejam semelhantes em ambos os lados do debate, o artigo demonstra que o poder produtivo atualmente se entrelaça com o poder disciplinar de forma que faz com que a defesa anti-OTAN pareça mais repleta de riscos pessoais do que à a favor. No presente trabalho o argumento principal é de que a construção de uma identidade se entrelaça ao que o autor define como "poder disciplinar", que opera sobre os corpos dos sujeitos de poder, expondo-os a sanções verbais e físicas, uma série de emoções complexas e níveis de autodisciplina.

Publicado em 2021, o artigo de Defne Över "*Democratic backsliding and the media: the convergence of news narratives in Turkey*", teve como objetivo apresentar como a ascensão do Partido da Justiça e Desenvolvimento à política do poder na Turquia transformou as práticas profissionais dos jornalistas a fim de levar a um declínio na pluralidade de opiniões apresentadas na mídia. O artigo discute os efeitos das hierarquias desestabilizadas sobre a prática jornalística. No exemplo da mídia, o artigo traz reflexões com o propósito de se repensar o retrocesso democrático contemporâneo em termos dos vínculos entre atores estatais e não estatais, por um lado, e as posições de poder, identidades políticas e práticas profissionais dos atores sociais, por outro. Neste trabalho, o autor pontua como o poder pode influenciar a construção de uma identidade de grupo e as emoções são tratadas como fruto do contexto.

Seguindo-se, outro artigo também publicado em 2021 é o trabalho de Susie Scott, chamado *"Surprise: a micro-sociological analysis"*. O objetivo desse estudo foi explorar os aspectos sociais e relacionais da surpresa: uma reação à descoberta repentina de conhecimentos inesperados. Como resultados, a autora discute que os significados de surpresa incluem mudanças de identidade, mudanças de poder e *status* e, preocupações sobre a exposição da ingenuidade epistemológica. Os autores participantes da pesquisa realizam gestos expressivos de surpresa de acordo com as regras de sentimento cultural e exibição, utilizando técnicas dramatúrgicas de gerenciamento de impressão; estes incluem a realização dramática e gritos de resposta verbal. Aqui, a autora delineia cinco etapas da surpresa, enquanto emoção social, traçando seu surgimento, sentimento, significado, respostas e função. Nestas cinco etapas, destaca o poder como algo que o indivíduo possui e que se atrela à sua identidade individual, mas também à identidade social.

O trabalho de Anoosh Soltani, Lynda Johnston e Robyn Longhurst chamado *"Fashioning hybrid Muslim women's veiled embodied geographies in Hamilton, Aotearoa New Zealand: #hijabi spaces"* também foi publicado no ano de 2021. O objetivo desta pesquisa foi explorar as maneiras pelas quais as mulheres muçulmanas desafiam e se conformam às normas culturais e de gênero sobre modéstia e moda através do uso de roupas e acessórios de moda enquanto vivem em Hamilton, Aotearoa, na Nova Zelândia. Como resultados, em primeiro

lugar, mostra-se a complexa relação entre as identidades, *hijab*, moda, gênero e relações de poder religioso dentro e fora de seus corpos. Em segundo lugar, discute-se que as mulheres muçulmanas têm emoções conflitantes ao usar um véu e se envolver com roupas e acessórios da moda em Hamilton. Por fim, a discussão foca nas maneiras como as mulheres muçulmanas usam o *Facebook* e o *Instagram* juntamente a uma série de *hashtags* de moda para ilustrar a interseção de *hijab*, roupas, lugar e moda ocidental. Ao fazer isso, negociam espaços *on-line* e *off-line* para construir espaços híbridos voltados aos corpos e lugares islâmicos na moda. Em cada uma dessas descobertas, destaca-se a forma como as participantes entendem suas identidades. Neste artigo, discute-se como as identidades se "cruzam" com outros elementos, como é o caso das emoções e das relações de poder. O poder é tratado como relacional e as emoções como provenientes do contexto.

Por fim, o último trabalho consiste no artigo "*Secrecy in Practice: How Middle Managers Promote Strategic Initiatives behind the Scenes*" escrito por Ina Toegel, Orly Levy e Karsten Jonsen e publicado no ano de 2021. Este trabalho tem por objetivo examinar o porquê e como os gerentes intermediários utilizam o sigilo para explorar e promover iniciativas estratégicas. Os principais resultados apontam que os gerentes intermediários utilizam três práticas-chave – selecionar para registro (*selecting for enrolment)*, sequenciamento de envolvimento (*sequencing involvement)* e controle de informação (*controlling information)* – para explorar e promover iniciativas estratégicas em segredo. Estas práticas de sigilo lhes permitem influenciar a cognição, as emoções e as relações de troca à medida que competem por atenção e apoio. As descobertas sugerem que o sigilo pode levar a dois resultados opostos. Gerenciado cuidadosamente, o sigilo aumenta a receptividade às iniciativas estratégicas, mas se for mal administrado, o sigilo leva à resistência e à desconfiança. No presente trabalho, os autores conceituam o segredo/sigilo como um processo social dinâmico que se desdobra na arena política e está orientado para ganhar influência e poder. Essa influência ocorre em vários âmbitos, inclusive na identidade dos trabalhadores.

O que se verificou ao discutir todos os artigos selecionados é que as emoções e o poder são elementos emergentes do campo e que por consequência disso, os autores acabam trazendo discussões sobre os temas aos estudos. Dentre todos os 20 artigos pesquisados, o trabalho de Norgaard e Reed (2017) é o único a utilizar a teoria de identidade como principal e, em seu escopo, a identidade é vista como algo socialmente construído concordando com os conceitos de Berger e Luckmann (2003) e de Castells (2018) apesar de não utilizarem autores específicos a tais argumentos. Observou-se também que dentre as duas vertentes da identidade citada por

Brown (2019), a filosófica e a psicológica, a psicológica é predominante nos trabalhos analisados (BROWN, 2019).

Quanto à forma em que a teoria de poder é utilizada nos trabalhos pesquisados, viu-se que há a predominância do poder enquanto algo relacional e, assim como postulado por Castells (2019), ocorre de maneira assimétrica. Essa visão de poder trabalhada nos artigos indica que a vertente de poder mais utilizada no campo de estudos organizacionais nos últimos 10 anos é a vertente crítica. Contudo, diferentemente do que se esperava, viu-se que ao contrário de Hardy; Clegg (2001) e Haaugard e Clegg (2009), o poder não é trabalhado como um meio necessário para promover ação coletiva e sim, como forma de dominação.

Já em relação às emoções, dos 20 artigos pesquisados, três a utilizaram como foco principal. O que se viu em tais trabalhos concorda com o estudo de Fernandes, Lourenço e Takahashi (2020) de que as emoções, em grande parte das pesquisas em estudos organizacionais, são tratadas como relacionadas ao contexto a ser analisado, o que indica o olhar ao fato de que elas são construídas socialmente e sofrem influência de fatores culturais, sociais, grupais e até organizacionais (VORONOV; VINCE, 2012; FRIEDLAND, 2018; ZIETSMA *et al*., 2019). Assim, foi possível compreender que as emoções no contexto de estudos organizacionais são analisadas como decorrentes de determinadas influências, conforme já pontuado por Barsade e Gibson (2007), Fineman (2001) e Brody, Hall e Stokes (2016). Um fator a destacar-se é de que mesmo sendo vistas como contextuais, nos trabalhos, os autores demonstram ciência da força que as emoções possuem e que estas podem interferir nos resultados tanto pessoais quanto organizacionais, concordando com o que foi averiguado a respeito do crescimento de pesquisas no campo (PRATT; DOUCET, 2000; VALLERAND, 2008; VORONOV; VINCE, 2012; TOUBIANA; ZIETSMA, 2017; ZIETSMA *et al*., 2019; GILL, 2019).

Em linhas gerais, o que se pode perceber é que a conexão entre as duas teorias e o conceito não ocorre por escolha do pesquisador, mas sim, devido a aspectos emergentes do campo. No entanto, diante da análise individual dos artigos fica clara a relevância que possuem tanto em aspectos teóricos, quanto empíricos, uma vez que uma pode interferir na existência da outra, especialmente tendo-se por foco pautas sociais e organizacionais que, são relevantes ao campo de estudos organizacionais.

Sob o foco quanto à natureza dos trabalhos, apesar de não abrangerem resultados apenas com a ótica da identidade, os resultados dessa revisão concordam com o encontrado por Brown (2019) acerca de a predominância de pesquisas teórico-empíricas pois, ao entrelaçar-se o conceito e as duas teorias em discussão, dos 20 artigos, apenas um era essencialmente teórico.

Um ponto interessante a destacar-se é de que 13 utilizaram a abordagem qualitativa e sete optaram pela abordagem mista, empregando abordagem qualitativa e quantitativa. Nenhum dos artigos é puramente quantitativo e, atribuiu-se essa característica à subjetividade envolvida nos temas, que requer uma análise mais aprofundada, que não seria possível sem aspectos qualitativos envolvidos em sua execução. Em relação às estratégias de pesquisas utilizadas, destaca-se etnografia e *survey*. Os contextos utilizados são variados, mas em sua maioria englobam organizações formais, abrindo caminhos para que organizações informais ou até o foco no indivíduo dentro das organizações sejam explorados.

Utilizando-se o conteúdo dos artigos analisados, com o auxílio do software *Atlas t.i* 9.7 construiu-se uma nuvem de palavras que é apresentada a seguir:

FIGURA 3: NUVEM DE PALAVRAS COM CONTEÚDO DOS ARTIGOS

Fonte: Elaborado pela autora com base nos artigos selecionados (2023).

A nuvem de palavras revela “poder”, “emoções” e “identidade” de forma notória. Atribui-se isso ao fato de estas terem sido as palavras de busca da pesquisa. Assim, considera-se relevante analisar-se também as palavras que além destas se destaquem. Percebe-se que de forma geral há um equilíbrio quanto à frequência das demais palavras, mas, tem-se o destaque de “social” que, como já destacado, pode referir-se ao contexto em que as teorias e conceito pesquisados se fazem presentes, ao fato das emoções, da identidade e do poder serem socialmente construídos, ou então por serem elementos que são demonstrados de forma social. Esse achado denota a relevância que a questão social tem quanto às teorias e conceito trabalhados e no impacto que possa possuir dentro da construção mencionada. Outro apontamento a ser feito é referente à palavra “*environmental*” que ao traduzir-se como ambiente, pode ser conectada ao social anteriormente ressaltado. É interessante notar que as

palavras cujas frequências são um pouco maiores voltam-se a escopos semelhantes como é o caso dos termos “família”, “cultura”, “relações” e “pessoas” e, indicam com base no que foi lido no conteúdo dos trabalhos, caminhos a serem desenvolvidos em pesquisas futuras também.

Considerando a inexistência de pesquisas referentes a emoções, identidade e poder na produção nacional, sugere-se que pesquisas em estudos organizacionais se debrucem sobre a relevância que as teorias e conceito em conjunto possuem no cotidiano e nas dinâmicas organizacionais. Conforme pode-se verificar, as emoções, a identidade e o poder interferem diretamente nos resultados organizacionais e colocam em discussão o quanto sermos seres sociais têm sua relevância neste contexto, trazendo à pauta que as dimensões humanas dentro das organizações não devem ser consideradas “ilhas emocionais isoladas” e sim, como elementos que compõem e constroem as organizações. Assim, abre-se a possibilidade e oportunidade de estudos que envolvam as particularidades de cada contexto organizacional, como sua cultura, estrutura, dinâmicas e até aspectos mais amplos como por exemplo, as especificidades de um cenário nacional que, por ter em suas raízes, seu diferencial, pode trazer achados relevantes à forma como os três temas, estudados dentro das vertentes teóricas escolhidas por cada pesquisador, acontecem dentro das organizações.

Ressalta-se aqui a forte tendência internacional de levar-se o elemento social à discussão no meio acadêmico em que, além da necessidade de ter-se pesquisas que ampliem o entendimento para o campo das organizações, também possa-se elaborar pesquisas que discutam o quanto as organizações podem refletir uma sociedade e que tragam contribuições a respeito de como as emoções, a identidade e o poder existente em uma organização, podem interferir em sua sociedade.

Outro tema emergente à temática volta-se à forma que as emoções são sentidas, a identidade construída e o poder percebido por pessoas de diferentes gêneros ou por pessoas que tradicionalmente são marginalizadas pela sociedade. Considera-se relevante também abordar-se nos estudos futuros, organizações cujas fronteiras não sejam totalmente definidas, a fim de verificar-se como as teorias e conceito ocorrem e quais as diferenças entre diferentes tipos de organizações. Uma última sugestão referente ao contexto organizacional, volta-se à possibilidade de estudos sobre como pessoas em diferentes cargos e hierarquias vivenciam tais aspectos.

Haja vista que no cenário internacional houve predominância de pesquisas teórico-empíricas, tem-se uma lacuna quanto à construção de investigações teóricas que explorem as raízes das teorias e conceito investigados, discutam e elaborem reflexões sobre o seu entrelaçamento, trazendo o caráter crítico e reflexivo de necessária exploração ao campo de

estudos organizacionais. Por fim, tratando-se de aspectos metodológicos, considera-se contributivo que pesquisadores – especialmente os brasileiros – explorem possibilidades de pesquisas mistas, de forma que se promova a compreensão aprofundada dos fenômenos a serem estudados.

A partir dos aspectos teóricos gerais apresentados bem como das ideias acerca das discussões que se pretendeu ter com esta pesquisa, delineia-se na próxima seção os procedimentos metodológicos que permitiram o desenvolvimento deste estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente capítulo apresenta-se os procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento desta tese. Desta maneira, o capítulo está estruturado da seguinte forma: Especificação do problema de pesquisa; Definições constitutivas e percursos empíricos; Delimitação da pesquisa e, por fim; a Matriz de Amarração desta tese.

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Esta tese tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento: **Como as emoções, a identidade e o poder se entrelaçam à atuação de mulheres na política brasileira?** Com a finalidade de responder o problema de pesquisa, delimitou-se as seguintes perguntas de pesquisa com base nos objetivos específicos delineados para este estudo:

3.1.1 Perguntas de pesquisa

a) A empatia (aspectos afetivos, cognitivos, e a prosocialidade) pode pautar a atuação política de mulheres em organizações da política brasileira, interligando-se às causas que defendem?
b) Como as emoções presentes na constituição identitária das mulheres atuantes em organizações da política brasileira se entrelaçam às suas lutas por espaços de poder e à determinação em pleitear espaços em um ambiente predominantemente masculino?
c) Como a ambivalência de emoções, diante dos desafios e dos incentivos vivenciados, pode afastar ou aproximar as mulheres atuantes em organizações do sistema político do poder?

3.2 DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS E PERCURSO EMPÍRICO

Com o propósito de esclarecer alguns vocábulos que serão utilizados nesta pesquisa, a seguir são indicados a definição constitutiva juntamente ao percurso empírico dos principais termos do presente estudo.

EMOÇÕES

Definição: Termo "guarda-chuva" que abrange as "emoções", os "humores" e os "traços emocionais disposicionais" (*dispositional traits*). São manifestações dos "sentimentos afetados" por alvos ou causas particulares, podendo incluir reações fisiológicas e comportamentais. Cada tipo de emoção possui alguma influência, seja ela interpessoal, situacional, motivacional, cognitiva ou voltada a questões culturais (FINEMAN, 2001; BARSADE; GIBSON, 2007; BRODY; HALL; STOKES, 2016). Considera-se as emoções como socialmente construídas, sofrendo influência dos grupos, da sociedade e da cultura, marcando aspectos psicológicos, antropológicos e sociológicos e são aquilo que conecta as pessoas a uma organização (VORONOV; VINCE, 2012; FRIEDLAND, 2018; ZIETSMA *et al*., 2019).

Percurso empírico: A análise das emoções foi feita de acordo com as emoções apresentadas de forma verbal pelas participantes no período das entrevistas quando estas foram questionadas a respeito de quais emoções vivenciaram em seus cotidianos e quais se destacaram no processo, com ênfase em empatia e prosocialidade. Essa análise também levou em consideração as emoções demonstradas pelas participantes nas sessões plenárias observadas. Além disso, foi feita a análise de documentos secundários, como publicações em redes sociais abertas, como Instagram e Facebook das entrevistadas, vídeos disponíveis nessas plataformas e também no Youtube, textos de jornais e revistas, e informações nos sites das organizações onde exercem o seu mandato.

SUBDIMENSÕES DE EMOÇÕES

EMPATIA

Definição: Entende-se como empatia o processo afetivo e cognitivo que envolve o saber, o conhecer e o sentir emoções alheias, cujos fatores são responsáveis por motivar ações e comportamentos pró-sociais baseados no contexto social e organizacional (DERKSEN; BENSING; LAGRO-JANSSEN, 2013; BURCH *et al*., 2016; ZAKI; OCHSNER, 2016).

Percurso empírico: Esta categoria foi investigada por meio da identificação das motivações à inserção no ambiente político, ações e causas defendidas pelas participantes da pesquisa. Para isso, foram utilizadas as entrevistas, observações e pesquisa documental, dando-se atenção especial a informações divulgadas nos sites das organizações onde as mulheres participantes da pesquisa atuam, como por exemplo, notícias sobre os movimentos sociais que atuam, os projetos aprovados e protocolados por tais mulheres.

PROSOCIALIDADE

Definição: Conjunto de ações, motivações e comportamentos que resultam em impactos positivos em prol da sociedade. A prosocialidade compõe-se de três vertentes: A motivação pró-social que diz respeito ao desejo de beneficiar outros ou despender esforços ao próximo interligando-se ao fato de motivar comportamentos e ações pró-sociais (GRANT, 2008; DERKSEN; BENSING; LAGRO-JANSSEN, 2013; BOLINO; GRANT, 2016).

Percurso empírico: Essa categoria foi investigada por meio dos indicadores de motivações, comportamento e impacto pró-social, levando-se em consideração os projetos de leis e causas defendidas pelas mulheres que fizeram parte desse estudo, bem como suas próprias atuações. Aqui, também foram utilizadas as entrevistas, observações de sessões plenárias e pesquisa documental nos projetos de leis protocolados, leis aprovadas e notícias sobre as participantes da pesquisa.

IDENTIDADE

Definição Constitutiva: Construção subjetiva pautada em significados construídos com base em atributos ou conjunto de atributos culturais inter-relacionados a outras fontes de significado conforme interação do indivíduo com diferentes realidades e aspectos significativos voltados à sua socialização (BERGER; LUCKMAN, 2003; CASTELLS, 2018; BROWN, 2020). Corresponde a um conceito autorreflexivo conectado às possíveis respostas ao questionamento "Quem sou eu?" bem como a traços, imagens e sentimentos que uma pessoa pode reconhecer como fazendo parte de si (JAQUES, 2013).

Percurso empírico: Esta categoria foi investigada a partir dos tipos de identidade delineados por Castells (2018): a identidade legitimadora, a de resistência e a de projeto. Levou-se também em consideração o indivíduo participante na pesquisa, mas também as especificidades que possam estar envolvidas no processo de construção de uma identidade. Assim, analisou-se a identidade com base nos relatos destacados nas entrevistas.

PODER

Definição Constitutiva: "Capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de formas que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder" (CASTELLS, 2019, p.57). Entende-se que o poder ocorre por meio de relações, podendo ser exercido mediante coerção ou possibilidade de coerção e/ou pela construção de significados e que é devido a ele que atores sociais guiam e orientam suas ações em determinados contextos (CASTELLS, 2019, p. 57).

Aqui, entende-se que o poder se constrói na perspectiva de dominação, mas também de processos de resistência, não existindo o poder absoluto ou "grau zero" de influência. É assimétrico, contudo, é possível existir seu consentimento ou aceitação (CASTELLS, 2019).

Percurso empírico: Essa categoria foi investigada por meio das características do poder delineadas por Castells (2019), em especial, à capacidade relacional, percepção de poder e assimetria de poder, levando-se também em consideração os relatos acerca das vivências de relações de poder coletadas em entrevistas, mas também de dados provenientes de observações e de documentos secundários como por exemplo, notícias voltadas à atuação dessas mulheres e informações divulgadas em suas redes sociais.

3.3.1 Definição de outros termos relevantes

Política: Trata da convivência entre diferentes (ARENDT, 2018) e indica a atividade ou um conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm referência à *pólis*, ou seja, ao Estado (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). É a forma de atividade ou de práxis humana estreitamente ligada ao poder (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Sistema político: Forma de organização e governo que engloba as instituições políticas que compõem um Estado, sendo destinadas à constituição do poder, à organização administrativa, à articulação dos processos políticos e à definição dos ritos da tomada de decisão. O sistema político determina o alcance, a amplitude e a forma de escolha e exercício do poder político bem como quem exercerá tal poder (QUEIROZ, 2018).

Organização: São locais de ação social que envolvem diferentes conjuntos de vozes que, enquanto objetos concebidos por meio de diferentes conversações, constituem a realidade. A organização consiste em um grupo com o propósito de alcançar um objetivo em comum (CLEGG, 1990; CLEGG; HARDY, 1999).

3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Nesta seção apresenta-se a delimitação da pesquisa que orientou o desenvolvimento metodológico desta tese.

3.3.1 Delineamento da pesquisa

A abordagem utilizada no presente estudo é a qualitativa (MERRIAM; TISDELL, 2016; CRESWELL; CRESWELL, 2018). Com a utilização de tal abordagem busca-se o entendimento do fenômeno de interesse por meio das perspectivas dos participantes do estudo e não do pesquisador (GODOY, 1995; MERRIAM; TISDELL, 2016). Essa abordagem demonstrou-se pertinente a este estudo pois, procura-se entender como as pessoas interpretam suas experiências, como constroem seus mundos e quais são os sentidos atribuídos às suas vivências (MERRIAM; TISDELL, 2016; CRESWELL; CRESWELL, 2018), tendo em vista as teorias e conceito a serem aqui discutidos.

Sabendo-se que dentro do escopo de pesquisas qualitativas existem diversas estratégias de investigação (CRESWELL; CRESWELL, 2018) utiliza-se aqui a estratégia delineada por Merriam e Tisdell (2016) como estudo qualitativo básico. De acordo com Merriam e Tisdell (2016) ao utilizar-se de tal estratégia, cada participante do estudo é considerado de acordo com suas próprias singularidades, experiências, percepções e narrativas.

Algumas características-chave, pontuadas por Merriam e Tisdell (2016) apontaram que esta estratégia adequava-se aos caminhos que pretendia-se trilhar com esta tese, dentre elas destaca-se: (1) A busca pela compreensão dos significados que as pessoas constroem sobre seus mundos e as experiências neles vividas; (2) O fato de o pesquisador dever ser o principal instrumento de coleta e análise de dados e que; (3) O resultado da coleta e análise deveria consistir em um relatório detalhado no qual o pesquisador, além de trazer a descrição dos dados, insere seus aprendizados acerca do fenômeno, discutindo-os à luz das teorias a serem trabalhadas. Notou-se que enquanto a abordagem qualitativa e outras de suas estratégias tinham por característica o interesse a respeito de saber como os significados são construídos, como as pessoas fazem sentido de suas vidas e seus mundos, o estudo qualitativo básico vai além e permite ao pesquisador a busca pela interpretação dos significados expostos.

Essa investigação consiste em uma pesquisa de campo (FACHIN, 2006) de recorte transversal com aproximação longitudinal (COOPER; SCHINDLER, 2016) pois, os dados coletados foram assim feitos no contexto natural das entrevistadas, sem alterações impostas pela pesquisadora e referiram-se a um período específico, com momento definido (julho de 2019 a dezembro de 2022), mas que permitiu resgates acerca de aspectos históricos da trajetória das participantes, como por exemplo, o período em que iniciaram suas militâncias políticas.

Após tais especificações, a seguir detalha-se quais foram os critérios utilizados para a seleção das participantes desta tese.

3.3.2 Critérios e seleção de participantes da pesquisa

Para tornar possível a análise da identidade, do poder e das emoções referentes à atuação de mulheres em organizações da política brasileira, selecionou-se mulheres que no momento da entrevista estivessem em exercício de seus cargos enquanto vereadoras ou deputadas, ou seja, exercendo cargos no Poder Legislativo no âmbito municipal ou estadual.

As Casas Legislativas e partidos políticos possuem características diferentes de outros tipos de organizações públicas ou privadas (BRASIL, 1995; STJ, 2015) e, considerando-se a composição do ambiente político, é importante destacar que segundo o Art. 2º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), existem três poderes da União: O Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Dentro de tais poderes, o sistema político brasileiro ainda se subdivide em três diferentes níveis cujas responsabilidades voltam-se à saúde, educação, segurança e justiça: o Municipal, o Estadual e o Federal.

Ao Poder Executivo cabe a administração do Estado de acordo com as normas e leis vigentes no país. As pessoas atuantes em tal poder tem como atividades governar, executar leis, propor planos de ação e administrar conforme interesses públicos. Já o Poder Legislativo tem como responsabilidade a criação, aprovação de leis e fiscalização do Poder Executivo, além de ter como função o controle político-administrativo e financeiro-orçamentário (SANTANA, 2016; SOUZA, 2017). O Poder judiciário, por sua vez, tem como propósito a interpretação de leis e julgamento de casos de acordo com as regras e leis criadas pelo Poder Legislativo, sendo então os responsáveis pela aplicação das leis (SANTANA, 2016).

Em nível municipal, o Poder Executivo é desempenhado pelos prefeitos enquanto o Legislativo cabe a vereadores (TSE, 2016). Neste nível não há Poder Judiciário, pois, os fóruns locais subordinam-se ao Poder Judiciário estadual. Já em nível estadual, o Poder Executivo cabe aos governadores, enquanto o Legislativo fica sob responsabilidade de deputados estaduais. O Judiciário no nível estadual é exercido por cortes de instâncias inferiores. Quanto ao nível federal, o Poder Executivo é de responsabilidade do Presidente da República, enquanto o Legislativo é exercido por deputados federais e senadores. O Poder Judiciário na esfera federal cabe aos tribunais superiores (MATTOS, 2017).

Em primeiro lugar, esse critério foi escolhido devido à própria atuação que tais mulheres possuem em seus contextos. A literatura indica que a representação de mulheres em cargos legislativos ainda é escassa (TSE, 2021; UII, 2023) tanto na esfera municipal (BRASIL, 2020) quanto estadual (ONMP, 2022). Considerou-se que, diante do objetivo delineado para esta tese, mulheres já eleitas poderiam contribuir significativamente por possuírem determinada

influência em duas das organizações que compõem o sistema político: os partidos e as Casas Legislativas. Torna-se aqui necessário mencionar que dentro do sistema político, os atores mantêm contato com múltiplas organizações, todavia, conforme destacado por Pinto e Silveira (2018), todas as organizações políticas ainda são definidas como espaços masculinos e o mundo do poder presente nesse cenário impõe diversas barreiras à atuação feminina tanto que apenas um pequeno grupo de mulheres alcança a eleição, o que lhes permite a busca por uma carreira política longeva.

Diante de tal problemática, entende-se que, em virtude de seu rol de atuação e das relações que possam existir nesse contexto, juntamente ao fato de a própria eleição ser considerada a superação de uma das barreiras impostas a essas mulheres, o recorte escolhido permitiu entender melhor como as emoções, identidade e poder operam e possuem sua relevância dentro das diferentes dinâmicas organizacionais que as mulheres entrevistadas tiveram de lidar. Esse critério também é justificado de acordo com o estudo de Vogel (2019) no qual o autor pontua que a participação feminina na política, em especial em cargos legislativos, além de destacar a problemática da necessidade de uma maior participação da mulher, articula-se às lutas pela afirmação de uma nova identidade e posição social às mulheres sendo fundamental para conferir visibilidade e "universalidade" para as questões que lhes afetam.

Dessa maneira, selecionou-se as participantes para a presente pesquisa de forma proposital, conforme delineado por Creswell e Creswell (2018), uma vez que esse tipo de critério para seleção de participantes permite ao pesquisador selecionar quem melhor o ajude a compreender o problema e as questões de pesquisa. Inicialmente, não houveram critérios de recorte quanto à região de atuação das participantes, contudo, Buonicore (2009) ressalta que a Região Sul do país foi a última região do país a possuir mulheres eleitas, assim, na seleção, começou-se dando prioridade a mulheres atuantes nos três estados dessa região. Posteriormente, o contato foi feito com mulheres de todas as regiões do Brasil.

Optou-se por não estabelecer critérios quanto à quantidade de participantes e a coleta de dados se deu por meio de entrevistas que foram realizadas até o alcance da saturação dos dados (MERRIAM; TISDELL, 2016; CRESWELL; CRESWELL, 2018). Considerou-se como saturação, o momento, conforme indicado por Bowen (2008), em que dentre os dados primários coletados, tinha-se ganhos marginais, com poucas novidades quanto aos temas e questões debatidos pelas participantes. A seguir são apresentados mais detalhes a respeito das fontes e técnicas de coleta de dados utilizadas.

3.3.3 Fontes e técnica de coleta de dados

Nesta tese foram utilizados dados provenientes de fontes primárias e secundárias uma vez que pesquisas qualitativas permitem ao pesquisador realizar a coleta de diferentes fontes, desde que estas permitam extrair a profundidade e complexidade do fenômeno em estudo (MERRIAM; TISDELL, 2016).

Tendo em vista a abordagem escolhida bem como as perguntas de pesquisa delineadas, utilizou-se como uma das técnicas de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Essa técnica demonstrou-se adequada a essa pesquisa pois, conforme pontuado por Merriam e Tisdell (2016), o principal objetivo ao utilizar-se entrevistas é obter informações especiais que não poderiam ser obtidas por outros meios, como por exemplo: comportamentos, sentimentos ou a forma que as pessoas interpretam o mundo ao seu redor. A escolha pelo formato semiestruturado ocorreu por conta da flexibilidade que essa estrutura permite ao pesquisador, em que as entrevistas se guiam por um roteiro, mas, não há ordem pré-determinada para a execução das perguntas. Teve-se, diante de tal escolha, liberdade para explorar temas emergentes do campo, caso estes aparecessem.

Ressalta-se que essa tese faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, sendo continuidade à pesquisa já iniciada pela autora em seu período de mestrado. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas em dois momentos e formatos distintos: presencial e online. As entrevistas presenciais deram-se no período de agosto a novembro de 2019, no local de escolha das participantes, que optaram que o encontro fosse feito em seus gabinetes, com a presença de assessores. Já as entrevistas em formato online foram realizadas na plataforma de preferência de cada participante, que em sua totalidade escolheram a ferramenta *Google Meet*. Essa segunda etapa de coleta de dados ocorreu no período de julho de 2020 a dezembro de 2022 e, apesar de algumas entrevistadas terem concedido suas entrevistas de seus gabinetes, seus assessores não estavam presentes no momento da conversa.

Todas as participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido conforme modelo disponível no Apêndice 02, que garantiu o sigilo quanto às suas identificações e também garantiu a autorização da utilização dos dados a esta pesquisa. Após essa assinatura, as entrevistas iniciaram-se alicerçando-se às perguntas delineadas no roteiro presente no Apêndice 01. O roteiro foi elaborado considerando-se os objetivos deste estudo, mas também, pautou-se em aspectos apontados pela literatura pesquisada. Por se tratar de uma entrevista semiestruturada, a pesquisadora tomou a liberdade de também fazer diferentes questionamentos tendo por base temas emergentes em cada entrevista. No total foram contatadas 148 assessorias

e destas, 21 entrevistas foram agendadas com mulheres atuantes nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Esse foi o número total de participantes deste estudo. Todas as entrevistas tiveram seus áudios gravados mediante autorização e foram posteriormente transcritas. Essas entrevistas geraram 16 horas e dois minutos de gravação, sendo destes o tempo mínimo de entrevistas 20 minutos, o médio 40 minutos e, o tempo máximo de 91 minutos, totalizando assim 156 laudas de transcrição literal.

Como medida de proteção e garantia de não identificação das participantes, os nomes das entrevistadas foram ocultados, sendo atribuídos em seu lugar, nomes de figuras da mitologia greco-romana que de alguma forma se relacionassem às causas defendidas por essas mulheres ou às suas características pessoais. No quadro abaixo expõe-se algumas informações sobre as participantes deste estudo.

QUADRO 4: CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES DO ESTUDO

Participante	**Idade**	**Formação**	**Causas defendidas**	**Cargo**	**Tempo em mandato**	**Perfil racial autodeclarado**	**Ideologia partidária**
Ananque (deusa do destino, força, inevitabilidade)	60	Ensino Superior	Mulher, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Segurança	Vereadora	2º mandato como vereadora	Branca	Centro-Esquerda
Tálassa (deusa do mar)	43	Ensino Superior	Controle ético dos animais, Controle e restrição do comércio dos animais, Fiscalização e punição de maus tratos, Guarda responsável e atendimento veterinário gratuito	Vereadora	1º mandato como vereadora	Branca	Direita
Irene (deusa da paz)	70	Ensino Superior	Políticas Públicas que visem a Saúde Pública do município, bem como Causas Animais	Vereadora	2º mandato como vereadora	Branca	Direita
Afrodite (deusa do amor)	44	Ensino médio completo	Saúde, Turismo, Educação, Direito das Mulheres e da	Deputada Estadual	2º mandato como deputada;	Branca	Direita

Participante	Idade	Formação	Causas defendidas	Cargo	Tempo em mandato	Perfil racial autodeclarado	Ideologia partidária
			Criança e do Adolescente		2 mandatos como prefeita		
Réia, (a deusa mãe dos deuses do Olimpo)	56	Ensino médio completo	Família	Deputada Estadual	3º mandato como deputada; 1 mandato como vereadora	Parda	Direita
Juno (deusa da união e proteção às mulheres)	51	Ensino superior	Representatividade feminina na política.	Deputada Estadual	1º mandato como Deputada Estadual	Branca	Centro
Atena (deusa da sabedoria)	72	Ensino Superior	Cultura, Desenvolvimento, Educação, Urbanismo e Melhor Idade.	Vereadora	6º mandato como Vereadora	Branca	Centro-Direita
Nêmesis (deusa do destino, equilíbrio)	70	Ensino Superior	Educação e Ressocialização.	Deputada Estadual	3º mandato como Deputada Estadual	Branca	Centro
Deméter (deusa da agricultura)	64	Ensino Superior	Mulher, Agricultura, Esporte, Saúde Pública e Desenvolvimento municipal	Deputada Estadual	2º mandato como Deputada Estadual	Branca	Centro
Juventus (deusa da juventude)	33	Doutorado	Movimento LGBTI+ e feministas	Vereadora	1º mandato como Vereadora	Branca	Esquerda
Métis (deusa da saúde, proteção)	36	Ensino Superior	Educação, Cultura e Turismo	Vereadora	1º mandato como Vereadora	Branca	Direita
Bellona (deusa da guerra)	44	Ensino Superior	Segurança Pública, Direitos da Mulher, Educação e Gestão Responsável	Vereadora	1º mandato como Vereadora	Branca	Direita
Hera (deusa das mulheres, casamento, nascimentos)	36	Ensino Superior	Mulher, Empreendedorismo, Combate à Violência e Auxílio às comunidades carentes	Deputada Estadual	2º mandato como Deputada Estadual	Parda	Centro
Minerva (deusa das artes, do comércio e da sabedoria)	38	Ensino Superior	Empreendedorismo, Liberdade e Fiscalização	Vereadora	1º mandato como Vereadora	Branca	Direita
Felicitas (deusa da prosperidade)	35	Mestrado	Educação e Empreendedorismo	Vereadora	1º mandato como Vereadora	Branca	Direita

Participante	Idade	Formação	Causas defendidas	Cargo	Tempo em mandato	Perfil racial autodeclarado	Ideologia partidária
Flora (deusa da primavera)	43	Ensino Superior	Saúde, Meio Ambiente e Combate às Desigualdades	Deputada Estadual	1º mandato como Deputada Estadual	Branca	Direita
Artemis (Deusa da caça, do trabalho)	52	Mestrado	Mulher, educação, trabalhadores	Deputada Estadual	3º mandato como Deputada Estadual 2 mandatos como Deputada Federal	Branca	Esquerda
Diana (deusa da natureza)	35	Ensino Superior	Primeira Infância, Segurança Pública, Água e Saneamento, Mulheres na Política	Deputada estadual	2º mandato como deputada estadual	Branca	Centro-esquerda
Hebe (deusa da juventude)	31	Ensino Superior	Juventude, feminismo, segurança pública, negritude, cultura e arte	Deputada estadual	2º mandato como deputada estadual	Negra	Esquerda
Clio (deusa da criatividade)	43	Mestrado	Educação, empreendedorismo, liberdade econômica	Vereadora	1º mandato como vereadora	Branca	Direita
Gaia (deusa da terra)	43	Mestrado	Assistência social, criança e adolescente, direitos humanos	Vereadora	1º mandato como vereadora	Branca	Esquerda

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações das entrevistadas (2023).

Além de entrevistas, empregou-se também nessa pesquisa a observação não-participante. A pretensão ao utilizar-se a observação foi de realizá-la em locais onde os fenômenos de interesse a esta tese ocorressem naturalmente, sem interferências diretas da pesquisadora na coleta, como destacado por Merriam e Tisdell (2016). Dessa forma, fez-se observação não-participante (CRESWELL; CRESWELL, 2018) em 13 sessões plenárias abertas ao público realizadas de forma presencial nas Casas Legislativas de atuação de cada uma das participantes e transmitidas de maneira online em formatos de live na plataforma Youtube, tornando possível observar as mulheres selecionadas no próprio desenvolvimento de suas atividades. As observações foram registradas por meio de anotações em um diário de campo (RICHARDSON, 2017). Para esse fim, utilizou-se um caderno de anotações, sendo o

registro das percepções da pesquisadora feito de maneira escrita no momento da observação. Como as sessões plenárias além de transmitidas em tempo real, também foram gravadas, a pesquisadora revisitou as gravações em trechos específicos e assim, fez anotações complementares. No total, obteve-se 25 páginas de anotações.

Por fim, a última etapa de coleta de dados compreendeu a análise de dados secundários que, com base nos princípios elucidados por Merriam e Tisdell (2016) e Creswell e Creswell (2018), fornecessem informações adicionais às obtidas por meio das observações e entrevistas. Os dados secundários coletados consistiram em postagens e comentários nas redes sociais das entrevistadas, especificamente em suas páginas de Facebook e Instagram, vídeos disponíveis na plataforma Youtube, informações de seus sites oficiais e sites das respectivas Assembleias Legislativas ou Câmaras de vereadores (como informações biográficas, dados sobre projetos de lei e leis aprovadas) e, por fim, notícias sobre as mulheres entrevistadas veiculadas na mídia. Para a seleção de tais notícias, a pesquisadora efetuou uma busca por meio da plataforma "Google" com o nome das entrevistadas, priorizando-se veículos de comunicação locais como jornais locais ou blogs que discutissem política, mas, também se deu foco a notícias divulgadas em veículos de notícias de abrangência nacional. A busca pelas notícias ocorreu durante o mês de dezembro de 2022 e janeiro de 2023. Todos os documentos secundários utilizados estão detalhados na lista disposta no Apêndice 04. Após expostos os procedimentos de coleta, a seguir apresenta-se a maneira que a análise dos dados foi elaborada.

3.3.4 Tratamento e análise de dados

De maneira a organizar todos os dados coletados e permitir uma melhor operacionalização da análise, todos os dados escritos coletados foram salvos em formato PDF e inseridos no software *Atlas.ti* (versão 9.1.7). Com auxílio do software, realizou-se processo de codificação, classificando-se fragmentos do texto em categorias temáticas (MILES; HUBERMAN; SALDAÑA, 2014; SALDAÑA, 2016).

Esse processo foi de suma importância para o início da etapa de análise pois, conforme exposto por Saldaña (2016), o desenvolvimento da codificação exige do pesquisador sensibilidade, mas também flexibilidade visto que os códigos simbolicamente resumem e representam uma porção dos dados totais, sempre tendo em mente os objetivos e perguntas de pesquisa delineados (MILES; HUBERMAN; SALDAÑA, 2014). Com a utilização da codificação por meio de software CAQDAS, teve-se uma melhor sistematização do processo,

diminuindo-se a subjetividade da pesquisa devido às etapas e critérios que são previamente enunciados (VOSGERAU; POCRIFKA; SIMONIAN, 2016).

Assim, o processo de codificação deu-se em dois ciclos de acordo com o pontuado por Saldaña (2016). No primeiro ciclo, a pesquisadora analisou os dados por completo e atribuiu-lhes códigos de acordo com os conteúdos de cada material. Já no segundo ciclo, foi realizada uma refinação dos códigos do primeiro ciclo, utilizando-se também do recurso "memos" do *software* como espaço para anotações que posteriormente seriam utilizadas na análise. Além de atribuir-se os códigos com base na literatura pesquisada e em temas emergentes, fez-se o uso da codificação afetiva postulada por Saldaña (2016), na qual rotulou-se as emoções evocadas, vivenciadas ou informadas pelas participantes à pesquisadora. Esse tipo de codificação demonstrou-se pertinente a esse estudo pois, de acordo com o ressaltado por Miles, Huberman e Saldaña (2014) a codificação de emoções é particularmente apropriada para estudos que explorem experiências e ações intrapessoais e interpessoais dos participantes da pesquisa, fornecendo uma visão das perspectivas dos participantes, suas visões de mundo e condições de vida. No entanto, a codificação afetiva pode trazer consigo algumas lacunas já que o próprio participante pode rotular suas emoções e, portanto, quando este foi o caso, também se utilizou da codificação *In Vivo* que consistiu na codificação literal de pequenas frases ou palavras do próprio participante (MILES; HUBERMAN; SALDAÑA, 2014; SALDAÑA, 2016). Os códigos e grupos de códigos utilizados nesta tese estão dispostos a seguir:

QUADRO 5: GRUPOS DE CÓDIGOS E CÓDIGOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE CODIFICAÇÃO

Grupo de código	Códigos
Emoções	Ambivalência Emoções positivas Emoções negativas
Empatia	Motivações à inserção Causas defendidas Pautas discutidas
Prosocialidade	Motivação prosocial Comportamento prosocial Impacto
Identidade	Construção identitária Identidade Individual Identificação com atividades Identidade de resistência Identidade de projeto Microagressões identitárias
Poder	Assimetria de poder Capacidade relacional Percepção de poder Poder & mulher
Mulher(es) na política	Ameaças Desafios à mulher Entrada na política Organizações políticas Política geral Política e mulheres Trajetórias

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

De maneira a compreender melhor os dados coletados, escolheu-se a análise narrativa como técnica de análise. Moutinho e Conti (2016) afirmam que por meio de narrativas as pessoas relatam suas experiências de vida imaginando e refletindo sobre o presente, passado e futuro, construindo histórias que façam sentido para si mesmas e sua audiência. Nessa construção de sentidos, o narrador assume um lugar moral em relação à forma que ele avalia suas ações na narrativa, mas também suas relações com outros personagens pertencentes à conversação na qual a narrativa é construída (MOUTINHO; CONTI, 2016). Posto que o objetivo delineado para a presente tese consistiu em analisar como as emoções, a identidade e o poder se entrelaçam à atuação de mulheres em organizações da política brasileira, entendeu-se que a abordagem narrativa é uma forma coerente de analisar os dados uma vez que "a narrativa é especialmente relevante à análise de processos organizacionais, pois, as pessoas não somente contam histórias, elas as representam" (PENTLAND, 1999, p. 711, tradução nossa).

A análise narrativa foi aqui utilizada como um recurso que permitiu o entendimento a respeito do significado das relações estabelecidas pelas mulheres inseridas na política em múltiplos contextos, sejam esses culturais, históricos ou sociais conforme detalhado por

Shuman (2012). A autora ressalta que a análise narrativa é uma maneira de questionar-se "quem conta histórias, sobre o quê e para quem".

Cabe ressaltar que o propósito desta investigação não se pautou apenas em descrever as histórias das mulheres e demonstrar uma sequência de eventos a seu respeito e sim, refletir-se sobre como a atuação em múltiplas organizações pode interferir em fenômenos como as emoções, a identidade e o poder. Assim, para a realização da análise narrativa, tomou-se por base as cinco propriedades da estrutura narrativa propostas por Pentland (1999) que indicam especificidades que devem ser levadas em consideração no desenvolvimento da pesquisa.

A primeira propriedade refere-se à sequência no tempo e nela Pentland (1999) aponta que a narrativa deve incluir um início, meio e fim claros, embora considere-se que mesmo histórias fragmentadas ainda podem representar tempo e sequência. Já a segunda propriedade diz respeito ao ator ou atores focais e aqui, o autor destaca a necessidade de ter-se ciência e deixar claro na análise que as histórias sempre são sobre algo ou alguém. O terceiro ponto crucial a análises narrativas de acordo com Pentland (1999) é a própria voz narrativa que será o ponto de vista particular de quem conta a história, destacando que essa voz reflete algo que alguém conte. O quarto tópico, volta-se ao contexto de referência, destacando-se que narrativas trazem consigo valores e significados de determinado grupo e cultura, e tem-se com base nisso, concepções sobre os julgamentos morais expostos. Por fim, a última propriedade refere-se a outros indicadores de contexto que podem fazer referência e indicarem tempo, lugares, atributos das personagens, atributos do próprio contexto, dentre outros.

Dessa forma, tendo-se tais propriedades como guias, partindo-se das transcrições, elaborou-se juntamente a etapa de codificações das entrevistas, uma descrição resumida das narrativas de cada entrevistada, utilizando-se das gravações, memos e anotações para elaborar-se tal construção. Como resultado, fez-se uma análise individual de cada narrativa, de acordo com o quadro a seguir. Mais detalhes são também apresentados no Apêndice 03.

QUADRO 6: PROPRIEDADES UTILIZADAS NA ANÁLISE NARRATIVA

Propriedade narrativa	**Indicador**	**Orientações à análise das narrativas desta tese**
Sequência no tempo	Padrões de eventos	Qual a sequência? Quais eventos marcantes e ações despendidas pelas participantes?
Ator(es) focais	Papeis, rede social, demografia	Quem são as protagonistas? Quem são os atores da narrativa? Que papel ocupam? Como se relacionam com as mulheres entrevistadas?

Propriedade narrativa	Indicador	Orientações à análise das narrativas desta tese
Voz narrativa	Ponto de vista, relações sociais e poder	Quais vozes orientam as narrativas das mulheres na política? Quais os níveis de poder envolvidos?
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	O que orienta as ações despendidas pelas mulheres na política? O que faz suas narrativas existirem?
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Quais outras questões são importantes à narrativa das mulheres na política?

Fonte: Elaborado pela autora com base em Pentland (1999)

A análise dos dados foi desenvolvida concomitantemente à sua coleta (MILES; HUBERMAN; SALDANA, 2014) e, esse processo de "ir e vir" permitiu o preenchimento de lacunas que surgiram no início da elaboração da análise, como por exemplo, um refinamento do próprio roteiro de entrevistas permitindo à pesquisadora explorar melhor as reflexões e construções analíticas sobre as teorias e conceito aqui trabalhados.

3.4 CUIDADOS ÉTICOS

Com o propósito de assegurar a segurança, o conforto e não causar danos às participantes envolvidas na presente pesquisa, apresenta-se nesta seção os cuidados éticos adotados no decorrer do desenvolvimento deste trabalho. Foram adotadas as três diretrizes básicas delineadas por Cooper e Schindler (2016) para tratamento ético dos participantes: 1) Explicação dos benefícios do estudo; 2) Explicação dos direitos e proteções aos participantes; 3) Obtenção do consentimento informado.

Os cuidados éticos foram pontuados já no contato via e-mail com as assessorias. Nestes, a pesquisadora apresentava-se, informando seu nome e a instituição de ensino a qual estava vinculada e descrevia brevemente os objetivos e benefícios do estudo. Conforme exposto por Cooper e Schindler (2016) essa apresentação inicial permite aos participantes o entendimento sobre os propósitos do estudo, fazendo com que se sintam à vontade com o contato e também seja fonte de motivação à participação no estudo.

Quando havia o retorno desse contato inicial, a pesquisadora explicava às possíveis participantes os direitos voltados à confidencialidade e privacidade, assegurando-lhes o sigilo quanto às informações pessoais. Além do exposto, foi-lhes garantido também o direito à recusa em responder perguntas que não se sentissem confortáveis ou o encerramento da entrevista e participação se assim fosse de suas vontades. Essas medidas tinham por propósito assegurar a validade da pesquisa e a proteção das participantes (COOPER; SCHINDLER, 2016).

Anteriormente ao início das entrevistas, lhes foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo modelo está presente no Apêndice 02. Este termo assegura a ciência por parte do participante acerca das informações mencionadas, abrangendo-se os objetivos, benefícios e riscos envolvidos na pesquisa. O termo também atesta a participação voluntária à pesquisa.

A presente pesquisa não implicou riscos físicos às suas participantes. Todavia, de maneira a assegurar que o desenrolar das entrevistas não lhes fosse cansativo, tomou-se os devidos cuidados na formulação do roteiro de entrevista para que este não fosse extenso. Ainda assim, reforçou-se o direito de interrupção ou finalização da entrevista a qualquer momento. Destaca-se que por ter-se, dentre os temas abrangidos na pesquisa, as emoções como foco, o roteiro de entrevista foi cuidadosamente elaborado e refinado por meio de teste piloto, para que as entrevistas não viessem a causar desconfortos e constrangimentos.

É importante salientar que esta tese faz parte do projeto de pesquisa intitulado "Dimensões Humanas nas Organizações: Processos afetivos, emoções e humores", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, conforme Parecer Consubstanciado n° 4.256.319.

Na seção a seguir, são apresentadas as limitações enfrentadas no desenvolver dessa pesquisa.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Mesmo diante de cuidados quanto ao rigor de pesquisas científicas, as limitações se tornam inerentes ao processo e, no desenvolver desta tese, algumas limitações fizeram-se presentes. Dentre elas, destaca-se questões voltadas à inferência de uma das categorias de análise aqui utilizadas. A categoria "emoções", além de constituir um termo "guarda-chuva", possui um grande escopo na literatura. Diante disso, a pesquisadora precisou realizar escolhas quanto às definições constitutivas, ao percurso empírico e a quais emoções seriam trabalhadas neste estudo de maneira que fosse possível atingir o objetivo delineado. Assim, restringiu-se o estudo às emoções de maneira generalizada, à empatia e prosocialidade, aprofundando-se também somente às emoções mencionadas pelas entrevistadas.

Outra limitação refere-se às dinâmicas das entrevistas. Quando feitas presencialmente, as entrevistas foram realizadas nos gabinetes das mulheres participantes deste estudo e, em tal dinâmica, a assessoria permanecia nas salas durante todo o evento. Este fato fez com que muitos tópicos das entrevistas fossem explorados com pouca profundidade pelas entrevistadas. Para

superar tal barreira, nas entrevistas realizadas a partir de 2020, a pesquisadora mudou a forma de abordagem com as assessorias e flexibilizou-se quanto à forma de coleta, fazendo entrevistas de forma online que, na maioria das vezes, foi feita no período em que as mulheres estavam em suas residências. As entrevistas passaram a ter um caráter mais informal, sendo visto e definido pelas entrevistadas como uma conversa. A garantia e reforço quanto ao sigilo de suas identidades também permitiu que as entrevistadas ficassem mais à vontade e que por conta própria puxassem temas mais sérios.

É importante ressaltar que nenhuma das entrevistas realizadas de maneira remota contou com a participação da assessoria, porém, mesmo assim, tinha-se dificuldade em puxar a temática emoções. Muitas vezes, ao questioná-las de forma geral, as respostas faziam-se vagas. Para solucionar tal problemática, a pesquisadora passou a trazer exemplos de emoções em suas perguntas e isso fez com que as participantes detalhassem melhor quais emoções faziam-se presentes em seus cotidianos.

Outra limitação, ainda referente ao processo de coleta de dados voltou-se ao fato de que a pesquisadora não obteve acesso a todas as dinâmicas organizacionais envolvidas na experiência e atuação de mulheres na política, podendo participar apenas de eventos públicos. Como forma de mitigar tal obstáculo, utilizou-se informações de dados secundários.

Por fim, uma última limitação é referente ao próprio contato com as mulheres selecionadas para participarem da pesquisa em que, por utilizar-se de contatos públicos, poucos foram os retornos. A solução para conseguir as entrevistas foi a insistência com as assessorias em vários canais públicos, *networking* com pessoas próximas a essas mulheres e inclusive, participação da pesquisadora em reuniões de partido. Apesar do baixo percentual de retorno em relação ao número total de contatos, todas as participantes que aqui deram seu relato demonstraram interesse nos resultados da pesquisa, ressaltaram a relevância de uma ponte entre o mercado e a academia e, foram extremamente solícitas com a pesquisadora.

Após expostos os procedimentos metodológicos que permitiram a elaboração desta tese, a seguir apresenta-se a matriz de amarração desta tese, seguindo-se para a análise e discussão dos resultados.

3.6 MATRIZ DE AMARRAÇÃO

Expõe-se a seguir a matriz de amarração elaborada com o propósito de sintetizar as problemáticas a serem discutidas com esta tese.

QUADRO 7: MATRIZ DE AMARRAÇÃO DA PESQUISA

Problema de Pesquisa	**Objetivo Geral**	**Objetivos Específicos**	**Referencial Teórico**	**Forma De Coleta De Dados**	**Perguntas Do Instrumento De Coleta De Dados**	**Técnica De Análise Dos Dados**
Como as emoções, a identidade e o poder podem se entrelaçar à atuação de mulheres na política brasileira?	Analisar a forma como as emoções, a identidade e o poder se entrelaçam à atuação de mulheres em organizações da política brasileira.	Identificar se a empatia (aspectos afetivos, cognitivos, e a prosocialidade) pode pautar a atuação política de mulheres em organizações da política brasileira, interligando-se às causas que defendem;	Emoções (PRATT; DOUCET, 2000; BARSADE; GIBSON, 2007; BURCH et al. 2016; BOLINO; GRANT, 2016; ROTHMAN *et al.*, 2017) Identidade (CALDAS; WOOD JR.; BERGER; LUCKMANN, 2003; CASTELLS, 2018; BROWN, 2022) Poder (HARDY; CLEGG, 2001; RAGINS; WINKEL, 2011; CASTELLS, 2019)	Entrevistas semi-estruturadas Documentos Observação não-participante	Parte I e II do Apêndice 1	Análise narrativa
		Analisar como as emoções presentes na constituição identitária das mulheres atuantes em organizações da política brasileira se entrelaçam às suas lutas por espaços de poder em um ambiente predominantemente masculino;			Parte I, III, IV e V do Apêndice 1	
		Analisar como a ambivalência de emoções, diante dos desafios e dos incentivos vivenciados, pode afastar ou aproximar as mulheres atuantes em organizações do sistema político do poder.			Parte I, III e V do Apêndice 1	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

4 CONTEXTO DA PESQUISA: MULHERES NA POLÍTICA

Garantir a participação plena e efetiva de mulheres e a igualdade de oportunidades em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública são pontos delimitados pela Organização das Nações Unidas no seu quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, que é voltado à igualdade de gênero (ONU, 2021). Por tratarem-se de ambientes predominantemente masculinos, porém, a representação feminina nesses setores, especialmente na política, ainda é pequena se comparada ao número total de ocupantes de cargos disponíveis. De acordo com o último *ranking* de representatividade na política, disponibilizado em março de 2023 pela União Interparlamentar Internacional (2023), a disparidade ainda é grande. O estudo analisou 190 países, sendo que o Brasil ocupa a 131ª posição, o que demonstra que houve um avanço em relação aos anos anteriores, contudo, mudanças ainda se fazem necessárias.

Historicamente, a política é considerada um ambiente de predominância masculina e, de acordo com Paxton e Kunovich (2003), a baixa taxa de participação das mulheres em níveis mais altos da política é um problema duradouro relacionado à estratificação de gênero nesse setor. Entender a participação feminina na política requer o reconhecimento de que quase nenhum país no mundo possui o percentual de 50% de mulheres em suas casas legislativas (PAXTON; KUNOVICH, 2003; SACCHET, 2018). Pinto e Silveira (2018) afirmam que a mulher é desencorajada a chegar ao espaço político pois este não é considerado adequado a ela. No que tange à cultura política, Araújo (2010) destaca que existem percepções arraigadas de que o poder é voltado aos homens, sendo este um pressuposto que dificulta a participação e a própria motivação de outros grupos excluídos ou *outsiders* ao sistema político.

A literatura consultada considera que essa sub-representação é resultado de questões historicamente e culturalmente arraigadas que ainda apontam uma visão estereotipada de mulheres que atuam em cargos de liderança. A própria população espera de candidatas mulheres padrões mais rigorosos quanto às suas posturas e qualificações, limitando a execução de suas atividades. Essa limitação se dá diante das múltiplas barreiras impostas às mulheres nesse espaço pois, o mundo do poder e da política não é exatamente paritário em termos de reconhecimento, determinando, dentre outras consequências, não somente a falta de apoio eleitoral por parte da população às mulheres, mas, também, a má distribuição de recursos financeiros e o menor acesso a recursos partidários e às doações privadas (SCHNEIDER; BOS, 2014; BROLLO; TROIANO, 2016; PINTO; SILVEIRA, 2018; BAUER, 2020).

Uma justificativa para isso é que com frequência, especialmente pela mídia, as mulheres são retratadas como pessoas com comportamentos “amenizados”, como, por exemplo, a

compaixão (RENNER; MASCH, 2019), o que permite compreender que tais comportamentos não são exclusivamente ruins, mas trazem consigo a pluralidade necessária a um ambiente organizacional. Paxton e Kunovich (2003) pontuam que a ideologia presente em um país também permite chegar a algumas considerações referentes à participação feminina na política. As autoras afirmam que por séculos, teóricos políticos como Aristóteles, Jean Jacques Rousseau, Thomas Hobbes e John Locke justificaram a exclusão de mulheres da política devido à sua assumida "natureza não racional". De acordo com Paxton e Kunovich (2003), mesmo após o sufrágio feminino, a habilidade das mulheres de tomarem decisões racionais ainda é questionada, tanto teórica quanto empiricamente.

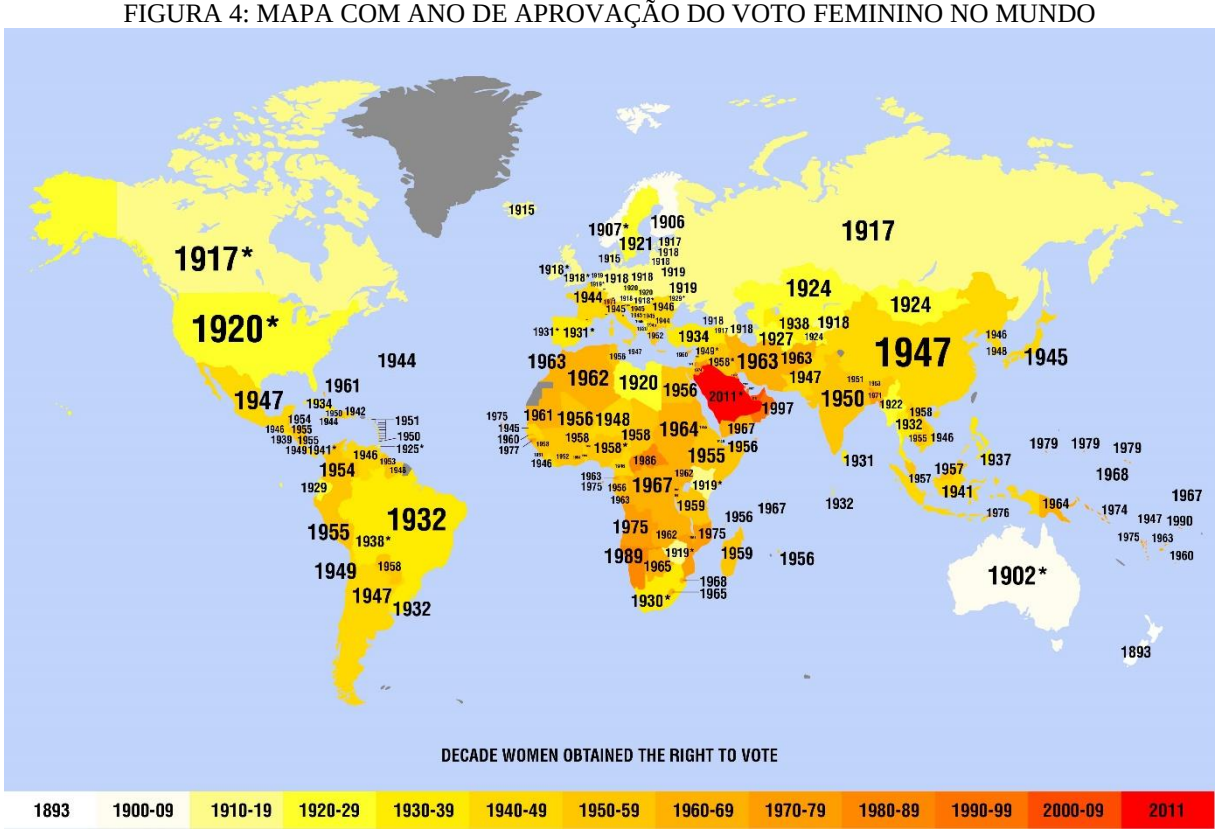
Nesse sentido, é importante mencionar que o preconceito e a sub-representação ocorrem desde que as democracias foram instauradas no mundo, posto que o exercício da cidadania somente era concedido a alguns homens, selecionados de acordo com características voltadas à condição financeira, *status* social, raça, dentre outros aspectos que ressaltavam que o voto era percebido como uma espécie de privilégio (TOSI, 2016). Não obstante, o sufrágio feminino iniciou após períodos de reflexão, lutas e buscas por mudanças, desafiando a lógica até então dominante. Em consequência, as mulheres passaram a batalhar para terem suas vozes ouvidas, pontuando-se tal batalha como "consciência cívica" (ABREU, 2002).

Em 1893, a Nova Zelândia se tornou o primeiro país no mundo a reconhecer o direito ao voto feminino, enquanto no Brasil as mulheres só tiveram a concessão desse direito no ano de 1934 (TOSI, 2016). No período anterior a isso, foram organizadas campanhas sistemáticas contra a atuação de mulheres na política brasileira, as quais eram ridicularizadas e vistas como incapazes de ocupar postos eletivos públicos (GRAZZIOTIN *et al*., 2020).

É possível afirmar que não se trata apenas do preconceito contra mulher, mas de uma série de fatores que podem se interligar às tentativas de alteração da lógica dominante nesse cenário (ZAKAR; ZAKAR; HAMID, 2018; FERNANDES *et al*., 2020). De acordo com a Organização *Women Lobby* (2020) existem cinco motivos que justificam o fato de existir sub-representação feminina na política: (1) *Confiança*: as mulheres possuem mais dúvidas ao se candidatarem às eleições; (2) *Seleção de candidatos*: sem cotas, as mulheres enfrentam dificuldades em conseguir vagas eletivas em listas eleitorais; (3) *Cultura*: ainda há sexismo e ameaças externas às mulheres que optam por se inserir nesse ambiente e, muitas vezes, elas não são bem-vindas; (4) *Dinheiro*: quando as mulheres concorrem a eleições, suas campanhas, muitas vezes, recebem menos financiamento do que suas contrapartes masculinas; (5) *Cuidados com a família*: de acordo com dados da organização, as mulheres gastam o dobro do tempo em cuidados com a família em comparação aos homens.

Mesmo com essas barreiras à inserção de mulheres na política, o cenário tem sido alterado e suas participações têm aumentado significativamente em relação aos últimos 100 anos (PAXTON; HUGHES, 2014). Hoje, quase nenhum país do mundo nega o direito ao voto feminino, contudo alguns países ainda incluem grandes restrições, porém, mesmo assim, o crescimento do poder político das mulheres é uma das tendências mais importantes da atualidade (HUGHES *et al.*,2019; TOSI, 2022). O mapa a seguir demonstra os anos em que o voto feminino foi aprovado em cada país do mundo:

FIGURA 4: MAPA COM ANO DE APROVAÇÃO DO VOTO FEMININO NO MUNDO



Fonte: UVESP (2020).

Embora ainda exista sub-representação, o número de mulheres na política está aumentando nos últimos anos. No período entre 2000 a 2010 a média de parlamentares mulheres quase dobrou, indo de 11,7% a 19,4% (PAXTON; HUGHES, 2014). A fim de trazer um esforço no sentido de encorajar maior participação feminina, mais de 130 países em todo o mundo modificaram as suas constituições, leis eleitorais ou partidos, inserindo regras que determinassem que certa proporção de mulheres fosse incluída como candidatas ou legisladoras – as famosas cotas – que estão entre as reformas eleitorais de maior alcance nos últimos 30 anos (HUGHES *et al.*, 2019). Conforme pontuado por Sacchet (2018), são as cotas de gênero o mecanismo mais amplamente utilizado na tentativa de diminuir a discrepância existente entre homens e mulheres nesse setor e, além disso, as cotas se tornaram institucionalmente

generalizadas nas políticas modernas, mudando, fundamentalmente, a competição política (HUGHES *et al.,* 2019).

No Brasil, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, conhecida como Lei de Cotas, definiu que o percentual estaria na lista de potenciais candidaturas e não na sua quantidade final. Em 2009 foram feitas alterações com a aprovação da Lei nº 12.034, em que se tornou obrigatório o preenchimento da candidatura com mulheres, todavia, ainda haviam brechas que permitiam a existência de candidaturas "laranja". Assim, em 2015, com a Reforma Política e a Lei nº 13.165, os partidos precisaram comprometer, no mínimo, 5% de seus recursos de campanha e 15% dos recursos do Fundo Partidário às candidaturas de mulheres. Com as alterações na legislação, percebeu-se um aumento no número de candidaturas femininas, mas o número de mulheres eleitas ainda é baixo (AGÊNCIA SENADO, 2022). Sacchet (2018), ao analisar as eleições anteriores a 2016, afirma que a instituição de cotas no Brasil não vinha ajudando a aumentar a participação de mulheres na política, o que, segundo a autora, indica que o verdadeiro problema se encontra em outro lugar, como no próprio sistema eleitoral do país ou, então, como pontua Araújo (2010), pode relacionar-se ao papel dos partidos neste contexto, na intencionalidade dos atores em relação à variável gênero e, também, à relação das lógicas pragmáticas que envolvem as disputas eleitorais.

Em 2022, dados da Agência Brasil indicam que a representatividade feminina na política ainda está aquém da sua representatividade no eleitorado, que é mais de 52%. Das 513 cadeiras na Câmara dos Deputados, 90 são ocupadas por deputadas, correspondendo a 17,5% do total. No Senado, das 81 vagas só 12 correspondem a mulheres, tendo 14% de participação no total (MELLO, 2021; TSE, 2023). Já em nível municipal, o percentual de mulheres eleitas para o cargo de vereadoras nas eleições de 2020 foi de 16,1%, e para prefeitas apenas 4,4% (BRASIL, 2021). Pinto e Silveira (2018), ao analisarem mulheres com carreiras políticas longevas, destacam o número total de candidatas eleitas entre 1950 a 2014, e ressaltam que dentre as regiões do país, a Região Sul é a que menos elegeu mulheres no Brasil.

Mesmo com um histórico marcado por desigualdades, preconceitos e baixos percentuais de mulheres na política, a América Latina é a região que mais elegeu mulheres presidentes no mundo, considerado o cargo mais alto em democracias, tendo esse feito realizado por sete vezes desde o ano de 2006. Dentre os países que obtiveram tal conquista, incluem-se o Chile, Argentina, Equador, Bolívia, Costa Rica, Nicarágua e, por fim, o Brasil, onde a primeira presidente mulher do país foi eleita no ano de 2010 (AGUILAR; CUNOW; DESPOSATO, 2015; REYES-HOUSHOLDER, 2018).

Ainda que seja possível perceber as mudanças ocorridas nas esferas sociais, políticas e

históricas que demonstrem avanços da presença feminina quanto à ocupação de cargos de liderança e prestígio, os desafios ainda persistem (MELO; FARIA, 2021). É a inserção e atuação de mulheres na política que traz consigo maior diversidade de pensamentos, novas vozes e políticas que não abrangem apenas um público específico (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004). Neste contexto, Curnow e Vea (2020) salientam que as emoções podem se fazer presentes, moldando e sendo moldadas pelo ambiente político e pelas políticas ali formuladas. Assim, após expostas informações sobre características do contexto no qual essa pesquisa ocorre, discorre-se a seguir sobre a especificação do problema de pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 O INÍCIO

Esta história é composta por protagonistas que possuem diferentes pontos de vista e distintos caminhos que, por mais afastados que sejam e por mais que tragam variadas perspectivas sob um mesmo fenômeno, têm por resultado e narrativa algo em comum: a atuação como mulher na política.

Antes de iniciar propriamente esta exposição, é importante saber que, comumente, os entraves descritos no percurso de uma trajetória não são o seu foco e, se levados em consideração, são mencionados apenas no tocante às suas superações. Neste estudo, porém, esses elementos são parte fundamental da história a ser narrada. Se não houvesse obstáculos, barreiras e limites à atuação feminina que promoveram a sua saída das zonas de conforto, o interesse pela política talvez não tivesse existido para aquelas que aqui expuseram seus caminhos, como elas mesmas destacaram.

No atual contexto brasileiro, as mulheres ocupam 15% dos cargos políticos do país (UII, 2023). Este fato demonstra que, culturalmente, poucas são as mulheres que buscam sua inserção em organizações da política, contudo, há uma parcela ávida por mudanças que visa adentrá-lo. Faz-se necessário, então, entender mais sobre essa jornada.

Inicialmente, pontua-se alguns aspectos relevantes: o primeiro volta-se ao fato de que os dados aqui apresentados foram tratados de forma a não revelar a identidade das mulheres participantes deste estudo; e o segundo é de que na apresentação de cada uma dessas mulheres foram utilizados tanto os dados coletados nas fontes primárias quanto nas secundárias desta tese.

5.2 APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES: OS CAMINHOS ANTERIORMENTE TRILHADOS E A ENTRADA NA POLÍTICA

"O que ela vai fazer lá?"
(Reia, deputada estadual há 12 anos).

Inicia-se este estudo com a seguinte pergunta: "A empatia pode pautar a atuação política de mulheres em organizações da política brasileira, interligando-se às causas que defendem?" O percurso tomado para se chegar à resposta é quase tão complexo quanto todas as organizações envolvidas. Fala-se, aqui, de partidos políticos, de Câmaras de Vereadores, de Assembleias Legislativas, de Organizações não Governamentais, de associações de empreendedores, de

organizações formais e, também, de organizações informais. Essas organizações serão englobadas em três grupos principais: O de movimentos sociais, o de partidos políticos e o de Casas Legislativas. As protagonistas dessas histórias caminham em trajetórias não tão lineares e mesmo se tratando de vivências e contextos diferentes, é possível afirmar que a empatia é um guia a essa atuação, por mais que essa emoção seja experienciada de maneira diferente a cada uma delas pois, o início e um dos pontos que pauta essa atuação se dá sempre da mesma forma: com o desejo por mudança.

Assim, inicia-se a apresentação das protagonistas com Ananque. Nascida no interior, aos 17 anos foi para a capital do seu Estado para cursar a faculdade. Foi neste ambiente que teve seu primeiro contato político, sendo representante de turma e fazendo parte do diretório de estudantes da universidade. Ananque destaca que sempre considerou a política como algo importante à vivência em sociedade, porém, percebia que essa visão não era compartilhada por seus colegas, fato este que a incomodava. Hoje, com 64 anos, é médica por profissão e representante da categoria junto às associações de sua especialização. No processo de representação, batalhava por questões voltadas às condições de trabalho dos médicos do Estado que residia, mencionando ter percebido a necessidade de abranger suas batalhas trabalhistas a mais áreas. Relata que devido à sua atuação profissional, vivenciou a violência "*na ponta*", atendendo mulheres vítimas de estupro, lesão corporal e feminicídio. Em suas redes sociais, Ananque destaca que ao ver *"tanta coisa errada acontecendo"*, fundou uma ONG com o objetivo de auxiliar mulheres vítimas de violência. Mantendo a preocupação quanto às condições de trabalho de sua categoria e, também, de ampliar o que já desenvolvia na ONG, Ananque salientou que ao procurar políticos para tal debate, percebeu certa dificuldade de acesso e falta de interesse por suas pautas. Inconformada – em suas palavras – disse que poderia alterar tal realidade, e foi *"procurar caminhos políticos, não só buscar políticos, mas me tornar um deles para tentar fazer as coisas de forma diferente [...] eu entrei na internet e fui procurar um partido [...] bati na porta dos caras e falei – vim me filiar".* Narrou, também, que realizou a campanha com recursos próprios e em sua primeira candidatura foi eleita. Atualmente, Ananque está em seu segundo mandato e defende pautas voltadas à mulher e ao meio ambiente. Seus projetos de lei envolvem questões voltadas à saúde, a mulheres, aos idosos e, também, à violência contra mulher, à inclusão social, ao meio ambiente e à cultura.

Tálassa, outra protagonista, é natural de uma das capitais brasileiras, formada em Pedagogia e atua como professora. Menciona que a sua atuação política foi despertada desde os tempos de pré-escola *"eu sempre gostei muito de ser a representante de tudo, eu gostava de ser a ajudante da professora. Quando tinha algum evento, eu sempre gostava de falar lá na*

frente", mas, foi no período de faculdade que efetivamente se envolveu em organizações políticas e em movimentos sociais. Seu processo político se iniciou como defensora dos direitos animais e foi por meio dessa atividade que se tornou conhecida na cidade. Ressalta que a pedido de um ex-chefe foi participar de uma reunião partidária, gostou da experiência e se filiou ao partido. Enquanto conhecia mais da política e continuava a desenvolver seus projetos sociais, foi convidada pelo partido a lançar sua pré-candidatura. Inicialmente, Tálassa afirmou não ter manifestado muito interesse pela eleição e que só aceitou o convite por entender que naquele momento era necessário preencher o percentual feminino de 30% do partido. Percebeu, contudo, que essa seria uma possibilidade de ajudar mais animais na cidade e, por isso, resolveu se dedicar à tentativa de eleição. Contou com o apoio de pessoas próximas e do próprio partido, porém não foi eleita em sua primeira candidatura. Buscou alterar suas estratégias e candidatou-se às eleições seguintes, dessa vez sendo eleita. Atualmente, Tálassa defende pautas voltadas ao direito dos animais, seus projetos de lei envolvem controle ético dos animais, controle e restrição do comércio de animais, fiscalização e punição para o crime de maus-tratos, além de campanhas de educação para a guarda responsável e atendimento veterinário gratuito.

Irene também atua na causa animal e é a única mulher na Casa Legislativa em que atua. Teve sua trajetória iniciada no Exterior quando se envolveu com a causa animal. Ressalta, porém, que seu desejo de trabalhar com essas questões já iniciou na infância. Seu interesse pela causa animal surgiu quando visualizou o padeiro da cidade onde morava entregar pães em uma carroça, chicoteando cavalos: *"aquilo me doía profundamente".* Ao retornar para o Brasil, em virtude da aposentadoria de seu marido, decidiu que continuaria a desempenhar ações voltadas ao bem-estar animal. Apesar de visualizar os resultados de seu trabalho, Irene destaca a sua percepção de que o Poder Público era o responsável por prover soluções às causas pelas quais sempre havia lutado. Tinha avançado em seu trabalho, mas faltava algo: *"era uma coisa extraordinária mas que assim... pra cidade não significou nada. Aí, eu pensei: 'não, não é assim que tem que ser, não vai dar... vou ter que bater na porta da política'."*. Menciona que o primeiro contato com políticos não lhe agradou muito uma vez que, sentiu-se rejeitada especialmente por lutar por causas que, em sua percepção, não eram prioridade aos governantes da época. Nesse período tentou uma candidatura, não obtendo sucesso. No entanto, as circunstâncias mudaram quando houve a troca de governo e Tálassa passou a ter contato mais direto com a nova leva de representantes da cidade. Mais confiante no processo, ainda que recebendo uma série de críticas, filiou-se a um novo partido e, com apoio de pessoas próximas e com recursos financeiros próprios, Irene foi eleita. Atuante em seu primeiro mandato, as

pautas que defende estão voltadas à defesa dos animais, e seus projetos de lei envolvem a saúde e as questões relativas aos seus cuidados.

Afrodite provém de família humilde. Ingressou cedo em um partido político, quando ainda tinha 13 anos de idade. Seu desejo era ajudar famílias que, assim como a sua, passavam por dificuldades financeiras. Mencionou que quando mais nova trabalhou como empregada doméstica e que havia passado por várias situações em sua infância e adolescência que considerava *"humilhantes". "Eu sempre me incomodei muito com aquilo, que era injusto [...] o movimento estudantil foi meu primeiro insight pra discussões coletivas [...] eu fui entendendo que a gente precisava se posicionar pra lutar pelos direitos das pessoas"*. Afrodite destacou que a política surgiu em virtude da educação, destacando o papel que a escola teve na sua formação. Foi no período da escola que se filiou a um partido político, compondo a "juventude" desse partido. Quando atingiu a maioridade, ressaltou que *"foi um sopro"* até disputar a sua primeira eleição, depois vieram mais cinco eleições, sendo eleita quatro vezes. Apesar de suas reeleições, a deputada menciona que se sentia insegura em todos os processos eleitorais que perpassou, salientando que *"as pessoas subjugam muito a capacidade da mulher de alcançar postulações na política"* e que há a necessidade de uma maior representação feminina em tal ambiente. Durante sua trajetória, sofreu com incidentes voltados à sua atuação política, especialmente em termos pessoais, chegando a virar notícia nacional em virtude das violências sofridas. Apesar de tais incidentes, Afrodite é uma das deputadas mais famosas da Casa Legislativa que atua e defende pautas voltadas à saúde, turismo, educação, direito das mulheres, da criança e do adolescente. Seus projetos de lei envolvem questões de saúde, infraestrutura, cultura, segurança pública, educação, sustentabilidade, educação, animais e mulheres.

Reia, por sua vez, nasceu e cresceu na região Sul do Brasil. Inicia sua narrativa destacando ser filha de pai militar. Tem 63 anos e por muito tempo atuou como empresária. Por meio do seu trabalho tornou-se conhecida nacionalmente e, ao se deparar com diferentes realidades, sentiu a necessidade de trabalhar em prol da inclusão social. Pontua que se considera conservadora e suas redes sociais confirmam o exposto. Apesar do reconhecimento nacional, Reia destaca ter percebido que o seu Estado de origem era o que mais lhe demandava quanto ao trabalho social que vinha desenvolvendo. Desempenhando e promovendo atividades sociais diuturnamente, voltadas, principalmente, a famílias carentes, salienta ter escutado que "*só não tinha mandato, eu era uma política ativa [...] eu senti que através da minha candidatura eu teria portas abertas que até então não estava tendo.*" Contando com o incentivo de pessoas próximas, Reia se filiou a um partido e decidiu deixar seu nome à apreciação para candidatura. Destacou, no entanto, que apesar desse incentivo, sentiu receio quanto à sua escolha, pois alguns

comentários a faziam duvidar de sua capacidade: *"me falavam – meu Deus, o que essa mulher está fazendo? O que ela vai fazer lá?"*. Encarou a candidatura apesar das dúvidas, enfrentando uma derrota e pontuando ter desanimado da possibilidade frente a todo o empenho despendido no período de campanha *"Porque a política, ela é ingrata, né?! Especialmente na questão de legenda"*. Mencionou a relevância de apoio familiar e de seus amigos quanto ao incentivo, ao apoio e a não a deixar desistir de seus ideais. Candidatou-se novamente e foi eleita na segunda eleição em que concorreu. Hoje, Reia defende pautas voltadas à família e os projetos de lei que propõe abrangem questões voltadas à saúde, à criança e ao adolescente, aos idosos e, também, ao meio ambiente.

Juno, por sua vez, diz possuir uma mente mais *"gerencialista".* Filha de agricultores e provinda do Interior, saiu de casa com o propósito de estudar. Ressaltou que em seu ambiente familiar a política não era um tópico recorrente, contudo, no período de faculdade, por precisar de uma fonte de renda, aceitou trabalhar como secretária de um homem já inserido na política que, posteriormente, se candidatou a deputado federal. Foi nesse trabalho que surgiu o seu interesse pela política e pelas possibilidades que foram surgindo, as quais a levaram a fazer parte desse universo. Em sua atuação, mencionou verificar dificuldades vivenciadas por prefeituras de municípios menores e resolveu que era o momento de expandir os limites de sua atuação. Tímida, porém intrigada com a possibilidade de ajudar esses gestores, decidiu montar um curso voltado a prefeituras e técnicos com o objetivo de formularem projetos. No início dos anos 1990 recebeu o primeiro convite à candidatura, entretanto, recusou a oferta por acreditar que não seria o momento. Em 2002, após ter estruturado por três anos sua candidatura, viu-se obrigada a abrir mão para outro homem com maiores chances de eleição. Desiludida, pois havia desistido de se candidatar, Juno ingressou em programas que estimulavam a participação de mulheres na política e, novamente, recebeu um convite que, em um primeiro momento, novamente recusou:

> quando eu disse 'não', o presidente do meu partido da época falou que nos programas eu defendia algo que na prática não realizava [...] disse: 'você defende que as mulheres participem, você tem a oportunidade e não quer participar' e foi aí que eu realmente decidi participar [...] porque eu acredito muito que as mudanças acontecem quando fazemos parte delas. (JUNO).

Após as reflexões levantadas no partido, Juno decidiu enfrentar uma nova candidatura. Foi eleita e hoje, em seu primeiro mandato, defende pautas voltadas à representatividade feminina na política, mas seus projetos de lei, além de serem voltados à saúde e às mulheres, referem-se, também, à infraestrutura e ao meio ambiente, agricultura, finanças e tributação.

Atena é formada em Artes Plásticas e desde a década de 70 atua no ramo cultural, fazendo parte da organização de uma Fundação com esse fim. *"Funcionária de carreira"* da prefeitura de sua cidade, mencionou que a política não era um caminho que esperava trilhar, porém, notava a precariedade nas atividades culturais e, entendeu que essas poderiam ser um meio de sustento de muitas famílias, mesmo que, naquele momento, fossem encaradas como *"hobbies"* pelos gestores da cidade. Passou, então, a se envolver com a causa como voluntária, formando uma rede de parceiros e coordenando várias atividades e feiras que se voltavam a dar mais visibilidade à relevância da cultura na cidade. Seus amigos mencionavam que deveria se candidatar em virtude de seu "espírito de liderança" com outras pessoas, porém, Atena dizia não se sentir pronta. Esse cenário mudou quando em determinado evento promovido pela Fundação, Atena disse ter visto várias faixas com seu nome e número. Ao questionar seus colegas, esses responderam que se tratava "*do início da sua campanha, você vai ser vereadora"*. Atena finalmente abraçou a ideia e foi atrás de um partido para se filiar e, juntamente com seus colegas, fez sua campanha, mas não se elegeu, segundo ela, por questão de legenda. Atena não desistiu, disse que na próxima eleição teria que "ser esperta" e estudar o funcionamento da legenda partidária "fizemos um estudo e eu teria que mudar de partido". Mudou de partido, ampliou sua rede de contatos, candidatou-se novamente, utilizou de seus próprios recursos financeiros e foi eleita em seis mandatos consecutivos. Atena tem como pauta principal a cultura. Seus projetos de lei voltam-se à cultura, artesanato, saúde, mulheres, direitos dos ambulantes, urbanismo e obras públicas.

Nêmesis se envolveu com organizações políticas desde cedo. O marco de sua atuação foi o Movimento Estudantil, apesar de ter "*nascido na política*". Seus avós e pais também eram políticos e afirma que desde nova percebeu a necessidade de haver mulheres nesse meio, destacando que este foi um dos pontos que a incentivou na jornada. Apesar da intenção, sua inserção em organizações políticas se deu em períodos conturbados, afirmando que *"fui presa umas cinco, seis vezes [...] na época, eu sofria muito muito bullying, que eu era doida e essas coisas que mulheres à frente do seu tempo escutam".* Sua formação em direito, com especialização em Políticas Previdenciárias, a fez buscar melhorias quanto aos direitos humanos e ao combate à violência contra a mulher e, por conta de sua atuação em tais frentes, enxergava a política como *"uma ferramenta para resolver muita coisa da sociedade".* Segundo ela, o caminho foi árduo: *"eu ajudei a fazer o partido quando organizar partido era crime, era prisão. Eu te chamava para se filiar em um partido, você perdia o emprego"* mas, foi um caminho necessário às mudanças sociais, pois *"eu estava lá [...] fazendo de amor ao próximo, nunca olhei para o meu umbigo".* Nêmesis se candidatou por cinco vezes e se elegeu por quatro

legislaturas. Menciona que apesar da sua derrota inicial, não considerou desistir de tal postulação. Em sua visão "Mulher politizada, é mulher valorizada" e ela precisava fazer a diferença nos lugares que passava, incentivando outras mulheres a terem tal visão e a buscarem a política "sem medo". Como pauta principal, ela defende educação e ressocialização, mas seus projetos de lei também abrangem questões voltadas à mulher, saúde, infraestrutura, segurança e direitos humanos.

Deméter também tinha familiares na política: seu marido e filho. Contou que seus pais eram *"bem politizados"*, o que a fez gostar de política desde nova. Entre seus seis irmãos, foi a única que optou por seguir caminhos nessa esfera. Seu marido, inicialmente, foi contrário à ideia por ter sido filho de um político e ter vivenciado a ausência paterna em sua juventude, entretanto, ele próprio se candidatou e se elegeu. Foi durante o mandato do marido que Deméter se envolveu ainda mais na política, porém não efetivamente dentro das organizações "eu acompanhei esse trabalho dele, já atuava junto com ele [...] eu atendia as pessoas na minha casa, eu fazia as campanhas dele, programava as ações, ia nas portas pedir voto, sempre estive envolvida nisso". Posteriormente, seu filho seguiu para o mesmo caminho e, nesse período , Deméter resolveu atuar mais de perto, filiando-se efetivamente ao partido e ajudando-o com questões sociais da cidade onde moravam: *"a área da assistência social é a que eu mais gosto, me sinto útil e busco melhorar a qualidade de vida das pessoas".* Mencionou não se sentir confortável apenas no gabinete e, por isso, saía junto com assistentes sociais para atender denúncias, especialmente voltadas à violência contra mulher e às comunidades carentes. Deméter menciona ter verificado que tais questões encontravam-se negligenciadas em outras localidades do Estado e, na intenção de expandir sua atuação, decidiu se candidatar ao cargo de deputada, sendo eleita. Deméter tem como pautas mulher, agricultura, esporte, saúde pública e desenvolvimento municipal. Seus projetos de lei, além de abrangerem as pautas citadas, também abordam questões de infraestrutura e esporte.

Juventus, socióloga de formação, afirmou ter visto em seus estudos a necessidade de mulheres em esferas *"não tão tradicionais*", porém, mencionou não saber exatamente de onde veio seu desejo em se inserir na política apesar de se considerar uma pessoa crítica desde sua infância. Destaca que quando adolescente, duas de suas professoras preferidas se candidataram e se elegeram por determinado partido e que, naquele período, resolveu se filiar à Juventude desse mesmo partido: *"aí eu vivi a emoção das eleições daquele ano, os mais velhos emocionados".* Resolveu cursar ciências sociais em outra cidade e, pela proximidade das discussões teóricas levantadas em sua graduação, ressaltou que a política sempre se fez próxima a seu contexto. Nessa nova cidade, continuou filiada ao mesmo partido mas,foi no período de

seu mestrado, agora em outra cidade e em outra universidade,que mencionou ter se envolvido com outras causas e movimentos, como o LGBT, discutidos inclusive dentro do próprio partido. Durante o doutorado, mudou novamente de cidade e constatou que a militância LGBT nesse novo território não era bem consolidada, nem na cidade e tampouco no partido, que continuava o mesmo. Resolveu *"tomar a frente"* por perceber *"a necessidade de pautar essas questões de direitos humanos [...] isso me angustiou e trouxe a inquietação de fazer algo naquele momento".* Mencionou lutar para que mais pessoas pudessem passar pela mesma experiência positiva *"voltamos a puxar a orelha do partido, que tem pautas que precisam ser construídas e começamos a fortalecer internamente nesse sentido".* Por ser considerada por seus colegas como uma pessoa comunicativa, Juventus disse ter sido a escolhida pela militância a representa-los e assim, deixou seu nome à disposição para candidatura. Realizou sua campanha com recursos próprios e com a ajuda de amigos, todavia, em sua primeira eleição ficou como suplente e assumiu o cargo três vezes na legislatura anterior. Candidatou-se novamente e foi eleita. Juventus defende pautas do movimento LGBTI+ e questões feministas. Seus projetos de lei, além de abrangerem as pautas defendidas, voltam-se à saúde, direitos humanos, cultura e inovação.

Métis é proveniente do interior do Estado e aos 18 anos foi morar na capital para cursar a faculdade. Depois de formada resolveu abrir uma empresa com sua mãe, contudo, o conceito do negócio era inovador à cidade, não se encaixando nas regulamentações locais. Segundo ela, esse foi o primeiro fator que a fez pensar em entrar na política, pois *"a prefeitura olha para esse negócio inovador e não sabe tratar, fala pra ficar em casa do que ter um negócio. Isso me ligou um sinal de alerta."* Naquele período, todavia, acabou deixando de lado a ideia de se envolver com política e passou a se dedicar a outras atividades. Foi em 2016 que, após uma perda familiar, afirmou que precisava fazer mais pela sua própria família "*o país estava passando por uma crise política, financeira, lava-jato todos os dias com escândalos de corrupção na televisão, falamos (Métis e o marido) que a gente não gostaria de ter uma família nessas condições".* Juntou seu histórico pessoal ao fato de conviver com pessoas que assim como ela, tinham negócios e estavam sendo prejudicadas com as regulamentações estatais e reacendeu seu desejo de atuação enquanto parlamentar. Métis relata que anteriormente não tinha envolvimento familiar com a política, tampouco sabia como as questões funcionavam. Começou a estudar sobre o assunto: *"não estava feliz com as coisas que estavam acontecendo no país, eu preciso arregaçar as mangas para fazer parte ativamente, fazer a diferença, foi então que resolvi me candidatar".* Filiou-se a um partido, todavia, realizou sua campanha com recursos próprios e foi eleita em sua primeira candidatura. Suas pautas visam a defesa da

liberdade individual, da desburocratização e da primeira infância. Seus projetos de lei envolvem questões voltadas à cultura, educação, saúde e segurança.

Bellona teve toda sua educação fundada em organizações públicas – desde a escola primária até a universidade – e, destacou que logo cedo desenvolveu em si o sentimento de participação social, entendendo a relevância que os orgãos e políticas públicas podem ter para as pessoas. No período em que foi universitária, destacou que desenvolveu "um sentimento de participação social" e passou a se envolver em movimentos sociais e buscar um maior entendimento acerca do universo da política. Foi bolsista e destacou que ali enxergou a relevância das discussões sobre pautas voltadas à mulher, criança e adolescente e também sobre cultura. Morou um tempo no Exterior para cursar sua pós-graduação e, quando retornou ao Brasil, foi aprovada em concurso público em uma organização predominantemente masculina. Nessa sua atuação, Bellona mencionou ter *"se encantado"* com as possibilidades do serviço público, em especial com as questões concernentes à mulher. Ao iniciar sua participação em organizações políticas, no entanto, destacou que: *"eu chegava em casa muito revoltada porque tinham um tapete vermelho para pessoas que nem sabiam o papel de um vereador, de uma vereadora, o que o Executivo faz, eu falava que iria me candidatar porque ninguém me representava."* (BELLONA). Em sua primeira campanha mencionou não ter atingido a quantidade de votos, contudo, nesse mesmo período foi promovida e passou a ocupar um cargo de chefia na organização em que trabalhava. Neste cargo, envolveu-se ainda mais com questões voltadas à saúde, educação e direitos humanos e, verificou que haviam barreiras impostas pela política. Em função disso, decidiu que se candidataria novamente, porém ressaltou: *"eu ainda sentia que precisava aprender mais sobre o processo eleitoral, tinha vontade de uma política séria. Aí, Comecei a ser orientada por pessoas que concorriam a majoritária, me filiei em um novo partido".* Com recursos próprios e com a ajuda de seus colegas, Bellona foi eleita. Bellona defende pautas sobre segurança pública, direitos da mulher, educação e gestão responsável. Seus projetos de lei abordam essas temáticas além de questões voltadas à saúde, infraestrutura e turismo.

Hera é filha de ex-político e, lembra que desde os nove anos de idade já vivenciava questões políticas ao ver seu pai enfrentar vários desafios. Mencionou que aos 15 anos tomou a decisão de se filiar a um partido político, contrária à vontade de seu pai, contudo, ela já enxergava a política como um meio para mudar as coisas: *"cresci vendo o que a política tem de bom e o que tem de ruim também, mas entendendo que tem esse poder de mudar as coisas"* A posição contrária de seu pai devia-se a todos os sofrimentos vivenciados nesse meio, ao que Hera reagiu, explicando ao pai que já sabia das questões que a esperariam, porém, se quisesse

mudanças, teria que lutar por elas. Mencionou que seu pai foi exemplo no que tange a fazer a diferença na vida das pessoas. Nesse contexto, ela afirmou ter verificado a necessidade de maior visibilidade em determinados assuntos, como os relacionados à mulher, à educação e à saúde. Hera via na política essa possibilidade, colocou seu nome à disposição, contudo, se surpreendeu quando realmente foi escolhida como candidata pelo partido "*porque por mais que eu quisesse participar das eleições e tudo mais, quando eu fui ser candidata, foi de última hora, eu não esperava, tivemos algumas situações na cidade e aí, precisavam que os políticos se posicionassem acerca de alguns temas e eu fui a escolhida para isso"*. Apesar do apoio do partido, fez campanha com recursos próprios e foi eleita. Suas pautas visam a defesa da mulher, empreendedorismo, combate à violência e auxílio às comunidades carentes. Seus projetos de lei envolvem questões sobre saúde, mulher, turismo, infraestrutura, cultura e combate à violência.

A protagonista Minerva é formada em Administração e desde a sua adolescência esteve envolvida com trabalho voluntário em diversas organizações, sejam não governamentais, promovidas pela empresa em que trabalhava ou por organizações religiosas. No Ensino Médio já gostava de política e sempre buscou entender mais sobre o assunto. Indicou que por ter vivência com pautas sociais, enxergava a política como o ambiente possível para mudar a realidade das pessoas, contudo, menciona ter demorado até se envolver com as organizações desse sistema. Em seu período de graduação, participou da empresa júnior de seu curso, fez estágio em uma montadora famosa mundialmente e, no último ano de faculdade entrou na empresa que atuava até sua entrada na política. A empresa possuía plano de carreira e era majoritariamente masculina, fato que Minerva aponta que posteriormente lhe ajudou a não ter um "choque de realidade com a política" visto que as dinâmicas organizacionais, em sua opinião, eram muito similares. Ressalta que à medida em que foi adquirindo maturidade, resolveu se filiar a um partido cuja história acompanhava há bastante tempo. Ainda que a filiação tenha acontecido, mencionou que só foi participar das reuniões dessa organização um tempo depois. Não conhecia as pessoas que dele faziam parte, contudo, acreditando que só seria chamada a ocupar alguma posição quando mais velha, resolveu se envolver nas atividades ali propostas. Conforme esse envolvimento acontecia, recebeu o convite para se candidatar, mais cedo do que esperava. Candidatou-se para deputada estadual, contudo, não foi eleita. Nas eleições seguintes, com o auxílio do partido e de sua rede de amigos foi eleita para o seu primeiro mandato como vereadora. Minerva defende como pautas o empreendedorismo, a liberdade e a fiscalização. Seus projetos de lei voltam-se à infraestrutura, educação, saúde e empreendedorismo.

Felicitas tem sua origem em família empreendedora, é a filha mais velha e, por conta disso, foi responsável por dar continuidade aos negócios familiares. Apesar de sentir já ter seu "caminho traçado", Felicitas aproveitou o período de graduação para explorar outros ambientes organizacionais por meio de estágios em diferentes empresas de diferentes seguimentos. Mencionou que essas experiências foram fundamentais a seu desejo de empreender. Seu pai foi seu principal incentivador nesse universo, dando-lhe dicas sobre como começar seu próprio negócio, uma vez que Felicitas queria explorar seu próprio caminho antes de entrar efetivamente na empresa de sua família. Abriu duas lojas, buscou se aperfeiçoar profissionalmente por meio de MBA e mestrado, vendeu suas lojas e escolheu trabalhar em uma organização de capital aberto. Até então ela não possuía contatos políticos, no entanto, ao ter seu primeiro filho percebeu estar *"dentro de uma bolha*": "*eu sempre fui uma guria de classe média alta que andava de ônibus, jogava tênis na pracinha, eu ganhei bolsa de estudos, depois que ele nasceu eu tava bem envolvida, voltei a empreender, não tinha problemas financeiros e nada...estava em um bom momento profissional"*. Apesar de se sentir satisfeita com os caminhos trilhados, mencionou sentir que algo lhe faltava em relação ao exemplo que gostaria de dar a seus filhos, mencionando que *"quanto mais dinheiro ganhasse, mais os deixaria em uma realidade e fecharia mais a bolha".* Nesse momento, viu-se diante da possibilidade de mudar seu caminho: "*pensei que seria a oportunidade de abrir mão da minha corrida profissional de ganhar dinheiro e começar a entregar valor para a cidade que a gente vive, ia valer mais a pena do que eu estar correndo atrás de dinheiro e fechar mais a bolha".* Decidida a mudar a realidade de sua cidade, pesquisou sobre partidos e decidiu se filiar a um que tivesse valores próximos aos seus. Destacou que não possuía apoiadores, sua rede de apoio estava em cidades diferentes, não possuía pessoas para lhe ajudar a cuidar de seus filhos: *"eu era só uma mãe que chegou e falou que ia ser vereadora.".* Utilizava o tempo que seus filhos estavam no colégio para dedicar-se à corrida eleitoral, fez campanha com suas reservas financeiras, recebeu críticas de pessoas próximas que não compreendiam suas motivações mas, foi eleita na primeira candidatura. Felicitas defende pautas de educação e empreendedorismo. Seus projetos de lei voltam-se à educação, empreendedorismo, infraestrutura, cultura e saúde.

Flora saiu da casa de seus pais aos seus 17 anos de idade para morar em outro estado e cursar a faculdade. Em um primeiro momento encontrou resistência por parte de seu pai, especialmente por ser mulher: *"mas ele tinha que me dar a mesma chance que deu ao meu irmão."* Longe de casa, após formada, decidiu não retornar mais ao seu estado de origem. Casou-se e, após um certo período, seu marido se elegeu prefeito. Naquele período, Flora não entendia muito de política, tendo preconceitos em relação a essa esfera e, em um primeiro

momento, incomodou-se com tal fato *"a minha visão da política, naquele momento, era talvez como a grande sociedade vê hoje, era de quem não tinha o que fazer, roubalheira e eu não via ninguém qualificado representando as pessoas".* No entanto, Flora aponta que em discussões com seu marido, sua visão mudou devido a ele destacar constantemente a necessidade de contribuir com a sociedade e mudar a realidade do ambiente em que estavam. Desde a sua eleição, Flora passou a desempenhar trabalhos sociais enquanto Primeira Dama do município, envolvida com trabalhos voluntários em prol de causas sociais. Nesse momento, Flora percebeu que para que seus projetos tivessem mais visibilidade, ela precisaria se inserir na política mas, esse caminho não foi fácil *"quando eu falei que entraria na política também, todo mundo riu"* Ainda que ninguém lhe levasse a sério naquele momento, decidiu filiar-se a um partido – diferente do de seu marido. Ressaltou que nesse processo foi muito encorajada por parentes e pelas próprias pessoas do partido, o que fez com que colocasse seu nome à disposição para candidatura e, posteriormente, fosse eleita. Flora tem como pautas saúde, meio ambiente e combate às desigualdades. Seus projetos de lei abrangem questões sobre a mulher, saúde, educação, meio ambiente e esporte.

Artemis é filha de um ex-político e, por sua influência, interessou-se pela área desde a época em que a política do país era dividida em apenas duas vertentes. Aos 13 anos escutou de uma colega sobre incidentes que estavam ocorrendo em um colégio estadual de sua cidade devido a movimentos estudantis. Contra a vontade do pai, quis estudar nesse colégio e participar dessas movimentações *"mas eu ganhei a briga porque a minha mãe me apoiou"*.. Ali, com movimentos estudantis, iniciou a sua trajetória política. Seu pai finalmente aceitou que esse seria um caminho que Artemis trilharia e, juntando-se a sua mãe, incentivou-a a conhecer as diferentes possibilidades, iniciando pelas por ele conhecidas *"já que ele não conseguiu evitar que eu entrasse, ele me colocou na organização dele e depois eu conheci os outros agrupamentos"*. Artemis passou um período filiada ao mesmo partido de seu pai e foi nesse momento que sua primeira candidatura ocorreu. Apesar de seus esforços, ela menciona acreditar que o nome do seu pai lhe deu força para que sua eleição ocorresse ainda jovem, com apenas 24 anos. Diante das discussões elencadas no partido, Artemis decidiu que era o momento de tentar se desvincular dos seus laços políticos e trilhar seu próprio caminho nesse sistema. Filiou-se a um partido diferente e, diz que conseguiu separar bem as coisas profissionais das pessoais com seu pai *"ele me deu dinheiro para a campanha, mesmo eu não sendo mais do mesmo grupo que ele"*. Candidatou-se à reeleição e novamente, foi eleita. Artemis ressalta que desde os primórdios de sua vida, enxerga a política como o meio que a população tem para fazer as coisas acontecerem e hoje defende pautas sobre mulher, educação, trabalhadores. Seus projetos de lei

abrangem saúde, inclusão, direitos humanos, direitos da mulher, causa animal e direitos dos trabalhadores.

Diana, outra protagonista desta história, afirma que sempre gostou de política, indicando que as discussões elencadas nesse sistema fazem parte de quem ela é. Em sua opinião, a política é uma construção que, em seu caso, teve início na escola e nos movimentos ali desenvolvidos. Entrou para a faculdade e continuou se envolvendo com movimentos sociais, ONGs e trabalhos voluntários, sentindo falta de maior liderança feminina e indicando faltarem referências *"não tinha muitos jovens entrando na política, não tinha ninguém, isso fez muita diferença para minha clareza de que referência faz a diferença"*. Quando se formou, conheceu o partido de uma candidata mulher à presidência e resolveu pesquisar a respeito. Filiou-se a este partido e participou ativamente da campanha dessa candidata, que acabou não se elegendo. Posteriormtente, ingressou em uma organização privada e nela vivenciou questões trabalhistas e voltadas à sustentabilidade, contudo, mesmo em tais movimentações, ainda sentia a falta de maiores discussões e construções coletivas. Passou a pesquisar sobre outros grupos políticos não partidários e ingressou em uma rede de apoio à política *"fui conhecer o que era e lá eu conheci várias pessoas que não eram da política, não tinham família na política, não eram de partidos ou de movimentos, mas estavam dispostos a ocupar os espaços"*. Com pouco conhecimento, sem entender muito de política, resolveu se candidatar ao cargo de vereadora: *"todo mundo falou que eu era uma louca"*. Elegeu-se e hoje é deputada, defende pautas sobre primeira infância, segurança pública, água e saneamento, e mulheres na política. Seus projetos de lei englobam direito da criança e do adolescente, segurança pública, mulher, cultura e saúde.

Hebe foi criada em uma comunidade carente. Seu avós migraram para a cidade grande na intenção de melhorar as condições financeiras da família. Desde cedo, afirmou ter aprendido sobre como ser disciplinada e, aos 15 anos iniciou a vida no mercado de trabalho, pontuando em suas redes como a *"rotina típica dos jovens pobres"* que precisam conciliar seus estudos com trabalho para *"ajudar a fechar as contas da casa"*. Sempre envolvida em organizações estudantis, foi estagiária de docência e professora de cursos pré-vestibulares, mas também atuou como garçonete e ajudou seu pais no negócio da família. Ingressou na faculdade por meio de cotas, sendo bolsista de Iniciação Científica. Foi nessa fase que emergiu sua militância em prol da Educação e, em função de suas vivências, seu foco também esteve voltado a direitos de jovens, negros, mulheres e LGBT. Filiou-se a um partido político e foi assessora de uma vereadora por certo período de tempo. Após essa experiência, em meio ao nervosismo, deixou seu nome à apreciação e saiu como candidata, apontando esse período como complicado devido a questões pessoais *"eu tinha plena dificuldade de falar porque na vida ninguém nunca me*

ouviu.”. Apesar de ter recebido recursos financeiros de seu partido, Hebe menciona que esses eram ínfimos, tendo que *“se virar”* por conta própria e com ajuda de seus amigos:

> Foi um caminho muito difícil, de muitas dúvidas, não tinha quem fez isso antes de mim pra eu ter um pouquinho de referência. Tinham alguns lastros...mas, aprofundando a perspectiva que a gente queria dar, era da mulher negra mas era da juventude ninguém tinha feito isso, ninguém tinha levado a juventude a sério até o momento de elegê-la. (HEBE).

Hebe foi eleita e hoje defende pautas como juventude, feminismo, segurança pública, negritude, cultura e arte. Seus projetos de lei englobam tais pautas além de questões voltadas à saúde e infraestrutura.

Clio é filha de funcionários públicos e, após um acidente, viu seu pai ficar paraplégico e sua vida mudar completamente*: “aquilo me chocava muito como criança porque isso mexe com a auto estima, com emoção e realidade, isso me impactou muito [...] eu olhava pra ele e via que ele não ia conseguir me ajudar no futuro, então me preocupei em trabalhar muito cedo”* Começou a trabalhar aos 16 anos em seu primeiro emprego com carteira assinada. Cursou faculdade e, juntamente com sua mãe, abriu um empreendimento. Tocou a empresa por cinco anos e neste período se definia como: *“uma empresária incompetente pois pagava tanto imposto que não conseguia contratar mais um funcionário”.* Frustrada, mudou sua atuação profissional, buscou se aprimorar por meio de estudos e percebeu a política como um meio para mudar a realidade de tantas outras pessoas que passavam por situações semelhantes. Filiou-se a um partido político e, continuou se envolvendo com movimentos sociais, voltados, principalmente, ao incentivo ao empreendedorismo. Trabalhou como voluntária em duas campanhas eleitorais *“procurando eleger pessoas que eu acreditava que iam fazer algo para o meu futuro”* e, foi convidada a se candidatar. Nesse período, seu pai havia falecido e ela se encontrava um pouco relutante, contudo, aceitou o convite: *“a verdade é que eu nunca quis ser uma liderança, mas sempre que entrava em algo, acabava me tornando uma porque quando a gente quer atingir um resultado, a gente trabalha por aquilo”*. Realizou a campanha com recursos próprios e foi eleita. Clio defende pautas voltadas à educação, empreendedorismo e liberdade econômica. Seus projetos de lei incluem temas voltados à mulher, empreendedorismo, educação, inclusão, infraestrutura, cultura e comércio.

A última protagonista dessa narrativa é Gaia. Gaia teve sua vida modificada aos 16 anos quando engravidou. Após um período com o pai de seu filho, tornou-se mãe solo e destacou se *“sentir fora da caixa do sistema”,* sentindo na pele os preconceitos voltados a mulheres em tal situação. Menciona que pelo fato de ter engravidado cedo, alterou a dinâmica esperada em sua vida: *“atropelei a ordem das coisas e comecei na adolescência tendo que virar mulher e*

pulando várias etapas né?". Apontou que apesar de suas condições de privilégio, sentia na pele *"muito preconceito contra as mulheres, julgamento, deboche, piadinha, dificuldade de se manter no trabalho, na vida mesmo social, se dedicar ao filho, ter apoio, manter as condições materiais da criança, ali já me vi em um turbilhão"*. Após um período trabalhando em empresas de telemarketing e como vendedora, cursou Administração na intenção de conseguir melhores condições de vida. Por se interessar pelo campo das finanças, se envolveu com questões públicas da cidade em que vive. Inseriu-se em Conselhos de Políticas Públicas e sempre buscou espaços de discussões coletivas. Indicou que sempre esteve do *"outro lado da câmara, do povo"*, no entanto, diante do cenário econômico do país, mencionou agoniar-se com os possíveis caminhos a serem trilhados pela sua cidade e que aprendeu muito sobre política nesse processo *"fui aprendendo na prática mesmo, as estratégias coletivas, de fazer diagnóstico e encaminhar para tensionar o governo a atender a demanda da comunidade"*. Resolveu que aquele seria o momento de participar das eleições, filiou-se a um partido, mas sua candidatura – por questão de coragem, de acordo com ela - só veio duas eleições depois. Gaia defende pautas sobre assistência social, criança, adolescente e direitos humanos. Seus projetos, além de tais temáticas, abrangem questões voltadas à educação, cultura, mobilidade urbana e à mulher.

Apresentadas as personagens protagonistas desta história, algumas informações são de destaque à compreensão dos relatos ora expostos. Como já mencionado, a atuação dessas mulheres se dá em diferentes organizações e, apesar de seus relatos possuírem semelhanças, algumas não se conhecem e até mesmo atuam em cidades diferentes. Nesse sentido, pontua-se que Reia, Deméter e Hera possuem parte de suas trajetórias vivenciadas em uma mesma organização. Por outro lado, Irene é a única mulher em uma das organizações em que atua, enquanto Afrodite, Juno e Nêmesis, além de atuarem juntas, integram as mesmas comissões. O mesmo ocorre com Artemis e Flora. Juventus, Bellona, Clio e Gaia encontram-se na mesma gestão, que é a maior formação feminina da história de uma das organizações. Hebe, Diana e Felicitas foram as únicas mulheres entrevistadas das organizações em que atuam, contudo, não são apenas elas as mulheres atuantes dessas organizações. Por fim, é importante saber que Ananque já atuou com Tálassa e Atena, porém, atualmente, está em um novo mandato, atuando com Métis e Minerva.

5.2.1 A Empatia & As Causas Defendidas

"As causas fazem isso com a gente"
(Afrodite, deputada estadual há nove anos).

A primeira parte desta narrativa é focada nos caminhos que levaram as protagonistas até a eleição. A atuação de mulheres na política, contudo, é ampla, perpassando por vários momentos e organizações. Dentro dessa complexidade, alguns elementos se destacam, como é o caso das suas emoções, em especial, a empatia.

É importante ter em mente que as emoções decorrentes da politização de uma pessoa podem ressignificar seus conceitos e suas próprias emoções (CURNOW; VEA, 2020). Uma vez que as atitudes humanas são decorrentes de suas emoções (VORONOV; VINCE, 2012; ZIETSMA *et al*., 2019), é relevante a esta narrativa a compreensão de que cada tipo de emoção possui uma influência, resultantes de "sentimentos afetados" por situações já vivenciadas ou, então, são frutos de relações que a pessoa desenvolve ao longo de sua vida (FINEMAN, 2001; BARSADE; GIBSON, 2007; BRODY; HALL; STOKES, 2016).

São exatamente esses os fatores pontuados como razões à inserção na política e à posterior candidatura das protagonistas desta pesquisa. Ao ater os olhares às histórias pré-políticas que se voltaram aos momentos de reflexão sobre a possibilidade de inserção nesse ambiente, dentre as várias emoções expressamente mencionadas, nesta primeira seção o olhar atém-se à empatia.

A empatia, aqui compreendida como um conceito multifacetado (ZAKI; OCHSNER, 2016; EDLINS; DOLAMORE, 2018), tem dentre seus componentes o saber, o conhecer e o sentir emoções alheias que motivam ações e comportamentos (DERKSEN; BENSING; LAGRO-JANSSEN, 2013; BURCH *et al*., 2016; VAN DER GRAAF *et al*., 2016; CLARK; ROBERTSON; YOUNG, 2019). Dessa maneira, destaca-se novamente o conceito escolhido para essa tese, trazido por Burch *et al.* (2016), no qual os autores definem a empatia como um processo mental (afetivo e cognitivo) que: (1) envolve sentir ou conhecer as emoções dos outros; (2) motiva ações comportamentais pró-sociais; e, (3) baseia-se no contexto social e organizacional.

Não é pressuposto da empatia que o indivíduo já tenha vivido a situação que lhe desperta tal emoção (CLARK; ROBERTSON; YOUNG, 2019), contudo, a empatia pode ser proveniente de experiências passadas, como relata Juventus ao mencionar que gostaria que mais pessoas tivessem a oportunidade que ela teve. A vereadora pontua que tal questão foi um dos fatores que a fez entrar na política e defender as suas pautas:

> [...] me reconhecer, me assumir uma mulher lésbica, essas respostas, eu não encontrei no psicólogo... encontrei no movimento social. Em discussões do porquê isso acontecia com as pessoas... isso me levou para o movimento e me fez permanecer até hoje. Eu entrei na política para tentar coletivamente construir algo que possibilite cada

> vez mais as pessoas passarem por isso e que cada vez mais as pessoas encontrem uma cidade, uma sociedade que acolha esses sentimentos. (JUVENTUS).

Bellona também manifestou que as pautas e causas que defende são provenientes de experiências passadas, especialmente de vivências em organizações que trabalhava anteriormente, as quais eram predominantemente masculinas. Em específico, a vereadora narrou uma situação vivenciada:

> Só tinha duas mulheres no setor que eu trabalhava e realmente, isso não é comum, geralmente são homens... na política e nessas organizações. Quando eu assumi o cargo de liderança, outro líder falava para mim alguns comentários de que minha posição era por causa da bunda, da cor dos meus olhos... eu ia no setor de responsabilidade porque não admito isso... não aguentava esses comentários. Depois falavam que eu exagerei. Quando eu saí daquele cargo, entrou um homem e na primeira vez que foi se apresentar, ele disse que não foi escolhido pela cor dos olhos. Eu levantei a mão e disse: 'eu não fui escolhida pela cor dos meus olhos.'. Ele disse que não foi para mim, mas se o chapéu serviu... e assim foi. No dia seguinte, fiz um post no Facebook, falando dos absurdos que é para as mulheres terem que passar por isso, nunca é porque a mulher é competente [...] uma deputada fez uma moção de repúdio por causa desse meu post, do machismo que eu sofri, não falei com quem foi e onde foi, só fiz uma reflexão sobre o assunto. Essa deputada fez a moção, foi para a delegacia, o delegado me chamou na Delegacia da Mulher e eu nem sabia do que se tratava. Ele queria saber o que aconteceu, eu contei e ele disse que era crime de injúria... perguntou se eu queria representar e eu representei. O homem teve que ir lá se retratar na frente do juiz. Foi algo que me emocionou, o movimento de outra mulher que nem falou comigo e viu que uma mulher sofreu isso. Usou do seu poder para agir, me emocionou essa união [...]. Eu estava insatisfeita com quem via na política e depois essa situação acabou impulsionando minha vontade e eu fui. (BELLONA).

Burch *et al.* (2016) afirmam que no contexto organizacional, a empatia pode ocorrer em níveis pessoais, interpessoais, entre pessoas, grupais e organizacionais. Apesar de perpassar os cinco níveis, os autores ressaltam que a empatia inicia em nível individual. Um dos pontos que justificam tal visão é que no ambiente organizacional podem existir eventos potencialmente empáticos que, por serem semelhantes a questões já vivenciadas por um indivíduo que observa tal situação, desencadeia uma resposta empática. Gaia, em seu relato, destaca:

> [...] já senti na pele muito preconceito contra o fato de ser mulher [...] julgamento, deboche, piadinha, dificuldade de se manter no trabalho, de ter vida social, de me dedicar ao filho, ter apoio, manter as condições materiais da criança [...] me senti escanteada, me senti jogada de lado. Aí a minha trajetória como mulher tinha uma pressão muito forte mas, ao longo da minha trajetória com os trabalhos sociais eu comecei a me deparar, caminhando dentro das comunidades mesmo, que tinha gente passando por coisa pior do que eu passei. (GAIA).

Esse aspecto também se faz evidente quando Afrodite detalha a razão de ter escolhido tal caminho: *"Eu venho de lugares onde eu enxerguei (as causas que defende) [...] eu convivo*

ainda com pessoas que têm dificuldades reais e me atrapalha um pouco, me tira a paz de espírito saber que o processo é muito moroso ainda no país." (AFRODITE).

Embora se perceba que a empatia desempenhe importante papel organizacional, sendo uma das responsáveis por promover interações positivas nesse ambiente (CLARK; ROBERTSON; YOUNG, 2019), existem discussões na literatura a respeito desse conceito ser ou não totalmente positivo a um indivíduo e ao desempenho de suas atividades (BASCH, 1983). Em seu estudo, o autor ressalta que os processos que desencadeiam a empatia não são neutros, ou seja, envolvem sentimentos positivos e atração ao que causa essa empatia, todavia, também podem envolver distanciamento. Na situação de distanciamento, de acordo com Basch (1983), a situação que gera empatia pode resultar em sentimentos negativos, tais como raiva, ódio ou repulsa.

Heaphy, Lilius e Feldman (2021), ao ressaltarem três momentos de sua ocorrência, também trazem reflexões sobre o fato de a empatia ter como resposta aspectos não tão positivos. O primeiro momento detalhado pelos autores consiste na preocupação empática e neste, os indivíduos avaliam que outros não possuem controle sobre seus sofrimentos. Dessa forma, a pessoa que experiencia preocupação empática acredita possuir recursos e habilidades para lidar com o sofrimento dos outros. O envolvimento com a situação pode ser tão grande a ponto de causar-lhes angústia pessoal no processo de resolução do problema (GOETZ, 2010; GOETZ; KELTNER; SIMON-THOMAS, 2010; ATKINS; PARKER, 2012; HEAPHY; LILIUS; FELDMAN, 2021).

Antes de partir para os outros dois momentos ressaltados por Heaphy, Lilius e Feldman (2021), é relevante salientar que a preocupação empática é percebida na história de todas as protagonistas ao apontarem o período de inserção em organizações políticas. Essa conclusão provém do fato de que é na preocupação empática que o indivíduo possui a percepção de que outras pessoas não dispõem de elementos que possam solucionar seus problemas e que, com seus próprios recursos, podem alterar tais circunstâncias (EKMAN, 1992; GOETZ, 2010; GOETZ; KELTNER; SIMON-THOMAS, 2010; ATKINS; PARKER, 2012; HEAPHY; LILIUS; FELDMAN, 2021). Os elementos da preocupação empática permitem a compreensão de que as causas pelas quais essas mulheres desempenham suas atividades e projetos de lei se dão, em partes, em virtude desse momento da empatia.

Outro exemplo a ser explorado desse momento de empatia, também voltado à preocupação empática, se dá quando Deméter pontua suas conquistas na política, citando os projetos de lei aprovados em prol das mulheres. Uma das leis de sua autoria implanta um meio digital como mecanismo de defesa de mulheres vítimas de violência. Em sua fala, Deméter

enfatiza os resultados da lei em questão e, também, remete ao fato de que a preocupação empática gera outras emoções no cotidiano organizacional, como já discutido em estudos de Basch (1983) e Ekman (1992) e, percebido na seguinte fala da deputada: "*elas têm o direito de serem felizes, ter um relacionamento normal... são tantas coisas (na atuação política) que vira* ***uma paixão****, vai se envolvendo de tal forma que quer mais, quer pensar em coisas que possam dar a sua contribuição e que possam melhorar a vida das pessoas".* (DEMÉTER).

Situação semelhante foi relatada por Irene. A vereadora, que é defensora e envolvida na causa animal há mais de 20 anos, narrou ter percebido na política um meio de dar mais visibilidade ao que defende e, ao refletir sobre as leis de sua autoria que foram aprovadas, relatou:

> Eu me sinto muito feliz e muito realizada porque a minha causa é uma causa que vem do fundo do coração, ai eu me emociono, porque é muito dolorida também... foi toda umas voltas que o mundo vai dando, que vai te botando no momento, no lugar certo pra tu aprender... E nesses 20 anos aqui, que é basicamente uma geração, as coisas mudaram e mudaram muito na cidade e eu, às vezes, nem reconheço a cidade mais... já é outra cidade. É outra cidade... Então, acho, assim, que foi muito sofrido, muito doloroso, fui muito perseguida, mas vejo resultados. (IRENE).

As pesquisas que possuem o foco na preocupação empática destacam que essa, fazendo parte da empatia, encontra-se inserida em uma família de emoções, a qual inclui compaixão, pena e simpatia (EKMAN, 1992; GOETZ; KELTNER; SIMON-THOMAS, 2010). Importante ressaltar que, diferentemente da empatia, a compaixão representa estar em sintonia e responder ao sofrimento dos outros (GEORGE, 2014), contudo, nem sempre por meio de iniciativas pró-sociais. A pena, por sua vez, é usada para descrever um estado próximo à compaixão, o que envolve a avaliação adicional de sentir preocupação por alguém considerado inferior ao "*self*" (GOETZ; KELTNER; SIMON-THOMAS, 2010). Já a simpatia é entendida nesta tese por sua definição semântica, que detalha o sentimento de afinidade e similitude no sentir e no pensar que aproxima as pessoas (HOUAISS, 2023). Assim, tendo em vista tais diferenciações, nos casos de Deméter e Irene, a preocupação empática traz consigo outras emoções positivas, como é o caso da felicidade e paixão, evidenciando mais um achado sobre essa emoção específica.

O segundo momento da empatia consiste na raiva empática (THOMAS; MCGARTY; MAVOR, 2009; HEAPHY; LILIUS; FELDMAN, 2021) e, percebe-se que este acaba sendo um dos mais salientados nas entrevistas quando a atuação política é colocada em discussão. A raiva empática provém da preocupação empática e relaciona-se ao ultraje moral, ou seja, é a raiva provocada pela percepção de um padrão moral violado. A principal diferença entre a raiva empática e a indignação moral é que a primeira é suscitada por danos causados a outra pessoa, enquanto a segunda ocorre devido à violação de padrões morais (THOMAS; MCGARTY;

MAVOR, 2009; HEAPHY; LILIUS; FELDMAN, 2021). A raiva empática é vista na narrativa de Métis, que, com grau de irritabilidade em sua fala, destaca estar *"cansada de ver o que os políticos fazem com o Brasil"*, justificando que sua entrada e atuação nesse ambiente deve-se à tentativa de mudar o que via de errado nessas organizações a fim de que outras pessoas não fossem prejudicadas. Percebe-se, também, a raiva empática no expresso por Bellona:

> Fui trabalhar à disposição da Assembleia e lá comecei a presenciar outra movimentação política. Estava em um período de processo eleitoral do município e como muitos deputados são presidentes de partidos, começou a ter movimentação de possíveis vereadores para a cidade [...]. Eu chegava em casa muito revoltada porque tinham um tapete vermelho para pessoas que nem sabiam o papel de um vereador, de uma vereadora, o que o Executivo faz. (BELLONA).

A raiva empática, muitas vezes, precede a culpa, que consiste no terceiro momento da empatia. A culpa empática ocorre diante de episódios que podem causar danos a outro indivíduo e que uma terceira pessoa, que é quem a sente, imagina como se sentiria se não tomasse determinada atitude com vistas a alterar a realidade alheia (HEAPHY; LILIUS; FELDMAN, 2021). Reia traz um exemplo que evidencia a culpa empática com o trecho de seu relato em que afirma ter cogitado desistir várias vezes durante seu mandato, mas não o fez por ter percebido que, no período em questão, ninguém além dela propunha projetos voltados ao público que ela defendia: *"eu falo que eu não sou insubstituível mas, nesse momento, eu estou fazendo a diferença nesse lugar... então eu preciso ter força pra enfrentar os desafios."* (REIA).

Nêmesis também revela elementos da culpa empática ao enfatizar a necessidade de atuação e maior representação de mulheres na Casa Legislativa em que atua: *"se nós não levantarmos a nossa voz, a coisa não vai para frente."*. Percebe-se culpa empática também na fala de Afrodite, que destacou já ter cogitado abrir mão de seu mandato mas voltou atrás em sua decisão por saber da relevância das pautas que defende: *"eu me sinto tão envolvida como se eu não conseguisse mais colocar o meu pescoço pra fora porque a gente tem muitas urgências nesse país. As causas fazem isso com a gente. A gente não consegue parar."* Essa mesma circunstância também é narrada por Irene: *"Às vezes, eu chego aqui e dá vontade de soltar um: 'Chega, não quero mais, vou renunciar, tá todo mundo no olho da rua', mas a gente sabe que não pode, tu não pode fugir da sua missão.*".

Heaphy, Lilius e Feldman (2021) mencionam que a culpa empática pode preceder a preocupação empática e que esses dois momentos podem ocorrer simultaneamente. O que se encontrou na narrativa das mulheres com relação às suas atuações na política é de que os três momentos podem ocorrer sozinhos ou se sobreporem, a depender do momento de atuação. De

acordo com os relatos, nota-se que o período de motivação à entrada na política corresponde ao período de reflexão quanto à essa inserção, às militâncias em suas causas e, também, à busca por partidos. Esse período possui características dos três momentos da empatia: a raiva, a culpa, mas com o predomínio da preocupação empática.

A culpa empática está presente no período em que as mulheres narram cogitar suas candidaturas, mas ocorre, também, quando já eleitas e atuantes como vereadoras e deputadas, especialmente em períodos de duras críticas quanto às causas que defendem. Nestes momentos, conforme os relatos anteriormente mencionados, as entrevistadas cogitam, inclusive, se retirarem da política, porém, não o fazem devido à empatia sentida. Já a raiva empática aparece em diversos períodos, sejam referentes à discussão sobre a relevância de mulheres dentro dos seus respectivos partidos, como levantado por Ananque, Métis, Gaia, Nêmesis e Deméter ao afirmarem que suas atuações têm por propósito incentivar tal participação feminina nesta esfera, ou, conforme pontuado por Irene, Tálassa e Juventus, de que as causas que defendem são relevantes à sociedade, mesmo que muitas vezes encontrem dificuldades na discussão com seus colegas homens.

O que se percebe com as narrativas ora evidenciadas vai ao encontro do discutido por Clark, Robertson e Young (2019), que detalham que para a maioria das pessoas, a atuação em organizações consiste em uma atividade intrinsecamente social. Em função disso, Clark, Robertson e Young (2019) afirmam que o desempenho de tarefas e ações envolve a compreensão de questões emocionais alheias. De acordo com os autores, o indivíduo experiencia estados afetivos compartilhados por outros, demonstrando que uma pessoa compreende e/ou experimenta o que outra pessoa está sentindo. Em resumo, conforme o exposto, por viver em sociedade e a vida em organizações envolver trocas sociais, o indivíduo pode experienciar empatia.

Edlins e Dolamores (2018) trazem à discussão o fato de que existem diferentes formas de cultivar a empatia em um contexto organizacional, por exemplo, por meio de estudos de casos que a abordem, seja por meio de jogos, de *storytelling*, ou de projetos em equipes. A visão dos autores, porém, é de que uma cultura mais empática se dá por meio da discussão da temática.

Nesta tese, o debate é de que em algumas organizações, como é o caso das que pertencem à esfera política, a empatia já é cultivada anteriormente à própria entrada de alguns indivíduos ali atuantes. Enquanto a empatia é vista como um aspecto fundamental ao bom funcionamento da organização e das especificidades de seus processos (THEXTON; PRASAD; MILLS, 2019), pontua-se aqui que a empatia também pode ser fundamental ao desejo das

próprias pessoas de se inserirem em determinadas organizações, como é o caso das mulheres pesquisadas que desejaram se inserir em organizações políticas. Nessas organizações, esse fator se torna crítico, uma vez que há a percepção de que, muitas vezes, devido às suas especificidades, elas possam consistir em ambientes em que há, inclusive, falta de empatia. Esse fator também é visto quando são abordadas as disputas de poder, por exemplo, a serem detalhadas em objetivo específico posterior.

Independente da organização, a existência da empatia pode ter como decorrência a pró-socialidade, que se traduz em motivações, comportamentos e impactos (BOLINO; GRANT, 2016). Quando pontuados os caminhos percorridos até a política, como demarcado na seção de apresentação, nota-se que nem todas as trajetórias narradas possuem semelhanças quanto às experiências anteriores ao ingresso em partidos políticos, entretanto, a motivação pró-social se faz presente em todas elas, especialmente ao se levar em consideração o desejo de ajudar ao próximo (GRANT, 2008). Esse aspecto é verificado na fala de Hebe, ao ressaltar ter vivido dentro de um contexto em que não haviam discussões voltadas às causas que ela atualmente defende. Essa falta a fez ir atrás de alternativas, discussões e movimentos que a levaram até a política:

> Eu via a necessidade de ter uma produção pública voltada a esse público, via a necessidade de mudar o olhar... a gente precisa de fato dar cidadania àqueles que sempre construíram a sociedade. Então essa mudança, esse gap do olhar, também deveria voltar-se à política e ao vácuo de políticas públicas voltadas ao segmento. Foi isso que alicerçou a nossa pretensão de disputar uma vaga aqui no Poder Legislativo. (HEBE).

A motivação pró-social também é visível na narrativa de Métis ao destacar que se encontrava "chateada" em relação ao que ocorria política e economicamente no Brasil. Destacou, contudo, que foi da inquietude com situações já vividas e com o desejo de mudança que decidiu adentrar a política para alterar a realidade daquele período:

> Estava meio chateada com tudo que estava acontecendo no Brasil [...] eu tinha a opção de ir embora do país, mas, eu não queria abrir mão de ficar próxima da minha família [...] eu não conseguia ficar assistindo na TV as notícias, tudo que estavam fazendo com o país, juntei com a minha primeira frustração do negócio que tinha ido à falência por conta da burocracia estatal, pensei que se não estava feliz com as coisas que estavam acontecendo no país, eu precisaria arregaçar as mangas [...] comecei a me preparar, estudar diversos temas, economia, política, história, educação [...] então fui buscar movimentos que estavam dentro do que eu acreditava e, nesse movimento surgiu a oportunidade de filiação ao partido... no fim, foi um processo bem natural, bem tranquilo (MÉTIS).

Dentre essas e outras situações demarcadas pelas entrevistadas e já aqui expostas, notou-se que a motivação pró-social tomou forma e se transformou em comportamentos pró-sociais,

percebidos na própria inserção nas organizações políticas. É importante ter em mente que as motivações pró-sociais são expressas em ações que têm por objetivo beneficiar outros indivíduos, de forma a colocar a motivação pró-social em prática (BRIEF; MOTOWIDLO, 1986; BOLINO; GRANT, 2016). Discute-se aqui, que os comportamentos pró-sociais se concretizam nas pautas defendidas por essas mulheres, todavia, é importante salientar que eles já existiam anterior à ocupação de um cargo político e até mesmo da sua inserção em organizações do sistema político, consoante ao já exposto nos caminhos trilhados anteriormente por essas mulheres.

As narrativas sobre as experiências prévias demonstram que as protagonistas desta história já moviam esforços em suas militâncias individuais por meio de procedimentos voluntários em prol da sociedade. Hoje, ao estarem inseridas em cargos de vereadoras e deputadas, tais fatores ainda se fazem presentes nas causas que defendem e nos projetos de lei apresentados. Pondera-se que a inserção nas organizações da política não fez com que elas abandonassem as organizações anteriores e, sim, que seus escopos de atuação fossem ampliados. Todas as entrevistadas continuam em suas iniciativas pró-sociais e nos movimentos dos quais faziam parte antes da política.

Faz-se então o seguinte questionamento: Se a empatia já existia anteriormente à entrada na política, qual papel ocupou, juntamente à pró-socialidade, nesse processo? A resposta é vista quando se coloca em discussão o impacto pró-social. O impacto pró-social é a experiência de fazer a diferença positiva na vida de outra pessoa por intermédio de suas ações (BOLINO; GRANT, 2016). Bolino e Grant (2016) ressaltam que as percepções sobre impacto pró-social partem diretamente do significado atribuído à tarefa e percorrem o impacto positivo que as ações possam ter dentro ou fora das organizações em que elas ocorrem.

Conforme os relatos trazidos, as protagonistas evidenciaram ter percebido na política um meio para dar maior visibilidade às suas pautas, atingir maior público ou, então, evitar que outras pessoas passassem pelas mesmas circunstâncias e dificuldades que elas já haviam passado. Nota-se, assim, que foi o impacto pró-social um dos propulsores à inserção e à atuação das mulheres na política brasileira, conectando-se às causas por elas defendidas.

Em resposta ao primeiro questionamento levantado nesta seção, percebe-se que dentre as mulheres aqui pesquisadas, a empatia pauta suas atuações e se interliga às causas defendidas. De acordo com os relatos aqui levantados e as trajetórias evidenciadas, essa conclusão é aqui pontuada por ser possível identificar os elementos do conceito de empatia trazido por Burch *et al.* (2016) e afirmar que as motivações à inserção e atuação nesse ambiente se dão por empatia às causas que defendem, pelo desejo de mudança e de ajudar ao próximo.

Além da empatia, esse resultado provém da análise em relação à pró-socialidade e suas especificidades, em especial ao comportamento pró-social. Autores como Paulus (2018) discutem que o comportamento pró-social é fomentado desde a infância dos indivíduos e, no caso de Hera, Artemis, Tálassa e Nêmesis, pode ter sido ainda mais incentivado pelo fato de já possuírem familiares na política e conviverem com essa dinâmica desde cedo.

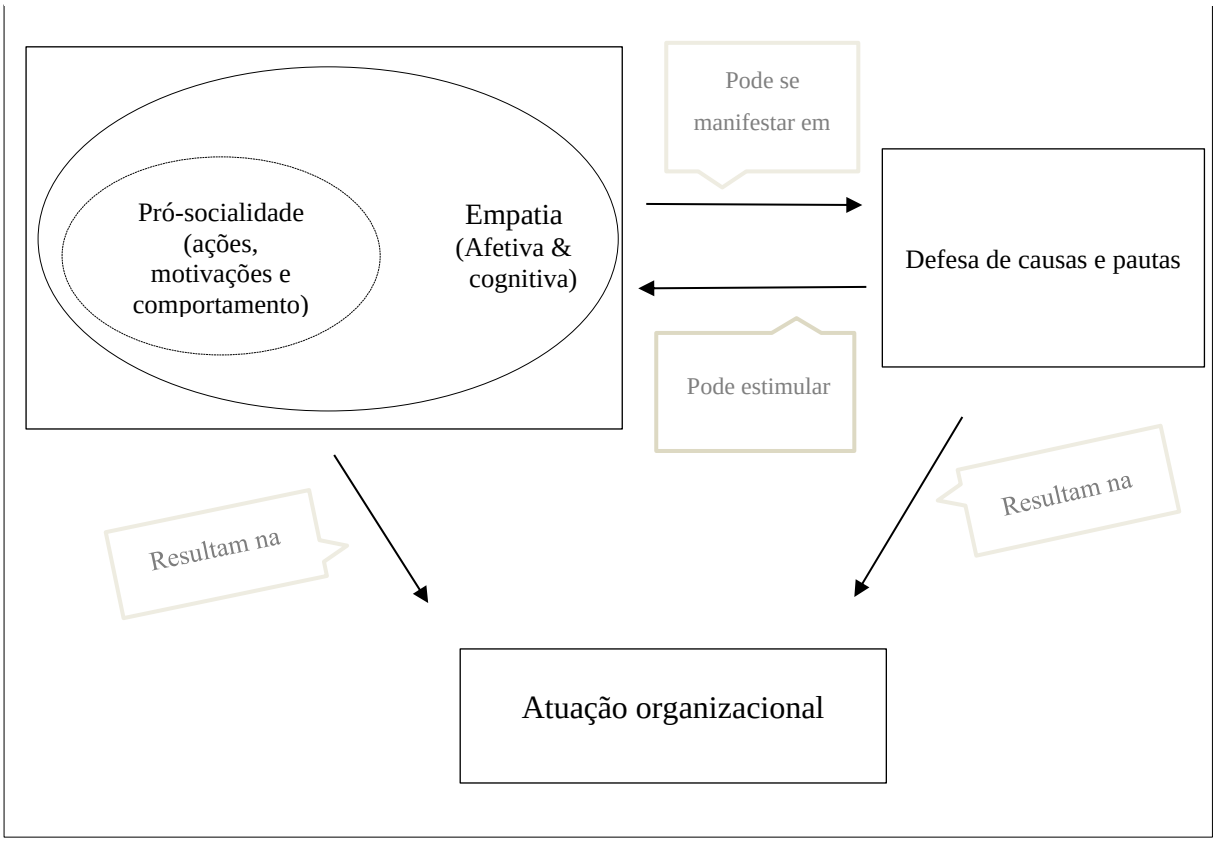
Em adição ao exposto, as reflexões e angústias referentes ao estado atual da política brasileira fizeram com que todas as mulheres entrevistadas destacassem suas motivações para inserção nesse ambiente, destacando a existência da consciência crítica postulada por Abreu (2002), que ressalta que a atuação de mulheres no ambiente político ocorre, principalmente, por conta de reflexões, lutas e buscas por mudanças. Importante destacar, porém, que por mais que este tenha sido o caso das participantes deste estudo, não significa que todos os que entram na política assim o façam em virtude da empatia. Entende-se que esse resultado tenha ocorrido devido a todas as mulheres aqui pesquisadas já desempenharem ações em prol da sociedade antes que a inserção formal à política ocorresse. Esse não foi um critério de recorte à análise, sendo proveniente do próprio campo.

Os estudos de Penner *et al*. (2005) e de Paulus (2018) apontam que existem diferentes motivos pelos quais uma pessoa pode despender comportamentos, ações e atitudes em prol de outros que não a si mesmo. Os autores ainda evidenciam que essa disposição pró-social pode interferir em suas decisões, atitudes e em outros aspectos de sua vida, como é o caso das vivências em diferentes contextos organizacionais. Apesar de os autores afirmarem reconhecer a existência de diferenças individuais, eles pontuam que um dos fatores que permitem a existência dessas situações é o "sentir empatia". Burch *et al.* (2016), ao ressaltarem os multiníveis pelos quais a empatia pode se fazer presente em uma organização, pontuam que algumas pessoas se tornam líderes por conta da empatia.

Os resultados encontrados nesta tese concordam com o exposto, visto que, caso não houvesse a experiência de empatia e a pró-socialidade, talvez as mulheres aqui pesquisadas não buscassem maneiras de dar maior visibilidade às causas que defendem e não se inserissem em organizações políticas. Burch *et al.* (2016) ainda ressaltam que pessoas que ocupam cargos de liderança podem estabelecer o tom emocional de uma organização, encorajando ou desencorajando determinadas emoções, sendo que é por meio desse movimento que a empatia "se espalha" em outros níveis. A empatia pode perpassar desde o nível individual até a organização como um todo, fazendo com que essa emoção mude gradativamente a cultura de uma organização, influenciando as interações sociais desse ambiente. No caso em análise, nota-se que a empatia é um dos principais motivos da inserção e atuação de mulheres na política.

Percebe-se, também, que o contágio dessa emoção, mencionado por Burch *et al.* (2016), além de, aos poucos, ir mudando o cotidiano das organizações do sistema político, influencia outras mulheres a se inserirem em tal esfera, influenciam a visão da sociedade perante elas. Dessa maneira, a Figura a seguir, expõe a conexão entre a empatia, as pautas e causas defendidas por pessoas em um contexto organizacional como o da política.

FIGURA 5: ENTRELAÇAMENTO ENTRE EMPATIA E ATUAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Lourenço, Silva e Oliveira (2022).

Sabendo-se que a atuação de pessoas dentro dos ambientes organizacionais perpassa outros fenômenos e esferas, discute-se, a seguir, a forma como essa atuação pode se entrelaçar a outras emoções, à identidade e ao poder.

5.3 A CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA EM MEIO ÀS EMOÇÕES E O PODER

A Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988) tem como um de seus primeiros artigos o princípio constitucional da igualdade, que determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O décimo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) tem o propósito de reduzir a

desigualdade dentro dos países e, entre os ODS, o objetivo 5 debate a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas (ONU, 2015). No Brasil, desde 1997, existem leis que instituem cotas às candidaturas de mulheres (BRASIL, 1997; 2009; 2015). Todos os exemplos citados visam a busca pela igualdade em âmbito social e organizacional. De acordo com o exposto, entende-se que uma organização é igualitária quando todos os seus membros possuem acesso aos mesmos recursos, informações e tratamentos. Esse, porém, não é o caso de organizações componentes do sistema político (CALIXTO, 2020).

A política - popularmente conhecida como um ambiente predominantemente masculino - além de ter o voto popular como um dos meios de entrada a algumas de suas organizações, também traz a seus constituintes, a atuação "multiorganizacional", onde as pessoas convivem com diferentes organizações, sejam movimentos sociais - que fazem parte antes dessa inserção, os partidos e as Casas Legislativas (QUEIROZ, 2014; 2018).

Atualmente, há uma polarização no país no que se refere ao espectro político de seus candidatos, os quais indicam a existência de partidos ou de esquerda ou de direita. Os partidos políticos do país subdividem-se em quatro eixos: progressistas, conservadores, pró-estado e pró-mercado (BIANCO, 2022). Os partidos políticos costumam ser uma das primeiras organizações procuradas por quem decide se inserir na esfera política, porém, como será discutido nesta seção, percebe-se que a constituição identitária de uma mulher na política inicia no desempenhar de suas atividades cotidianas, inclusive no desenvolvimento de ações pró-sociais que surgem em virtude da empatia.

A identidade é vista nesta tese como um conceito autorreflexivo que surge em virtude de reflexões acerca do questionamento "Quem sou eu?" (JAQUES, 2013, p. 138). Nessa busca por respostas Berger e Luckmann (2003) ressaltam que a identidade também pode ser vista como a localização do indivíduo em um lugar no mundo e, diante disso, é subjetivamente apropriada e somente faz sentido nesse mundo. No caso da política, esse "mundo" possui várias "fragmentações" e, em cada uma delas, existem traços que interferem na construção identitária que, no final das contas, compõem a identidade dessas mulheres, de forma evolutiva e reflexiva, como pontuado por Fernandes, Marques e Carrieri (2010), e destacado como uma das vertentes de identidade analisadas por Brown (2022). Nesse processo, contudo, surgem várias dúvidas e questionamentos.

Brown (2015, p. 20) indica que a identidade é um dos elementos que "são chave para entender e explicar quase tudo o que acontece dentro e ao redor das organizações". Não obstante, o que se percebe é que a identidade pode se moldar ao seu contexto e à cultura existente, mas, também, a costumes e tradições arraigados em cada contexto organizacional.

5.3.1 O caminho à constituição identitária como mulher na política

> "*Saí candidata, mas [...] era a esposa de fulano, mãe de ciclano*."
> (Deméter, deputada há nove anos).

Minerva, Métis, Clio e Felicitas pertencem ao mesmo partido, porém, em cidades diferentes. Já Tálassa e Atena, além de serem filiadas ao mesmo partido, atuam no mesmo contexto, ou seja, na mesma cidade e na mesma Casa Legislativa. As demais participantes fazem parte de partidos distintos, apesar de, muitas vezes, compartilharem algumas visões. Sabe-se que a constituição identitária ocorre conforme o indivíduo se percebe dentro de um ou vários grupos (MACHADO, 2003; BROWN, 2020) e, diante disso, denota-se que cada uma dessas mulheres buscou se inserir em partidos com pautas semelhantes às defendidas anteriormente por elas nos movimentos sociais dos quais faziam parte. Assim, a busca por partido, inicialmente, deu-se por afinidade, conforme ressaltado por Bellona: *"Me filiei a um partido específico e não gostei. Mas, não fiquei esperando alguém me dizer onde eu ia... fui vendo até escolher algo que eu gostava e era parecido com o que eu pensava."*

Ainda que o partido possa contribuir à constituição da identidade dessas mulheres, entende-se que esse processo começa a ser nutrido dentro das iniciativas pró-sociais em que essas mulheres atuam. Essa questão é percebida no relato de Atena ao narrar os caminhos que trilhou até chegar à candidatura e, ao detalhar um momento que pontua como "virada de chave":

> um amigo meu, que trabalhava na Fundação encheu as paredes com faixas 'ATENA 96'. Eu entrei, vi aquilo e perguntei o que era e eles falaram que era o início da nossa campanha, 'você vai ser nossa vereadora' [...] ele chegou para mim e disse que eu teria que arranjar um partido para me candidatar e ele disse que era sério, que eu teria que ser candidata. Eu concordei. (ATENA).

Situação semelhante é narrada por Reia ao pontuar que constantemente, em virtude das ações pró-sociais que promovia, era questionada sobre quando iria entrar na política:

> Eles só diziam 'ah, você só não tem mandato... você é uma política, uma política ativa'. E aí eu refleti e notei que sempre me deparava com os problemas sociais, com as pessoas...então, num instante eu desci um pouquinho da minha posição de empresária e comecei a viver a história do nosso estado, na periferia... nos locais mais sofridos. E senti que através talvez da minha candidatura eu tivesse algumas portas abertas que eu não estava tendo como empresária, mas que, como política, como autoridade, eu poderia ter. (REIA).

Como pontuado pelas protagonistas ao ressaltarem os caminhos trilhados até a atuação enquanto vereadoras e deputadas, concomitantemente ao desempenho de suas atividades nas organizações em que executavam ações pró-sociais houve a inserção em partidos políticos. Nesse percurso, notou-se o processo de constituição de suas identidades enquanto mulheres na política.

Mesmo, porém, que existam buscas por similaridades e tentativas de direcionar as ações e reflexões individuais conforme o grupo escolhido (MACHADO, 2003; BROWN, 2020), a identidade nem sempre é influenciada pelo relacionamento com o partido. Nota-se que esse relacionamento possui dois extremos: muito bom ou muito ruim. Poder-se-ia mencionar a não existência de um "meio termo", mas o que ocorre é que quando não mencionado como algo bom ou ruim, a interação com o partido não aparecia às entrevistadas como um tópico natural de discussão.

Como exemplo de bom relacionamento, Tálassa, Minerva, Métis e Artemis destacaram a existência de boa recepção e relação com seus respectivos partidos. Hera, no entanto, pontuou que no início havia certo receio de tal relacionamento, especialmente quanto à forma como esse se desenvolveria em virtude de comentários que havia escutado de pessoas próximas:

> [...] me falaram que o partido não iria nem lembrar que teria candidata, mas isso não aconteceu. Eles sempre me apoiaram, me ajudaram, fizeram campanha, se colocaram à disposição, fomos construindo as lideranças não só no meu mas, em muitos partidos. A gente não tinha questão ideológica na campanha, conseguimos agregar muitas pessoas, recebemos muito apoio. (HERA).

Afrodite, em meio a elogios ao partido, mencionou que estava filiada a ele há 28 anos, e que possuía boa relação, por mais que não concordasse com alguns posicionamentos deste:

> O partido veio pra mim por conta do movimento estudantil, ele na época era muito forte aqui no estado. Me filiei na juventude do partido aos 14 por aí e aí fiquei até hoje, me acomodei (risos). Já são 28 anos de filiação partidária, mulher!! No mesmo partido! Evidente que nem tudo que o partido põe, eu acredito, o que eu penso mas, ele tem um ideal importante que tem a ver com a educação. Eu não acredito, não acredito mesmo, pelas inúmeras razões que tu já conheces que nós teremos desenvolvimento sem o investimento verdadeiro na educação... esse foi o motivo principal que me fez ficar esses anos todos por aqui mesmo, entendeu? (AFRODITE).

Com base em dados secundários, verificou-se que dois anos após a realização desta entrevista, Afrodite foi expulsa do partido. Em nota, o partido ressaltou que a expulsão ocorreu por infidelidade partidária em razão de descumprimento de decisões partidárias. As decisões mencionadas estavam voltadas ao apoio a determinado candidato à presidência.

Irene é exemplo de um relacionamento considerado ruim com o partido. Ela menciona que sua campanha, por exemplo, foi feita sem muito apoio, especialmente o financeiro:

> E aí trabalhei, trabalhei, trabalhei, me esfalfei trabalhando, eu perdi até a unha do dedo do pé de tanto caminhar panfletando porque quem faz campanha falando em animais, tu sabe que não tem financiamento, ninguém dá nada... então, assim, é campanha franciscana de chinelo e sandália batendo perna na rua. (IRENE).

Já Ananque lança outro olhar sobre o seu relacionamento com o partido:

> [...] se você for em qualquer partido, na verdade, não somente no meu, eles vão abrir as portas pra você, eles querem muito mulheres... essa coisa do 30% de cotas favorece muito o partido te receber, ele te acolhe. Não te ajuda coisa alguma, mas ele quer que você participe da eleição [...] em tese, o partido, se você for se filiar lá, eles vão adorar que você está se filiando. Mas não há planejamento, não há construção pra mulher dentro do partido... em nenhum partido. Eu falo do meu e eles sabem que eu penso isso. (ANANQUE).

Juventus, ao trazer aspectos que considera críticos a respeito do que percebe em seu próprio partido, ressalta que, embora englobado em uma vertente considerada mais "acolhedora", também se trata de uma organização e, em virtude disso, considera que a política acaba sendo composta por *"instituições construídas em uma sociedade que são feitas, pré-moldadas, para reproduzir o que está dado"*. A vereadora destacou que por consequência disso, é difícil lidar com preconceitos quando estes existem desde o partido: *"eu fico mais triste, mais afetada quando isso acontece dentro do partido, embora já se possa esperar...[...] hoje eu espero menos compaixão, para não me afetar tanto... mas essa blindagem mudou somente com a minha convivência e com o passar do tempo"*. (JUVENTUS).

No contexto da política, além do que Castells (2018) discute a respeito de múltiplas identidades, percebe-se que esse processo é ainda mais intrincado, com permanentes fontes de tensão devido à existência e interação simultânea com várias organizações. Além de a convivência partidária não ser fácil, surgem percalços às tentativas de inserção em outras organizações da política. Com base no exposto, depreende-se que, muitas vezes, os partidos são considerados apenas uma espécie de "ponte" entre os movimentos sociais e as Casas Legislativas. Ainda que exista bom relacionamento com o partido, esse se dá de forma fluída, a ponto de, muitas vezes, não se ter efetivamente uma interferência à identidade.

Conforme verificado em dados secundários, dentre as 21 protagonistas, oito foram eleitas em suas primeiras candidaturas. Em média, as protagonistas tiveram de se candidatar duas ou três vezes para, enfim, conquistarem o número de votos necessários à eleição. Para que

ela ocorresse, as entrevistadas destacavam mudanças em suas estratégias de campanha, o que incluía, inclusive, a troca de partido.

Embora não desistissem do seu ingresso nas Casas Legislativas, o fato de não se elegerem em um primeiro momento, ainda que diante de uma série de esforços despendidos, fazia com que as protagonistas duvidassem de seu potencial e deixassem, mesmo que por poucos instantes, de se identificarem com as atividades que ali estavam exercendo. Consequentemente, essa falta de identificação gerava dificuldades de construírem suas próprias identidades, mesmo que já fossem sustentadas em organizações em que atuavam previamente à campanha. De certa forma, nesse período, a identidade, enquanto "ponte conceitual" responsável por conectar o indivíduo com a sociedade (SNOW; ANDERSON, 1987, p. 1338; BROWN, 2015, p. 23) foi abalada devido às dificuldades na compreensão de quem haviam sido, quem eram e quem desejavam se tornar.

Apesar do período nebuloso, constata-se que a constituição identitária nunca se finaliza, e que mesmo em meio a algumas crises, sempre está em constante progresso (BROWN, 2019). A identidade permite que o indivíduo desenvolva e busque formas de se autoconhecer (SIMPSON; CARROLL, 2008), tanto em seus domínios pessoais quanto profissionais (MACHADO; KOPITKE, 2002).

Das 21 mulheres participantes deste estudo, nenhuma tinha esperança de se eleger com a proporção de votos obtidos, pois o resultado da votação foi maior do que esperavam. E, apesar das adversidades, havia a expectativa de eleição, entretanto, quando esta ocorreu, a surpresa foi uma das emoções esmiuçadas, especialmente em relação à quantidade de votos recebidos. Os números (elevados) de votos eram o sinal de que *"estavam no caminho certo"* (Flora). Com a surpresa também vieram outras emoções positivas diante de um processo até então caracterizado como *"sofrido"* (Irene). Esse sofrimento percorre e extrapola a atuação no contexto organizacional, permeando o desenvolvimento da capacidade relacional (CASTELLS, 2019) por interferir na forma como um indivíduo se porta diante das relações de poder com as quais precisa lidar em sua trajetória. O sofrimento sentido também permeia a constituição de sua identidade, uma vez que esta compreende os significados atribuídos às interações do indivíduo com outros grupos (CALDAS; WOOD JR., 1999).

Nas interações narradas, episódios semelhantes à fala de Ananque são constantes:

> [...] o partido não reconhece a importância da mulher, então, portanto, ele não dá dinheiro pra você, não dá tempo de televisão pra você, não dá oportunidade pra você tentar debater... eles escolhem um grupo, geralmente homens e, esse grupo que é apoiado em todos esses sentidos de abrir portas, entendeu? E o que é abrir portas? O partido tem um segmento que ele atinge, né!? E os presidentes, as lideranças dentro

> do partido, pegam esses escolhidos e levam pra essas lideranças que eles conhecem, e os outros que não são escolhidos, eles não fazem nada... eles deixam você participar mas não promovem você na eleição, em nenhum sentido.(ANANQUE) .

O convívio não harmonioso com o partido faz com que as mulheres não se sintam pertencentes ao ambiente. Essa falta de pertencimento delineia que para ser mulher na política é necessário *"resiliência na busca por poder"*, como destacado por Juno. Esse esforço conecta-se aos motivos pelos quais a existência da sub-representação feminina na política pode ser explicada, estando relacionado, também, aos estereótipos que ainda perseguem figuras de mulheres líderes dentro de organizações, pontuando-as como muito sensíveis, compreensivas e acolhedoras para atuarem nesses cargos, destoando-se das expectativas a respeito do que se espera de um candidato político (SCHNEIDER; BOS, 2014; BAUER, 2015). É importante ressaltar, no entanto, que a sensibilidade, compreensão e acolhimento são características importantes a uma organização.

No caso das organizações pesquisadas, além da constatação de que a atribuição de estereótipos pode ocorrer de diversas maneiras, outros preconceitos voltados à mulher também são destacados. Um exemplo é o fato de que o sucesso atrelado a uma eleição vencida raramente é atribuído ao próprio sucesso e competência das mulheres ali atuantes, o que interfere nas construções de suas identidades enquanto mulheres na política. A questão de mulheres terem suas conquistas ofuscadas, contudo, pode ocorrer em diversos contextos organizacionais como uma tentativa de invalidar as identidades já construídas (FERNANDES; LOURENÇO, 2023).

Um exemplo dessa situação é narrado por Artemis ao destacar conflitos durante o processo de apuração eleitoral no qual foi voluntária. Agora deputada, Artemis destaca que percebeu mudança na forma de tratamento que recebia quando as pessoas a associavam à figura de seu pai, como revela no trecho a seguir:

> Na apuração dos votos, na época, era papel, a gente ficava dias contando votos, eu fui também, participei como fiscal. Tinha outro fiscal de outro partido que ficava gritando comigo, ficamos ali brigando, brigamos muito e ele não sabia quem eu era [...] daqui a pouco em uma conversa mais descontraída, ele conta que votou na guria de sorriso bonito, filha do Zeus e, eu fiquei perplexa: 'O QUE? VOCE VOTOU EM MIM?' (ARTEMIS).

Nesta seara, Deméter destacou que quando foi eleita deputada estadual, além de constantemente ser associada às figuras masculinas de sua família, também sentiu inúmeros preconceitos provindos do fato de possuir familiares também na política:

> Saí candidata..., mas era esposa de fulano, mãe de ciclano... era assim que eu era apresentada e era difícil. Quando eu cheguei na Assembleia tive que lutar e provar

> que estava ali por mim mesma, que eu tinha capacidade de estar ali [...] depois de um tempo, eles (colegas de atuação) falaram que nunca imaginaram que eu me envolveria tanto. (DEMÉTER).

Ao mencionar a existência ou não de laços políticos, Juventus pontuou sua percepção a respeito: "*A inserção de mulheres na política me agrada, mas, as mulheres nesse campo geralmente estão ligadas a uma trajetória familiar [...] não que não existam desafios, mas me parece ser mais fácil para as mulheres se elegerem com uma trajetória familiar dentro da política*". (JUVENTUS).

Não tendo laços políticos, Bellona comentou já ter escutado diversos comentários descredibilizando suas conquistas: "*muito comentário idiota, falavam inclusive 'com quem será que ela dormiu para estar onde está'."*

Flora possuía laços políticos, porém, quando decidiu entrar nessa esfera, optou por se filiar a um partido diferente do de seu marido. A notícia de sua candidatura teve grande repercussão, não pela expectativa de sua eleição e, sim, por não ter escolhido o partido de seu cônjuge:

> Eu tive críticas na imprensa de algumas lideranças políticas, de como pode a esposa não estar no partido do esposo [...] achei de uma pequenez, porque tem tanta coisa mais importante pra se preocupar, essa decisão não tomei sozinha, eu discuti com o meu esposo, temos conversa dentro da nossa casa, fomos para a rádio responder isso, tanto eu quanto o meu esposo, ele disse 'a Flora tem vida própria, ela não fica na sombra de ninguém, a Flora sempre tomou as decisões da maneira dela e a gente sempre se respeitou enquanto casal' [...] isso desarmou um pouco a crítica. Eu falei que tinha ficado surpresa, porque o presidente nacional de um outro partido entrou no programa de rádio falando isso 'será que esse casal dorme junto?'. (FLORA).

Artemis e Hera também possuíam laços políticos e, devido a esse contato prévio provindo da atuação de seus pais, ressaltaram que as circunstâncias vividas e presenciadas as ajudaram a lidar melhor com as especificidades do ambiente. Artemis, por sua vez, apontou que durante as etapas de sua atuação sentia emoções negativas: *"eu senti medo, no sentido que me sentia insegura, por causa do que estavam exigindo de mim".(ARTEMIS).* Sua narrativa traz o que foi discutido por Machado e Kopittke (2002) de que a identidade, além de se pautar nos elementos que uma pessoa tem para si, também se conecta às identidades que a pessoa visa assumir. Ao mesmo tempo, tem-se as características da identidade de projeto discutidas por Castells (2018), em que os atores sociais, ao utilizarem os materiais culturais ao seu alcance, visam construir uma nova identidade como tentativa de redefinirem suas posições na sociedade.

A princípio, a entrada e atuação de mulheres na política, principalmente daquelas que já possuíam laços políticos, parecia ser "facilitada". Verifica-se, contudo, que surgem outros

obstáculos não enfrentados por quem não tem essa característica. A própria construção identitária é um exemplo disso. Enquanto quem entra sem laços consegue *"construir seu nome"* (Gaia), quem os possui se vê *"diante de heranças"* (Hera) deixadas por seus antecessores ou até mesmo invalidações de seus próprios posicionamentos, caso esses não estejam de acordo com o que era postulado pelos pais, maridos e outras figuras que caracterizem tal vínculo, como expresso na narrativa de Flora anteriormente citada. Um ponto importante a ressaltar é de que das 21 protagonistas, as que possuíam laços políticos tinham estes sempre conectados a uma figura masculina e não a outras mulheres .

5.3.2 A constituição identitária, o poder e a sub-representação

> *"Se elegeu, mas ainda vai cuidar de questões da assistência social, essas áreas que dizem que as mulheres cuidam mais."*
> (Nemesis, deputada estadual há 12 anos).

Mesmo após terem sido eleitas da mesma forma que os colegas homens, o sentimento de "pertença" ao ambiente político e suas organizações continua sendo um fator crítico à constituição identitária dessas mulheres. A identificação com as atividades desempenhadas não é algo imediato e demora a ocorrer. Conforme salientado por Nemesis, essa questão ocorre devido ao fato de que por mais que avanços tenham ocorrido:

> [...]a forma de tratar as mulheres ainda continua sendo como era antes... se elegeu, mas ainda vai cuidar de questões da assistência social, essas áreas que dizem que as mulheres cuidam mais, tem mais afinidade, mas, na verdade não é... aqui a gente trata de todos os assuntos. (NEMESIS).

Apesar de conquistarem o cargo almejado, percebe-se a falta de identificação no início da trajetória das mulheres protagonistas ao adentrarem as Casas Legislativas. Essa questão é expressa no relato de Hera, ao mencionar a existência de dias ruins após eleita, pois: "*no começo era tão difícil, ao ponto de eu me perguntar o que eu estava fazendo aqui"*.

Situação semelhante foi exposta por Reia:

> Eu confesso a você que o primeiro dia que eu me elegi como vereadora, no primeiro dia que eu estava na sessão plenária... eu, me perguntei, me questionei 'o que é que estou fazendo aqui?', entendeu?! 'Que ambiente é esse? O que estou fazendo aqui?' Aí eu tive que tentar digerir isso tudo e entender que eu estava no lugar que eu quisesse estar. A mulher pode estar onde ela quiser estar. (REIA).

Acredita-se que essas circunstâncias possam ter resultado da descrença e da descredibilização dos seus trabalhos, como detalha Bauer (2020) em seu estudo, ao discorrer sobre o fato de que as mulheres, por maiores que sejam as suas qualificações, ainda são encaradas pela população como insuficientes a cargos de liderança e, isso interfere nas percepções que elas possam ter de si mesmas. Conforme os relatos, entende-se que isso pode ter ocorrido não apenas no processo da eleição e, sim, iniciado no próprio partido. Bauer (2020) destaca que, muitas vezes, o partido é o responsável por limitar a execução das atividades das mulheres na política.

Além dos aspectos referentes às dificuldades que possam ocorrer no partido, Reia salientou sentir que dentro do ambiente político, especialmente nas Casas Legislativas, assim como em outras organizações, a mulher "*tem sempre que mostrar mais do que o homem... parece que a vida toda ela fica provando do que é capaz".(REIA)*. Assim, as participantes deste estudo detalham a existência de uma constante cobrança, o que demonstra as dificuldades em constituir uma identidade em um ambiente que ainda parece não ser tão aberto à atividade, conduta e trabalho de um perfil que não seja o masculino. Percebe-se que no curso de desenvolvimento e construção de uma identidade, por mais que de forma inconsciente, o indivíduo compara o julgamento de si mesmo com as percepções dos demais (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010). Por não se sentirem recebidas nesse cenário, a identidade das mulheres encontra barreiras à sua consolidação diante do questionamento: "*Quem sou eu?*" uma vez que os caminhos seguidos até a resposta: "*Sou uma mulher atuante na política*" são tortuosos.

Reia menciona que na Casa Legislativa em que atua existem apenas quatro mulheres entre as 54 posições disponíveis. Ela evidencia que a atuação de mulheres nesse ambiente é repleta de obstáculos: "*Você não tem hora às vezes, nem pra dormir...você corre o dia inteiro, você viaja muito, o estado inteiro, é desgastante [...] aí vai lá olhar minhas redes sociais agora...tem gente me xingando, muitas vezes não veem o esforço despendido aqui"*. (REIA). O exposto por Reia evidencia o discutido por Schneider e Bos (2014) e por Bauer (2020), em que detalham que, ainda que as mulheres possuam qualificações e apresentem bom desempenho no desenrolar de suas atividades, as expectativas da população em relação a seus trabalhos continua sendo um ponto desafiador, justamente pela falta de reconhecimento quanto aos resultados que elas obtêm. Brollo e Troiano (2016) discutem que, ainda que as mulheres façam uma boa gestão durante o período de seus mandatos, existem grandes chances de não ocorrer a sua reeleição. Os motivos disso referem-se a questões paternalistas, pela ausência de doações à campanha, pelo próprio gênero que traz consigo algumas problemáticas duras que, muitas vezes, são

inobserváveis. Apesar desse cenário, com as eleições de 2022, Reia foi reeleita e, nesse novo mandato, o número de mulheres na Casa Legislativa subiu de quatro para 10.

Métis menciona que atua na Casa Legislativa com o maior número de mulheres em sua região, somando oito no total. Percebe-se, aqui, que a identificação sofre influência das emoções e, como pontuado por Castells (2018), de elementos que sejam significativos ao indivíduo, como é o caso da coerência dos posicionamentos: "*eu me identifico hoje, mas, prezo muito pelos meus posicionamentos [...] sempre procuro manter a coerência senão não vou defender o que acredito e perde todo o sentido do 'porquê' estou aqui.*" (MÉTIS).

Embora se perceba que a composição das organizações da política esteja sendo cada vez mais alterada (UII, 2023; TSE, 2023), a identificação com as atividades desenvolvidas e a constituição identitária não são fáceis de serem geradas. Métis detalha que vários aspectos vivenciados no passado podem interferir no desenvolvimento dessa identificação e, por isso, de acordo com a sua percepção, a coerência é elencada como algo fundamental a essa jornada: *"mas é difícil, porque acaba não indo para o caminho mais fácil*." (MÉTIS). Esse *"caminho mais fácil"* destacado por Métis seria voltado ao que já está posto no ambiente, sem questionamentos. Com seu relato, Métis já traça elementos sobre a compreensão da relevância que a sua identidade pode trazer à sua postura diante da dinâmica organizacional que ali prevalece (ALVESSON; WILLMOTT, 2002).

As emoções se destacam a todo o momento, não só dentro deste trecho das narrativas, mas em todo o contexto de atuação dessas mulheres e, por mais que emoções positivas fossem acrescentadas, as negativas também se faziam presentes, como é o caso do sofrimento no trabalho (GILL, 2019). Problemas de saúde como depressão (Juno) e insônia (Afrodite), emoções negativas como medo, tristeza e temor são citadas por todas as participantes como algo frequente e suscitado não apenas por questões cotidianas, mas, também, por reflexões pessoais a respeito da não identificação como integrantes de organizações políticas. Essas emoções também resultavam de percepções sobre não se sentirem capazes de estarem ali atuando a ponto de questionamentos e reflexões como os trazidos por Juno surgirem no processo:

> Eu entrei em um processo depressivo, fui diagnosticada e acabei tomando antidepressivo [...] o senso de responsabilidade era muito grande [...] preocupação em saber se vai dar conta. Será que eu tenho condições? Será que eu tenho competência suficiente? Como vou fazer o meu trabalho? Como vou lidar com isso? Eram questionamentos recorrentes nesse período. (JUNO).

As ameaças e emoções negativas despendidas a tais mulheres não são poucas, e grande parte advém da sociedade brasileira, confirmando o fato discutido por Fernandes *et al.* (2020)

de que as ameaças se dão de forma aberta e pública e que perpassam questões profissionais. Essas ameaças, no entanto, também podem provir de seus pares, nas próprias organizações onde atuam. Esse aspecto é constatado no relato de Ananque ao destacar que por não concordar com alguns posicionamentos, resolveu mudar sua orientação dentro da Casa Legislativa onde atua:

> Então, a primeira coisa foi que eu fui avisada 'Olha, você saindo da base você vai perder privilégios'. Eu falei: 'Quais são os privilégios que eu vou perder?', 'Ah, quando você fizer os pedidos para as secretarias, você não vai ser atendida'. Bom, então tá bom... no mesmo dia a Secretária de Educação liga pro meu gabinete e desmarca uma reunião que eu tinha marcado. Isso é uma ameaça, intimidação. (ANANQUE).

Reia também mencionou ter recebido ameaças que, no seu caso, foram feitas via telefone em virtude de ter defendido pautas contra o tráfico. De acordo com a sua percepção, a problemática referente a tais posicionamentos é sistêmica: "*Não é porque eles têm raiva de você... Não! É porque você é mulher... você é mulher e você não merece estar ali. É, como se 'poxa, perdemos essa cadeira'. Entendeu? É algo que tem que ser mudado... é cultural e tem que ser mudado".* (REIA). Já Clio destaca que, de acordo com seu entendimento, essas questões ocorrem pela mentalidade que perpassa essas organizações e sociedade:

> [...] é bem difícil. Bem difícil mesmo! Eu acho que quando somos mulheres, eu falo muito com mulheres sobre política porque acaba sendo referência e tento descobrir desde 2016 porque somos poucas na política... um dos muitos fatores é porque nos sentimos aqueles equilibristas de rua que têm vários pratinhos na cabeça, em cada mão e em cima de monociclo. As mulheres acabam sendo muitas lideranças: são líderes familiares, líderes profissionais e aí tem que ocupar esse espaço na política... e quando falamos em ocupar a cadeira, é porque ela não existe, é comumente ocupada por homens brancos. (CLIO).

Não obstante à sub-representação, o exposto revela que as identidades e os processos pelos quais ocorre a sua construção desencadeiam consequências importantes no contexto organizacional (BROWN, 2019). Ainda que as lutas por espaço de poder ocorram diariamente e atravessem tradições e costumes culturalmente arraigados, aos poucos trazem resultados como o próprio aumento do número de candidatas mulheres nas eleições.

5.3.3 A identidade, o poder e as emoções

> *"Se eu tivesse o conhecimento que tenho hoje sobre como a política funciona, eu nunca teria sido candidata."*
> (Diana, deputada estadual há cinco anos).

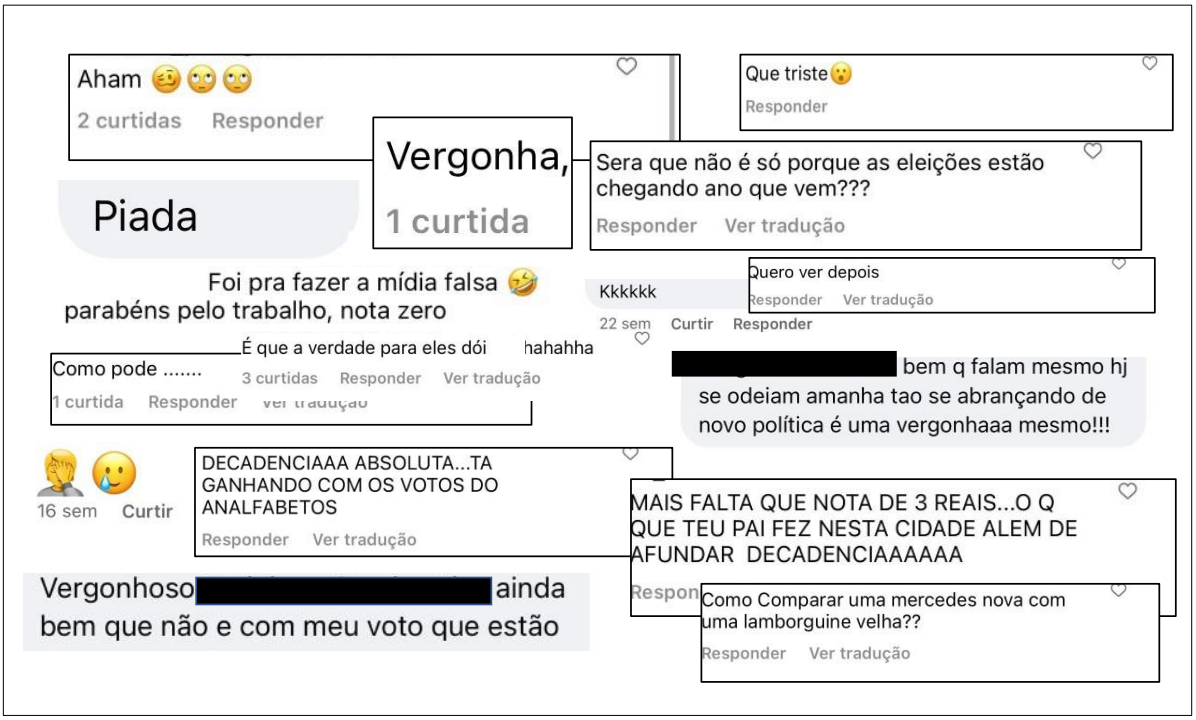
As relações de poder em contextos corriqueiros de atuação fazem com que essas mulheres, ao se inserirem no contexto das Casas Legislativas e enfrentarem dificuldades no que tange às suas identidades e identificações, passem a duvidar delas mesmas. O desconhecimento quanto às especificidades da política em si é um fator que agrava ainda mais essas questões, o que foi percebido na fala de Diana: *"Eu me sentia com receio, tinha bastante desconhecimento, se eu tivesse o conhecimento que tenho hoje, sobre como a política funciona, eu nunca teria sido candidata [...] mas fui corajosa o suficiente pra fazer campanha, surgir na política e estar eleita hoje"* (DIANA).

Mesmo que as mulheres alcancem os cargos almejados, geralmente são menos propensas do que os colegas homens a perceberem a influência associada às suas posições. Isso ocorre devido à dinâmica desse sistema ainda ser considerada muito masculina (CATALYST; 2007; ARAÚJO, 2010; RAGINS; WINKEL, 2011; EVANS; KENNY, 2019; PINTO; SILVEIRA, 2018). No entanto, percebeu-se que, por vezes há sim uma percepção do poder, contudo, de certa forma, este acaba sendo "bloqueado" por circunstâncias, colegas e até mesmo pelo desejo de não causar discordâncias. Uma situação referente a esse ponto foi relatada por Minerva que destacou perceber que da mesma forma como ela foi surpreendida por sua votação, seus colegas também foram: *"Percebo que gerou neles ciúmes e incômodo... a gente percebe vereadores incomodados que querem incomodar, bater de frente pra mostrar que têm mais força"*. (MINERVA).

Já Hera destacou circunstâncias voltadas à disputa de poder nessas organizações que acabam interferindo na identidade constituída: *"A disputa de poder é diária...você está mostrando uma coisa, outro vem e apresenta igual [...] eles subestimam a gente, uma vez uma deputada me falou que eles nem ouviam a gente...e eu pensava "como que não ouve? Não somos invisíveis! Estamos em plenário!"* (HERA). Hera ressalta já ter recebido várias críticas e reclamações por sua atuação, principalmente quanto aos projetos referentes à violência contra a mulher, mas, também, por demonstrar suas emoções ao defender determinadas causas. A deputada deixa suas emoções bem claras quando ocupa a tribuna. Em algumas sessões plenárias observadas nesta pesquisa, viu-se que Hera segurava o choro e, muitas vezes, inclusive, chorava ao discutir suas pautas frente aos demais parlamentares. Como resultado de tais situações, nas observações também se viu que alguns deputados se manifestaram a seu favor e que, inclusive, a defendem. Em dados secundários, porém, verificou-se que Hera recebe uma série de críticas via comentários em redes sociais e em veículos de comunicação de notícias locais em virtude de expor suas emoções em seu ofício. Exemplos dessas circunstâncias são expostos na Figura

a seguir, elaborada com recortes de comentários retirados das páginas de redes sociais da entrevistada, em razão desta ter se emocionado (chorado) em sessão plenária.

FIGURA 6: COMENTÁRIOS EM REDES SOCIAIS DA ENTREVISTADA



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados secundários (2023).

O exposto confirmou o que anteriormente foi debatido por Ragins e Winkel (2011) de que as mulheres são mais propensas que seus pares masculinos a experienciarem emoções que podem ser consideradas inadequadas, interferindo diretamente nas percepções de poder dos seus pares. Há uma "micropolítica de sentimentos", como demonstrado por Rezende e Coelho (2010), na qual as emoções, por emergirem de relações, possuem a capacidade de dramatizar, reforçar ou alterar as relações sociais que se fazem presentes em seu contexto. Essa questão com os estudos de Shields (2005) e Rezende e Coelho (2010) nos quais o autor destaca que as próprias emoções se atrelam a determinadas dimensões da política e do poder.

Felicitas atua em uma Casa Legislativa em outro estado e, assim como Hera, também ressaltou ter vivenciado situações de *"outras pessoas querendo roubar a pauta."* (FELICITAS). As mulheres, na percepção de Felicitas, vivem em conflito sempre que precisam abrir espaço e dar limite, destacando que *"limites não são guerras ou brigas, impôr limites é estabelecer respeito entre as partes, eu não vejo como algo ruim, faz parte."(*FELICITAS*).* Colocar limites nas relações de poder existentes dentro de um contexto organizacional é um dos meios pelos quais a capacidade relacional é exercida (EDELMAN, 2013; CASTELLS,

2019). Ao impor limites, o indivíduo lida com a assimetria existente em uma relação de poder, deixando claro não haver consentimento e aceitação de determinadas situações, mudando assim, a dinâmica de tal relação e transformando os termos que a fazem existir (EDELMAN, 2013; CASTELLS, 2019).

Infere-se, diante disso, que a assimetria de poder que prevalecia nesse cenário altera-se e permite a formação da identidade de acordo com o que o indivíduo percebe, consciente sobre si e, também, em relação aos demais com quem convive. Esses "outros" podem ser as próprias organizações ou, então, os indivíduos que as constituem, tendo em vista que a identidade associa-se aos valores mas, também, às experiências ali vivenciadas (SIMPSON; CARROLL, 2008; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010; CORREA; LOURENÇO, 2016).

Notou-se que, ao mesmo tempo em que as disputas de poder eram vistas como desafios a serem perpassados, eram também "fontes de incentivo" para a atuação dessas mulheres. Todas salientaram que sentiam a necessidade de alterarem as lógicas dominantes dentro das organizações políticas em que conviviam pois, assim como exposto no estudo de Zakar, Zakar e Amir (2018) e de Fernandes *et al.* (2020), pautavam-se em valores patriarcalistas. Ainda que existisse esse desejo e a busca por mudanças, as entrevistadas destacaram a necessidade de haver cautela quanto às formas como isso seria realizado. Essa observação é verificada na narrativa de Minerva: "*faz parte da política, um jogo sujo mas temos que preservar a nossa saúde emocional. É um desafio, não posso me deixar abater, chatear por causa dessas coisas"*. (MINERVA).

As emoções negativas possuem certo grau de relevância que, em determinados momentos, quase se tornam protagonistas da narrativa. Essa relevância é tamanha que interferia, inclusive, no desejo de atuação, como mencionado por Métis que, mesmo sabendo das sua motivações, ainda tinha receio de ser julgada: *"a gente sabe que no Brasil, os políticos são mal vistos, têm um certo preconceito de achar que quer entrar na política para se dar bem, para fazer algo errado [...] eu sabia que meus motivos não eram esses, obviamente, só que eu não sabia como as pessoas iam receber essa notícia"*.(MÉTIS).

Excluindo os preconceitos e aspectos negativos atribuídos a quem atua nesse ambiente, pontua-se que o estereótipo da mulher na política é tão caricato que até mesmo aquelas envolvidas em tal sistema sentem-se descoladas da figura positiva que a ele pode ser atribuída. Os estudos de Schneider e Bos (2014), por exemplo, discutem que a mulher, ao atuar na política, acaba trazendo pra si traços do comportamento masculino. O mesmo é problematizado por Beard (2018, p. 46) ao pontuar que não existem modelos para a aparência de "mulher poderosa", a não ser que ela se pareça com um homem. A autora ainda sublinha que mulheres atuantes no

poder são vistas como tendo ultrapassado os limites ou se apossado de algo ao qual não têm direito.

Outro aspecto voltado a essas questões é narrado por Hebe:

> Eu não tenho parte talvez das qualidades, eu vou colocar nessa perspectiva, do que tradicionalmente tem um político... eu não tenho o prazer que as pessoas me ouçam falar. Eu acho que há um debate represado na sociedade sob essas perspectivas e o que eu tenho que fazer enquanto um individuo inserido nesse grupo é não recuar nas oportunidades colocadas. (HEBE).

A fala de Hebe traz à discussão o que Castells (2018) pontua a respeito das diferenças entre identidade e deveres. Na discussão sobre os papeis a serem desempenhados em certo contexto organizacional, existem crenças a respeito das atitudes que ali podem ocorrer, fazendo com que os atores procurem agir de acordo com as expectativas alheias (BERGER; LUCKMANN, 2003).

É, todavia, justamente no momento em que aparenta haver "descolamento" de identificação que os seus indícios aparecem, especialmente quando as mulheres ressaltam seus "desafetos" com o que verificavam não somente antes de entrar na política, mas em determinadas situações vivenciadas, fazendo com que, por consequência da inserção e atuação nesse sistema, construa-se continuamente uma identidade enquanto mulher na política. Essa questão é ressaltada por Clio: *"eu sou vereadora e sinto orgulho disso, é uma construção mesmo, entrei desacreditando na instituição e hoje quero que as pessoas voltem a confiar, isso é muito difícil, mas é uma missão pesada, tem um caminho grande aí".*(CLIO).

Diante dos relatos, percebeu-se a existência de amor (TASSELI, 2019) na atuação política dessas mulheres, como no momento em que Irene pontua que sua atuação na política é *"uma causa que vem do fundo do coração".* (IRENE), ou quando Tálassa ressalta os motivos que a fizeram trilhar esse caminho: "*a razão pela qual eu cheguei até aqui que é o amor."* (TÁLASSA). Entende-se que a existência de emoções positivas auxilia as mulheres na sua identificação com o trabalho, fazendo com que a própria atuação passe a fazer parte de suas identidades. Mesmo, porém, que em um primeiro momento tenha se verificado que a identificação sofre impacto de experiências negativas, é possível afirmar que as mulheres entrevistadas desenvolveram identidades de resistência e de projeto (CASTELLS, 2018) em suas atuações.

Reforça-se que, de acordo com Castells (2018), a identidade de resistência é aquela criada por atores que, por estarem em posições ou condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, constroem "trincheiras de resistência e sobrevivência" com base em

princípios diferentes dos que ali são permeados. Já a identidade de projeto consiste na identidade construída como uma maneira de redefinir a posição na sociedade, buscando a transformação da estrutura social (CASTELLS, 2018).

Todas as mulheres ora entrevistadas salientaram não saber mais viver sem suas atuações na política, comparando-a a oxigênio, missão de vida e algo que faz parte delas, o que permite verificar a influência que as emoções positivas possuem sobre a identificação e própria identidade de tais mulheres, ainda que estas também se permeiem às lutas por espaço e por poder. Destaca-se, também, que as emoções de caráter negativo, como o medo, tristeza e temor trazido nos relatos das mulheres aqui expostos, também possuíram seu destaque nessa trajetória pois, ao compararem suas atuações políticas como algo fundamental às suas existências, revelam que as emoções negativas sentidas nesse processo foram responsáveis por gerar reflexões e ações que visaram mudança em seus ambientes de atuação, como os partidos e as Casas Legislativas.

Essas questões foram elucidadas em trabalhos como o de Gill (2019), em que o autor ressalta que quando se tem uma emoção de caráter negativo em um ambiente de trabalho, como, por exemplo, o sofrimento, é possível verificar o desejo de trabalhadores em reduzir as mazelas de sua ocorrência e aumentar as suas realizações pessoais. Dessa forma, é possível afirmar que esse se trata de um conceito explicativo para iluminar como e por que existem lutas por espaços e pleiteio de poder em ambientes organizacionais ou institucionais.

Percebe-se, então, que as emoções podem delinear a identidade e o destino de um indivíduo em uma organização (FINEMAN, 2001). Os trechos das narrativas evidenciadas nesta seção permitem identificar a existência de um entrelaçamento entre emoções, identidade e poder. Infere-se, diante do exposto, que as emoções são o fator responsável por estabelecer uma conexão entre as pessoas, as organizações e as causas defendidas. Assim, como discutido por Fotaki, Kenny e Vachhani (2017), percebe-se que as emoções trazem consigo o potencial de elucidar dimensões éticas, elusivas e políticas dentro de um contexto organizacional. Fotaki, Kenny e Vachhani (2017) discutem que tamanha é a relevância que as emoções possuem à vida social e organizacional que, elas podem ser responsáveis por levar um indivíduo a adotar determinadas identidades para que este passe a ser reconhecido socialmente. Essa questão, na visão dos autores, traz à discussão a dimensão da emoção que, perpassando a sua identidade, a entrelaça com poder. Ao ressaltarem a possibilidade de as emoções serem trabalhadas no campo de estudos organizacionais, Fotaki, Kenny e Vachhani (2017) ressaltam que, ao terem influência na identidade constituída, elas também se conectam às percepções de poder que uma pessoa desenvolva ou deseje desenvolver. No quadro a seguir sintetiza-se quais emoções se

fazem presentes nos relatos a respeito da jornada das mulheres aqui entrevistadas e atrelam-se à identidade e ao poder em seus contextos de atuação.

QUADRO 8: SÍNTESE DAS EMOÇÕES EVIDENCIADAS

AS EMOÇÕES VIVENCIADAS NA JORNADA POLÍTICA	
Nos Movimentos Sociais	Empatia; Paixão; Amor; Preocupação; Sofrimento; Alegria; Frustração.
Nos Partidos Políticos	Receio; Tristeza; Afinidade; Simpatia; Compaixão; Sofrimento; Medo; Coragem; Surpresa; Ansiedade.
Nas Casas Legislativas	Sofrimento; Medo; Insegurança; Desgaste; Temor; Tristeza; Carinho; Alegria; Decepção; Preocupação; Coragem; Incômodo; Admiração; Orgulho; Amor; Felicidade; Frustração; Fascínio.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatos das entrevistadas (2023).

Dentre os questionamentos que surgiram na elaboração desta tese, teve-se como base à esta seção a seguinte problemática: “Como as emoções presentes na constituição identitária das mulheres atuantes em organizações da política brasileira se entrelaçam às suas lutas por espaços de poder em um ambiente predominantemente masculino?”

Dentre as reflexões e relatos aqui levantados depreende-se que as emoções voltadas às lutas por espaço de poder já são suscitadas nas iniciativas pró-sociais despendidas por tais mulheres, como é o caso da empatia destacada na seção anterior. De acordo, porém, com o que foi aqui elencado, mais emoções se fazem presentes nos caminhos percorridos.

As emoções, por serem relacionais, surgem em virtude das situações e vivências experienciadas. Logo, é possível afirmar que as emoções estão presentes em toda a trajetória das mulheres na política. Entende-se, dessa forma, que as emoções são um dos fatores responsáveis pela busca de organizações do sistema político. No período em que tal busca ocorre percebe-se a constituição de uma identidade como mulher na política, que se dá por meio das reflexões que são levantadas em tal meio, como, por exemplo, as reflexões a respeito de dar maior visibilidade às causas defendidas, reflexões provindas do desejo de mudança e de fazer a diferença no ambiente político como um todo. Jacques (2013) aponta que a identidade é a resposta ao questionamento "Quem sou eu?" e, diante da complexidade vivida nas diferentes organizações, essa resposta não é facilmente elaborada pelas mulheres aqui pesquisadas. Ao mesmo tempo em que há a busca por "quem se é", há a luta por poder, por espaço, por visibilidade. Castells (2018) destaca que as identidades se constituem em meio às relações de poder, e é com base em tal conceito que o entrelaçamento entre as emoções, identidade e poder fica mais nítido.

É na determinação das mulheres de pleitearem seus espaços nesse ambiente que se revela a sua identificação com a atuação política. A jornada que leva até a constituição da identidade enquanto mulher na política, porém, é permeada por obstáculos e disputas por poder, que surgem em virtude das mudanças ocasionadas por suas entradas nesse setor e as ocasionadas pelas vivências em diferentes organizações. Simpson e Carroll (2008), em seu estudo, discutem que o papel, conectado ao nível de poder que uma pessoa possui ou busca possuir no contexto organizacional, acaba sendo intermediário de valor à construção e à manutenção das identidades construídas. As autoras destacam que intermediários de valor são os elementos que facilitam a construção da identidade.

Com base nos resultados aqui apontados, pode-se afirmar que, a depender da organização, as mulheres possuem diferente papel e nível de poder. Essas questões evocam diferentes emoções que, por consequência, atrelam-se à constituição de suas identidades. Apesar, contudo, de tal trajetória permear diferentes organizações, conclui-se que a identidade enquanto mulher na política é consolidada nas Casas Legislativas, mas, permanece em constante construção em virtude de suas vivências nas organizações que compõem o sistema político.

Muito se fala sobre as mazelas das relações de poder nesse processo, como, por exemplo, o fato de o poder ser comumente atribuído a homens (ARAÚJO, 2010; PINTO; SILVEIRA, 2018), à batalha por voz diante de ameaças (BEARD, 2018), às críticas voltadas ao gênero e à exposição de emoções (RAGINS; WINKEL, 2011). É, porém, devido a tais

circunstâncias que as mulheres pesquisadas neste estudo lutam por espaço e pela constituição de suas identidades não só individuais, mas, também, de grupos enquanto mulheres na política, buscando, por meio de suas atuações, a mudança desse cenário.

A identidade pode ser constituída em meio a relações de poder (CASTELLS, 2019; BROWN, 2022) e, quando isso ocorre, ela se fortifica por ter um histórico de lutas na sua formação. Quando consolidada, não é qualquer barreira que a invalida. Vários são os percalços enfrentados pelas mulheres aqui protagonistas, contudo, por se considerarem representantes de parcela da população, por terem consciência da necessidade de mudanças e por resgatarem os motivos de sua inserção provindos das iniciativas pró-sociais pelas quais batalham, essas mulheres os enfrentam. Os aspectos de disputas de poder, mesmo que institucionalizados nesse contexto e mesmo que influentes às suas emoções, as permitem constituir uma identidade de mulher na política e dar continuidade ao que postulam como "missão de vida".

5.4 A AMBIVALÊNCIA & O PODER

"Ao mesmo tempo que explodo de felicidade, tenho uma visão dentro do meu ser que estou dentro de um abismo."
(*Gaia*, vereadora há três anos).

As emoções inspiram e moldam ações (VORONOV; VINCE, 2012; ZIETSMA *et al.*, 2019) e, se no âmbito pessoal já possuem relevância, no profissional não é nada diferente. As organizações e suas dinamicidades despertam em seus componentes as mais diversas experiências, vivências e emoções (FINEMAN, 2000). O ser humano passa boa parte da vida em seu ambiente de trabalho e, diante da necessidade constante de lidar com as relações ali existentes, das demandas e do próprio cotidiano organizacional, a ambivalência emocional pode, oportunamente, surgir (ROTHMAN *et al.*, 2017).

Diante disso, questiona-se: como a ambivalência das emoções, diante dos desafios e dos incentivos vivenciados, pode afastar ou aproximar as mulheres atuantes em organizações do sistema político de poder? Esse questionamento, além do exposto, provém do entendimento de que o poder consiste em uma capacidade relacional. Conforme pontuado por Castells (2019, p. 57), o poder é "a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de formas que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder." Ao destacar a amplitude do conceito, o autor especifica que as relações de poder são assimétricas e que em seu escopo há sempre a

possibilidade de questionamentos e resistência ao poder imposto e ao tipo de relação vivenciada (CASTELLS, 2019).

Com base em reflexões sobre o conceito, entende-se que no caso de mulheres na política, as relações de poder têm início em suas militâncias quando se dedicam a causas específicas e buscam apoio a elas (SETO, 2018). Tais relações também podem se tornar presentes quando as mulheres são atuantes e filiadas a partidos políticos, e predominam quando elas passam a ocupar posições de poder formais, como, por exemplo, ao atuarem enquanto deputadas estaduais e vereadoras.

Em alguns casos, o poder pode se iniciar já no partido quando se dá a escolha dos candidatos. A ocupação dos cargos de vereadoras ou deputadas, contudo, lhes confere outra visão e posição de poder por permitir que deliberem sobre questões relevantes à sociedade, como, por exemplo, propor, emendar ou alterar projetos de leis que representem interesses da população, fiscalizar o trabalho do Poder Executivo e até mesmo cuidar da administração de seu espaço nas Casas Legislativas (SOUZA, 2017; TSE, 2016). O que se nota, todavia, é que embora em seu funcionamento, especialmente em termos jurídicos, algumas organizações componentes do sistema político brasileiro possuam características diferentes de organizações públicas ou privadas do país (BRASIL, 1995; STJ, 2015), mesmo quando eleitas e ocupando seus respectivos cargos, o poder das mulheres ainda é questionado e, diante das pertinentes disputas, as emoções, especialmente as ambivalentes, "afloram" cotidianamente.

Importante reforçar que, nesta tese, ambivalência emocional é entendida como a experiência simultânea de emoções positivas e negativas a respeito de um mesmo alvo, que pode ser uma pessoa, objeto ou situação (PRATT; DOUCET, 2000; ROTHMAN *et al*., 2017). Pratt e Doucet (2000) discorrem sobre o fato de que, muitas vezes, a ambivalência se divide em dois polos: ambivalência em relação às pessoas que compõem a organização e ambivalência à própria organização. Ao se pautar no exposto, Rothman *et al*. (2017) detalham que a ambivalência emocional no campo das organizações pode ocorrer por meio da propensão individual a senti-la por meio dos relacionamentos que ali se constituem devido a eventos organizacionais ou, então, às condições estruturais de uma organização.

Em virtude disso, compreende-se que a ambivalência surge como um fenômeno complexo de se pontuar no interior das relações organizacionais (PRATT; DOUCET, 2000; ASHFORTH *et al.*, 2014; ROTHMAN *et al*., 2017), sendo as respostas à sua existência um dos pontos que ressaltam tal dificuldade. Pratt e Doucet (2000) detalham duas dimensões: a de aproximação e a de afastamento. Quando há respostas de aproximação, o indivíduo busca maneiras de se aproximar do que lhe causa ambivalência, expressando, inclusive, emoções

positivas a essa fonte. Já quando a resposta é o afastamento, tem-se o oposto, em que o indivíduo expressa emoções negativas e busca se distanciar do que lhe causa a ambivalência.

Percebe-se que dentre os fatores que permitem a existência da ambivalência no contexto de mulheres na política está o próprio poder. A construção de significado a ele inerente aparece como um elemento de destaque à atuação de mulheres na política, trazendo à discussão o fato de que as relações de poder nesse ambiente não se dão somente dentro das organizações com as pessoas nelas envolvidas, mas, também, com a população. Essa relação, por não ter, muitas vezes, limites definidos, nem sempre traz consigo apenas aspectos positivos, como salientado por Reia: "*Tem aquele dia que você fala 'agora chega', achando que 'poxa, eles não merecem tudo isso que tô fazendo. Não estão me respondendo a tudo o que eu estou me doando' Eu to doando a minha vida, vivendo em prol da população e eles não estão me respondendo direito.*". Ainda, porém, que sejam elencados os pontos negativos, pontos positivos também surgem no processo e são relatados por Reia: "*mas aí no final a gente fica lembrando de tudo o que a gente conquistou e que não existia e fala "poxa, mas olha só... todas as conquistas que foram realizadas [...] é um sistema pesado, mas a gente ama o que faz então a gente faz com muita vontade.*".

Ao analisar dados secundários provindos das redes sociais das protagonistas que se encontram em acesso público, verifica-se que a população nem sempre é responsiva de forma positiva às mulheres. Quando diz-se responsivas, o ponto de discussão é referente ao que foi debatido por Knoppers *et al.* (2022) no qual os autores ressaltam que, por mais que uma parcela da população demonstre apoio às causas e às pautas defendidas, ainda existem aqueles que não valorizam a existência das mulheres nesse ambiente, ofendendo-as ou lhes fazendo críticas duras e abertas.

Nesse sentido, as protagonistas destacaram que se sentem julgadas negativamente em todos os processos que desempenham, especialmente em momentos que envolvem tomadas de decisões a respeito de projetos "críticos", como ressaltado por Hera: *"eles atacam mais a gente, esse é o mais complicado, fui muito atacada! Eu evitava ver postagens e comentários nas redes sociais, porque vê o seu nome, o nome da família exposto, acaba machucando a gente.*

Hera afirmou que no período em que os ataques ocorreram ela procurava descontrair o clima com sua assessoria, dizendo que "*tiravam foto até do meu cachorro, era surreal*", sentindo-se pressionada diante das circunstâncias enfrentadas. Contudo, também salientou: "*tem esse misto todo (de emoções), mas tem seu lado positivo, que é receber carinho, as pessoas acreditarem no que você está falando, isso não tem preço.*"

Gaia detalhou situação semelhante quanto a ataques recebidos: *eu sempre consegui ter boa relação com as pessoas, de repente eu me vi em um lugar com pessoas que não gostavam de mim, do nada, começa a conviver com pessoas que querem teu mal, eu me pergunto o que eu fiz, então é uma transformação muito grande."* Ao desenvolver sua narrativa, e fazendo menção à solidão, Gaia afirmou ter pensado em desistir de seu cargo: *"vontade de correr, eu me senti muito sozinha"* e para lidar com essas questões, destacou: *"tive que aprender a ter uma relação distante e tentar entender o jogo [...] muita gente não aceita a mulher como liderança, seja na equipe, na Câmara ou fora (na sociedade)."*

Importante pontuar que a pesquisa em documentos secundários de redes sociais, também de de deputados e vereadores, à época em que as publicações referentes às votações discutidas foram realizadas, revelou apenas comentários positivos e de apoio, enquanto nas redes das mulheres era comum encontrar comentários como *"vai lavar uma louça"* ou *"você não tinha que estar aí."*

Episódios como os narrados anteriormente são vivenciados com frequência pelas mulheres entrevistadas, evidenciando como emoções ambivalentes podem surgir nesse percurso. Por um lado, emoções positivas como felicidade, amor e paixão são destacadas em suas narrativas como frutos do que consideram como conquistas, a exemplo dos projetos de lei que são aprovados, ou ao verificarem os resultados das causas que defendem e na própria eleição. Em contraponto, porém, emoções negativas também se fazem presentes em suas falas e são experienciadas simultaneamente, como quando são atacadas em suas redes sociais.

Além da solidão destacada por Gaia, o medo também foi uma das emoções negativas mencionadas, e que surgiu em vários momentos das narrativas. Um exemplo foi quando as entrevistadas foram questionadas a respeito do período de eleição e sobre o início de suas atuações. O medo ocorre justamente em oposição a uma emoção positiva, como a alegria, e é detalhado no relato de Juno:

> Quando eu fui candidata, eu entrei em um processo depressivo, acabei tomando antidepressivo, agora já consegui parar [...] era o **medo** e agora, depois de assumir? Agora eu tô aqui, como eu vou fazer? O medo também dessa responsabilidade, mas é um misto do medo e por outro lado entendendo a grande oportunidade que é [...] por outro lado, tem a **alegria** de saber que eu tô aqui, que eu consegui e que eu posso fazer a minha parte, aquilo que eu acredito que deve ser feito para melhorar as coisas em que eu acredito que têm que ser melhoradas. (JUNO).

Minerva também trouxe reflexões sobre o medo, porém, em outros momentos de sua narrativa como, por exemplo, em relação ao desconhecimento a respeito da dinâmica nas novas organizações que teria contato enquanto eleita. Nesse momento, destacou sua vontade de

trabalhar, apesar dos receios: "*eu assumi esse risco... você fica com medo, insegura, não conhece tanto as pessoas, como funciona [...] eu tive que aprender."*

Já Diana, ao se referir ao medo, trouxe em seu relato outras emoções vivenciadas em meio às **relações de poder**, como frustração e decepção. Relembrou uma situação ocorrida no início de seu mandato, período que, de acordo com a entrevistada, *"deveria ser cheio de felicidade":*

> Senti medo em alguns momentos de enfrentar grandes interesses. Já me senti desrespeitada também! Teve várias situações que me senti desrespeitada... no primeiro dia de mandato, cheguei lá e as pessoas me abraçaram, estava com borboletas na barriga, chegou um deputado, me abraçou muito forte e falou: 'você não precisa se preocupar, passou a votação e você é uma das deputadas mais bonitas, a gente vai dar um jeito de estar com você e vai dar tudo certo'. No mesmo dia, eu entendi que eles iam me considerar uma 'café com leite', que não ia ter capacidade o suficiente. (DIANA).

Em outros momentos da narrativa, ao detalhar *"borboletas no estômago"*, Diana ressaltou felicidade em ter alcançado o cargo de deputada estadual em uma idade considerada jovem, entretanto, esse sentimento foi barrado quando percebeu que seria tratada apenas como *"mais uma"*. A situação a fez mudar de estratégia dentro da Casa Legislativa, e passou a buscar a vice-presidência de uma das pastas consideradas mais importantes, apesar de haver pessoas tentando fazer com que desistisse: *"deu certo, consegui me colocar na discussão e isso foi importante para que diminuísse o espaço de enfeite, de espaço só de mulheres [...] poderia discutir outras coisas também."* (DIANA).

De acordo com o art. 5º da Constituição da Republica Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) todos - homens e mulheres - são iguais perante a lei em termos de direitos e obrigações. Dentro das Casas Legislativas, além da necessidade de seguir a Constituição, existem códigos de ética e de decoro parlamentar que determinam que todos os parlamentares possuem o mesmo nível de influência, contudo, mesmo diante de tais legislações, os processos podem acontecer de forma diferente. Existem diferentes graus de influência dentro de um contexto organizacional, como destacado por Castells (2019). O autor aponta que devido às relações de poder serem assimétricas, a influência que um ator exerce sobre o outro não se dá de forma proporcional, ou seja, sempre há um ator com maior grau de poder sobre outro e, essa dinâmica é capaz de interferir no andamento da organização como um todo. Essa interferência, quando o ambiente político é colocado em pauta, pode ocorrer nas suas várias organizações, desde o Partido - quando existem as disputas por poder voltadas a quem irá se candidatar - como nas

Casas Legislativas, no período de defesa de pautas a serem votadas, conforme expresso na narrativa de Felicitas:

> A gente chega lá (nas Câmaras de Vereadores) e vê que as pessoas são movidas por outros ideais. Tem pessoas movidas pelo medo, pela pressão, pela própria imagem... não são todas as pessoas que têm proatividade, que fazem as coisas em prol da população [...] eu vou atrás porque vejo os problemas. Eu achava que as pessoas eram movidas pelos mesmos ideais e isso me deixou um pouco frustrada por ter uma expectativa das coisas andarem e achar que são movidas por outras direções [...] a disputa de ego é gigantesca também e isso é algo que me frustra muito, me faz achar que estou perdendo tempo ali mas, tem vezes que você começa a ver que a coisa andar... eu acho que são várias situações. Por exemplo, ao fazer uma denúncia eu fico frustrada mas se isso gerar mudança, fico feliz porque fui lá. (FELICITAS).

Em sua narrativa, Métis evidencia ter vivenciado situações semelhantes que, de certa forma, a desanimaram durante seu mandato:

> Quando você começa a ver a política por dentro, como as coisas são feitas, é um pouco **decepcionante**, quando eu fui eleita, vim com todo aquele desejo, achando que bastava um bom discurso para convencer os outros vereadores a fazerem a coisa certa, de fazer o que eu acredito que seja o certo, mas percebe que não. (METIS).

Diante das disputas de poder, Métis destacou que precisou aprender a negociar melhor as suas ideias e a *"jogar o jogo"*, como pontuou em momentos posteriores de sua narrativa:

> No final das contas eu me sinto muito **feliz** em poder ocupar esse espaço e trazer as ideias em que eu acredito. Isso é algo que me deixa muito feliz, toda vez que a gente consegue achar uma brecha para colocar o nosso ponto de vista, eu me sinto realizada. Mas por outro lado tem a **frustração**, ver que por mais que eu faça o melhor discurso do mundo, defenda suas ideias com a maior coerência do mundo, tem vereadores que nem sempre te ouvem e muitas vezes te ouvem, mas não como você gostaria que ouvissem. (MÉTIS).

Ananque, que atua na mesma Casa Legislativa que Métis, também conta que enfrentou dificuldades quanto à articulação de ideias e projetos, detalhando que durante o seu primeiro ano de mandato, era constante a frustração ao se relacionar com as pessoas. No ano em questão, de acordo com dados secundários, a vereadora teve cerca de dez projetos de lei em tramitação e, em entrevista revelou ter vivido *"o pior momento"* de seu mandato, destacando ter recebido ameaças, inclusive, do líder do governo.

As situações detalhadas pelas entrevistadas coadunam com o exposto por Castells (2019) ao afirmar que o poder não constitui um atributo e, sim, uma relação que pode ocorrer de acordo com ações de atores humanos e, também, por meio de comportamentos organizados por processos no passado e questões históricas nas organizações. Nota-se que a capacidade relacional é um elemento exercido diariamente nas relações ora destacadas, e mesmo que

existam articulações que questionem o poder e comportamentos predominantes, nem sempre o resultado que se atinge é o esperado. Esse fator se torna motivador de emoções negativas e da própria ambivalência na atuação, como elenca Artemis: "*a gente se sente impotente porque o parlamento não nos dá o poder da caneta, só o poder da tribuna. Ficamos lá negociando, reclamando, exigindo do governo mas, as respostas concretas muitas vezes não vêm, então é muito trabalho e pouco resultado.".*

Castells (2019) discute que quanto maior o papel desempenhado pela construção de significados em nome de interesses e valores específicos que reafirmem o poder em uma relação, menores são os conflitos, entretanto, ainda assim esse poder pode ser questionado. Essa situação pode ser verificada no relato de Gaia. A vereadora destacou em sua narrativa que seu mandato foi pensado de forma conjunta com seu gabinete, todavia, enquanto vereadora, teria sido ela quem tomava a frente nas decisões. Com o passar do tempo, ressaltou que conflitos voltados ao poder começaram a surgir entre a sua própria equipe:

> O olhar deles pra mim foi de muita cobrança, eu tenho esse poder e elas ficavam se perguntando se eu ia sair ou ficar com eles, tinha cobrança, desconfiança, uma espécie de fiscalização 24h da minha equipe comigo: 'vamos ver se a Gaia está com a postura'. Eu não poderia estar sozinha em nenhum lugar, não poderia falar com o presidente sozinha [...] eu senti essa pressão, me senti muito fiscalizada e corrigida, da minha postura e até da minha roupa reclamavam [...] chegou um momento que eu sentia que queriam, inclusive, controlar minha vida pessoal. (GAIA).

Gaia destacou que precisou mudar seu comportamento tanto em virtude da Casa Legislativa quanto das discussões em seu gabinete *"[...] agora eu sinto que tem que ser de outra forma, que eu também tenho que me posicionar com eles* (componentes do seu gabinete)*."* Ponderando sobre a sua atuação geral, Gaia pontuou que "*ao mesmo tempo que explodo de felicidade, tenho uma visão dentro do meu ser de que estou dentro de um abismo."*

Refletindo sobre o exposto, acredita-se que devido às relações de poder se darem de forma relacional (CASTELLS, 2019), dentre as fontes de ambivalência destacadas por Rothman *et al.* (2017) - que são voltadas à propensão individual, aos relacionamentos em um contexto organizacional, aos eventos organizacionais e também, às condições estruturais de uma organização - os relacionamentos dentro das organizações do sistema político são a fonte de ambivalência proeminente em tal contexto. Esse achado surge ao se analisar a atuação de mulheres na política e as suas dinamicidades quanto ao poder, e por se verificar as respostas dadas a essa ambivalência.

Pratt e Doucet (2000) destacam que as respostas à ambivalência podem ser voltadas à organização ou, então, às pessoas que a compõem, tendo por consequência um afastamento ou

aproximação às suas causas. Por mais que exista, contudo, o desejo de se afastar do que lhes causa ambivalência, a resposta dada é aproximação, sendo a ambivalência uma espécie de incentivo para continuarem em seus cargos e causas. Esse resultado concorda com o exposto por Rothman *et al.* (2017), de que a ambivalência, ainda que envolva emoções negativas em seu escopo, pode trazer resultados positivos à organização.

Wang e Pratt (2008) destacam que estudiosos podem argumentar de que as forças concorrentes presentes na ambivalência emocional estão no centro da relação indivíduo-organização, contudo, o que ocorre na visão dos autores é de que os indivíduos, em um contexto organizacional, buscam satisfazer suas necessidades mas, frequentemente, precisam deixá-las de lado para se adaptarem às dinâmicas organizacionais. Avalia-se, porém, que nos casos em análise, a adaptação das mulheres aos contextos organizacionais adversos seria algo negativo. Entende-se, portanto, que a ambivalência seja um meio de buscar mudanças e transformações em tais organizações.

Como as organizações componentes do sistema político são organizações em que não atuam muitas mulheres, sendo um ambiente popularmente conhecido como predominantemente masculino, tem-se a impressão de que a ambivalência passa a diminuir conforme os mandatos vão sendo exercidos, como ressaltado na narrativa de Clio:

> no começo era muita ansiedade, ela (política) te muda, tem um modus operandi [...] porque não tem ninguém te guiando, mostrando o caminho. Eu não tinha uma influência política [...] hoje me sinto muito mais segura, estou feliz de verdade e sei que quero continuar nessa missão. (CLIO).

Nemesis, por sua vez, aponta que as emoções ambivalentes permanecem na trajetória como um todo: *"a vida do político vive sempre na gangorra emocional."*. O que realmente ocorre, porém, é que o ambiente e suas especificidades se tornam mais conhecidos e, conforme especificado por Wang e Pratt (2008), a ambivalência passa a se tornar comum ao longo dos anos, fazendo com que os indivíduos desenvolvam formas de lidar com ela. Mesmo sendo algo presente no contexto organizacional (PRATT; DOUCET, 2000; WANG; PRATT, 2008; ROTHMAN *et al.*, 2017), a ambivalência em função da atuação em uma organização extrapola seus limites e pode refletir na vida pessoal dos trabalhadores, conforme se discute a seguir.

5.4.1 Ambivalência, o poder e a vida pessoal

"É bem comum a gente esquecer o lado pessoal pelo profissional"
(Clio, vereadora há três anos).

As emoções podem ressoar no trabalho mas, por se tratarem de questões situacionais, também podem se vincular a outros aspectos da vida em sociedade (FINEMAN, 2001; ZIETSMA *et al.,* 2019). Distanciar-se das próprias emoções é algo complexo pois as emoções fazem parte do ser humano (FINEMAN, 2001). Da mesma maneira, descolar os sentimentos elucidados por assuntos laborais de outras questões pessoais também consiste em tarefa árdua devido à importância que o trabalho e a performance organizacional têm na vida de uma pessoa (BARSADE; GIBSON, 2007). Neste sentido, verificou-se que conciliar as atividades exercidas nas organizações do sistema político com as atividades pessoais tornou-se mais uma das demandas a serem resolvidas e, também, mais uma fonte de ambivalência às mulheres participantes desta pesquisa.

Há uma série de debates sobre a necessidade de maior inserção de mulheres na política, e vários são os trabalhos que discutem as dificuldades por elas enfrentadas (PAXTON; KUNOVICH, 2003; ARAÚJO, 2010; SACCHET, 2018; PINTO; SILVEIRA, 2018), contudo, poucos são os que trazem soluções efetivas à sub-representação. A mulher, em qualquer tipo de organização, ainda é socialmente responsabilizada pelos cuidados do lar e da família (SOUZA; FERRAZ; FERRAZ, 2021).

Com base nas entrevistas, constatou-se que a entrada das mulheres ora pesquisadas no mercado de trabalho e no ambiente político não lhes retirou a responsabilidade dos cuidados com seus lares e, por mais que algumas possam contar com uma rede de apoio, sentem-se culpadas por fazê-lo ou mesmo de usufruir dessa estrutura.

A ambivalência que gira em torno da relação trabalho e família foi um dos fatores que ensejou o desejo das protagonistas deste estudo de entrar e permanecer na política. Ao apontar as principais dificuldades de sua vivência na política, Juno destaca alguns aspectos pessoais: "[...] *de decidir participar sabendo o preço que eu ia pagar, porque quando você entra sem saber é uma coisa, mas eu sabia qual era o preço e eu pensava se isso valeria a pena. Valeria a pena abrir mão do meu papel de mãe?".* Juno sente que a política fica "*pesada"* no dia a dia e que não nota essas dificuldades em seus colegas homens pois, de acordo com sua percepção, eles também abrem mão da rotina familiar, entretanto, não parece se culpabilizarem por isso.

Deméter, Atena e Nêmesis contam que tiveram contato com muitas mulheres em seus respectivos partidos, mas que essas desistiram de candidaturas por não terem apoio familiar.

Conforme destacado por Nêmesis, a separação entre vida profissional e pessoal é complicada de se fazer: *"se a mulher não souber levar, abala a estrutura emocional dela."*. Situação semelhante também foi mencionada por Afrodite, que fala a respeito do parlamento jovem da Casa Legislativa onde atua:

> A gente tem o parlamento jovem... a maioria esmagadora do parlamento jovem todos os anos são meninas, a gente tem meia dúzia de meninos e um monte de meninas... porque a gente é mais guerreira desde que a gente nasce, a gente é assim. No entanto, depois que a mulher termina a faculdade, casa, arruma emprego... a gente abre mão. A gente abre mão com muita facilidade dos nossos sonhos, somente e exatamente por isso que nós temos muito mais homens do que mulheres na política, porque o mundo da política ele é preparado pra quem não tem que chegar cedo em casa pra dar banho em filho, pra preparar a janta. (AFRODITE).

Métis detalha essa questão como *"muito sacrificante"*, mencionando dificuldade em impôr limites à sua atuação profissional enquanto vereadora. Flora também pontua aspectos semelhantes ao mencionar já ter passado por situações em que se viu obrigada a deixar os filhos sozinhos em casa, mas que, após um período no mandato conseguiu buscar um "*meio termo*". Minerva, ao destacar tal tema, também ressalta sua vivência: "*você abre mão, de estar com filho, família, mas ao mesmo tempo falando em ser mulher, você concilia [...] me perguntaram o que eu ia fazer com meu filho durante a pandemia, como se pudesse deixar no armário."*

Hera salientou a necessidade de apoio familiar no processo, indicando o importante papel que seu marido e filhos possuem em sua atuação política, mas que *"sofreu*" em busca desse equilíbrio:

> Antes de ser política, eu sou mãe, sou mulher, tenho o relacionamento com meu marido e também tenho minha casa. Por mais que eu tenha alguém para fazer as coisas, vejo que nós, mulheres, gostamos de fazer nós mesmas. Fazer algo aqui, uma comidinha ali e eu tento respeitar meu lado pessoal, é difícil! Eu busco separar da vida pessoal mas, na pandemia piorou. Ficamos isolados dentro de casa, dando conta dos dois filhos [...] é bem difícil, procuro fazer o máximo por eles, mas focar no meu trabalho. (HERA).

Em meio a reflexões similares, Felicitas apontou que sentia não poder *"deixar desassistida"* a parte familiar por esta ter sido a sua motivação à entrada no ambiente político:

> Sempre foi por eles, por isso entrei na política. Não tinha como eu ser candidata e depois vereadora e desamparar em casa... nunca é essa a situação. Eu tenho uma filha de 2 anos e outro de 5, se eles fossem mais velhos, eu estaria em outra realidade. Hoje eles dependem de mim e é isso... eu tinha que fazer uma campanha que eles estivessem envolvidos. Eu criei uma brinquedoteca no gabinete porque não tinha escola e eles iam para lá. [...] desde que me inseri nesse ambiente, me adequei a uma realidade que não poderia deixar descompensada a minha família. Se eles estavam em casa, eu precisava dar assistência, o Partido não dá grandes apoios. Na época da campanha as

> pessoas me viam trabalhando e, depois que abriram as escolas, 6:30 da manhã eu já estava na rua entregando panfleto. Não tinha quase ninguém na rua, mas eu estava lá porque 7:30 tinha que levar meu filho para a escola. Inclusive, minha primeira doação foi de 5 mil reais de um cara que nunca vi na vida... eu estava embaixo da chuva, montando gazebo e ele estava levando o filho dele para a escola. Quis saber quem eu era e me doou, viu que eu estava me esforçando, embaixo de chuva, fazendo acontecer e colocando a cara a tapa. As doações vieram conforme o movimento foi crescendo e as pessoas viam que era eu mesma que estava ali, colocando minha cara e suor naquilo. (FELICITAS).

Clio deixa claro que não tem filhos, mesmo assim percebe dificuldades em conciliar a vida profissional e pessoal:

> é bem comum a gente esquecer o lado pessoal pelo profissional, isso eu acho que é uma característica que conseguimos ver no masculino, muitos pais se tornam ausentes e a gente normaliza que isso aconteça por causa do trabalho, enquanto para mulheres isso não é aceitável. (CLIO).

Relata conviver com muitas amigas que possuem filhos e diz ter escutado várias vezes que não ter filhos seria uma *"vantagem"* à sua atuação: *"isso não pode ser uma fraqueza ou vantagem, tem que ser algo da vida, tem que normalizar que pais e mães têm a mesma responsabilidade."*(CLIO).

As narrativas revelaram que, mesmo diante das intensas mudanças em relação ao papel de homens e mulheres na sociedade, algumas organizações, como é o caso das componentes do sistema político, ainda são definidas por padrões masculinos. Esse achado coaduna com o exposto por Fernandes *et al.* (2020) e Cembranel, Floriano e Cardoso (2021), cujos autores destacam que apesar do desejo de inserção no contexto organizacional e de alcançar a igualdade, as mulheres encontram barreiras nos próprios processos organizacionais. Os processos organizacionais, inclusive, conforme Rothman *et al.* (2017), são uma das fontes de ambivalência emocional por trazerem essas demandas conflitantes às estruturas sociais, seja às normas, às identidades ou aos papeis que ocupam. Ressalta-se que os papeis ocupados por uma pessoa não se restringem apenas à sua atuação profissional e que ao existirem tais conflitos, lidar com o poder pode se tornar mais um desafio, uma vez que, conforme indicado por Castells (2019), o poder também envolve a capacidade que um indivíduo possui de lidar e possuir, de certa forma, o domínio das situações em seu contexto.

Wang e Pratt (2008) e Rothman *et al.* (2017) pontuam que apesar de a ambivalência se dar de acordo com questões organizacionais, elementos individuais também podem ter influência nessa problemática. Constata-se que conflitos de ordem pessoal que interferem na dinâmica da atuação de mulheres nesse setor e que lhes causam ambivalência podem ocorrer

também em outras relações que não estejam diretamente relacionadas à maternidade, como já apontado anteriormente.

Gaia, por exemplo, detalha que os conflitos pessoais se dão majoritariamente com seus pais. Com seu pai, as ambivalências surgem devido este não lhe apoiar, especialmente em virtude de sua visão política: *"quando ele soube da minha candidatura, me ofendeu e falou que era nada a ver, ficou me questionando, chamando de 'mamadeira de piroca', coisas muito baixas e muito pequenas."* Já em relação à sua mãe, Gaia cita discussões sobre o tempo despendido com a família que, após a sua eleição, reduziu drasticamente: *"é difícil, eu tento explicar pra ela, eu falo que me preocupo com a sociedade, minha família não é só essa aqui, eu fico tentando explicar algo político e social que ela não entende."*

Tálassa conta que acredita que essas questões se dêem devido à política ser vista de forma preconceituosa, especialmente por quem não possui entendimento sobre a dinâmica ali existente: "*Eu vejo que muitas das minhas amigas têm vontade de atuar na política mas, em contrapartida, os maridos falam: ´mulher minha não vai entrar na política, mulher minha não vai se submeter a isso´. Eu ouvi aqui na própria Câmara uma vez um vereador falando."* .

Já Minerva atribui as problemáticas vivenciadas às diferenças culturais que existem no país e dentro da própria organização:

> As mulheres assumem mais coisas em casa, por isso se dedicam menos à carreira e à política e, por isso, temos mais homens que mulheres em cargos de liderança, não necessariamente é machismo. Quando estamos em um ambiente masculino, tem mais predominância algumas características que as mulheres possuem dificuldade para agir. (MINERVA).

Afrodite, além de elencar as diferenças culturais existentes no ambiente político, destaca que a inserção da mulher em organizações do sistema político precisa ser trabalhada desde a infância:

> O pai, ele não tá acostumado a fazer o papel do mantenedor do lar e aí a mulher vai abrindo mão, vai abrindo mão... só que a gente está abrindo mão muito... a gente tem que ter mulheres mais posicionadas aí, que assumam os seus sonhos em nome de todos e sigam adiante pra gente ter um país mais equânime e é isso que eu penso. (AFRODITE).

As diferenças culturais trazidas pelas entrevistadas reforçam o que já é discutido em estudos que ressaltam a cultura masculina ainda existente no ambiente político, possuindo traços patrimonialistas (ARAÚJO, 2010; FERNANDES *et al.*, 2020), cujo fato se revela uma fonte de ambivalência e um pressuposto que dificulta o acesso da mulher ao poder. Para Cembranel, Floriano e Cardoso (2021), Souza, Ferraz e Ferraz (2021) e, também, Silva e

Rodrigues (2022), a dinâmica masculina também é predominante em outros tipos de organizações que não as aqui destacadas, como é o caso de empresas privadas, demonstrando as desigualdades existentes entre homens e mulheres no contexto organizacional.

Outro assunto considerado fonte de ambivalência foi trazido por Juno ao mencionar a existência de autocobrança por parte das mulheres, provinda de emoções negativas:

> A mulher tem muita mais dificuldade. A gente não quer errar, quer fazer tudo certo... eu acho que os homens não estão nem aí! Eu estou generalizando mas, pra eles é muito mais simples. Se errou: paciência! A gente não! Eu, por exemplo, quero estar presente, quero estar nos lugares mas aí, eu me culpo porque não estou em casa. Não vejo isso da parte deles porque a sociedade aprova que o homem viaje, que o homem trabalhe, que o final de semana não esteja em casa mas não faz a mesma coisa com a mulher. (JUNO).

Nesse mesmo aspecto, Hera considera inusitado que quando se trata de atuação organizacional, especialmente dentro da política, as mulheres sejam distanciadas do poder e das tomadas de decisões:

> é difícil mudar porque é algo cultural. Só vai mudar quando mulheres entenderem que precisam votar em mulher, eu trabalho com mulheres, tem ótimos homens políticos, mas acho que precisamos acabar com a desigualdade, só vamos mudar quando tiver mais representantes, para entender que tem que mudar, não dão oportunidade para a mulher, o que é engraçado, porque por exemplo, em casa quem toma as decisões são as mulheres [...] por isso falo que temos que eleger mais mulheres. Teve candidatos a vereadores que me apoiavam anteriormente e que ficaram bravos porque nas reuniões eu falava para olhar antes para candidatas [...] é a bandeira que eu defendo (mulheres na política), não adianta, eu tenho que lutar por isso. (HERA).

É possível que um dos pontos a gerar a ambivalência destacada por Juno e Hera esteja relacionado aos aspectos estruturais das organizações em análise, como já previamente discutido. Os próprios eventos organizacionais, no entanto, também influenciam a ocorrência da ambivalência, a exemplo de eventos em defesa de pautas nas quais se acredite. Rothman *et al*. (2017) discutem que esses eventos podem trazer mudanças à organização , as quais trazem, simultaneamente, emoções positivas por permitirem enxergar resultados e transformações do ambiente, bem como emoções negativas justamente por ser necessário lidar com o “novo”.

Depreende-se que a ambivalência, por mais que, muitas vezes, tenha como causa a organização, ela extrapola os seus limites. E, da mesma maneira como ela pode ser gerada por conta de algo na organização e interferir em aspectos pessoais das pessoas que a compõem, o contrário também pode acontecer. A ambivalência pode ser gerada por fatores pessoais e interferir nos posicionamentos e desempenho das pessoas nas organizações. Tais resultados trazem à reflexão o fato discutido por Pratt e Doucet (2000) sobre a forma como emoções

múltiplas e conflitantes acompanham e interferem nos relacionamentos e demais questões inerentes às organizações e, também, o exposto por Wang e Pratt (2008) sobre o quanto questões individuais interferem nessa dinâmica. Assim, a seguir, discute-se a ambivalência e o poder sob outro aspecto individual característico dos sujeitos desta pesquisa: o fato de serem mulheres.

5.4.2 Ambivalência, o poder & o ser mulher

> *"Eles não têm a nossa cabeça, não pensam da forma que nós pensamos"*
> (*Deméter*, deputada estadual há nove anos).

A atuação de mulheres na política altera uma dinâmica já consolidada e institucionalizada nas organizações que a compõem por trazer a esse ambiente uma nova lógica baseada em valores de incentivo e de apoio às suas entradas, opondo-se à dominância do patriarcalismo (ZAKAR; ZAKAR; HAMID, 2018; FERNANDES *et al*., 2020). O que se extrai dos relatos aqui destacados é que essas mudanças trazem consequências ao próprio ambiente organizacional, ressaltando problemáticas que permeiam a sociedade como um todo. O próprio preconceito em relação à atuação feminina nesse cenário é um exemplo, e vale pontuar que ele ocorre de diversas formas, sejam diretas ou mais sutis (ARAÚJO, 2010; FERNANDES *et al*., 2020).

Como exemplo, Deméter relata uma ocasião vivida em seu gabinete que lhe chamou a atenção: *"tem um senhor aqui, tem 83 anos e ele dizia que eu era uma mulher batalhadora, uma guerreira, "trabalha igual um homem" [...] eu não gosto de contar isso, eu trabalho igual um homem? Então como se trabalha igual a uma mulher?".* Gaia, ao debater esse assunto, também detalha que, muitas vezes, as comparações entre mulheres e homens não ocorrem propositalmente, mas que em algumas circunstâncias precisa constantemente "respirar" numa tentativa de não deixar que isso lhe afete ou afete o desenvolvimento de suas atividades: "*alguns discursos machucam [...] eu entendo que isso não é culpa de ninguém, faz parte do aprendizado que nos colocamos: Um mundo novo, mulheres construindo juntas um espaço de poder que é tóxico e isso mexe com as emoções.".*

Ananque traz em sua narrativa que *"tudo que é novo, incomoda"* e menciona se sentir atacada com frequência, porém, tenta relevar e continuar seu caminho, pois "s*e você ver as minhas redes sociais hoje em especial, tão me xingando lá... porque eu sou mulher. Aqui na Câmara eles me enfrentam muitas vezes assim, com o desejo de que eu desista das minhas questões porque eu sou mulher."* Com base nos dados secundários coletados, constatou-se que

por defender determinadas pautas, as redes sociais de Ananque possuem uma série de comentários agressivos provindos de pessoas que não concordam com seu ponto de vista e que criticam tais questões.

Ao mencionar o trecho de que *"tudo que é novo, incomoda"*, Ananque também aponta que acredita que sua atuação como um todo, dentro e fora da organização, seja questionada. Ao observar as sessões plenárias das quais fez parte, percebe-se que a fala da vereadora é constantemente interrompida por homens. Em uma das sessões, quando Ananque retomava sua fala, o vereador que lhe interrompeu murmura que seria acusado de violência política. Essa fala causou indignação a Ananque, que indicou que a situação demonstrava despreparo pessoal do vereador em relação aos protocolos adotados pela Casa. O vereador em questão exaltou-se, alterando seu tom de voz de maneira que o presidente da Casa tivesse que intervir e reforçasse a necessidade de seguir os protocolos e manter o respeito entre os colegas. Ananque, mesmo no período em que seu colega se exaltava e com ela gritava, permaneceu em silêncio, séria, olhando-o fixamente, demonstrando decepção com a postura por ele adotada.

Afrodite também detalhou circunstâncias similares. A deputada, ao narrar a sua história, ressaltou ter sido premiada várias vezes enquanto gestora pública. Destaca uma série de projetos de lei aprovados e lutas que despendeu em prol de seu Estado e das pautas que defende. Mencionou, contudo, sentir-se, diversas vezes, reduzida à sua aparência. Em análise de dados secundários provindos de veículos de comunicação locais e nacionais, as notícias a seu respeito restringiam-se à sua forma de vestir e a seus aspectos físicos. Ao falar a respeito, Afrodite afirmou que ao ir para Brasília, por exemplo, pode-se se deparar com homens políticos usando roupas mal passadas, com botões soltos, camisas fora da calça *"mas absolutamente ninguém dirige o olhar para um homem no mundo da política pelo modo que ele se veste, ninguém!"*

Nesse mesmo sentido, Tálassa mencionou em vários pontos de sua narrativa, não sentir preconceito enquanto vereadora mas, contraditoriamente, "*eu sinto que a forma como os homens e até muitas vezes as mulheres se referem à parlamentar mulher é meio pejorativa, é meio pesada, sabe?"*O que Tálassa traz à discussão também se encaixa na maneira como a mídia corriqueiramente retrata as mulheres atuantes na política (RENNER; MASCH, 2019), contudo, desde 2018, quando essa pesquisa iniciou, notou-se uma mudança significativa na forma como os veículos de comunicação noticiam questões sobre as mulheres na política. De acordo com os dados secundários pesquisados, constata-se que ainda existem mídias que reforçam estereótipos mas, de forma mais generalizada, alguns veículos do país demonstram cautela à maneira de exporem suas notícias e à linguagem utilizada ao fazê-lo. Isso exprime o que é discutido por Melo e Faria (2021), que afirmam ser possível verificar mudanças nas

esferas sociais que representem avanços à presença feminina em territórios anteriormente considerados masculinos, mas que ainda há muito a se avançar.

Atena, inserida nesse ambiente há 24 anos, pontua que, em sua percepção, o principal ponto a ser trabalhado é a busca por competência por parte das mulheres: *"nosso trabalho em relação à mulher é competência para buscar o poder [...] você vai se impor no poder com competência."*. Deméter, ao discutir os mesmos temas, ressalta que mesmo a política sendo um local ainda visto como *"totalmente masculino"*, necessita da atuação de mulheres: *"eu vejo a importância da mulher na política, veja, como pode pensar em leis dessa natureza criada por homens, não existe isso, eles não têm a nossa cabeça, não pensam da forma que nós pensamos"*. Quando, porém, em cargos de liderança e ocupando destaque, as relações de poder interferem na atuação das mulheres e na forma como elas buscam alterar os pensamentos predominantes, como discutido no estudo de Fernandes *et al.* (2020). Os desafios perpassados ultrapassam, inclusive, as esferas profissionais, como conta Ananque: *"Eles acham que vão acotovelar muito você, que eles vão te intimidar, é muito difícil e complicado, principalmente com posturas mais abertas... comprometidas com causas e não com os executivos."*

Felicitas destaca que as disputas pelo poder existem como uma maneira de *"teste"* em relação à força que a mulher possui nas Casas Legislativas: "*vejo que a política é uma briga de galo e, por vezes, eles entenderem que tem mulheres fortes disputando com eles, não sei se aumenta o conflito se fosse um homem, mas por vezes eles tentam se passar mais... por ser mais nova, por ser mulher, tendem a achar que a coisa vai ser mais light."*.

Os relatos de Ananque e Felicitas ressaltam como as disputas pelo poder podem se fazer presentes no contexto organizacional e como se dá a atuação de mulheres nesse local. Cembranel, Floriano e Cardoso (2021) discutem em seu estudo como o acesso a posições de liderança por parte de mulheres ainda lhes traz desafios traduzidos em barreiras invisíveis. De certa forma, entende-se que essas disputas e conflitos se dêem como forma de desencorajar a atuação de mulheres neste espaço. Pinto e Silveira (2018), por exemplo, ressaltam que dentre as atitudes que desafiam as mulheres está o próprio desencorajamento em torná-las parte do espaço político.

Métis conta que o ambiente político é diferente do que imaginava antes de ter ingressado no meio: *"é um espaço onde cada um está tentando agradar a sua base eleitoral, um espaço de briga de egos, cada um projeta para si a autoria do que convém, vender o peixe de acordo com o que seu eleitor gostaria de receber.*" Entre indicações de frustração, Métis descreve esse cenário como *"distante da população"* e indica que sente que "*a política se fecha para se proteger."*

Esse distanciamento também é narrado por Diana, que detalha suas percepções:

> No começo eu achava que a política era muito importante, mas o espaço político é muito ruim, mas é ainda mais importante do que eu achava [...] a política é mais importante do que eu achei que deveria ser da construção da sociedade melhor, mas está muito pior, tem a criminalização da política, então as pessoas acham que toda a política é ruim, que todos os políticos são ruins e isso não é verdade, temos políticos bons, temos pessoas boas querendo estar na política, mas hoje o sistema eleitoral é tão forte e perverso, que as pessoas veem de forma distorcida. (DIANA).

Flora declara enxergar a política como "*uma oportunidade de transformação na vida das pessoas"*. Diana, Clio e Hebe, nesse mesmo sentido, ressaltam a importância de ter mulheres nessas organizações, de serem referência às gerações futuras. Juno destaca a necessidade de haver mais mulheres nesse ambiente, e afirma que mesmo diante dos desafios e barreiras *"é melhor errar estando aqui para participar, do que assistindo pela televisão e reclamando [...] inspirar mas inspirar mostrando isso, participando! Não tem outro jeito (a representatividade) não vai cair do céu."*

Deméter, ao refletir sobre os mesmos pontos, destacou:

> nós não vivemos sem a política, todos os avanços que conseguimos e vamos conseguir é através da política. Eu fico triste quando dizem que não gostam de política e não querem falar sobre política. Esse é o erro, deveriam sim participar porque é através da política que mudamos nossa realidade. (DEMETER).

Dos relatos mencionados extrai-se que em qualquer contexto organizacional a ambivalência pode se fazer presente. E, ainda que ela tenha sido claramente exposta no detalhamento das protagonistas em suas experiências cotidianas, percebe-se que se faz presente durante toda a trajetória organizacional, interferindo em suas percepções sobre o poder e seus direitos (RAGINS; WINKEL, 2011; CHIKAIPA, 2019).

A ambivalência, suas respostas e as percepções de poder também perpassam os cinco motivos destacados pela organização *Women Lobby* (2020) a respeito das razões da subrepresentação feminina na política: 1) a falta de confiança em si mesmas; 2) momentos voltados à seleção dos candidatos; 3) a cultura das organizações; 4) questões voltadas à financiamento; e 5) a responsabilidade de cuidados com a família.

Pratt e Doucet (2000) enfatizam que a ambivalência é sempre relacional, ou seja, se dá em virtude de algo ou alguém, cujo aspecto é reforçado por Rothman *et al.* (2017). Ao analisá-la dentro de contextos organizacionais múltiplos, juntamente ao poder que também é aqui visto como elemento relacional (CASTELLS, 2019), constatou-se que nem sempre o fato ou pessoa causadora da ambivalência na atuação profissional dessas mulheres possui alguma conexão

com eventos ou relações existentes dentro das organizações em análise, podendo ocorrer em virtude de questões decorrentes do contexto em que se inserem, como, por exemplo, situações pessoais.

Diante das situações mencionadas e observadas, porém, o fato de atuarem em várias organizações, de certa forma intensifica a ambivalência emocional experienciada por tais mulheres em virtude da necessidade de lidarem com distintos interesses, dinâmicas e processos, como, por exemplo, com suas famílias, suas equipes, com seus partidos e com a própria população.

Em conformidade com os estudos de Pratt e Doucet (2000), Ashforth *et al.* (2014) e Rothman *et al.* (2017), as mulheres participantes deste estudo, por mais que demonstrassem experienciar ambivalência, nem sempre estavam conscientes de tal circunstância, tanto que era comum atribuírem o fato a "ossos do ofício" que tinham se proposto a ocupar.

É importante salientar que experienciar a ambivalência aumenta os níveis de estresse dessas mulheres (ROTHMAN; WIESENFELD, 2007) e consequências negativas a essa circunstância podem existir, contudo, a ambivalência também pode gerar resultados positivos (GIFFORD, 2002; HUI; FOK; BOND, 2009; ROTHMAN *et al.*, 2017; RADU-LEFEBVRE; RANDERSON, 2020). Um exemplo é justamente a reflexão por parte das mulheres ora pesquisadas sobre a relevância de suas representatividades nesse setor não somente às gerações atuais, mas, também, às gerações futuras. Tais reflexões demonstram que essas mulheres estão contribuindo com as diretrizes delineadas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 – ODS 5 (ONU, 2015) e fazendo parte do propósito de buscar a igualdade de gênero, sendo esta uma forma de garantir a participação plena e efetiva de mulheres quanto a ambientes de liderança e tomada de decisão, tanto na vida política como em aspectos econômicos e públicos. Como pontuado por Silva e Rodrigues (2022), a inserção e atuação das mulheres nesses espaços ressalta uma luta por direitos, independência e maior controle de decisões.

Em meio às lutas por espaço e poder, verifica-se que a atuação de mulheres em organizações políticas engloba o que Fineman (2000) define como "arenas emocionais", em que os processos ali desenvolvidos são permeados pelas emoções. É importante pontuar que, como indicado por Taylor *et al*. (2022), as próprias emoções demonstradas no ambiente organizacional podem associar-se a uma visão de maior ou menor *status* e poder, dependendo de quem as demonstre. Taylor *et al.* (2022) discutem que ainda que homens e mulheres em posições de liderança experienciem as mesmas emoções existem diferenças na forma como serão interpretadas caso as demonstrem. Além do exposto, percebe-se também o discutido por

Fineman (2000) em que o autor afirma que na dinâmica organizacional entre as disputas de poder e as atividades intensas, os membros podem se unir ou se dividir.

Nos casos em análise, esse aspecto é passível de ser verificado nas narrativas já citadas e também nos fatos detalhados por Ananque, que ressalta sentir-se desrespeitada por seus colegas parlamentares: "*Aqui na Câmara eles me enfrentam, muitas vezes assim, com o desejo de que eu desista das minhas questões porque eu sou mulher."* A fala da vereadora refere-se às diversas discussões e interrupções que sofre sempre que faz uso da palavra em sessões plenárias e, apesar deste ter sido um fato relatado por ela, com base nas observações, constatou-se que o mesmo se repete em todas as Casas Legislativas, cujas sessões plenárias foram observadas nesta pesquisa. Ou seja, todas as vezes em que uma mulher faz uso da palavra, ela é interrompida ou grande parte da Casa não presta atenção em sua fala. Sobre essa questão, Ananque ainda pontua:

> O que acontece comigo aqui na câmara por ser mulher acontece nas empresas por serem mulheres também só que o que muda aqui é que é política... fomos eleitos, mas, a leitura é a mesma. O que as mulheres sofrem nas empresas, eu sofro aqui também da mesma forma. (ANANQUE).

Entende-se que, concordando com o discutido por Ragins e Winkel (2011) e Taylor *et al.* (2022), as emoções vividas no contexto organizacional dividem seus membros e interferem na maneira como o poder e o próprio comportamento, não só das mulheres, são exercidos. Taylor *et al*. (2022) destacam que as mulheres experienciam as circunstâncias organizacionais de maneira diferente dos homens, inclusive quando ocupam posições de poder. Isso se dá, especialmente, devido aos obstáculos que enfrentam em virtude de o mundo do trabalho ainda ser definido majoritariamente por padrões masculinos, como discutido por Cembranel, Floriano e Cardoso (2021).

O que se vê é que o poder não necessariamente atrela-se às estruturas organizacionais estabelecidas (HARDY; CLEGG, 2001), uma vez que de acordo com a Constituição (BRASIL, 1988), em organizações como é o caso das Câmaras de Vereadores e das Assembleias Legislativas, cada parlamentar possuiria o mesmo nível de influência. Ocorre, porém, que o poder nessas organizações é emaranhado com valores culturalmente perpassados e institucionalizados (CASTELLS, 2019). Esses valores pautam-se na percepção de que o poder ainda é algo masculino, como define Araújo (2010), e que a entrada e atuação das mulheres é considerada disruptiva ao que prevalecia anteriormente nessa organização, o que coaduna com os resultados obtidos por Fernandes *et al*. (2020). Tal achado enfatiza a necessidade de se discutir as mudanças necessárias à dinâmica ali estabelecida.

Diante desse contexto, a capacidade relacional discutida por Castells (2019) e Edelman (2013) enquanto característica do desempenho de poder que o define como fruto de relações, é um dos aspectos que sofre com a ambivalência. Nota-se que a existência de ambivalência, quando majoritariamente formada por emoções negativas, interfere no desempenho dos processos sociais que levam o indivíduo a adquirir, aceitar e não questionar o poder resultante de suas relações. O indivíduo passa a duvidar de sua capacidade e, portanto, retrai-se em seus posicionamentos. Nesta pesquisa, isso é percebido quando as mulheres, muitas vezes, modificam seus comportamentos para serem mais aceitas e possam se adaptar melhor ao contexto das organizações em que atuam. Tais elementos também se fazem presentes quando citados os desejos de desistirem de tudo que já conquistaram em virtude dos períodos de ambivalência, das dificuldades e preconceitos – explícitos ou velados – que enfrentam.

Castells (2019) aponta a assimetria como um dos aspectos que abrangem o poder na sociedade. Ao destacar que nas relações de poder existem diferentes graus de influência entre um ator e outro, o autor também traz à discussão o fato de que existe a possibilidade de haver resistência às relações de poder, havendo então, consentimento ou aceitação, mas também resistência e rejeição ao poder da relação. Como resultado, o que denota esta pesquisa é que a atuação das mulheres nas organizações ora pesquisadas pode ser vista como um processo de resistência, o que vem ao encontro do entendimento de Castells (2019), pois diante da assimetria de poder que vivenciam, causada de certa forma pela ambivalência resultante das relações, também surgem questionamentos quanto ao poder que prevalece em seus meios. Entende-se que por meio desses questionamentos e da atuação em si buscam-se mudanças, resistindo e questionando o que já está arraigado ao sistema político, trazendo, por meio desses movimentos, transformações sociais, como o aumento de mulheres nessa esfera.

Por fim, destaca-se a narrativa trazida por Juventus sobre a política e suas organizações: *“Fascinante! Eu acredito na política enquanto um espaço em que a gente pode fazer disputa de ideias. Para mim é bacana, mas é desafiador, porque temos que estar atentas, ler o que não está escrito, escutar o que não foi dito, a política é fazer o que não é falado.”.*

Dessa maneira, como resposta ao questionamento "Como a ambivalência de emoções, diante dos desafios e dos incentivos vivenciados, pode afastar ou aproximar as mulheres atuantes em organizações do sistema político do poder?” é necessário, antes, destacar que de acordo com Pratt e Doucet (2000), “afastar” ou “aproximar” consistem em respostas que um indivíduo pode dar, de maneira consciente ou inconsciente, ao que lhe causa ambivalência dentro de uma organização. Para atingir este objetivo visou-se, primeiramente, entender o que poderia causar ambivalência em relação ao poder das mulheres aqui pesquisadas. Dessa forma,

foram pontuados três motivos para a ocorrência desse afastamento ou aproximação: o poder em si, a vida pessoal e o ser mulher nas organizações em que atuam. Ressalta-se que o poder é considerado a capacidade que um ator possui em influenciar as decisões de outro ator social por meio de suas relações, visão esta provinda de Castells (2019).

Pratt e Doucet (2000) elencam que a resposta de "aproximar-se" do que lhe causa ambivalência pode ser dividida em dois espectros: o positivo e o negativo. A aproximação positiva é a resposta na qual os indivíduos buscam maior contato com o que lhes causa ambivalência, ressaltando os aspectos positivos do relacionamento ambivalente como uma forma de lidar com essa fonte. No contexto organizacional, essa fonte pode ser a organização em si ou as pessoas que as compõem. Já a aproximação negativa ocorre quando os indivíduos acentuam os aspectos negativos do relacionamento, mas não a ponto de deixarem essa relação. Eles possuem o movimento de se afastarem da ambivalência, expressando emoções negativas ao que lhes produz essa ambivalência, criticando o *status quo* da organização, mas, ao mesmo tempo, escolhendo permanecerem a elas conectados, aproximando-se da organização.

A resposta de afastamento, como pontuado por Pratt e Doucet (2000), consiste no desprendimento do indivíduo da relação que lhe causa ambivalência. A pessoa, nesse caso, desenvolve emoções negativas ao que lhe causa ambivalência e, como resposta, física ou psicologicamente, se distancia da relação ao invés de se engajar em comportamentos de confronto.

Entende-se, portanto, que a ambivalência pode afastar ou aproximar as mulheres atuantes em organizações do sistema político do poder por meio de alguns motivos principais: (1) a sub-representação feminina no contexto pesquisado em que, por serem minoria e ainda estarem conquistando seus espaços nas organizações em que atuam, traz consigo mudanças a esse ambiente – como por exemplo, suas próprias inserções nesse cenário – que permeiam suas emoções, sendo essas fonte de ambivalência; (2) as próprias disputas por poder que, muitas vezes, se exacerbam justamente em virtude de serem mulheres em um ambiente predominantemente masculino, e por terem que, constantemente, se "provarem" diante das situações vivenciadas; (3) a atuação em múltiplas organizações em que, por lidarem com diferentes relações, tem diferentes interesses, propósitos e níveis de poder envolvidos; e, por fim, (4) a vida pessoal. Nesse aspecto surgem questões voltadas às dificuldades em conciliar suas atividades pessoais com as profissionais, além das questões relacionadas ao fato de já possuírem ou não parentes envolvidos na política. Tem-se, assim, uma constante busca por equilíbrio entre conquistar o espaço, "construir seu nome", e encontrar um equilíbrio entre a

política e a vida pessoal. A síntese dos resultados ora discutidos é apresentada no quadro a seguir:

QUADRO 9: SÍNTESE DAS DISCUSSÕES SOBRE AMBIVALÊNCIA E PODER

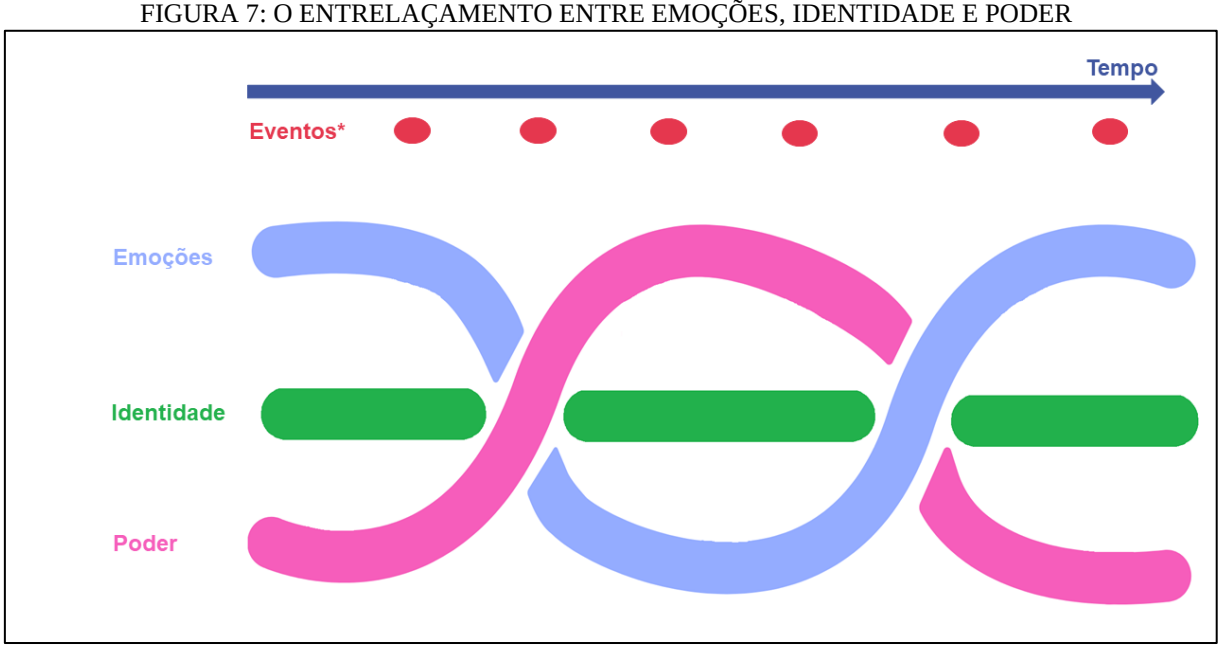
Fontes de Ambivalênica		Aproxima do Poder	Afasta do Poder
Disputa de poder	Ataques por parte da sociedade		X
	Busca por inserção em diferentes comissões/pautas	X	
	Relacionamentos com colegas		X
	Disputas de pauta	X	X
	Defesa de bases eleitorais	X	
	Comparações entre atuação masculina e feminina		X
	Visão da sociedade quanto à política		X
Sub-representação feminina	Inserção em ambiente predominantemente masculino	X	
	Autocobrança	X	X
	Falta de reconhecimento quanto às mudanças		X
	Busca pela igualdade	X	
	Oportunidade de transformação do ambiente	X	
Diferentes organizações	Lidar com diferentes interesses	X	
	Lidar com diferentes dinâmicas organizacionais	X	
	Diferenças na cultura de cada organização	X	X
Questões pessoais	Outros papeis ocupados	X	X
	Família na política	X	X
	Apoio familiar	X	
	Falta de apoio familiar		X
	Busca por equilíbrio entre atividades	X	

Fonte: elaboração própria com base nos resultados discutidos (2023).

Ainda que esses pontos tenham sido os mais evidenciados pelas participantes deste estudo, entende-se que mais particularidades se façam presentes nessa vivência e, também, possam ser fontes de ambivalência. Diante do exposto, todavia, e como resposta à ambivalência vivida, nota-se que essa emoção trazida pelas entrevistadas as aproxima do poder, e isso ocorre, principalmente, por meio dos motivos anteriormente destacados. Tal aproximação, conforme definição trazida por Pratt e Doucet (2000), possui, de certa forma, caráter negativo em que mesmo que se dê foco às emoções negativas do processo, busca-se aproximação ao ambiente político e suas organizações como maneira de se obter mudanças. A aproximação se faz mais nítida especialmente quando são pontuadas as conquistas traduzidas em projetos de lei aprovados, ao verificar resultados positivos quanto às causas defendidas, e ao próprio aumento do número de mulheres envolvidas nessas organizações ainda predominantemente masculinas. Embora o caráter de resposta destacado seja o de aproximação negativa, resultante da ambivalência, traz consigo efeitos positivos devido ao fato de cada vez mais mulheres lutarem para se inserirem nessas organizações, e verem mudanças nas legislações que, por sua vez, refletem os resultados de cada eleição no país (TSE, 2022).

Assim, diante das discussões aqui elencadas e na tentativa de simplificar a visualização do entrelaçamento entre emoções, identidade e poder, traz-se a figura a seguir:

FIGURA 7: O ENTRELAÇAMENTO ENTRE EMOÇÕES, IDENTIDADE E PODER



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O que se busca evidenciar na figura é que o entrelaçamento entre as emoções, identidade e poder ocorre de maneira não-linear, de acordo com o passar do tempo e a vivência de diferentes eventos no sistema político. É importante destacar que esses eventos podem ser, por exemplo: o cotidiano no partido, o processo eleitoral, a entrada nas Casas Legislativas, a aprovação de projetos nas Casas Legislativas, a busca por cargos em comissões, dentre outras vivências presentes nessa atuação que geram essa conexão nas experiências debatidas em cada organização do sistema político. Esse entrelaçamento é o que motiva essas mulheres a atuarem enquanto mulheres na política, é o que as incentiva a buscar maior visibilidade aos movimentos sociais que desenvolvem, é o que lhes faz lutar por espaço, defender suas causas e pautas e, tentar, por meio de seus exemplos, reduzir gradativamente a sub-representação feminina na política brasileira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a atuação de mulheres em contextos organizacionais, especialmente em predominantemente masculinos, traz consigo ponderações que perpassam a luta pela igualdade de direitos, as diferenças existentes nas jornadas de trabalho e nos tratamentos recebidos, os conflitos trabalho-família, dentre outros obstáculos enfrentados e que não são comumente vivenciados por homens. Dentro de tal escopo, surgem questionamentos voltados à identificação com a dinâmica organizacional, às dificuldades enfrentadas quando ocupantes de cargos de poder e sobre como as emoções ocorrem e influenciam todo esse processo. Diante de reflexões suscitadas pelo contato com a literatura, por notícias que refletiam a realidade vivida no país e por estudos anteriormente realizados, esta tese teve por objetivo geral analisar a forma como as emoções, a identidade e o poder se entrelaçam à atuação de mulheres em organizações da política brasileira.

As organizações componentes do sistema político brasileiro apresentam um histórico de sub-representação feminina desde sua fundação e ainda que se tenham passado mais de 90 anos após o sufrágio feminino no país, o número de mulheres atuantes nessa esfera ainda é ínfimo. Procurou-se então, a partir de entrevistas, observações e dados secundários, com mulheres já inseridas na política brasileira, investigar como as emoções suscitadas por suas atuações, a identidade constituída nesse ambiente e as disputas constantes em relação ao poder poderiam de certa forma, entrelaçarem-se às suas atuações. Assim, de maneira que fosse possível atingir o objetivo geral, três objetivos específicos foram delineados. Cada um desses objetivos constitui uma seção da análise dos resultados.

No primeiro capítulo da análise, o objetivo delineado foi identificar se a empatia, considerando-se seus aspectos afetivos, cognitivos e a prosocialidade, pode pautar a atuação de mulheres em organizações da política brasileira, interligando-se às causas que defendem. Para responder esse objetivo específico, foi necessário, antes de tudo, compreender um pouco da jornada percorrida pelas mulheres aqui entrevistadas. Foram então trazidos trechos sobre as narrativas das mulheres participantes que detalhassem os caminhos traçados anteriormente ao desejo de inserção na política. Nesse momento foram expostas as maneiras que a empatia se fez presente nesse processo, como as iniciativas pró-sociais foram geradas e quais as suas conexões com o desejo de entrada na política. Após tal apresentação, discutiu-se a conexão existente entre a empatia e as causas defendidas, em que foram destacadas reflexões a respeito da inserção no ambiente político e como a empatia tinha sua influência no desempenhar das

atividades cotidianas às organizações que as mulheres pesquisadas possuíam contato. Ressaltou-se que os processos que desencadearam a empatia não são neutros e podem trazer consigo aspectos como: a preocupação empática a raiva empática e a culpa empática. Porém, por meio dos relatos e das discussões geradas, compreendeu-se que dentre as mulheres pesquisadas, a empatia é um dos pilares que pauta suas atuações e causas defendidas. Esse processo tem como marco a prosocialidade e é através das ações, motivações e comportamentos pró-socias que a constituem que surge a conexão entre a empatia e a atuação política. A política, nesse contexto, passa a ser vista como uma forma de expandir ainda mais os impactos gerados pela empatia e a prosocialidade. Ainda que esses elementos sejam vistos como motivadores à inserção e a atuação na política, eles trazem também outros significantes a essa trajetória. Um exemplo é o fato da empatia existente em tais mulheres também se tornar responsável por gerar reflexões sobre o cotidiano das organizações que tem contato, gerar luta por espaço em um ambiente que ainda é predominantemente masculino e trazer consigo o desejo de que por meio das atuações ali despendidas, mudanças sejam feitas e incentivadas, como a própria inserção de mais mulheres em tal contexto.

Entendendo-se que mais emoções podiam se fazer presentes nessa trajetória, o segundo capítulo da análise focou na discussão do segundo objetivo específico. Esse, por sua vez, teve como propósito analisar como as emoções presentes na constituição identitária das mulheres atuantes em organizações da política brasileira se entrelaçam às suas lutas por espaços de poder em um ambiente predominantemente masculino. Para tal discussão, iniciou-se as reflexões detalhando-se os caminhos à constituição identitária como mulher na política, discutindo-se as motivações e elementos significativos à essa constituição, como por exemplo, a existência ou não de laços políticos. Em seguida, discutiu-se sobre a relação existente entre a constituição identitária, o poder e a sub-representação, e como esses elementos interferem na atuação das mulheres nas Casas Legislativas analisadas. Um último tópico levantado nesta parte foi referente à identidade, o poder e as emoções, evidenciando-se questões sobre como as relações de poder nos contextos de atuação das mulheres aqui pesquisadas interferem em suas percepções, mas também à identificação com as atividades despendidas. Como resultado, conectando-se ao que se discutiu no primeiro capítulo da análise, viu-se que as emoções voltadas às lutas por espaço de poder haviam sido suscitadas já nas iniciativas pró-sociais despendidas por tais mulheres. No entanto, é no decorrer dessa trajetória, quando em contato com outras organizações, que as emoções se fazem mais evidentes. As emoções, além de se destacarem neste contexto, interferem na constituição identitária das mulheres na política. Entendeu-se e discorreu-se que a constituição identitária alicerça-se no questionamento *"Quem*

sou eu?" e, a resposta a tal questionamento perpassa a complexidade vivida, as disputas por poder em diferentes organizações e a postulação por espaço não somente para si, mas para suas causas. Chegar-se até o *"eu sou uma mulher na política"* constituiu um caminho sinuoso percorrido. Ao mesmo tempo que essas mulheres buscavam suas constituições identitárias em organizações predominantemente masculinas, haviam outras batalhas sendo travadas que interferiam diretamente na identificação às atividades despendidas em cada uma das organizações que se tinha contato. No entanto, foi justamente em meio aos percalços ocasionados pela assimetria de poder existente nesse sistema que a identidade se constituiu, sendo legitimada quando as mulheres aqui pesquisadas eram eleitas e dedicavam-se aos seus trabalhos nas Casas Legislativas. Todos os desafios permeados em virtude do poder, de certa forma, fortificaram suas identidades fazendo com que fosse possível analisar-se o poder como um intermediário de valor à identidade e às mudanças desejadas que se voltavam não somente às identidades individuais, mas também, às identidades coletivas de mulheres na política. Dessa maneira, ante o exposto, concluiu-se que, em meio às relações de poder, as mulheres aqui pesquisadas constituíram identidades de resistência e projeto, conforme definido por Castells (2018) em que buscam, por meio das identidades criadas, a redefinição de suas posições na sociedade e a transformação à estrutura social como um todo.

Por fim, no último capítulo da análise, teve-se como objetivo analisar como a ambivalência de emoções, diante dos desafios e dos incentivos vivenciados, pode afastar ou aproximar as mulheres atuantes em organizações do sistema político do poder. Nesta etapa, discutiu-se que a ambivalência pode ter como resposta o afastamento ou aproximação por quatro motivos principais: (1) A sub-representação feminina no contexto político; (2) As disputas de poder nesse cenário; (3) A atuação em múltiplas organizações e; (4) Aspectos pessoais envolvidos no processo. Apesar dos quatro motivos encontrados fomentarem a existência de ambivalência emocional por parte das mulheres aqui pesquisadas, em linhas gerais, a resposta elaborada por elas à ambivalência é de aproximação. Pratt e Doucet (2000) pontuam que respostas de aproximação podem possuir caráter positivo – quando traz consigo emoções majoritariamente positivas – e caráter negativo – quando se tem emoções negativas envolvidas nesse processo. A resposta percebida era de aproximação de caráter negativo[1] em que, ainda que houvessem emoções negativas em seu contexto, havia a busca e aproximação ao

---

[1] A resposta de aproximação de caráter negativo ao que causa ambivalência, de acordo com Pratt e Doucet (2000, p. 215) é aquela na qual "os indivíduos acentuam os aspectos negativos de seus relacionamentos, mas não a ponto de que isso os faça deixar esse relacionamento".

ambiente político e suas organizações, que era o cenário que desencadeava todos as causas de ambivalência encontradas.

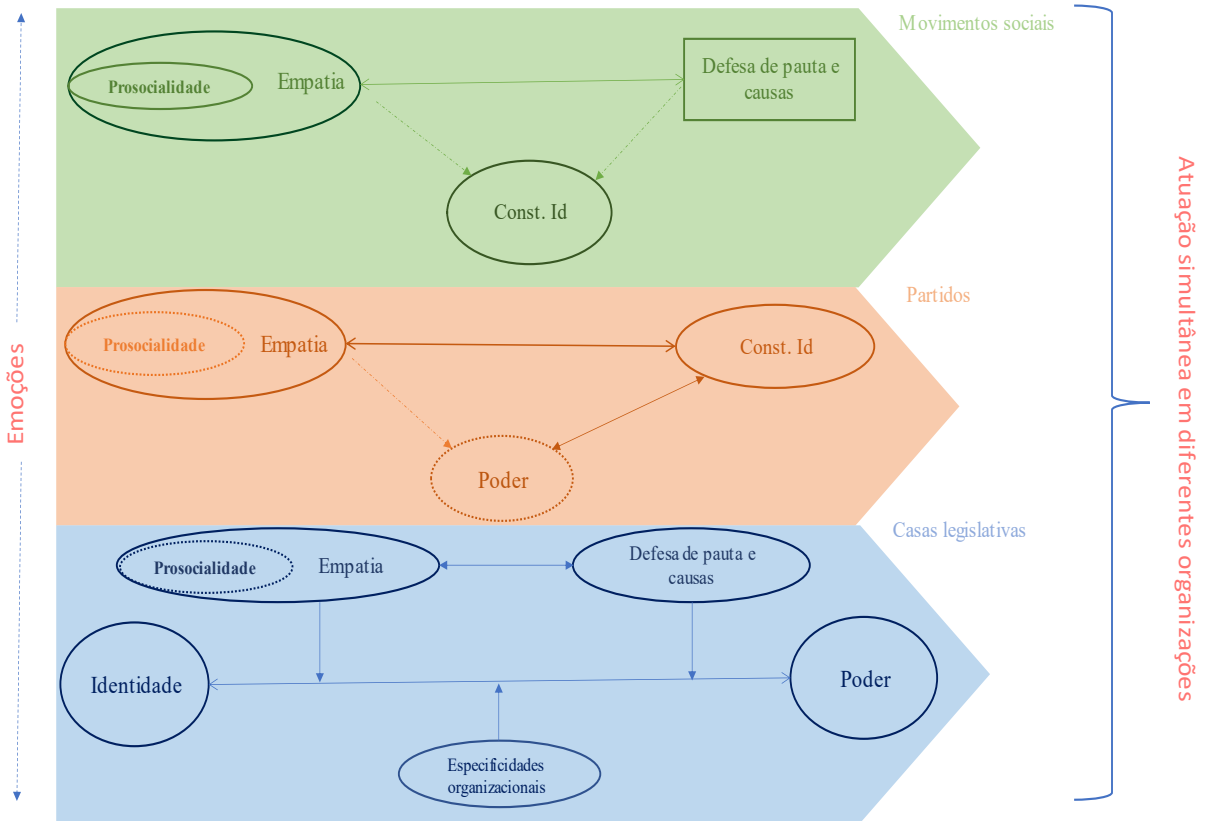
Reforça-se que o problema de pesquisa elaborado para esta tese foi: *Como as emoções, a identidade e o poder se entrelaçam com a atuação de mulheres em organizações da política brasileira?*. E, com as reflexões levantadas em cada objetivo específico aqui trabalhado, verificou-se que as emoções se fazem presentes em toda a trajetória das mulheres na política e são o que as conecta às organizações que entram em contato. No entanto, antes de serem um dos significativos que criam esse laço entre o indivíduo e a organização, as emoções podem despertar em um indivíduo o interesse em se inserir nesse contexto. No caso desta tese, esse interesse foi despertado pela empatia (em seus aspectos afetivos, cognitivos e com a prosocialidade), sendo incitada por questões provenientes dos movimentos sociais que estavam envolvidas.

Notou-se, porém, que a relevância que as emoções possuíam nesse contexto iria além da interferência na dinâmica organizacional e no incentivo à atuação. As emoções sentidas na trajetória de tais mulheres eram também responsáveis pela identificação com suas atividades e perpassavam o caminho trilhado no processo de constituição identitária até a consolidação de suas identidades como mulheres na política.

O poder, por sua vez, não necessariamente se atrelava às estruturas sociais e organizacionais. Deste modo, fez-se presente nesse contexto enquanto algo relacional e emaranhado a valores culturalmente perpassados e institucionalizados. Por possuir diferentes graus de influência, aceitação e questionamento nas relações que os fazem existir, o poder interferiu nas identidades constituídas e emoções sentidas por meio de questionamentos das relações vivenciadas, mas também, do próprio poder conquistado. Assim, vê-se que o entrelaçamento entre as emoções, identidade e poder além de ocorrer em virtude de suas especificidades de cada um desses elementos, ocorre no trajeto - não linear - da busca por mudanças e transformações nas organizações pesquisadas, mas também do contexto social que as envolvem.

Considerando-se o exposto, apresenta-se a seguir a figura-síntese desta tese:

FIGURA 8: FIGURA-SÍNTESE



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A figura-síntese tem como propósito explicitar que a atuação de mulheres na política se dá de forma simultânea em diferentes organizações que se relacionam a este sistema. Nesta tese, dá-se foco à atuação em movimentos sociais, em partidos e em Casas Legislativas. Assim, entende-se que a empatia e a prosocialidade se manifestem na defesa de pautas e causas que, por sua vez, geram o estímulo a tal emoção. Nesse movimento, o processo de constituição identitária dá seus primeiros passos, fazendo com que na busca por maior visibilidade aos movimentos sociais, as mulheres passem a refletir sobre a identidade que desejam. Essa questão encontra-se mais evidente quando se tem por foco a experiência nos movimentos sociais.

Ao buscar organizações que permitam o acesso à política, o indivíduo passa a ter contato com os partidos políticos. Nessa atuação, a empatia e prosocialidade continuam fazendo-se presentes como incentivo à busca por visibilidade aos movimentos sociais. É aqui também que as reflexões a respeito da constituição de identidade tomam ainda mais forma. Contudo, percebe-se que nos partidos políticos começam a existir problemáticas a respeito do poder e das suas relações, especialmente ao ater-se o olhar ao processo eleitoral.

Quando eleitas, a atuação passa a ocorrer também nas Casas Legislativas e além de ser nessa organização que a identidade se consolida, também é nela que as relações de poder tomam

maior força, deixando mais evidente o papel das emoções a tal contexto, mas também do entrelaçamento existente entre as emoções, a identidade e o poder. A empatia e prosocialidade continuam a nortear a defesa de causas e pautas, mas, diante da identidade sendo consolidada em meio às relações de poder e às emoções sentidas, as especificidades organizacionais passam a representar um fator de interferência à maneira que o entrelaçamento ocorre perante a atuação das mulheres aqui pesquisadas. É perceptível com a figura que os elementos discutidos são os mesmos ainda que pontuados em diferentes organizações. Essa exposição se deu de forma proposital por ter-se como intenção explicitar que os movimentos aqui discutidos ocorrem no decorrer da atuação de um mesmo indivíduo. Ainda que em contato com diferentes organizações, o entrelaçamento entre as emoções, identidade e poder não se dá de forma linear e o indivíduo tem de lidar com as diferentes configurações que possam existir dentro de tal dinâmica.

6.1 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E TEÓRICO-EMPÍRICAS

A presente tese contribui à literatura e ao campo empírico por articular o conceito de emoções às teorias de identidade e poder no contexto de mulheres em organizações que compõem o sistema político de um país. Assim, as contribuições são aqui demonstradas de acordo com cada um dos fenômenos trabalhados.

O primeiro ponto a ser destacado volta-se às emoções. É pontuado em discussões tanto teóricas quanto práticas que as emoções influenciam o contexto organizacional e, grande parte dessas discussões apontam essas influências no desenrolar das atividades (FINEMAN, 2001; BARSADE; GIBSON, 2007; ZIETSMA *et al.*, 2019). Como uma das principais contribuições teóricas desta tese, traz-se uma emoção específica – a empatia - como fator não só ao desempenho das atividades organizacionais, mas, como influência à inserção em uma organização. A empatia foi aqui levantada como uma emoção que, dentro de seu escopo, traz motivação, comportamentos e impactos que refletem a prosocialidade e, no desempenhar de atividades pessoais e profissionais, tem-se como resultado ações em prol da sociedade como um todo. Outra contribuição, volta-se a pontuar-se que o "outro" que desperta essa empatia pode ser uma pessoa, mas também uma causa, uma problemática percebida na organização ou na sociedade como um todo. Nessa frente, contribui-se à teoria por também reforçar o conceito trazido por Burch *et al*. (2016) de que os componentes afetivos e cognitivos da empatia ocorrem em conjunto no contexto organizacional e são os responsáveis por motivar ações e comportamentos pró-sociais.

Ainda em aspectos teóricos no tocante à empatia, esta tese também contribui ao destacar que essa emoção ocorre de maneira multinível, assim como também pontuado por Burch *et al*. (2016). No entanto, argumenta-se que a empatia além de percorrer desde o nível individual até o nível organizacional, pode ser a responsável por gradativamente alterar aspectos culturalmente arraigados nas organizações e sociedade. No caso das organizações componentes da política, isso é visto no que tange às atuações das mulheres nesse ambiente que visam alterar o cenário de sub-representação e incentivar mais mulheres a entrarem nesse sistema. Também é possível visualizar esse aspecto na percepção e aceitação da sociedade quanto às mudanças ocasionadas em virtude de tal entrada.

Continuando-se no escopo das emoções, traz-se um olhar sobre os processos decorrentes da ambivalência emocional. Na literatura, a ambivalência é tradicionalmente pontuada como algo a ser evitado no ambiente organizacional (PRATT; DOUCET, 2000; ROTHMAN *et al*. (2017). Como contribuição teórica, este estudo destaca que existem resultados positivos à sua existência dentro de organizações. Nos casos em análise, por exemplo, a ambivalência foi um dos elementos que incentivou a permanência e busca por mudanças e espaço dentro do cenário organizacional por parte das mulheres participantes desta pesquisa. Com os resultados aqui obtidos, acrescenta-se à literatura, a discussão sobre a relevância que a ambivalência tem em todos os processos organizacionais, especialmente os voltados à inclusão e igualdade, ainda que em seu caráter existam emoções negativas envolvidas.

Em adição, ressalta-se nesta pesquisa o fato de que a ambivalência de emoções em organizações pode ocorrer em função da própria organização e das pessoas que ali atuam, mas, possui interferências externas de atores que se fazem presentes ao contexto de quem a experiencia, voltados, por exemplo, a questões pessoais. A literatura pesquisada, ao conectar ambivalência e poder, destaca como as pessoas podem se sentir em relação a outras pessoas que detém o poder e aqui, como contribuição, acrescenta-se discussões a respeito de como a ambivalência ocorre em quem já detém esse poder nas organizações, mas, que dentro do universo das organizações analisadas, ainda constituem população sub-representada. Outro ponto a destacar-se como contribuição às teorias provém da temporalidade envolvida na experiência das mulheres aqui participantes pois, ao relatarem suas trajetórias trazendo resgates desde o período de sua inserção em tais organizações, ressaltam que conforme o passar do tempo, a ambivalência passa a ser gerenciada em relação aos desafios e oportunidades vivenciados, todavia, a percepção sobre o poder permanece como algo desafiador e fruto de barreiras veladas.

Outra contribuição que se traz ao campo teórico volta-se às discussões sobre identidade. Em sua obra Castells (2018) debate que as identidades são fontes importantes de significado ao indivíduo devido ao processo de autoconstrução e individuação que envolvem. Com esta tese, nota-se que essa construção, como pontuada pelo autor, se dá de forma evolutiva e reflexiva, contudo, ainda que Castells (2018) ressalte que o significado envolvido em uma construção identitária organize-se em torno de uma identidade primária autossustentável ao longo do tempo e espaço, verifica-se que o contexto possui interferência à construção dessa identidade que será carregada ao longo da trajetória do indivíduo. A presente tese contribui à literatura ao reforçar que um indivíduo, ao atuar em diferentes contextos organizacionais, carrega consigo sua identidade individual. Todavia, o que se acrescenta à literatura é a discussão de que, mesmo que essa identidade permaneça com o indivíduo ao longo de sua trajetória, muitas vezes, a depender do contexto, poderá se consolidar em uma das organizações. Essa contribuição ocorre em termos de ter-se trazido como contribuição a análise da constituição de uma identidade em um campo – no caso, no sistema político – que engloba mais de uma organização em seu escopo.

É importante destacar que esse foi o caso do presente estudo, mas existe a possibilidade que em outros contextos, a constituição da identidade possa se dar de forma diferente da que foi aqui exposta. No caso em análise, por exemplo, isso ocorreu ao verificar-se que, ainda que as identidades de mulheres na política comecem a ser constituídas em suas iniciativas pró-sociais, elas podem somente se consolidar após à eleição e ocupação de cargos nas Casas Legislativas.

Ainda em termos teóricos, traz-se também o acréscimo aos estudos de identidade a articulação referente a aspectos emocionais e de poder, que podem interferir na construção identitária como um todo. Discute-se com esta tese que as emoções, ao fazerem-se presentes durante a trajetória de atuação de um indivíduo em diferentes organizações, podem ser tratadas com um fator motivador não somente às suas atuações, mas, à própria inserção em determinados tipos de organização, como é o caso das que compõem o sistema político.

Evidencia-se também como contribuição que, no vínculo existente entre as emoções e o poder, a constituição identitária perpassa outras problemáticas até efetivamente se constituir. Dentre elas, podem destacar-se a luta por espaço e visibilidade por parte do indivíduo e, esse movimento se faz ainda mais evidente quando colocada em pauta uma atuação que possa envolver o contato com diferentes organizações. Acrescenta-se como discussão à literatura que os diferentes papeis e diferentes níveis de poder que uma mesma pessoa ocupe em contato com diferentes organizações ao mesmo tempo, também podem ser considerados elementos relevantes à formação de sua identidade.

Contribui-se, por fim, à literatura sobre poder por pontuar-se que, dentro da dinamicidade de um contexto organizacional, o poder pode surgir como um meio encontrado para ter-se um processo de mudança e de transformação dos relacionamentos ali existentes. O poder foi aqui visto como um meio para se constituir uma identidade e gerar mudanças não somente voltadas a questões individuais, mas, também coletivas. Argumenta-se então, que em um contexto organizacional é impreterível a discussão acerca da relevância das emoções em relação às dimensões humanas nas organizações, bem como dos fatores que podem estar conectados a esse processo, como a identidade e o poder.

Já em termos teóricos-empíricos, ressalta-se com as circunstâncias aqui expostas e discutidas o fato de que a empatia é uma habilidade importante à vida social, mas também deve ser fomentada no âmbito de uma organização. Com as discussões aqui elencadas, espera-se que essa tese contribua em termos de impacto social e organizacional justamente à conscientização por parte da sociedade e dos componentes das organizações, não somente as pesquisadas, sobre o quanto a empatia pauta e é relevante de se fazer presente em discussões diárias. Como elencado por Edlins e Elamore (2018) a empatia se torna ainda mais relevante em organizações voltadas à esfera pública devido ao fato de que incorporá-la ao serviço público ressalta ainda mais a população como prioridade a essas organizações. Percebe-se que, diante de uma sociedade na qual discursos de ódio e discriminação infelizmente ainda se fazem presentes, torna-se cada vez mais necessário colocar-se no lugar do outro e despender ações positivas dentro do contexto brasileiro e das esferas que o compõe.

Outra contribuição prática é ressaltada ao trazer-se a luz ao que causa ambivalência às mulheres atuantes em organizações da política brasileira. Tem-se diante disso, oportunidades de gerenciamento de tais causas, como por exemplo, mudanças nos processos organizacionais e maiores discussões a respeito das implicações que a atuação de mulheres na política possui em suas vidas pessoais e como isso pode ser administrado.

Como contribuição prática, também se espera que com as questões aqui levantadas, evidenciem-se, especialmente às próprias mulheres participantes dessa pesquisa, a relevância de suas atuações e representatividade nos espaços que ocupam. Evidencia-se tal ponto especialmente às próprias mulheres participantes, em virtude de ter-se visto em campo o exposto por Ragins e Winkel (2011) de que as mulheres, quando em cargos de poder, demoram a perceber o poder que possuem. Dessa forma, espera-se que este estudo seja um meio que contribua a tal percepção. Como última contribuição prática, espera-se que esta pesquisa permita a percepção a quem compõem as organizações aqui pesquisadas sobre a relevância que

a diversidade possui na dinâmica, nos processos e nos resultados organizacionais como um todo.

Por fim, como contribuição social, este estudo agrega em discussões a respeito do papel que a sociedade possui em relação à atuação de mulheres na política, seja por meio de seus votos, por meio de suas relações e reações à atuação destas, seja ao apoio e até mesmo em virtude das discordâncias inerentes às relações organizacionais e sociais que possam existir. Que como contribuição social, este estudo gere reflexões a respeito de como comentários em redes sociais ou reações em sessões plenárias interferem na dinâmica dessas organizações e que, ainda que aqui sejam elencados os desafios de tais trajetórias, os pontos positivos destas não sejam deixados de lado e que assim, incentive-se também a participação de mais mulheres nesse ambiente.

6.2 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Com base nos elementos teóricos e empíricos apresentados e visando o desenvolvimento de estudos que discutam as emoções, identidade e poder, como sugestão para pesquisas futuras destaca-se:

a) Pesquisas que analisem o modelo teórico aqui proposto em outros contextos organizacionais a fim de verificar-se como as teorias e conceito aqui abordados se comportam em diferentes tipos de organizações;
b) Estudos que coloquem foco às emoções na administração e discutam as consequências e conexões que elas possuem a outros elementos significativos à atuação organizacional;
c) Pesquisas que aprofundem a investigação acerca de como emoções específicas podem influenciar a entrada e atuação em contextos organizacionais;
d) Estudos que investiguem por meio de diferentes abordagens, como o poder e a identidade podem contribuir à inserção feminina às organizações;
e) Estudos que adotem outras estratégias metodológicas a fim de analisar como as emoções, identidade e poder possam se comportar na dinâmica das organizações;
f) Pesquisas que foquem em organizações específicas do sistema político a fim de verificar-se as diferenças presentes em cada uma das componentes dessa instituição.

REFERÊNCIAS

ABREU, Z. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores**, 2002, pp. 443-469.

ADAMS, M. Intersectionality and reflexivity: Narratives from a BME female researcher inside the hidden social world of prison visits. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 20, p. 1609406920982141, 2021.

AGENCIA BRASIL. **Negras são 28% dos brasileiros, mas têm baixa participação política**. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-10/negras-sao-28-dos-brasileiros-mas-tem-baixa-participacao-politica. Acesso em: 19 abr. 2023.

AGÊNCIA SENADO. **Mulheres na política: ações buscam garantir maior participação feminina no poder**. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica. Acesso em: 22 abr. 2023.

AGUIRRE, A.C. Guilt trip: emotion, identity, and power in migrant online discourse. **Social Semiotics**, v. 31, n. 5, p. 724-737, 2021.

AGUILAR, R.; CUNOW, S.; DESPOSATO, S. Choice sets, gender, and candidate choice in Brazil. **Electoral Studies**, v. 39, p. 230-242, 2015.

ASHFORTH, B.E. et al. Ambivalence in organizations: A multilevel approach. **Organization Science**, v. 25, n. 5, p. 1453-1478, 2014.

ALBERT, S.; WHETTEN, D.A. Organizational identity. **Research in organizational behavior**, 1985.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. Identity regulation as organizational control: Producing the appropriate individual. **Journal of management studies**, v. 39, n. 5, p. 619-644, 2002.

ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, 2010, pp. 567-584.

ASHFORTH, B. E. *et al*. Ambivalence in organizations: a multilevel approach. **Organization Science**, v. 25, n. 5, 2014, pp. 1453-1478.

ATKINS, P. W.B; PARKER, S. K. Understanding individual compassion in organizations: The role of appraisals and psychological flexibility. **Academy of Management Review**, v. 37, n. 4, p. 524-546, 2012.

BARON-COHEN, S.; WHEELWRIGHT, S. The empathy quotient: an investigation of adults with Asperger syndrome or high functioning autism, and normal sex differences. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 34, n. 2, p. 163-175, 2004.

BARSADE, S.G.; GIBSON, D.E. Why does affect matter in organizations?. **Academy of management perspectives**, v. 21, n. 1, p. 36-59, 2007.

BASCH, M.F. Empathic understanding: A review of the concept and some theoretical considerations. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, v. 31, n. 1, p. 101-126, 1983.

BAUER, N. M. Emotional, Sensitive, and Unfit for Office? Gender Stereotype Activation and Support Female Candidates. **Political Psychology**, [s.l.], v. 36, n. 6, p.691-708, 2015. Wiley. http://dx.doi.org/10.1111/pops.12186.

BAUER, N.M. Shifting standards: How voters evaluate the qualifications of female and male candidates. **The Journal of Politics**, v. 82, n. 1, p. 000-000, 2020.

BEARD, M. **Women & power: A manifesto**. Profile Books, 2017.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**.23ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BIANCO, R.G. **Espectro político: só existem esquerda e direita?** 2022. Disponível em: https://www.politize.com.br/espectro-politico/. Acesso em: 27 mar. 2023.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 11ª edição. **Brasília: Editora UnB**, 1998.

BOLINO, M.C.; GRANT, A.M. The bright side of being prosocial at work, and the dark side, too: A review and agenda for research on other-oriented motives, behavior, and impact in organizations. **Academy of Management Annals**, v. 10, n. 1, p. 599-670, 2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOWEN, G. A. Naturalistic inquiry and the saturation concept: a research note. **Qualitative research**, v. 8, n. 1, p. 137-152, 2008.

BRASIL (Constituição, 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao. htm. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995**. **Lei dos Partidos Políticos**. Disponível em: https://www.tre-sc.jus.br/legislacao/lei-dos-partidos-politicos. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9504, de 30 de agosto de 1997**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12034, de 2009.** Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13165, de 2015.** Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. **Mulheres representam 16% dos vereadores eleitos no País**. 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/708248-mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais/. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRIEF, A.P.; MOTOWIDLO, S.J. Prosocial organizational behaviors. **Academy of management Review**, v. 11, n. 4, p. 710-725, 1986.

BRODY, L.R.; HALL, J.A. Gender and emotion in context. **Handbook of emotions**, v. 3, p. 395-408, 2008.

BRODY, L. R.; HALL, J. A.; STOKES, L. R. Gender and emotion: theory, findings and context. *In*: BARRET, L. F.; LEWIS, M.; HAVILAND-JONES, J. M. **Handbook of Emotions.** 4. ed. Nova Iorque: The Guilford Press, cap. 21, 2016, pp. 369-392.

BROLLO, F.; TROIANO, U. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. **Journal Of Development Economics**, [s.l.], v. 122, p.28-45, set. 2016. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.jdeveco.2016.04.003.

BROWN, A.D.; AINSWORTH, S.; GRANT, D. The rhetoric of institutional change. **Organization Studies**, v. 33, n. 3, p. 297-321, 2012.

BROWN, A.D. Identities and identity work in organizations. **International journal of management reviews**, v. 17, n. 1, p. 20-40, 2015.

BROWN, A.D. Identities in organization studies. **Organization Studies**, v. 40, n. 1, p. 7-22, 2019.

BROWN, A.D. Identities in organizations. **The Oxford handbook of identities in organizations**, p. 1-31, 2020.

BROWN, A.D. Identities in and around organizations: Towards an identity work perspective. **Human Relations**, v. 75, n. 7, p. 1205-1237, 2022.

BUONICORE, A. As mulheres e os direitos políticos no Brasil. **NAZARIO, Diva Nolf. Voto feminino & feminismo. São Paulo: Imprensa Oficial**, 2009.

BURCH, G.F. et al. Unraveling the complexities of empathy research: A multi-level model of empathy in organizations. In: **Emotions and organizational governance**. Emerald Group Publishing Limited, 2016.

CALDAS, M.P.; WOOD JR, T. Identidade organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, p. 6-17, 1997.

CALDAS, M. P.; JUNIOR, T.W. **Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira**. Editora Atlas, 1999.

CALIXTO, L. **Brasil está entre os piores em igualdade política entre homens e mulheres na AL**. 2020. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/ direitos-humanos/brasil-esta-entre-os-piores-em-igualdade-politica-entre-homens-e-mulheres-na-al/. Acesso em: 28 mar. 2023.

CANÇADO, P. V. R.; MOURA, E.P.; PEIXOTO, J.M. O efeito do Mapa da Empatia em Saúde no comportamento empático médico percebido pelo paciente. **Saude e Pesquisa**, v. 14, n. 2, p. e9081, 2021.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra, 2018.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

CATALYST (ORGANIZATION). **The double-bind dilemma for women in leadership: Damned if you do, doomed if you don't**. Catalyst, 2007.

CEMBRANEL, P.; FLORIANO, L.; CARDOSO, J. Mulheres em cargos de liderança e os seus desafios no mercado de trabalho. **Ciências da Administração**, v. 22, n. 57, 2020, pp. 58-67.

CHADEGANI, A.A. et al. A comparison between two main academic literature collections: Web of Science and Scopus databases. **arXiv preprint arXiv:1305.0377**, 2013.

CHIKAIPA, V. Caring Mother or Weak Politician? A Semiotic Analysis of Editorial Cartoon Representations of President Joyce Banda in Malawian Newspapers. **Critical Arts**, v. 33, n. 2, p. 14-28, 2019.

CLARK, M.A.; ROBERTSON, M. M.; YOUNG, S. "I feel your pain": A critical review of organizational research on empathy. **Journal of Organizational Behavior**, v. 40, n. 2, p. 166-192, 2019.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. **Métodos de Pesquisa em Administração-12ª edição**. McGraw Hill Brasil, 2016.

CORREA, M. V. P.; LOURENÇO, M. L. A constituição da identidade dos professores de pós-graduação stricto sensu em duas instituições de ensino superior: um estudo baseado nas relações de poder e papéis em organizações . **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 4, p. 858-871, 2016.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research design**: qualitative, quantitative and mixed methods. 5 th. Sage, 2018.

CURNOW, J.; VEA, T. Emotional configurations of politicization in social justice movements. **Information and Learning Sciences**, 2020.

DAHL, R.A. The concept of power. **Behavioral Science**, v. 2, n. 3, 1957, pp. 201-215.

DECETY, J. et al. Empathy as a driver of prosocial behaviour: highly conserved neurobehavioural mechanisms across species. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 371, n. 1686, p. 20150077, 2016.

DERKSEN, F.; BENSING, J.; LAGRO-JANSSEN, A. Effectiveness of empathy in general practice: a systematic review. **British Journal of General Practice**, v. 63, n. 606, p. e76-e84, 2013.

DZIUBA, A.; TIENARI, J.; VÄLIKANGAS, L. Idea work online: shelters and crutches in remote collaborative autoethnography. **Journal of Organizational Ethnography**, 2021.

EDELMAN, M. **Political language:** words that succeed and policies that fail. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

EDLINS, M.; DOLAMORE, S. Ready to serve the public? The role of empathy in public service education programs. **Journal of Public Affairs Education**, v. 24, n. 3, p. 300-320, 2018.

EKMAN, P. An argument for basic emotions. **Cognition & emotion**, v. 6, n. 3-4, p. 169-200, 1992.

EVANS, E.; KENNY, M. The women's equality party: Emergence, organisation and challenges. **Political Studies**, v. 67, n. 4, p. 855-871, 2019.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNANDES, C. *et al.* Mulheres na política: emoções e desafios em dinâmicas institucionais complexas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, p. 1071-1081, 2020.

FERNANDES, C.; TAKAHASHI, A.R.W.; LOURENÇO, M.L. Emoções em Estudos Organizacionais: Contribuições e desafios ao campo. **Revista Organizações em Contexto**, 2021, v. 17, n. 33, p. 179-209.

FERNANDES, C.; LOURENÇO, M.L. Lugar de mulher é...na política: Reflexões sobre micro e macroagressões de identidades. **Working paper.** 2023.

FERNANDES, M. E. R.; MARQUES, A. L.; CARRIERI, A.D.P. Elementos para a compreensão dos estudos de identidade em teoria organizacional. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua et al. **Identidade nas Organizações.** Curitiba: Juruá, 2010. p. 29-62.

FINEMAN, S. A emoção e o processo de organizar. *In*: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 2, 2001, pp. 157-189.

FINEMAN, S. **Emotion in organizations**. London: Sage, 2000.

FISCHBACH, A.; LICHTENTHALER, P.W.; HORSTMANN, N. Leadership and gender stereotyping of emotions. **Journal of Personnel Psychology**, 2015.

FOTAKI, M.; KENNY, K.; VACHHANI, S.J. Thinking critically about affect in organization studies: Why it matters. **Organization**, v. 24, n. 1, p. 3-17, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRIEDLAND, R. Moving institutional logics forward: Emotion and meaningful material practice. **Organization Studies**, v. 39, n. 4, p. 515-542, 2018.

FROHLICH, S. et al. A Identidade das mulheres no ambiente militar: Uma revisão sistemática da produção científica internacional. In: XLIII ENCONTRO DA ANPAD - ENANPAD 2019, 43., 2019, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: Anpad, 2019. p. 1-16.

GEORGE, J. M. Compassion and capitalism: implications for organizational studies. **Journal of Management**, v. 40, n. 1, 2014, pp. 5-15.

GIFFORD JR, A. Emotion and self-control. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 49, n. 1, p. 113-130, 2002.

GILL, M.J. The significance of suffering in organizations: Understanding variation in workers' responses to multiple modes of control. **Academy of Management Review**, v. 44, n. 2, p. 377-404, 2019.

GIOIA, D. A. From individual to organizational identity. **Identity in organizations: Building theory through conversations**, v. 11, p. 17-31, 1998.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOETZ, J.L.; KELTNER, D.; SIMON-THOMAS, E. Compassion: an evolutionary analysis and empirical review. **Psychological bulletin**, v. 136, n. 3, p. 351, 2010.

GRANT, A.M. Does intrinsic motivation fuel the prosocial fire? Motivational synergy in predicting persistence, performance, and productivity. **Journal of applied psychology**, v. 93, n. 1, p. 48, 2008.

GRAZZIOTIN, V. **Mais mulheres na política**. Brasília: Procuradoria Geral da Mulher, 2020. 80 p.

GUO, Q.; SUN, P.; LI, L. Why neurotic individuals are less prosocial? A multiple mediation analysis regarding related mechanisms. **Personality and Individual Differences**, v. 128, p. 55-61, 2018.

HAGSTRÖM, L. Disciplinary power: Text and body in the Swedish NATO debate. **Cooperation and Conflict**, v. 56, n. 2, p. 141-162, 2021.

HAUGAARD, M.; CLEGG, S. R. Introduction: why power is the central concept of the social sciences. **The SAGE handbook of power**, 2009.

HARDY, C.; CLEGG, S. Alguns ousam chamá-lo de poder. *In*: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais:** reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, v. 2, 2001, pp. 260-289.

HEANEY, J.G. Emotions and power: reconciling conceptual twins. **Journal of Political Power**, v. 4, n. 2, p. 259-277, 2011.

HEAPHY, E.; LILIUS, J.; FELDMAN, E. Moved to speak up: How prosocial emotions influence the employee voice process. **Human Relations**, p. 00187267211007539, 2021.

HOFFMAN, D.M. Power Struggles: The Paradoxes of Emotion and Control among Child-Centered Mothers in the Privileged United States. **Ethos**, v. 41, n. 1, p. 75-97, 2013.

HORDGE-FREEMAN, E. “Bringing Your Whole Self to Research” The Power of the Researcher's Body, Emotions, and Identities in Ethnography. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 17, n. 1, p. 1609406918808862, 2018.

HOUAISS, A. Simpatia. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2023.

HÜBNER, K. The trouble with feelings, or Spinoza on the identity of power and essence. **Journal of the History of Philosophy**, v. 55, n. 1, p. 35-53, 2017.

HUI, C. M.; FOK, H.K.; BOND, M.H. Who feels more ambivalence? Linking dialectical thinking to mixed emotions. **Personality and Individual Differences**, v. 46, n. 4, p. 493-498, 2009.

JACQUES, M.G. Identidade. In: STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia Social Contemporânea.** Petrópolis: Vozes, 2013.

JOST, R. C. F.; BULGACOV, Y. L. M.; CAMARGO, D. Dimensão ideológica da emoção na gestão de vendedoras de cosméticos em uma empresa multinacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 2, 2018, pp. 232-249.

KARAWEJCZYK, M. **As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil**. Editora da PUCRS, 2022.

KARREMAN, D.; ALVESSON, M. Making newsmakers: Conversational identity at work. **Organization studies**, v. 22, n. 1, p. 59-89, 2001.

KITCHENHAM, B. Procedures for performing systematic reviews. **Keele, UK, Keele University**, v. 33, n. 2004, p. 1-26, 2004.

KNOPPERS, A. et al. Elite women coaches negotiating and resisting power in football. **Gender, Work & Organization**, v. 29, n. 3, p. 880-896, 2022.

LADKIN, D.; PROBERT, J. From sovereign to subject: Applying Foucault's conceptualization of power to leading and studying power within leadership. **The Leadership Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 101310, 2021.

LEWIS, K.M. When leaders display emotion: How followers respond to negative emotional expression of male and female leaders. **Journal of Organizational Behavior: The International Journal of Industrial, Occupational and Organizational Psychology and Behavior**, v. 21, n. 2, p. 221-234, 2000.

LINGO, E. L.; ELMES, M.B. Institutional preservation work at a family business in crisis: Micro-processes, emotions, and nonfamily members. **Organization Studies**, v. 40, n. 6, p. 887-916, 2019.

LIVELY, K. J.; WEED, E. A. Emotion management: sociological insight into what, how, why, and to what end? **Emotion Review**, v. 6, n. 3, 2014, pp. 202-207.

LOURENÇO, M. L.; SILVA, M. R. R.; OLIVEIRA, R. S. G. University social responsibility and empathy in organizations during Covid-19 pandemic in Brazil. **Social Responsibility Journal**, v. 18, n. 4, 2022, pp. 806-824.

LUND, A. 'I feel sorry for them and I should do something, but I don't.'Spatial imaginaries and resistance to feminist change in the dramatic arts. **Emotion, Space and Society**, v. 30, p. 27-33, 2019.

MACHADO, H.V. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. SPE, p. 51-73, 2003.

MACHADO, H.V.; KOPITTKE, B. A identidade no contexto organizacional: perspectivas múltiplas de estudo. **Encontro de estudos organizacionais**, v. 2, 2002.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Edipro, 2018.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MATTOS, A.N. **Três níveis de governo: O que faz o federal, o estadual e o municipal?** 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/niveis-de-governo-federal-estadual-municipal/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MELO, M. C. O. L.; FARIA, V. S. P.; LOPES, A. L. M. Vivências gerenciais sob olhares de mulheres *millennials*. **Revista de Administração Unimep**, v. 19, n. 1, 2021, pp. 162-184.

MERRIAM, S.B.; TISDELL, E.J. **Qualitative research: A guide to design and implementation**. John Wiley & Sons, 2015.

MILES, M.B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. **Qualitative data analysis: A methods sourcebook**. 3rd. 2014.

MOUTINHO, K.; CONTI, L. Análise narrativa, construção de sentidos e identidade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, 2016.

NORGAARD, K.M.; REED, R. Emotional impacts of environmental decline: What can Native cosmologies teach sociology about emotions and environmental justice?. **Theory and Society**, v. 46, n. 6, p. 463-495, 2017.

ONMP. **PAINÉIS DE DADOS DAS ELEIÇÕES**. 2022. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/paineis-de-dados. Acesso em: 19 abr. 2023.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 14 abr. 2023.

ÖVER, D. Democratic backsliding and the media: the convergence of news narratives in Turkey. **Media, Culture & Society**, v. 43, n. 2, p. 343-358, 2021.

PAULUS, M. The multidimensional nature of early prosocial behavior: a motivational perspective. **Current Opinion in Psychology**, v. 20, p. 111-116, 2018.

PAXTON, P.M.; HUGHES, M. **Women, politics, and power: A global perspective**. SAGE, 2014.

PAXTON, P.; KUNOVICH, S. Women's political representation: the importance of ideology. **Social Forces**, v. 82, n. 1, 2003, pp. 87-113.

PENNER, L.A. et al. Prosocial behavior: Multilevel perspectives. **Annu. Rev. Psychol.**, v. 56, p. 365-392, 2005.

PENTLAND, B.T. Building process theory with narrative: From description to explanation. **Academy of management Review**, v. 24, n. 4, p. 711-724, 1999.

PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, v. 24, 2018, pp. 178-208.

PRATT, M.G.; DOUCET, L. Ambivalent feelings in organizational relationships. *In*: FINEMAN, S. **Emotion in Organizations**. London: Sage, 2000.

QUEIROZ, A. A. Sistema político e suas instituições. Brasília: Diap, 2018.

QUEIROZ, A. A. **Poder Legislativo:** como é organizado, o que faz e como funciona. Brasília: Diap, 2014.

RADU-LEFEBVRE, M.; RANDERSON, Ka. Successfully navigating the paradox of control and autonomy in succession: The role of managing ambivalent emotions. **International Small Business Journal**, v. 38, n. 3, p. 184-210, 2020.

RAGINS, B. R.; WINKEL, D. E. Gender, emotion and power in work relationships. **Human Resource Management Review**, v. 21, n. 4, 2011, pp. 377-393.

RENNER, A. M.; MASCH, L. Emotional woman-rational man? Gender stereotypical emotional expressivity of German politicians in news broadcasts. **Communications**, v. 44, n. 1, 2019, pp. 81-103.

REYES-HOUSHOLDER, C. Women mobilizing women: candidate's strategies for winning the presidency. **Journal of Politics in Latin America**, v. 10, n. 1, 2018, pp. 69-97.

REZENDE, C.B.; COELHO, M.C. Antropologia das emoções. **Rio de Janeiro: Editora FGV**, v. 136, p. 1, 2010.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. rev. atual. e ampl. **São Paulo: Atlas**, 2017.

ROTHMAN, N.B. et al. Understanding the dual nature of ambivalence: Why and when ambivalence leads to good and bad outcomes. **Academy of Management Annals**, v. 11, n. 1, p. 33-72, 2017.

ROTHMAN, N.B.; WIESENFELD, B.M. The social consequences of expressing emotional ambivalence in groups and teams. In: **Affect and groups**. Emerald Group Publishing Limited, 2007.

ROWE, A. Situating the self in prison research: Power, identity and epistemology. In: **The Palgrave handbook of prison ethnography**. Palgrave Macmillan, London, 2015. p. 347-370.

SACCHET, T. Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. **Colombia Internacional**, n. 95, 2018, pp. 25-54.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. sage, 2016.

SANDES-GUIMARÃES, L. V.; HOURNEAUX, F. Research impact – what is it, after all? **RAUSP, Editorial Impact Series** part 1, v. 55, n. 3, 2020.

SANTANA, G. **A separação dos três poderes.** 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/separacao-dos-tres-poderes-executivo-legislativo-e-judiciario/>. Acesso em: 16 dez. 2019.

SCIELO. **Sobre o Scielo**. 2022. Disponível em: https://www.scielo.org/pt/sobre-o-scielo. Acesso em: 02 jul. 2022.

SCHNEIDER, M. C.; BOS, A. L. Measuring stereotypes of female politicians. **Political Psychology**, v. 35, n. 2, 2014, pp. 245-266.

SCOTT, S. Surprise: a micro-sociological analysis. **Emotions and Society**, v. 3, n. 2, p. 191-207, 2021.

SETO, K. S. **Você sabe o que é militância política?** 2018. Disponível em: https://www.politize.com.br/militancia-politica-o-que-e/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwiOCgBhAgEiwAjv5whC92GvCenp745hXZ_rfqaofL2samvG3AMWMqm0SkkClsy9244OxnixoCZkQQAvD_BwE. Acesso em: 01 abr. 2023.

SHIELDS, C.M. Transformative leadership: Working for equity in diverse contexts. **Educational administration quarterly**, v. 46, n. 4, p. 558-589, 2010.

SHUMAN, A. Exploring narrative interaction in multiple contexts. **Varieties of narrative analysis**, p. 125-150, 2012.

SILVA, V.; RODRIGUES, L. L. Liderança feminina: os desafios das mulheres na liderança organizacional. **ID on Line – Revista de Psicologia**, v. 16, n. 60, 2022, pp. 330-348.

SIMON, R.W.; LIVELY, K. Sex, anger and depression. **Social Forces**, v. 88, n. 4, p. 1543-1568, 2010.

SIMPSON, B.; CARROLL, B. Re-viewing `Role' in Processes of Identity Construction. **Organization**, [s.l.], v. 15, n. 1, p.29-50, jan. 2008. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/1350508407084484.

SNOW, D.A.; ANDERSON, L. Identity work among the homeless: The verbal construction and avowal of personal identities. **American journal of sociology**, v. 92, n. 6, p. 1336-1371, 1987.

SNYDER, H. Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. **Journal of business research**, v. 104, p. 333-339, 2019.

SOLTANI, A.; JOHNSTON, L.; LONGHURST, R. Fashioning hybrid Muslim women's veiled embodied geographies in Hamilton, Aotearoa New Zealand: #hijabi spaces. **Gender, Place & Culture**, v. 29, n. 3, p. 393-418, 2022.

SOUZA, I. **O que faz um deputado estadual?** 2017. Disponível em: https://www.politize.com.br/deputado-estadual-o-que-faz/. Acesso em: 01 abr. 2023.

SOUZA, M. D.; FERRAZ, D. L. S.; FERRAZ, J. M. As mulheres conforme a Administração: uma ciência para a manutenção da opressão e da exploração? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 20, n. 3, 2021, pp. 509-534.

SPECKEMEIER, L.; TSIVRIKOS, D. Power on environmental emotions and behavior. **Social Responsibility Journal**, 2020.

SPELL. **Características**. 2022. Disponível em: http://www.spell.org.br/sobre/caracteristicas. Acesso em: 02 jul. 2022.

STEVENSON, B.; WOLFERS, J. The paradox of declining female happiness. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 1, n. 2, p. 190-225, 2009.

STJ. Supremo Tribunal de Justiça. **Súmula nº 525**. Brasília. 2015. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2017_44_capSumulas525-529.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

STRAUSS, A.L. **Espelhos e máscaras - A busca de identidade**. Edusp, 1999.

TASSELLI, S. Love and Organization Studies: moving beyond the perspective of avoidance. **Organization Studies**, v. 40, n. 7, 2019, pp. 1073-1088.

TAYLOR, C.L. et al. Gender and emotions at work: organizational rank has greater emotional benefits for men than women. **Sex Roles**, v. 86, n. 1, p. 127-142, 2022.

THEXTON, T.; PRASAD, A.; MILLS, A.J. **Learning empathy through literature**. 25:2, 83-90, DOI: 10.1080/14759551.2019.1569339. 2019.

THIOLLENT, M. Estudos organizacionais: possível quadro referencial e interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 1, n. 1, 2014, pp. 1-14.

THOMAS, E.F.; MCGARTY, C.; MAVOR, K. I. Transforming "apathy into movement": The role of prosocial emotions in motivating action for social change. **Personality and Social Psychology Review**, v. 13, n. 4, p. 310-333, 2009.

TOEGEL, I.; LEVY, O.; JONSEN, K. Secrecy in practice: How middle managers promote strategic initiatives behind the scenes. **Organization Studies**, p. 0170840621998563,2021.

TOSI, M. **A conquista do direito ao voto feminino.** 2016. Disponível em: https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/. Acesso em: 26 jan. 2021.

TOUBIANA, M.; ZIETSMA, C. The message is on the wall? Emotions, social media and the dynamics of institutional complexity. **Academy of Management Journal**, v. 60, n. 3, 2017, pp. 922-953.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British journal of management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

TRIPATHI, R. C. et al. Emotional reactions to intergroup norm violations. **Psychology and Developing Societies**, v. 30, n. 2, p. 234-261, 2018.

TRIPATHI, R. C.; KUMAR, R.; TRIPATHI, V. N. When the advantaged feel victimised: The case of hindus in India. **Psychology and Developing Societies**, v. 31, n. 1, p. 31-55, 2019.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **A nova composição da câmara**. 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicao-da-camara-2023/. Acesso em: 27 mar. 2023.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. TSE Mulheres: **Estatísticas**. 2022. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/. Acesso em: 14 abr. 2023.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Vereador: conheça o papel e as funções desse representante político**. 2016. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Setembro/vereador-conheca-o-papel-e-as-funcoes-desse-representante-politico. Acesso em: 14 abr. 2023.

UII. União Interparlamentar Internacional**. Monthly Ranking of Women in National Parliaments**. Parline: the IPU's Open Data Platform, 2023. Disponível em: https://data.ipu.org/women-ranking?month=3&year=2023. Acesso em: 24 abr. 2023.

UVESP. **Este mapa mostra o ano em que as mulheres tiveram o direito de votar em cada país do mundo**. 2020. Disponível em: https://uvesp.com.br/portal/noticias/este-mapa-mostra-o-ano-em-que-as-mulheres-tiveram-o-direito-de-votar-em-cada-pais-do-mundo/. Acesso em: 14 jul. 2022.

VALLERAND, R.J. On the psychology of passion: in search of what makes people's lives most worth living. **Canadian Psychology/Psychologie Canadienne**, v. 49, n. 1, 2008, p. 1.

VAN DER GRAAFF, J. et al. Motor, affective and cognitive empathy in adolescence: Interrelations between facial electromyography and self-reported trait and state measures. **Cognition and emotion**, v. 30, n. 4, p. 745-761, 2016.

VERAS, Marcelo. **Calminha querida**. 2018. Disponível em: http://www.aldeianago.com.br/nossos-baianos/19617-calminha-querida-por-marcelo-veras. Acesso em: 15 jun. 2022.

VOGEL, L.H. A histórica sub-representação das mulheres na Câmara dos Deputados: desigualdades e hierarquias sociais nas eleições de 2014. **Brasília: Estudos da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados**, 2019.

VORONOV, M.; VINCE, R. Integrating emotions into the analysis of institutional work. **Academy of Management Review**, v. 37, n. 1, 2012, pp. 58-81.

VOSGERAU, D. S.R.; POCRIFKA, D.H.; SIMONIAN, M. Etapas da análise de conteúdo complementadas por ciclos de codificação: possibilidades a partir do uso de software de análise qualitativa de dados. **CIAIQ2016**, v. 1, 2016.

WANG, L.; PRATT, M. G. An identity-based view of emotional ambivalence and its management in organizations. **Research companion to emotion in organizations**. Edward Elgar Publishing, 2008.

WEBER, M. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Ed. da UnB, v. 4, 2015.

WEB OF SCIENCE. **Journal Citation Reports 2022: A preview**. 2022. Disponível em: https://clarivate.com/blog/journal-citation-reports-2022-a-preview/. Acesso em: 02 jul. 2022.

WONG, G. et al. RAMESES publication standards: meta-narrative reviews. **BMC medicine**, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2013.

WOMEN LOBBY. **Women in politics**. 2020. Disponível em: https://www.womenlobby.org/-Women-in-Politics-507-?lang=en. Acesso em: 29 jan. 2021.

ZABRODSKA, K. et al. Workplace bullying as sensemaking: An analysis of target and actor perspectives on initial hostile interactions. **Culture and organization**, v. 22, n. 2, p. 136-157, 2016.

ZAKAR, R.; ZAKAR, M. Z.; HAMID, N. Gender mainstreaming in politics: perspective of female politicians from Pakistan. **Asian Journal of Women's Studies**, v. 24, n. 2, 2018, pp. 224-245.

ZAKI, J.; OCHSNER, K. Empathy. **Handbook of emotions**, v. 4, p. 871-84, 2016.

ZIETSMA, C. *et al.* **Emotions in Organization Theory**. Cambridge University Press, 2019.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Parte I: Contextualização

1) Me conte um pouco sobre sua história de vida
2) Quais foram os caminhos que você traçou antes de sua inserção no ambiente político?
3) Você fazia parte de alguma ação pró-social?

Parte II: Emoções & Prosocialidade

1) Quais as ações pró-sociais são executadas neste momento, e/ou estão em projetos para execução?
2) Por que estes projetos/temas de projetos foram escolhidos?
3) Quais motivos te levaram a iniciar essas ações?
4) Você continua com tais ações?
5) A política de alguma forma te ajudou com essas iniciativas?
6) Que sentimentos foram despertados durante sua atuação com tais iniciativas?

Parte III: Emoções

7) Como você se sentia no início de sua trajetória política?
8) Você sentiu esperança/medo/alegria/angústia quando decidiu se candidatar?
9) Como foi a sua experiência no processo de eleição? Que emoções você diria que se destacaram nele?
10) Quais emoções se destacaram quando você se elegeu?
11) Que emoções você considera que mais se destacam na execução do seu trabalho?
12) Essas emoções influenciam seu desejo de permanecer na política?

Parte IV: Identidade

13) Você se identifica com sua atuação na política? Porque?
14) Como você lida com aspectos pessoais e profissionais que possam estar entrelaçados nesse processo?

Parte V: Poder

15) O que mudou do início de sua atuação até os dias atuais?
16) Você sente que de alguma forma existem discriminações quanto ao fato de ser mulher nesse ambiente predominantemente masculino?
17) Você já sentiu que sofreu algum tipo de discriminação?
18) Historicamente, há o conhecimento a respeito de disputas de poder no ambiente político, principalmente tratando-se de um ambiente predominantemente masculino. Como você vivencia tal aspecto?
19) Como você descreveria o ambiente político?

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, de uma pesquisa conduzida pela discente de doutorado em Administração (UFPR) Camilla Fernandes sob orientação da Profª Dra. Mariane Lemos Lourenço. Esta pesquisa tem como objetivo analisar como as emoções pautam a atuação política, a constituição identitária e comportamentos pró-sociais de mulheres na política brasileira. Essa pesquisa faz parte do projeto de pesquisa Dimensões Humanas nas Organizações: Processos Afetivos, Emoções e humores. Inscrito sob o número: 4.256.335 no Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. Além disso, a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento, caso seja de sua vontade.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas feitas pela pesquisadora (Camilla) e adicionar informações que não lhe foram perguntadas, se considerar pertinente. A expectativa de duração da entrevista é de 30 a 60 minutos e será gravada em áudio, sendo que as gravações ficarão arquivadas com a pesquisadora com acesso restrito, e livre de identificação.

Os dados obtidos por meio desta entrevista serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. A pesquisadora responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos sem qualquer identificação de indivíduos.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável. Seguem os telefones e endereço institucional da pesquisadora.

Camilla Fernandes
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração Geral e Aplicada,
Programa de Pós-Graduação em Administração.
Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, 2º andar, Jardim Botânico. Curitiba-PR.
Telefone institucional: (41) 3360-4365. Celular: (48) 99695-9916.

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.
_____, _____ de _____ de 202_.

Assinatura da participante:

_____
Assinatura da pesquisadora:

_____

APÊNDICE 3 – DESCRIÇÃO ESTRUTURAL DAS NARRATIVAS

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Ananque
Cargo	Vereadora

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Indica que a entrada na política se deu por conta do trabalho e que hoje continua a desenvolver ele com clientes antigas. Ressalta que desde a faculdade envolvia-se em questões políticas 2. Menciona que em função de sua atuação, buscava a política como um meio de ajudar a classe mas, não obtinha retorno. 3. Decidiu entrar na política por conta própria, pesquisou um partido na internet e passou a participar de reuniões 4. Destaca a falta de apoio do partido à sua atuação e candidatura. Indica a baixa representação feminina já no partido 5. Ao mencionar a trajetória até a eleição, indica que só a atingiu por conta de sua rede de contatos 6. Lista uma série de desafios enfrentados não somente na trajetória à eleição, mas, à atuação como um todo em todas as organizações que tem contato. 7. Destaca que apesar de existirem mais mulheres na casa legislativa que atua, não possui muito contato com as mesmas. 8. Menciona ameaças recebidas, a dificuldade de atuar com pessoas que não prezam pelas suas pautas 9. Fala sobre xingamentos que recebe em suas redes sociais por defender pautas voltadas às mulheres e por ter uma visão mais liberal 10. Cita um vereador em específico que humilhou publicamente outra vereadora da casa e menciona como se sentiu diante daquele episódio 11. Indica a necessidade de blindar-se emocionalmente à dinâmica de relações de poder.
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	O foco da narrativa está na atuação de mulheres em ambientes predominantemente masculinos. Cita-se vários personagens, como as colegas mulheres, as clientes, amigas próximas, os colegas homens tanto do partido quanto da casa legislativa, a assessoria. A entrevistada se coloca como foco da narrativa em alguns momentos, mas, para expor situações por ela já vivenciadas. Não há um foco em si, mas, no “ser mulher”.

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A voz destacada na narrativa vai além dos papeis e relações de poder vivenciados, foca-se na voz de uma mulher diante dos desafios presentes em contextos organizacionais
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	Os pressupostos destacados são de resistência ao status quo e institucionalizações em algumas organizações. A entrevistada destaca constantemente a necessidade de mudanças em relação a valores arraigados culturalmente.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	A entrevistada evita discorrer muito sobre as emoções sentidas perante os desafios, focando nas formas de superá-los. Ao visitar as redes sociais da vereadora, percebe-se que a mesma recebe várias críticas sobre os assuntos que discorre por serem de uma visão mais liberal. Nas observações notou-se que a vereadora se posiciona e discute abertamente com os colegas homens, causando desconforto nos mesmos.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Tálassa
Cargo	Vereadora

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. A narrativa inicia-se com destaques sobre a atuação profissional anterior 2. A entrevistada recapitula sua vida escolar, indicando que desde a pré-escola sentia que possuía em si o espírito de liderança 3. Indicou que seu pai já havia concorrido a vereador durante sua infância, mas, não havia se elegido 4. Destaca ter entrado na política por influência de um ex-chefe, filiando-se ao partido do mesmo e deixando seu nome à disposição para candidatura 5. A candidatura surgiu para o preenchimento de cotas e não obteve apoio do partido e em um primeiro momento, não se elegeu 6. A entrevistada menciona ter mudado de partido e se envolveu na causa que atualmente defende de forma voluntária. Deixou novamente seu nome à disposição e foi candidata novamente 7. Menciona ter sido a candidata mais votada de sua cidade e por se tratar de uma capital, diz que foi do estado inteiro. 8. Detalha achar que nasceu para atuar na política e que não se vê em outra posição 9. Indica as dificuldades que enfrentou por ser uma mulher em um ambiente que é majoritariamente masculino destacando como principal desafio conquistar espaço 10. Ao mesmo tempo que indica que mulheres sofrem preconceitos, destaca que nunca se sentiu desrespeitada 11. Fala sobre mudança de carreira e sua adaptação ao novo contexto 12. Mencionou situações que considerou como conquistas em sua atuação e destacou as emoções vivenciadas em cada fase 13. Diz ter sofrido ataques em suas redes sociais e que apenas os ignora

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
		14. Destaca existir uma boa relação com as outras mulheres atuantes na casa legislativa 15. Indica ter sentido preconceitos quanto às causas que defendem 16. Finaliza destacando a relevância da causa que defende.
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	O foco da narrativa está na causa defendida, citando por diversas vezes as situações que a fizeram buscar a política como meio de atuação. No decorrer dos relatos, aparecem outros personagens como familiares, amigos, colegas de trabalho, incluindo-se os atuais. Apesar disso, coloca-se como protagonista da história.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A entrevistada fala da sua posição enquanto vereadora mulher, mas também como ativista dos direitos animais.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	O pressuposto é de que as emoções são as responsáveis por guiar as escolhas profissionais.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	A entrevistada destaca em diversos pontos da entrevista valores morais e éticos como guias para atuação. Ao verificar suas redes sociais, havia uma série de comentários agressivos direcionados à ela.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Irene
Cargo	Vereadora

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Inicia a narrativa retratando seu passado pessoal, suas experiências de vida e caminhos percorridos antes de se instalar na cidade que mora atualmente. 2. Destaca que em uma de suas vivências no exterior, se envolveu com a causa animal 3. Ao retornar para o Brasil, chocou-se com a realidade da causa animal na cidade em que mora, que é a capital de um estado. 4. Menciona que em virtude da decadência dos cuidados com a causa, investiu seu dinheiro próprio, mas também entrou em contato com prefeituras, vereadores e outros atores envolvidos na política na intenção de receber ajuda, que não ocorreu 5. Filiou-se a um partido de um candidato a prefeito e ali fez contatos, incluindo com esse candidato em questão. O candidato foi eleito e a convidou para atuar frente a um órgão da prefeitura voltado à causa. 6. Durante sua atuação em conjunto com a política, relatou ter recebido várias críticas de pessoas próximas 7. Após a saída do prefeito em questão, ressalta ter decidido se candidatar como forma de dar mais visibilidade à causa negligenciada pelo novo prefeito 8. Mencionou que apesar da candidatura, não obteve apoio do partido e somente de pessoas próximas indicando que seu período de campanha foi "sofrido. 9. Destaca a política como um meio de atingir fins 10. Ressaltou vários exemplos de preconceito e disputas de poder dentro da casa legislativa que atua 11. Ao destacar suas emoções, menciona a necessidade de escondê-las diante dos demais por conta de demonstrações emocionais serem interpretadas como demonstração de fraqueza 12. Indicou problemas de saúde decorrentes das pressões sofridas 13. Afirma que nada do que foi relatado em entrevista é de conhecimento do público ou colegas, que cria uma "máscara" para lidar com as circunstâncias.
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	O foco é dado à causa animal. Nesse contexto foram destacados atores que contribuíram à busca de visibilidade à causa. A entrevistada se coloca como protagonista, mas, destaca a

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
		convivência social como um forte incentivo à sua atuação.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A entrevistada fala mais de seu papel enquanto defensora dos animais do que enquanto vereadora. Ressalta a existência de relações de poder nas quais se sente em desvantagem.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	A falta de visibilidade às questões da causa animal foi o que fez a narrativa existir. A busca por maiores recursos, atenção e cuidado foi o motor propulsor. A entrevistada, no entanto, possui postura mais conservadora quanto às discussões na casa legislativa
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Apesar de ser mulher e em entrevista destacar a necessidade de mulheres na política, a vereadora diz não lutar por causas femininas pois considera isso uma forma de discriminação. Sua postura tanto na casa legislativa quanto em suas redes é voltada exclusivamente à causa que defende.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Afrodite
Cargo	Deputada estadual

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. A narrativa começa com a entrevistada detalhando que considera necessário que as mulheres empoderem umas às outras, compartilhando experiências e abrindo caminhos às próximas 2. A entrevistada menciona que nunca teve o desejo de entrar na política, mas, detalhando desafios em sua infância, ressalta que enxergou a política como um meio de melhorar a vida de pessoas com histórias parecidas com a sua 3. Ressalta sentir que as pessoas não acreditavam em seu potencial e que quando se candidatou, ninguém do partido achava que ela iria se eleger 4. Mencionou ter atuado como vereadora, prefeita e agora está como deputada e que em todas as eleições se sentia julgada 5. Destaca que a impressão que possui é que as pessoas subjugam a capacidade da mulher em alcançar postulações na política 6. Ressalta os desafios vivenciados na política, tanto em partidos como em casas legislativas e também em relação à sociedade 7. Aponta que em sua visão, o gestor público é um "fio condutor" entre a rede de serviços que gere 8. Aponta uma série de preconceitos e disputas de poder que considera que somente existiram em função de ser mulher 9. Destaca valores que considera necessários à atuação na política 10. Aponta que a política é uma gangorra emocional.
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	Apesar de se colocar como protagonista, o destaque vai para a atuação de uma mulher enquanto militante na política. Aqui, aparecem também os amigos, colegas de trabalho e colegas de partido como figuras importantes. Outro papel que tem bastante relevância na narrativa é o da sociedade em relação à atuação da entrevistada.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	Fala do lugar de uma mulher que lida com diferentes organizações da política, tendo

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
		de lidar com desafios na vida pessoal, no partido e na casa legislativa.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	Evidencia valores pessoais como retidão, honestidade, respeito e destaca o respeito à democracia como algo fundamental.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Ao longo da entrevista os desafios enfrentados também tomam o protagonismo da história, com base neles, surgem as emoções e questões de identidade e como assa identidade "passeia" entre as organizações. Conforme verificado em dados secundários, por discordar de alguns posicionamentos do partido, a deputada rompeu sua relação de mais de 20 anos e, reestruturou sua imagem pública. Em suas redes, houveram períodos de duras críticas por parte da população – incluindo mulheres, mas, nos últimos meses, comentários positivos sobre a atuação da entrevistada na casa legislativa prevalecem.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Réia
Cargo	Deputada estadual

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Iniciou a conversa falando sobre projetos de lei aprovados e que ficaram famosos no estado 2. Quando questionada sobre motivos que a levaram entrar na política, menciona que anteriormente não tinha a pretensão de entrar nesse ambiente 3. Foca bastante nos projetos sociais anteriormente realizados 4. Por incentivo de pessoas próximas, filiou-se a um partido 5. Após reflexões deixou seu nome à disposição, concorreu a eleição municipal e não se elegeu 6. Escolheu mudar de partido, concorreu novamente e se elegeu como vereadora 7. Apesar de posição conservadora, destaca a necessidade de imposição da mulher em relações de poder 8. Quando questionada sobre emoções, desvencilhava o assunto. 9. Mencionou ameaças de morte sofridas e aí, pontuou emoções na trajetória abrangendo momentos anteriores à política 10. Considera hoje a política como oxigênio à sua vivência 11. Diz se identificar com seus eleitores e por isso luta pela aprovação de projetos 12. Destaca disputas de poder com colegas homens dentro da assembleia legislativa 13. Cita frases de efeito e enfatiza a necessidade de estas estarem no trabalho
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	Os projetos sociais previamente desempenhados possuem um papel central na narrativa da entrevistada. Também destaca alguns personagens como colegas homens e as outras mulheres que atuam na mesma casa, indicando haver relacionamento harmonioso apenas com uma parcela destes.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	Fala do lugar de uma mulher sem laços políticos que adentrou à política por já possuir uma rede de contatos pré-estabelecida anteriormente à sua entrada nesse sistema. Apesar de estar como deputada, evidencia muito a sua carreira

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
		anterior por mais que tenha deixado de atuar na mesma. Destaca as relações de poder que existem dentro da assembleia, mas não menciona problemas com partido.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	Destaca as ações pró-sociais como fator chave para a entrada na política e como um guia que orienta suas ações. Com um perfil mais conservador, também ressalta algumas premissas pregadas pelo partido do qual faz parte.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Percebe-se um grande receio em explorar questões voltadas às emoções de forma explícita apesar de citá-las diretamente em determinados momentos da entrevista. Nas observações, nota-se que a deputada raramente pede a palavra na tribuna e evita conflitos em sessões plenárias.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Juno
Cargo	Deputada estadual

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. A narrativa começa com o relato de que não existia, por parte da entrevistada, o interesse em entrar na política. 2. Destaca que quando entrou na universidade, por necessidade financeira, aceitou um emprego no gabinete de um político e foi ali que sua trajetória nessa esfera começou 3. Apesar do contato com a política, destaca que não possuía intenção em candidatura, mas que diante dos processos que vivenciava, sentia falta de um "toque feminino" nesse ambiente 4. Aponta cursos que lecionava a pessoas envolvidas na política e como isso aguçou seu desejo de candidatura 5. Indica questões de ordem pessoal que a fizeram não se candidatar 6. Destaca o conflito trabalho-família como elemento que interferiu em suas decisões profissionais 7. Ressalta que ao invés de preconceito, o que existe em sua visão no campo político é "falta de costume" com a presença de mulheres em tal ambiente 8. Relata que sua rotina, por ser mulher, é diferente da rotina de homens atuantes nas mesmas organizações 9. Opina sobre o ambiente político estar mais aberto às mulheres 10. Indica que o processo eleitoral foi um período pesado e que afetou em sua saúde tanto emocional, quanto física 11. Traz à discussão o que ser mulher na política significa a ela.
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	A entrevistada é a protagonista da história, mas, também dá papel às dificuldades que sente que enfrenta por ser mulher em um ambiente predominantemente masculino. Outros personagens também aparecem como seus colegas de universidade, o deputado que foi seu chefe, pessoas influentes no partido, as colegas mulheres da casa legislativa que se encontra e sua família.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A principal voz é da mulher enquanto minoria em um ambiente organizacional, destacando os conflitos entre papeis que possam existir nessa trajetória.

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	A narrativa toma forma devido à, como a própria entrevistada destaca, “saída da zona de conforto” em relação aos problemas vivenciados pela entrevistada e às causas que defende.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	A entrevistada destaca emoções como medo, ansiedade e culpa por se dedicar mais às questões profissionais em determinados momentos. Com base nas observações, notou-se que na casa legislativa em que atua, há uma deputada que se diz contra o feminismo e que encara as pautas defendidas por Juno desnecessárias, criticando-a continuamente e de forma agressiva. Nas redes sociais da deputada, comentários de apoio por parte da população são destaque.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Atena
Cargo	vereadora

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Inicia sua fala ressaltando que não tinha como objetivo de vida ser vereadora e que as coisas aconteceram naturalmente 2. Indica que na juventude tinha muito interesse em relação a trabalhos culturais e tinha muito contato com artistas de sua cidade 3. Menciona ter passado em concurso na prefeitura e que ali se deu seu contato com a política 4. Envolveu-se em uma diretoria que cuidava de questões culturais da cidade e começou a desenvolver trabalho voluntário na área 5. Por incentivo de amigos, decidiu filiar-se a um partido para assim, ter-se um representante da cultura na câmara de vereadores. Não foi eleita 6. Mudou de partido e lutou com questões mais conservadoras dentro destes para conseguir se candidatar novamente e dessa vez foi eleita. 7. Cita histórias de trabalhadores de artesanato e como em sua opinião, isso contribui ao desenvolvimento da cidade e população 8. Traz à conversa desafios de ordem pessoal que interferiram em sua atuação política 9. Exemplifica emoções que surgiram nessa trajetória 10. Diz sentir que não existe preconceito contra mulheres e que, em sua visão o que se tem é "uma maioria que manda" 11. Pontua a política como parte de si 12. Fala sobre emoções, mas não de forma específica. 13. Descreve como é ser mulher no ambiente político 14. Aponta que as emoções que sente, por vezes, influenciam seu desejo de permanecer na política
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	O artesanato e questões culturais tomam protagonismo na história. É por causa deles que a entrada na política ocorre. A entrevistada também coloca alguns personagens relevantes como artistas,

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
		mulheres que trabalham com artesanato e deixa ela mesma como personagem secundária em vários períodos.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	Fala como militante em prol da cultura e enquanto vereadora responsável por trazer mudanças e assuntos fora do *mainstream* à discussão.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	Evidencia uma série de valores pessoais que considera como fundamentais à sua atuação. Tem postura conservadora, mas é flexível quando se trata de discussões sobre mulheres.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Discute que pensa em deixar a política em breve por ter se desgastado muito com as pautas que defende e sente que a hora de parar está chegando. A vereadora não concorreu nas últimas eleições municipais e recebeu uma homenagem da câmara de vereadores que atuava. Contudo, permanece em atividade no partido ao qual é filiada. Aparenta ser uma pessoa muito querida pelo público de sua cidade e seus colegas da casa legislativa.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Nêmesis
Cargo	Deputada estadual

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. A narrativa começa com a entrevistada detalhando sua infância e o quanto a política fazia-se presente desde aquele momento em sua vida 2. Detalha que sua família é envolvida na política desde seus avós 3. Envolveu-se na política na infância, militando contra a ditatura, ressaltando não sentir medo 4. Indica que sofreu muito preconceito desde sempre por seus posicionamentos e por ser mulher nas organizações que atuou 5. Aponta a imprensa como um dos meios que recebia críticas 6. Fala que a política é cheia de obstáculos e que esses são maiores se se é mulher 7. Considera a política como a única maneira de se resolver alguns males da sociedade 8. Destaca que a luta na política não se dá somente em uma organização 9. Ao discutir emoções, traz elementos pessoais à conversa e dá foco ao conflito trabalho-família 10. Apesar de ressaltar emoções negativas, indica que essas são o combustível para sua continuidade nesse setor 11. Enfatiza o papel e relevância de se ter mulheres na política 12. Menciona que percebe uma falta de consciência crítica por parte da população 13. Encerra sua fala mencionando que mais mulheres precisam se inserir nesse contexto, mas, tendo ciência que não será fácil, porém é necessário.
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	O foco da narrativa foi dado aos desafios enfrentados pela entrevistada em sua trajetória. Em vários momentos ela detalha que possuir laços políticos não a eximiu de barreiras a serem ultrapassados. A entrevistada se coloca como protagonista, contudo, ressalta figuras também importantes como seus pais, seu marido e filhas, seus colegas de profissão e algumas pessoas do partido.

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A entrevistada fala do papel de deputada, mas também de mãe, avó, esposa e como esses papeis se entrelaçam nesse contexto.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	A narrativa sustenta-se em valores de resistência ao que é institucionalizado.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	A entrevistada está há bastante tempo na política e isso faz com que seja possível ao longo da entrevista, perceber mudanças de comportamento em virtude de mudanças da própria sociedade. A deputada em sessões plenárias recebe várias críticas, mas, ao mesmo tempo é muito respeitada. Em suas redes sociais não foram encontrados comentários negativos.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Deméter
Cargo	Deputada estadual

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Inicia a fala destacando sempre ter gostado de política e que acredita ter herdado esse gosto de seu pai 2. Por seu pai também ter sido político, destaca ter acompanhado o trabalho e ter ciência de algumas especificidades 3. Apesar da proximidade, indica que tinha gosto por trabalhar nos "bastidores" 4. Menciona o desenvolvimento de trabalhos de assistência social 5. Indica ter visto várias negligências no atendimento a mulheres vítimas de violência e decide atuar nessa frente 6. Destaca sua decisão em se candidatar, sua eleição e a percepção de que mulheres possuíam resistência em votar em mulheres 7. Relata dificuldades em articular projetos em determinados contextos políticos 8. Destaca seus projetos de lei aprovados 9. Aponta a relevância das mulheres na política e as diferenças que acredita existir entre homens e mulheres nesse ambiente 10. Menciona dificuldades em obter recursos para campanhas 11. Detalha dificuldade em lidar com seus diversos papeis 12. Afirma ter sentido preconceitos por ser mulher na política e por possuir familiares em tal esfera 13. Fala sobre necessidade de se provar competente enquanto mulher nos contextos organizacionais 14. Considera a política como algo fundamental à vivência humana 15. Repudia visão de que políticos são todos corruptos 16. Menciona a necessidade de pensar e lutar pelo bem da sociedade como um todo, em todas as suas esferas.
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	O foco da narrativa se dá nas experiências de se atuar na política enquanto mulher. A entrevistada assume o protagonismo, mas, destaca o papel que seu círculo social possuiu nesse processo bem como o papel das causas que atuava enquanto voluntária.

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A entrevistada fala do seu lugar enquanto mulher na sociedade brasileira, enquanto mulher que busca melhorias não só a sua geração, mas, às gerações futuras
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	Apresenta valores de colaboração, comprometimento com o trabalho e causas defendidas.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Na narrativa pouco é mencionado sobre o partido. Nas observações, nota-se que a entrevistada tenta distanciar-se das figuras masculinas de sua família que fazem parte da política A entrevistada busca participar de pautas e discussões não somente relacionadas à mulher e entra em comissões consideradas mais "masculinas"

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Juventus
Cargo	Vereadora

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. A narrativa começa com a entrevistada destacando sua formação e um trecho de sua história de vida 2. Destaca que a entrada na política se deu em virtude de movimentos da juventude do partido 3. Pontua a academia, o movimento social e o partido como elementos fundamentais à sua história 4. Coloca a mudança de cidade como um elemento contextual relevante ao seu amadurecimento pessoal e profissional 5. Ressaltou uma maior militância em função de tal amadurecimento 6. Aponta que na primeira eleição que concorreu não possuía expectativas de eleição e visava promover debates quanto as causas que defende 7. Indica a incerteza e insegurança como emoções presentes em sua trajetória 8. Coloca a necessidade de equilibrar questões pessoais das profissionais como algo angustiante e complicado 9. Menciona considerar a dinâmica do plenário de sua casa legislativa como bagunçada 10. Fala sobre sua percepção a respeito de ser a mulher e pessoa mais nova da câmara 11. Expõe que a dinâmica em diferentes instituições é algo desafiador e que mesmo diante da vertente de seu partido, o considera como uma organização que ainda reproduz o que é dado, que há muito a ser alterado 12. Conclui destacando a responsabilidade que é atuar nesse sistema e a relevância de se buscar mudanças
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	O foco da narrativa é dado à militância e como ela foi a responsável pelo empenho e aprofundamento da atuação nas organizações da política. Outros atores tem seu destaque, como é o caso de professores, figuras políticas conhecidas nacionalmente, movimentos universitários, família e amigos.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	Fala do lugar de vereadora, mas também como militante. Acredita que é necessário

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
		trazer-se e gerar discussão sobre as pautas que defende.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	Apresenta valores muito definidos de acordo com a vertente do partido que atua, com uma visão mais liberal.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	A educação e divulgação de informações sobre a política a jovens surge como um elemento de destaque. Em suas redes, a vereadora é igualmente criticada quanto elogiada. Nas observações, notou-se que quando a vereadora pega a palavra, a oposição a interrompe e há dificuldade no debate. A vereadora sofreu um caso de assédio na casa legislativa que trabalha.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Métis
Cargo	Vereadora

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Inicia destacando seu passado no interior do estado que atua. 2. Menciona sua formação acadêmica em uma área predominantemente masculina 3. Destaca suas frustrações com políticas públicas e com o momento atual de seu país, especialmente referente ao contexto do comércio 4. Pontua que anteriormente não possuía contato com política em nenhuma das organizações que havia perpassado 5. Menciona seu interesse e suas buscas voltadas ao entendimento da instituição 6. Destaca a angústia como uma emoção preponderante em sua experiência 7. Conta sobre a relevância de apoio familiar na sua decisão em ingressar na política 8. Aponta a existência de conflito trabalho-família, principalmente no processo de candidatura até a eleição 9. Destaca a felicidade em ter sido eleita 10. Discorre sobre mudanças de suas percepções sobre a política em visão de suas vivências 11. Destaca situações de preconceito que viveu 12. Destaca que as disputas de poder existem em função de ego 13. Coloca a política como um espaço que cada pessoa tenta agradar unicamente sua base eleitoral
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	A entrevistada se coloca como protagonista da história ressaltando outros atores como apoio à sua trajetória, como a profissão anterior, seu marido, sua mãe e irmão.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A entrevistada fala do seu lugar de mulher na política, destacando a relevância da sua atuação enquanto vereadora.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	O que orienta a narrativa é a determinação da protagonista em tentar alterar as legislações em função do período mais tecnológico que se vive.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Apesar de mencionar no começo sua formação em uma área considerada mais masculina, a entrevista nunca atuou na mesma e não trouxe à discussão suas experiências em tal período. Notícias pontuavam rixas existentes entre a vereadora e outro vereador influente na câmara que atuam Nas observações, nota-se que a fala da vereadora quando assume a plenária é interrompida diversas vezes. Em suas redes sociais, o tom de conversa é neutro.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Bellona
Cargo	Vereadora

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Começa a narrativa destacando sempre ter estudado em escola pública e que possuía uma formação que não priorizava estudo 2. Destaca que procurou mudanças e as encontrou por meio da universidade 3. Mencionou que depois de experiências no exterior, voltou ao Brasil e prestou concurso 4. Ressalta que na organização que atuava, foi uma das primeiras mulheres a ocupar cargos de liderança 5. Pontua sua frustração com a política e os políticos de sua cidade 6. Ressalta que por meio de conversas com colegas e marido, decidiu entrar na política e se filiou a um partido 7. Aponta que sua campanha foi movida pela paixão por mudança e que não possuía acesso a muitos recursos financeiros 8. Fala sobre seu contato com organizações apartidárias voltadas ao incentivo à participação feminina na política 9. Em sua segunda eleição, apontou ansiedade e medo no processo 10. Considera a existência de mais mulheres na casa legislativa que atua como algo extremamente positivo ainda que a quantidade seja pequena proporcionalmente 11. Conta sobre períodos que teve problemas de saúde em virtude de pressões que sofreu durante sua atuação 12. Considera que tais situações lhes permitiram desenvolver "maturidade política" 13. Menciona sentir preconceitos tanto no partido, quanto da sociedade, quanto nas organizações que atuou e também na casa legislativa 14. Comenta sobre várias situações que sofreu com machismo 15. Fala sobre não conseguir separar questões pessoais das profissionais 16. Conta que apesar dos desafios que enfrenta, se identifica com sua atuação, especialmente em comissões voltadas à mulher 17. Define o ambiente político como um ambiente de transformação
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	A entrevistada se coloca como protagonista da história. Outros atores também são citados e destacam-se diante das decisões por ela tomadas, como por exemplo, seu marido, sua filha, os colegas de trabalho e o próprio partido.

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A entrevistada fala do seu ponto de vista enquanto mulher que atua em organizações predominantemente masculinas.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	As ações despendidas são assim feitas em virtude dos preconceitos que sentiu enquanto mulher em diferentes contextos organizacionais. Apesar de possuir valores conservadores, preza por mudanças nessa forma de se enxergar o mundo.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	A organização que a entrevistada atuava anteriormente possui grande relevância quanto às causas que hoje defende. A entrevistada já recebeu críticas de blogs locais por estar sempre arrumada Constantemente a entrevistada promove ações em prol de saúde mental Sua postura na plenária é dura.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Hera
Cargo	Deputada estadual

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Iniciou a narrativa destacando que seu pai foi eleito deputado estadual quando ela era ainda criança e permaneceu assim até sua adolescência 2. Destaca que nesse período, verificou que a política possuía o poder de mudar as pessoas 3. Coloca em pauta as vacinas de covid e o quanto a política tinha poder nessa questão 4. Indica que no seu período da faculdade, se envolveu mais em questões da política e resolveu colocar seu nome à disposição para uma candidatura 5. Conta que sua família, incluindo seu pai, inicialmente foram contra essa escolha, mas, a apoiaram 6. Menciona que em seu cotidiano, possui um misto de sentimentos e que demonstrá-los era motivo para receber ataques 7. Detalha que os ataques foram feitos em nível pessoal e o que a fez enfrentar esse período foi o apoio da família 8. Conta que mesmo tendo família envolvida em política, principalmente seu pai, percebe que há muitos mais desafios enfrentados por ela enquanto mulher e com as responsabilidades que são socialmente atribuídas 9. Aponta que diante das várias organizações que tem contato, é preciso viver um dia de cada vez 10. Fala que sente discriminação foi ser mulher nesse ambiente e, também, por ter parentes em tal ambiente 11. Discute sobre disputas de poder e ressalta que são diárias 12. Pontua que na política existem dias muito bons e muito ruins 13. Encerra a narrativa afirmando que a mulher precisa estar presente nesse ambiente, por mais desafiador que seja
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	A entrevistada é a protagonista da história, mas, o laço político também tem seu protagonismo. Outros atores

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
		aparecem na conversa como a família, colegas de trabalho, população da região que morava anteriormente
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A entrevistada fala de seu papel de deputada, mas, aponta também seu papel de filha, mãe e esposa, como eles se entrelaçam e interferem nas causas defendidas.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	O pressuposto que a narrativa perpassa é de que o trabalho feito pelo pai influenciou seu desejo de inserção.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	A família possui muita influência no desejo de entrada e influencia os posicionamentos da deputada como forma de "dar continuidade" ao trabalho feito pelo seu pai. Nas redes, a entrevistada recebe elogios e críticas proporcionalmente. Com base nas observações, notou-se que a entrevistada demonstra suas emoções quando as sente e que há alguns colegas que a apoiam e reforçam a força de sua postura.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Minerva
Cargo	Vereadora

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Inicia a narrativa ressaltando sua formação e o fato de ter se envolvido com trabalho voluntário desde a infância 2. Destaca já ter trabalhado em uma famosa rede de fastfood e ela foi a responsável por lhe ensinar sobre gestão 3. Já no período de sua graduação relata ter estagiado na empresa que atuava antes de entrar na política, sendo esta, majoritariamente masculina 4. Menciona que o interesse sobre política sempre existiu, mas, havia deixado de lado por questões pessoais. A virada de chave se deu quando colegas do próprio partido incentivaram sua candidatura 5. Para se candidatar, abriu mão de uma promoção na empresa que trabalhava 6. Relatou insegurança no processo, principalmente devido aos riscos que havia assumido 7. Menciona ter participado de organizações apartidárias que incentivam a entrada de mulheres na política 8. Pontua que sua eleição aconteceu devido ao seu planejamento e investimento 9. Destaca conflito trabalho-família 10. Coloca sentimentos como decepção e desânimo como algo que vivencia em seu cotidiano na política 11. Conta ter sofrido ataques agressivos à sua imagem e a questões pessoais 12. Fala sobre disputas de poder na casa legislativa que atua, sobre perceber vereadores enciumados e que querem demonstrar mais força 13. Ressalta se sentir mais segura quanto às disputas de poder e necessidade de debate 14. Menciona que sente que a política carece de uma série de melhorias
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	O foco dado à narrativa volta-se aos desafios enfrentados pela entrevistada enquanto mulher na política e enquanto uma pessoa "nova" à casa legislativa que atua. Na narrativa surgem questões voltadas a seu papel como mãe e esposa.

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
		Destaca atores como colegas de partido, família, colegas de casa legislativa
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A entrevistada fala do seu papel de mulher na política não apegando-se tanto ao cargo ocupado.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	A narrativa surge como resultado de frustrações anteriores à maneira que a política estava sendo encaminhada na cidade que atua.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	A entrevistada recebeu uma série de ataques públicos, foi motivo de sátira em vídeos e destacou ter tido um período de campanha conturbado. Nas sessões plenárias das observações, a vereadora não se pronunciou Em suas redes, prevalecem ideais do partido.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Felicitas
Cargo	Vereadora

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. A entrevistada inicia a narrativa destacando seu histórico familiar no campo do empreendedorismo 2. Menciona sua graduação e sua experiência profissional nesse período 3. Relata período de mestrado e MBA e a mudança de carreira após os estudos 4. Comenta que diante desse histórico, nunca havia se interessado por política e não havia se inserido em movimentos sociais 5. Conta que a situação se alterou após ter se tornado mãe, período este que começou a enxergar problemáticas que não seriam resolvidas de outra maneira 6. Se inseriu em partido político e começou a participar de um movimento social voltado a jovens empreendedores 7. Detalhou especificidades de sua experiência com o partido e o processo da candidatura até sua eleição 8. Destacou o papel de sua família nesse período 9. Menciona identificar-se com a atuação política 10. Comentou sobre situações em que vivenciou disputas de poder 11. Destacou questões referentes a ser mulher em um ambiente predominantemente masculino 12. Tece críticas à forma que o sistema político funciona e ressalta seu desejo por mudanças
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	O foco da narrativa está na trajetória percorrida pela entrevistada, contudo, ela destaca além do seu papel, o papel de seus filhos, família e experiência profissional prévia nesse cenário.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A protagonista fala do seu lugar de vereadora da cidade que atua, mas também ressalta seu papel de mãe e empreendedora.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	O pressuposto que perpassa a narrativa é de que o empreendedorismo fomenta outras atividades além das voltadas à sustentabilidade de seu próprio empreendimento.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	As disputas de poder são destaque à atuação profissional. A entrevistada ressalta o papel de desconhecidos à sua campanha.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Flora
Cargo	Deputada estadual

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. A entrevistada inicia a narrativa detalhando seu passado na cidade que morava anteriormente com seus pais. 2. Destaca seu desejo de sair daquele ambiente para fazer faculdade, detalhando que foi o que fez. 3. Conta sobre as discussões com seu pai a respeito de ter as mesmas oportunidades que seu irmão teve 4. Menciona sobre seu período de graduação e as experiências profissionais decorrentes deste. 5. Conta que em uma dessas experiências, conheceu seu esposo e posteriormente casou 6. Detalha que seu esposo se inseriu na política e ela era contra por preconceitos com esse ambiente 7. Destaca o trabalho social que desempenhava no período 8. Decidiu entrar para a política, porém não queria estar atrelada ao mesmo movimento que seu marido. Menciona querer construir seu próprio nome 9. Destaca a necessidade e relevância das mulheres não só na política, mas em diversos movimentos sociais 10. Relata ter recebido várias críticas por não seguir a mesma vertente que seu marido 11. Comenta sobre suas vivências nas casas legislativas 12. Indica as disputas de poder nas casas legislativas e no próprio partido 13. Comenta sobre os conflitos entre sua vida pessoal e profissional 14. Encerra a narrativa com as diferenças que percebe desde o início na política até os dias atuais.
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	Os projetos sociais desenvolvidos possuem papel relevante a narrativa por ser a eles atribuídos o desejo de entrada nesse ambiente. No entanto, a entrevistada também salienta seus aspectos profissionais e pessoais como relevantes à narrativa. Coloca como protagonistas também sua família e colegas de profissão.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	Fala do seu papel de deputada, mas dá ênfase a seu papel de esposa, mãe e profissional. Destaca relações de poder presentes em todas as organizações que possui contato, incluindo as incluídas no movimento social que defende.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	Destaca que sua atuação profissional foi o propulsor à sua atuação. Contudo, devido a se recusar participar do mesmo partido do marido, destaca como as questões conservadoras de seu contexto, interferiram em sua identidade e atuação profissional. Se caracteriza como uma pessoa com "mente mais aberta"
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Dá ênfase a questões familiares e discussões que possuía com seus pais sobre homens e mulheres ocuparem o mesmo lugar na sociedade.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Artemis
Cargo	Deputada estadual

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Inicia a narrativa destacando que a primeira inspiração para inserção na política foi seu pai, no entanto, detalha que ele não incentivava essa atuação 2. Narra sua infância e os caminhos que trilhou até o movimento estudantil 3. Destaca discussões e discordâncias com seu pai a respeito dos caminhos que seguiria 4. Menciona que, contra a vontade de seu pai, mas, com o apoio de sua mãe, se inseriu na política 5. Indica que concomitantemente a seu envolvimento na política, se envolveu em outros movimentos sociais 6. Comenta sobre sua primeira candidatura e as emoções que perpassaram o processo 7. Destaca que sem o apoio de seu companheiro, acredita que não teria dado conta de sua atuação 8. Conta sobre as diferenças sociais que vivenciou desde a época de sua inserção até a atualidade e sobre como isso mudou a forma de se fazer política 9. Conta que "terceiriza" disputas de poder para evitar incomodações 10. Destaca as emoções de seu cotidiano e como elas influenciam sua atuação 11. Encerra sua narrativa detalhando outras candidaturas e destacando o ambiente político em sua visão.
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	A entrevistada se coloca como protagonista da história, porém, ressalta o papel de seus pais em sua trajetória, seu ex-marido e o atual parceiro. Além disso também coloca o partido e o movimento social como elementos relevantes à narrativa.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A entrevistada fala do seu lugar de mulher na política, porém traz também elementos voltados aos laços que já possuía nesse ambiente.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	A narrativa é guiada e orientada pelo desejo de mudança da protagonista. Os valores familiares perpassados também se fazem presentes no contexto.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Apesar de mencionar que terceiriza disputas de poder, a protagonista destaca situações vivenciadas a respeito. Menciona sua candidatura à presidência destacando ter sido um período disruptivo.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Diana
Cargo	Deputada estadual

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. A narrativa se inicia com relatos sobre sempre ter se identificado com a política e movimentos sociais, contudo, destaca que não pensava em candidaturas, apenas trabalhos em bastidores 2. Destacou ter saído de movimentos sociais em função das demandas da graduação 3. Retornou à atuação política em campanha de uma candidata à presidência pelo partido que era filiada 4. Após o período de envolvimento, destacou ter se inserido em movimentos sociais que defendiam causas semelhantes ao partido 5. Destaca que apesar de filiada, não possuía conhecimentos sobre as especificidades da política 6. Mesmo diante de dúvidas, destaca ter deixado seu nome à disposição 7. Candidatou-se e menciona as emoções no processo 8. Conta que enxerga a política como um meio de mudar a sociedade 9. Aprofunda sobre o relacionamento com o partido 10. Destaca sua atuação na casa legislativa e as diferenças de tratamento nela vivenciadas 11. Comenta sobre disputas e relações de poder nas casas legislativas 12. Encerra a narrativa definindo a política como um "quadrado".
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	O foco da narrativa é na história de vida da protagonista, mas, também se tem destaque ao partido e as causas por ele defendidas.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A entrevistada fala do seu papel de deputada, mas, ressalta o partido como responsável pelas causas e projetos defendidos.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	O que orienta a narrativa é a defesa dos princípios do partido e as causas por ele levantadas. Por se tratar de um partido "pequeno" a entrevistada salienta a necessidade de dar mais visibilidade a ele.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	A entrevistada salienta disputas de poder nítidas nas casas legislativas. Os dados secundários comprovam o exposto.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Hebe
Cargo	Deputada estadual

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. A narrativa se inicia com reflexões a respeito das cotas na universidade 2. A entrevistada destaca que a vivência na universidade lhe abriu perspectivas sobre os movimentos sociais e as desigualdades no contexto brasileiro 3. Tece críticas sobre a mídia e como ela reproduz padrões 4. Destaca que se envolveu com movimentos sociais e que foi por causa deles que se inseriu na política 5. Menciona a preferência em trabalhar nos bastidores e cita "não ter qualidades de político" 6. Destaca que o caminho até a candidatura foi permeado por dúvidas e percalços 7. Destaca diferenças de tratamento dentro do próprio partido 8. Menciona vivências sobre disputas de poder 9. Conta que teve de "puxar a orelha" da própria equipe a respeito de acreditarem nos caminhos que seriam trilhados 10. Destaca que por ser a mais jovem na casa legislativa que atua, tem de lidar com questões culturalmente arraigadas 11. Comenta entender que a estrutura da política é voltada a perpetuar poderes e privilégios de quem já os tem 12. Destaca suas pautas e como visa mudanças 13. Traz questões sobre a forma que sua constituição identitária se deu nesse ambiente 14. Termina a narrativa ressaltando seu desejo por mais mudanças
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	A entrevistada se coloca como protagonista, mas destaca outros atores à narrativa como a vereadora que era assessora, o partido, a universidade e sua rede de apoio.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	Hebe fala enquanto deputada, mas, destaca também seu eu enquanto jovem, negra e militante.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	As ações despendidas são orientadas por suas vivências enquanto jovem que vivia na periferia e enxergava na educação um meio de mudanças.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Menciona acontecimentos críticos como ataques e ameaças. É a deputada mais nova da casa legislativa que atua.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Clio
Cargo	Vereadora

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Inicia a narrativa destacando ser natural da cidade em que a entrevista foi realizada 2. Ressalta sua trajetória desde a infância pontuando os caminhos tomados até uma situação crítica 3. Destaca que a situação em questão foi um acidente que deixou seu pai paraplégico e a partir dali, viu sua vida mudar 4. Menciona ter começado a trabalhar com 16 anos e lutou para conciliar seu trabalho com estudos 5. Destaca que ao terminar sua graduação, resolveu empreender juntamente à sua mãe 6. Conta que o período que gerenciou esse empreendimento foi desafiador e que considerava a legislação algo ineficiente 7. Resolveu se especializar e nesse período, filiou-se a um partido político 8. Concomitantemente a tal movimento, comenta que foi contratada por uma outra organização 9. Trabalhou em duas campanhas e envolveu-se em movimentos sociais voltados ao empreendedorismo 10. Recebeu a proposta de ser candidata logo após o falecimento de seu pai, contudo, menciona que mesmo relutante, aceitou 11. Indica que em sua visão o período de campanha foi difícil 12. Pontua a ansiedade como uma emoção muito presente nesse processo 13. Comenta que atualmente se sente mais confiante quanto à sua atuação, porém, no início a insegurança fazia parte de sua rotina 14. Destaca algumas situações pessoais vivenciadas em sua trajetória enquanto mulher na política 15. Indica que é necessário buscar um equilíbrio na atuação, no discurso, na postura e na voz quando se atua nessas organizações
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	A entrevistada se coloca como protagonista da narrativa, contudo, destaca como relevantes o papel que seus pais e amigos possuíram nesse cenário. Indicando que foi graças a eles que sua atuação política "deu certo"

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	A narrativa é orientada por sua visão enquanto empreendedora, mas também, pautada pelos valores que seu partido corrobora.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	Evidencia valores pessoais, especialmente cristãos e pontua diversos pontos defendidos pelo partido.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Destaca que desde sua campanha, suas redes sociais tem atuado como aliadas à sua comunicação com a população. Os dados secundários confirmam o exposto. Diariamente Clio faz publicações "interativas" com o público e traz as discussões que são levadas às casas legislativas para a conversa.

1. Identificação da entrevistada

Categoria	Descrição
Entrevistada	Gaia
Cargo	Vereadora

2. Estrutura da Narrativa

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
Sequência no tempo	Padrões de eventos	1. Gaia inicia a narrativa destacando sua área de formação e como a graduação a influenciou a buscar movimentos sociais 2. Comenta sobre sua infância e adolescência, destacando ter sido mãe jovem e solo 3. Menciona que devido a tal fato, sentiu na pele muito preconceito 4. Destaca que trabalhou em diversos seguimentos e viu a graduação como oportunidade para melhorar sua vida e da sua família 5. Na graduação, envolveu-se com movimentos sociais com foco no auxílio à mulher 6. Pontua que anteriormente a tal envolvimento, já participava de sessões plenárias na cidade que atua, como plateia. 7. Resolveu filiar-se a um partido para dar continuidade ao movimento social que participava 8. Menciona ter recebido o convite à candidatura, mas, inicialmente teve receio 9. Conta que o convite veio novamente mais tarde e dessa vez aceitou, tendo apoio de seus amigos próximos 10. Detalha o relacionamento com o partido e o processo até a eleição 11. Comenta que já no partido começou a vivenciar disputas de poder voltadas especialmente aos recursos recebidos 12. Ao pontuar sua atuação na casa legislativa, destaca ter entrado em depressão por conta das dinâmicas enfrentadas 13. Menciona ter mudado seu comportamento na tentativa de se adequar melhor ao ambiente 14. Coloca à discussão os conflitos familiares que perpassou e a falta de apoio de seus pais 15. Destaca que hoje percebe mudança nos comportamentos das pessoas próximas e na própria casa legislativa, contudo, define o processo como turbulento e uma constante construção.
Ator focal	Papeis, rede social, demografia	Se coloca como protagonista, mas destaca a universidade e educação como fatores

Propriedade da narrativa	Indicador	Descrição
		relevantes a quem é hoje. Insere outros atores à narrativa como seus pais, amigos e o partido.
Voz	Ponto de vista, relações sociais e poder	Fala do seu lugar enquanto vereadora, mas também como ativista do movimento social que defende.
Contexto de referência	Valores e premissas culturais	As ações são orientadas pelo seu desejo de mudança e pelos resultados das causas que defende. A narrativa existe justamente por conta da causa defendida e sua conexão com a universidade e com o "ser mulher" na sociedade.
Outros indicadores	Outros aspectos contextuais	Menciona problemas no próprio gabinete e após a entrevista, documentos secundários apontam que sua equipe foi reestruturada após conflitos públicos.

APÊNDICE 4 – RELAÇÃO DE DADOS SECUNDÁRIOS

Nº	Código	Data	Documento	Fonte	Informações abrangidas
01	B-01	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 1
02	B-02	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 2
03	B-03	não informada	Dados biográficos	Página "sobre" rede social	Informações Biográficas sobre entrevistada 3
04	B-04	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 4
05	B-05	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 5
06	B-06	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 6
07	B-07	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 7
08	B-08	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 8
09	B-09	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 9
10	B-10	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 10
11	B-11	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 11
12	B-12	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 12
13	B-13	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 13
14	B-14	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 14
15	B-15	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 15
16	B-16	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 16
17	B-17	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 17
18	B-18	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 18
19	B-19	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 19
20	B-20	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 20
21	B-21	não informada	Dados biográficos	Site pessoal entrevistada	Informações Biográficas sobre entrevistada 21
22	P-01	não informada	Informações gerais	Site Assembleia Legislativa	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 01
23	P-02	não informada	Informações gerais	Site Câmara de vereadores	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 02
24	P-03	não informada	Informações gerais	Site Câmara de vereadores	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 03
25	P-04	não informada	Informações gerais	Site Câmara de vereadores	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 04
26	P-05	não informada	Informações gerais	Site Assembleia Legislativa	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 05
27	P-06	não informada	Informações gerais	Site Assembleia Legislativa	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 06

Nº	Código	Data	Documento	Fonte	Informações abrangidas
28	P-07	não informada	Informações gerais	Site Câmara de vereadores	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 07
29	P-08	não informada	Informações gerais	Site Assembleia Legislativa	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 08
30	P-09	não informada	Informações gerais	Site Assembleia Legislativa	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 09
31	P-10	não informada	Informações gerais	Site Câmara de vereadores	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 10
32	P-11	não informada	Informações gerais	Site Câmara de vereadores	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 11
33	P-12	não informada	Informações gerais	Site Câmara de vereadores	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 12
34	P-13	não informada	Informações gerais	Site Assembleia Legislativa	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 13
35	P-14	não informada	Informações gerais	Site Câmara de vereadores	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 14
36	P-15	não informada	Informações gerais	Site Câmara de vereadores	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 15
37	P-16	não informada	Informações gerais	Site Assembleia Legislativa	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 16
38	P-17	não informada	Informações gerais	Site Assembleia Legislativa	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 17
39	P-18	não informada	Informações gerais	Site Assembleia Legislativa	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 18
40	P-19	não informada	Informações gerais	Site Assembleia Legislativa	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 19
41	P-20	não informada	Informações gerais	Site Câmara de vereadores	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 20
42	P-21	não informada	Informações gerais	Site Câmara de vereadores	Informações sobre biografia, mandato e projetos de lei entrevistada 21
43	FB-01	2018-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 01	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 01
44	FB-02	2018-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 02	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 02
45	FB-03	2018-2020	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 03	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 03

Nº	Código	Data	Documento	Fonte	Informações abrangidas
46	FB-04	2018-2020	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 04	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 04
47	FB-05	2018-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 05	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 05
48	FB-06	2018-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 06	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 06
49	FB-07	2018-2020	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 07	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 07
50	FB-08	2018-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 08	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 08
51	FB-09	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 09	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 09
52	FB-10	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 10	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 10
53	FB-11	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 11	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 11
54	FB-12	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 12	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 12
55	FB-13	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 13	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 13
56	FB-14	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 14	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 14
57	FB-15	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 15	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 15
58	FB-16	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 16	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 16
59	FB-17	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 17	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 17
60	FB-18	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 18	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 18
61	FB-19	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 19	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 19
62	FB-20	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 20	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 20
63	FB-21	2020-2022	Posts Facebook	Página Facebook Entrevistada 21	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 21

Nº	Código	Data	Documento	Fonte	Informações abrangidas
64	I-01	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 01	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 01
65	I-02	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 02	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 02
66	I-03	Datas aleatórias até 2020	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 03	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 03
67	I-04	Datas aleatórias até 2020	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 04	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 04
68	I-05	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 05	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 05
69	I-06	Datas aleatórias de 2023	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 06	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 06
70	I-07	Datas aleatórias até 2020	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 07	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 07
71	I-08	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 08	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 08
72	I-09	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 09	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 09
73	I-10	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 10	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 10
74	I-11	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 11	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 11
75	I-12	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 12	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 12
76	I-13	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 13	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 13
77	I-14	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 14	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 14
78	I-15	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 15	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 15
79	I-16	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 16	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 16
80	I-17	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 17	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 17
81	I-18	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 18	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 18

Nº	Código	Data	Documento	Fonte	Informações abrangidas
82	I-19	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 19	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 19
83	I-20	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 20	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 20
84	I-21	Datas aleatórias de 2022	Publicações Instagram	Página Instagram Entrevistada 21	Publicações sobre projetos ou que contivessem informações sobre emoções, identidade e poder entrevistada 21
85	V-01	04/10/2022	Vídeo	Canal da entrevistada no youtube	Vídeo de apresentação entrevistada 04
86	v-02	05/10/2020	Vídeo	Canal da entrevistada no youtube	Vídeo de apresentação entrevistada 11
87	V-03	27/08/2022	Vídeo	Canal da entrevistada no youtube	Vídeo institucional entrevista 05
88	V-04	06/02/2019	Vídeo	Canal da assembleia legislativa no youtube	Vídeo sobre pronunciamento a respeito de polêmica envolvendo deputada
89	V-05	07/08/2017	Vídeo	Canal da câmara de vereadores no youtube	Vídeo sobre causa animal com vereadora
90	V-06	16/03/2019	Vídeo	Canal organização política no youtube	Entrevista com deputada sobre atuação feminina na política
91	V-07	19/12/2016	Vídeo	Canal câmara de vereadores no youtube	Entrevista com vereadora sobre causas defendidas
92	V-08	16/12/2020	Vídeo	Canal camara de vereadores no youtube	Homenagem à vereadora
93	V-09	18/12/2018	Vídeo	Canal rede de tv no youtube	Entrevista com deputada sobre eleição e partido
94	V-10	06/06/2022	Vídeo	Canal Assembleia legislativa	Entrevista com deputada sobre sua história de vida, projetos e causas defendidas
95	V-11	01/08/2022	Vídeo	Canal de um programa de tv no youtube	Entrevista com deputada sobre sua história de vida
96	V-12	02/10/2018	Vídeo	Canal de blog local no youtube	Entrevista com vereadora - campanha de mulher
97	V-13	14/12/2022	Vídeo	Canal youtube de um blog local	Entrevista com vereadora sobre projetos de leis apresentados
98	V-14	07/07/2021	Vídeo	Canal do youtube da vereadora	Discussão sobre saúde mental pós-covid
99	L-01	não informada	Projetos de lei	Site Assembleia Legislativa	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 01
100	L-02	não informada	Projetos de lei	Site pessoal entrevistada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 02
101	L-03	não informada	Projetos de lei	Site Câmara de vereadores	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 03
102	L-04	não informada	Projetos de lei	Redes Sociais da vereadora	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 04
103	L-05	não informada	Projetos de lei	Site pessoal entrevistada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 05
104	L-06	não informada	Projetos de lei	Redes Sociais da deputada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 06
105	L-07	não informada	Projetos de lei	Site Câmara de vereadores	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 07
106	L-08	não informada	Projetos de lei	Site pessoal entrevistada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 08
107	L-09	não informada	Projetos de lei	Site Assembleia Legislativa	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 09
108	L-10	não informada	Projetos de lei	Site pessoal entrevistada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 10

Nº	Código	Data	Documento	Fonte	Informações abrangidas
109	L-11	não informada	Projetos de lei	Site pessoal entrevistada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 11
110	L-12	não informada	Projetos de lei	Site pessoal entrevistada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 12
111	L-13	não informada	Projetos de lei	Site Assembleia Legislativa	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 13
112	L-14	não informada	Projetos de lei	Site Câmara de vereadores	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 14
113	L-15	não informada	Projetos de lei	Site pessoal entrevistada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 15
114	L-16	não informada	Projetos de lei	Site pessoal entrevistada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 16
115	L-17	não informada	Projetos de lei	Site Assembleia Legislativa	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 17
116	L-18	não informada	Projetos de lei	Site pessoal entrevistada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 18
117	L-19	não informada	Projetos de lei	Redes Sociais da deputada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 19
118	L-20	não informada	Projetos de lei	Site câmara de vereadores	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 20
119	L-21	não informada	Projetos de lei	Redes Sociais da entrevistada	Projetos de leis e leis aprovadas entrevistada 21
120	R-01	não informada	Regulamentação	Regimento casa legislativa 01	Regimento/código de conduta assembleia legislativa
121	R-02	não informada	Regulamentação	Regimento casa legislativa 02	Regimento/código de conduta assembleia legislativa
122	R-03	não informada	Regulamentação	Regimento casa legislativa 03	Regimento/código de conduta assembleia legislativa
123	R-04	não informada	Regulamentação	Regimento casa legislativa 04	Regimento/código de conduta assembleia legislativa
124	R-05	não informada	Regulamentação	Regimento casa legislativa 05	Regimento/código de conduta assembleia legislativa
125	R-06	não informada	Regulamentação	Regimento casa legislativa 06	Regimento/código de conduta câmara de vereadores
126	R-07	não informada	Regulamentação	Regimento casa legislativa 07	Regimento/código de conduta câmara de vereadores
127	R-08	não informada	Regulamentação	Regimento casa legislativa 08	Regimento/código de conduta câmara de vereadores
128	N-01	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 01
129	N-02	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 02
130	N-03	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 03
131	N-04	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 04
132	N-05	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 05
133	N-06	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 06
134	N-07	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 07
135	N-08	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 08
136	N-09	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 09
137	N-10	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 10
138	N-11	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 11
139	N-12	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 12
140	N-13	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 13
141	N-14	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 14
142	N-15	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 15
143	N-16	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 16
144	N-17	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 17

Nº	Código	Data	Documento	Fonte	Informações abrangidas
145	N-18	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 18
146	N-19	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 19
147	N-20	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 20
148	N-21	Variadas	Notícias	Notícias de jornais e blogs locais	Compilado de notícias referentes à entrevistada 21